

Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Organizadora

Mulheres Negras na Biblioteconomia

Mulheres Negras na BIBLIOTECONOMIA

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-60527-06-9



9 788560 527069



NYOTA

rocha
soluções gráficas

Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Organizadora

MULHERES NEGRAS **NA BIBLIOTECONOMIA**

Florianópolis, SC
Rocha Gráfica e Editora Ltda.
2019

Nyota

Coordenação do Selo

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Nathália Lima Romeiro

Site: <https://www.nyota.com.br/>

Comitê Científico

Andreia Sousa da Silva (UDESC)

Priscila Sena (UFSC)

Daniella Camara Pizarro (UDESC)

Gláucia Aparecida Vaz (UFMG)

Dirnéle Carneiro Garcez (UFSC)

Graziela dos Santos Lima (UNESP)

Nathália Lima Romeiro (UFMG)

Andreza Gonçalves (UFMG)

Bruno Almeida (UFBA)

Erinaldo Dias Valério (UFG)

Diagramação: Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Arte da Capa: Dirnéle Carneiro Garcez, Franciéle Carneiro Garcês da Silva.

Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva

Ficha Catalográfica: Priscila Rufino Fevrier – CRB 7-6678

M958

Mulheres negras na Biblioteconomia / Franciéle Carneiro Garcês da Silva (Org.) - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota) 340 p.

Inclui Bibliografia.

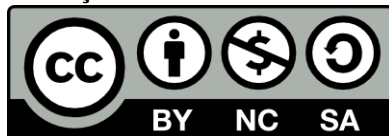
Disponível em: <<https://www.nyota.com.br/>>.

ISBN 978-85-60527-06-9 (Impresso)

ISBN 978-85-60527-07-6 (E-book)

1. Biblioteconomia. 2. Mulheres negras. 3. Biblioteconomia Negra. I. Silva, Franciéle Carneiro Garcês da. II. Título.

**ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA *CREATIVE COMMONS***



**Atribuição – Uso Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 3.0
Brasil¹**

É permitido:

- Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- Criar obras derivadas

Condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e às organizadoras da obra.



NÃO-COMERCIAL

Você não pode usar esta obra para fins comerciais.



COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença² que este original.

¹ Licença disponível em: <<https://goo.gl/rqWWG3>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

² Licença disponível em: <<https://goo.gl/Kdfiy6>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	7
<i>Ana Paula Meneses Alves</i>	
A CIÊNCIA É MASCULINA E BRANCA: BREVES REFLEXÕES.....	17
<i>Geisa Müller de Campos Ribeiro</i>	
ESCREVIVÊNCIAS NA BIBLIOTECONOMIA: AFROCENTRAR PARA EXISTIR.....	41
<i>Elisângela Gomes</i>	
BIBLIOTECÁRIAS NEGRAS CEARENSES: CONTRIBUIÇÕES PARA A LUTA ANTIRRACISTA....	67
<i>Dávila Maria Feitosa da Silva</i>	
CLARA STANTON JONES E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A BIBLIOTECONOMIA NEGRA AMERICANA... ..	87
<i>Franciéle Carneiro Garcês da Silva</i>	
BAMIDELÊ: TRAJETÓRIA HISTÓRICA-INFORMACIONAL DA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA.....	105
<i>Leyde Klebia Rodrigues da Silva</i>	
KETTY VALÊNCIO E A IMPORTÂNCIA DE LIVRARIAS ESPECIALIZADAS EM AUTORIA NEGRA.....	143
<i>Graziela Barros Gomes</i>	

**APRENDENDO COM CAROLINA MARIA DE JESUS A
ENFRENTAR OS PRECONCEITOS E AS
INFORMAÇÕES E NOTÍCIAS FALSAS173**

Dandara Baçã de Jesus Lima

**RACISMO IMPRESSO E EXPRESSO: A CULTURA DO
RACISMO EM LETRAS, NÚMEROS E IMAGENS199**

Denise Maria da Silva Batista

Elisete de Sousa Melo

**REPRESENTACIONES SOCIALES DE LA LECTURA-
ESCRITURA-ORALIDAD EN MUJERES NEGRAS DE LA
CIUDAD DE MEDELLÍN (HISTORIAS DE VIDA)227**

Natalia Duque Cardona

**DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL À REPRESENTAÇÃO
DO CONHECIMENTO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS
DAS MULHERES NEGRAS NA CIÊNCIA261**

Vanessa Jamile Santana dos Reis

José Carlos Sales dos Santos

**A HORA DO CONTO COMO RECURSO DE
MEDIAÇÃO DE LEITURA NA BIBLIOTECA ESCOLAR
E DISSEMINAÇÃO DA CULTURA AFRO BRASILEIRA
.....291**

Raissa Gabrielle Cirilo

SOBRE AS AUTORAS.....333

PREFÁCIO

Ana Paula Meneses Alves

A cultura não faz as pessoas. As pessoas fazem a cultura. Se uma humanidade inteira de mulheres não faz parte da nossa cultura, então temos que mudar nossa cultura.

Chimamanda Ngozi Adichie (2015, p. 48).

A obra *Mulheres Negras na Biblioteconomia* vem contribuir para um crescente movimento de pesquisadoras e pesquisadores negros de demarcar e fortalecer o seu espaço na Biblioteconomia e na Ciência da Informação, bem como consolidar a importância da luta antirracista e do respeito à diversidade étnico-racial e cultural.

Este movimento, legítimo, vem para romper as barreiras da invisibilidade não admitida, do não dito, do não visto e do não refletido. Vem demonstrar que a Biblioteconomia ainda espelha o racismo estrutural³ inveterado na sociedade brasileira e que um dos caminhos, dentre as diferentes formas de organizações políticas, sociais, culturais e educacionais acionadas para transmutar tal situação, é agir e propor mudanças sociais como as

³ Segundo Silvio Almeida (2018, p. 38), o racismo é estrutural porque “[...] é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” como se constituem as relações políticas, econômicas e jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social, e nem um desarranjo institucional”.

que trazem do esquecimento e conclamam para o protagonismo mentes e corpos que estavam silenciados.

O protagonismo desta obra é, obviamente, o da MULHER. Escrevo mulher com todos os destaques possíveis, para que esses recursos tipográficos possam, de alguma maneira, representar o peso que essa palavra evoca. Heleieth Saffioti (2013, p. 507, grifo da autora), em sua obra de 1969, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, já nos alertava: “A determinação *sexo* é selecionada socialmente para operar como um filtro anterior e concomitante ao processo de competição, objetivando restringir o número de pessoas em condições de, legitimamente, dele [ordem social] participar”.

Nas mais diversas épocas e na atualidade, observa-se que as desigualdades entre homens e mulheres ocorre em todos os espaços e nas mais diversas situações na nossa sociedade. Heleieth Saffioti (2013) reitera que a marginalização do trabalho da mulher se fez mais contundente após a Revolução Industrial, na origem do capitalismo. Em um trabalho hodierno, do recém lançado Observatório da Diversidade e da Igualdade de Oportunidades no Trabalho, criado no âmbito da iniciativa SmartLab de Trabalho Decente, uma cooperação do Ministério Público do Trabalho brasileiro (MPT) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT), são revelados que:

No Brasil, o rendimento mensal de mulheres no setor formal da economia é, em média, de 2,7 mil reais, ao passo que o dos homens é de 3,2 mil reais, apontam dados de 2017. Além disso, mulheres brancas recebem, em média, 76% do rendimento dos homens brancos, valores que são ainda menores para homens negros (68% dos homens brancos) e mulheres negras (55% dos homens brancos).

Se considerados apenas os cargos de direção no setor privado, a disparidade de rendimentos entre homens e mulheres é ainda maior: o salário de homens é, em média, 10 mil reais superior ao das mulheres em cargos de direção (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2019).

Tais dados, além de reafirmarem as disparidades entre homens e mulheres, reafirmam as dessemelhanças entre mulheres e homens negros e mulheres e homens brancos, com o triste detalhe que a mulher negra se encontra abaixo de todos os outros grupos mencionados. Ao observar essa realidade, é evidente que a mulher negra sofre uma dupla opressão: uma por ser mulher e outra por ser negra. Djamila Ribeiro (2017, p. 86) também nos auxilia a compreender melhor o lugar de fala das mulheres sujeitas a essa dupla opressão:

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é o objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos.

Compete-me lembrar que a Biblioteconomia ainda é reconhecida como uma profissão majoritariamente feminina (PIRES; DUMONT, 2016; LOBÃO; DAVID; PEREIRA; SALES, 2017). O estereótipo da bibliotecária é a representação de uma senhora, idosa, branca, coque no cabelo, livro aberto nas mãos ou com o dedo em riste indicando silêncio. Almeida Júnior (2017), retomando uma publicação original, também de sua autoria, mas de 1995, resume que esse estereótipo denota a caracterização de uma bibliotecária improdutiva, passiva, guardiã do passado,

ociosa, inútil, sem função social e funcionária pública (dado também ao clichê do mal atendimento). Observa-se, o quão aviltante é essa ideia preconcebida e indignamente repassada durante muitas décadas. Felizmente, há alguns anos, uma nova geração de profissionais tem se esforçado em subverter a forma como o profissional é visto pela sociedade. Mas, infelizmente, o ponto que queremos tocar, é que mesmo sob essa imagem estereotipada e depreciativa, a profissional negra, era invisibilizada no imaginário geral.

Deste modo, é dentro do lugar de falar da mulher negra, na Biblioteconomia, que se concentra as publicações dessa obra. Os discursos se alinham para se fazerem ouvir por outras mulheres negras na área. Mas, para além destas mulheres, também se fazem ouvir por toda a Biblioteconomia, rompendo os muros da invisibilidade e mostrando a intelectualidade e a prática das mulheres negras da área. Para encetar a imersão nessa questão, segue a descrição dos textos que compõem este livro.

Os trabalhos começam com a autora Geisa Müller de Campos Ribeiro, que inaugura as discussões com o texto “*A ciência é masculina e branca: breves reflexões*”. A autora discute a ausência de mulheres na ciência, endossa e apresenta uma argumentação contundente a respeito do complexo debate de a ciência ser branca e masculina. Posso destacar, como a principal contribuição da autora, a capacidade de irromper o silêncio que cerca a discussão do tema e ser um mote, para estimular o protagonismo de mulheres na ciência, em especial as mulheres negras, averiguando maneiras de diminuir os estereótipos de gênero e raça no cenário acadêmico.

Elisângela Gomes é a responsável pelo segundo capítulo, intitulado *Escrevivências na Biblioteconomia: afrocentrar para existir*.

A autora adota a “técnica” da “escrevivência”, na qual a história retratada entremeia-se a narrativa de vivências particulares e coletivas da autora, conduzindo o texto para um ensaio humanizador, que aborda e reflete sobre identidade, letramento e relações raciais, a partir do seu olhar e da sua vivência de discente e docente no curso de Biblioteconomia. Outrossim, seu discurso, proceloso, mas também afetuoso, impele um possível percurso em direção à construção de uma sociedade com expressão e prática alinhados à luta antirracista.

O terceiro capítulo foi elaborado por Dávila Maria Feitosa da Silva e é nomeado *Bibliotecárias negras cearenses: contribuições para a luta antirracista*. O capítulo avulta a produção científica de bibliotecárias negras, do interior do Cariri cearense, sob a abordagem antirracista no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Nesta tarefa, a autora tem o desafio de romper muros sociais, simbólicos, políticos, colocados há séculos para essas mulheres, para mostrar que as mesmas e outras que possam vir depois delas, são exemplos e fontes para fortalecer a reflexão e a intelectualidade feminina negra no meio acadêmico.

No quarto capítulo, Franciéle Carneiro Garcês da Silva nos apresenta *Clara Stanton Jones e sua contribuição para a Biblioteconomia Negra Americana*. O texto traça uma breve biografia da primeira bibliotecária negra eleita como presidenta da *American Library Association* (ALA). Franciéle nos apresenta uma bibliotecária e educadora afro-americana com características com as quais muitas bibliotecárias negras e não negras irão se identificar e, principalmente, constituir como exemplo de representatividade. Para Clara Jones, a Biblioteconomia não era a sua primeira opção de estudo, mas, com o tempo, acabou se encontrando na profissão. Dentre as suas diversas atuações,

destaca-se a direção da Biblioteca Pública de Detroit, na qual sua nomeação confrontou um protesto de membros brancos da Comissão de Biblioteca. Já na ALA, buscou transformar as bibliotecas do paradigma de grandes repositórios de livros para o paradigma de espaços de informação, recursos, serviços e ferramentas educacionais e teve grande importância na luta antirracista com a aprovação da “Resolução de Conscientização sobre Racismo e Sexismo”.

Bamidelê: trajetória histórica informacional da Organização das Mulheres Negras da Paraíba, de Leyde Klebia Rodrigues da Silva, é o quinto capítulo dessa obra, e foca nas ações da Organização de Mulheres Negras da Paraíba - Bamidelê, uma organização não-governamental *parceira do* Movimento Negro Organizado da Paraíba e de outras entidades. A Bamidelê foi criada em 2001 por feministas negras e tem como propósito contribuir para a eliminação do racismo e sexismo, buscando a equidade de gênero numa perspectiva étnico-racial. O capítulo se embasa na trajetória histórica-informacional da organização e no papel que a Bamidelê tem para desconstruir (ou minimizar) as relações hierárquicas e assimétricas, ainda muito presentes na sociedade paraibana. A autora destaca o papel da ONG em prover às mulheres negras, jovens e adolescentes informações necessárias para discutir abertamente as relações étnico-raciais e a promoção dos direitos humanos.

Ressaltar a importância de livrarias especializadas em autoria negra feminina no Brasil é o âmago do capítulo elaborado por Graziela Barros Gomes, intitulado *Ketty Valêncio e a importância de livrarias especializadas em autoria negra*. Durante a sua revisão, a autora investigou a ausência de trabalhos na área de Biblioteconomia e da Ciência da Informação brasileira sobre

livrarias especializadas em autoria negra. Para além, prostrou-se na análise do potencial que a criação destas livrarias especializadas tem para alterar esse paradigma e ser um novo campo de trabalho/oportunidade para atuação do profissional de informação, tendo como sustentáculo o pioneirismo de Ketty Valêncio no afroempreendedorismo social do setor livreiro, com a criação da livraria Africanidades.

No sétimo capítulo, Dandara Baça de Jesus Lima, nos convida ao enfrentamento. A autora nos conduz a nos defrontarmos com nossos próprios preconceitos, com as afluências de notícias falsas e nos desafia à mudança. “Nós” aqui descritos, desafiados a repensar nossas ações e papéis, somos você leitor, eu e toda a nossa área, ainda arraigada por regras que, muitas vezes, contribuem mais para excluir do que para incluir. O percurso adotado pela autora é regido pela experiência da célebre Carolina Maria de Jesus. No capítulo *Aprendendo com Carolina Maria de Jesus a enfrentar os preconceitos e as informações e notícias falsas*, Dandara Baça extrai da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, o encontro de Carolina Maria de Jesus com ciganos e a sua mudança de pensamento com relação à essa população e expõe, como exemplo, como essa mudança de postura, é fulcral para combater as exclusões que o racismo proporciona.

Em o *Racismo impresso e expresso: a cultura do racismo em letras, números e imagens*, capítulo elaborado pelas autoras Denise Maria da Silva Batista e Elisete de Sousa Melo, há uma profunda investigação das narrativas escritas e imagéticas de diferentes viajantes estrangeiros dos séculos XVII ao XIX, que ancoraram no Brasil durante o período do tráfico de africanos escravizados, para fundamentar uma discussão sobre o processo de segregação racial da população negra brasileira. As autoras conseguem observar,

mesmo que de forma velada, peculiaridades daqueles discursos na atualidade e nos conclamam a agir, para retirar do papel, o que nos é direito garantido.

Natalia Duque Cardona, autora do nono capítulo, rompe com a sequência de apresentações da realidade brasileira, para nos difundir aspectos importantíssimos da realidade das mulheres negras colombianas. Com o título *Representaciones sociales de la lectura-escritura-oralidad en mujeres negras de la ciudad de Medellín (historias de vida)*, a autora nos apresenta uma pesquisa na qual buscou compreender quais as representações sociais que as mulheres, que se reconhecem como afrodescendentes, possuem em relação à leitura, à escrita e à oralidade, por meio de um estudo de caso nas práticas de leitura em bibliotecas educacionais na cidade de Medellín, Colômbia. A autora se valeu de narrativas autobiográficas, que incluem a história da vida das mulheres, e fragmentos destas histórias em diferentes formatos: escritos, orais, icônicos, entre outros. Obteve, em decorrência, representações que mostraram que as atitudes relacionadas à leitura-escrita-oralidade não são unidirecionais, ou seja, proporcionam relações positivas (como ser indispensáveis para a formação de qualquer ser humano) e negativas (quanto usadas para invisibilizar e homogeneizar a sociedade), mas mostram-se importantes para constituição da própria história da mulher, para reconhecer-se enquanto mulher negra e para lhes dar voz e espaço.

O décimo capítulo, redigido pela autora Vanessa Jamile Santana dos Reis e pelo autor José Carlos Sales dos Santos, é denominado *Da representação social à representação do conhecimento: perspectivas teóricas das mulheres negras na ciência*. Os autores debruçaram-se sob um levantamento a respeito da produção

intelectual das mulheres negras na ciência, suas abordagens teóricas e conceituais e a preocupação com a expressividade da produção intelectual de mulheres neste contexto. Evidenciam que esse cenário, a muito negligenciado às mulheres negras, tornou-se um espaço de ruptura, no qual mulheres negras têm passado a protagonizar uma luta entranhável contra o racismo institucionalizado, demonstrando que os lugares de produção e disseminação do conhecimento também são seus espaços.

A obra se encerra com o capítulo elaborado por Raissa Gabrielle Cirilo, intitulado *A hora do conto como recurso de mediação de leitura na biblioteca escolar e disseminação da cultura afro-brasileira*. O foco do capítulo é a medição de leitura, através do bibliotecário escolar, sendo o principal recurso, a hora do conto. O capítulo detalha como o bibliotecário poderá apresentar, nas mediações realizadas nas bibliotecas, a cultura Africana e Afro-Brasileira, seguindo a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e, deste modo, promover a cultura afro-brasileira e, por conseguinte, reiterar o respeito à diversidade étnico-racial e cultural e a importância da luta antirracista.

Por fim, reiteramos a importância de cada um desses trabalhos na discussão, na reflexão e na prática empreendidas por mulheres negras na Biblioteconomia. As sendas calcadas por essas pesquisadoras, reafirmam a importância de se repensar a prática e a intelectualidade na Biblioteconomia sob novas óticas, sem segmentação de espaços. O intuito é que esta obra colabore para a construção de uma Biblioteconomia cada vez mais representativa, diversa e antirracista, tirando da invisibilidade, mentes e corpos que foram, são e serão elementares para o constante desenvolvimento e fortalecimento da área.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018. (Feminismos Plurais).

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Biblioteca pública: ambigüidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário. **INFOhome**, [S.l.], nov. 2017. Texto publicado originalmente em “Ensaio APB, número 15, fev. 1995”. A redação é a mesma da publicação original. Disponível em: <https://ofaj.com.br/espacoofajs_conteudo.php?cod=13>. Acesso em: 01 set. 2019.

ADICHIE, C. N. **Sejamos todos feministas**. Tradução de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOBÃO, I. S. L.; DAVID, J. G.; PEREIRA, D. B.; SALES, F. Biblioteconomia: uma questão de gênero? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 2037-2050, 2017.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. **OIT e MPT lançam observatório sobre diversidade e igualdade no mercado de trabalho**. 16 ago. 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/oit-e-mpt-lancam-observatorio-sobre-diversidade-e-igualdade-mercado-trabalho/>>. Acesso em: 02 set. 2019.

PIRES, H. A. C.; DUMONT, L. M. M. Relações de gênero e a profissão bibliotecária no Brasil. **Cadernos BAD**, Lisboa, n. 1, p. 157-171, 2016.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017. (Feminismos Plurais).

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

A CIÊNCIA É MASCULINA E BRANCA: BREVES REFLEXÕES

Geisa Müller de Campos Ribeiro

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, os estudos sobre a temática “mulher na ciência” têm se expandido a partir de diversas abordagens e campos de conhecimento. Apesar de haver um crescimento histórico desde 1970, ganhar destaque em 1980, passando a ser discutida como linha de pesquisa de múltiplas abordagens até os dias atuais (LETA, 2003), ainda existem alguns questionamentos sobre a participação da mulher no fazer científico. Muitos estudos alegam que a atuação da mulher está concentrada em áreas denominadas de “guetos femininos” (psicologia, linguística, nutrição, enfermagem, fonoaudiologia, serviço social, entre outros). Também indicam que mulheres não avançam na carreira na mesma proporção que os homens, são pouco inseridas na participação de cargos administrativos, em comitês de assessoramento das agências de fomento, no recebimento de bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ou são menos “produtivas” (SILVA; RIBEIRO, 2014).

As evidências sugerem que há alguns aspectos relacionados à tradição cultural do fazer científico, que sempre esteve associado ao masculino, como por exemplo, alguns princípios

norteadores da Ciência Moderna, que segundo Silva (2008, p. 135), “balizaram a construção do conhecimento científico, abstraindo, declaradamente, toda possibilidade de considerar as mulheres como sujeitos de conhecimento e do conhecimento”. Além disso, estruturas sociais, o desenvolvimento econômico do país, o sistema educativo e a ausência de sistemas que viabilizem a vida profissional e familiar da mulher, são elementos que dificultam o seu avanço.

Isso expressa que a inserção das mulheres na ciência é um problema de relações de gênero (e neste contexto, precisam ser observadas as especificidades das diferentes mulheres, considerando aspectos sociais, culturais, raciais e étnicos), consequência de um processo histórico e cultural que estabelecem lugares que são valorados de forma hierárquica para mulheres e para homens.

Na perspectiva Foucaultiana, o sujeito está imerso em redes de relações de saber/poder, e se constitui e é constituído nessas redes imerso a um processo histórico e cultural. Estas redes podem ser consideradas dispositivos que regulam, deslocam e produzem os discursos na (e para a) ciência enquanto atividade masculina e branca, já que o sujeito das ciências tem sido o homem pelo viés patriarcal, gerando invisibilidade à mulher, e mais ainda à mulher negra (RAGO, 1998).

Esta ciência, marcada pela produção de verdades científicas, e que possui suas dinâmicas no sistema de produção de conhecimento científico, sujeita também a mecanismos de mercado, que é controlada e controlam os “trabalhadores” do conhecimento, que possui suas leis, enunciados científicos, dentre outras características que estão no interior do que Foucault chama de dispositivo, forma e regula, pelas múltiplas relações no

tensionamento de saber/poder, o sujeito pesquisador. Logo, modifica e amplia os discursos no (e para o) corpo. Então, nessa estrutura de dispositivo da ciência, marcada predominantemente pelo sujeito masculino, forma-se o discurso sexista e de que “ciência não é coisa de mulher”, o que a invisibiliza.

Também é importante pensar que a ciência, considerada como instrumento de produção da racionalidade, fundamenta um sistema de ideias baseado na raça, o que coloca a mulher negra ainda mais abaixo. Neste contexto, é preciso observar, conforme diz Carneiro (2003, p. 119), que “a 'variável' racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros)”. Ainda, “com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas)”. Ou seja, o racismo rebaixa o status de gênero e institui como primeiro degrau a equalização social, a igualdade intragênero. Para a mesma autora, a “superioridade de um grupo racial e a inferioridade de outro, gera diversas perversidades”. Nisto, a “excelência e a competência passam a serem percebidas como atributos naturais do grupo racialmente dominante, o que naturaliza sua hegemonia em postos de mando e poder” (CARNEIRO, 2009, s.p.).

Mesmo silenciadas e com pouca visibilidade, sabe-se que muitas mulheres negras contribuíram para o crescimento e evolução do campo científico durante a história da consolidação da pesquisa no Brasil. Tensionar este lugar é encontrar outros sentidos para o futuro e presente, é deslegitimar formas de poder, dominação, violência e silenciamentos. Por esta razão, esta pesquisa possui como objetivo discutir e apresentar brevemente

algumas reflexões sobre a exclusão das mulheres na ciência e problematizar esta ciência como branca e masculina.

Sabe-se que a afirmativa “mulher negra na ciência”, pela diferença, reforça e fixa a identidade negando outros corpos, o que não é a proposta deste estudo. Mas é preciso considerar que o princípio redutor identitário colocou a mulher negra em outros lugares enquanto demarcação cultural. E romper com este discurso só é possível pela afirmação epistêmica e política. Enquanto luta, é preciso afirmar, e por enquanto, só é possível desta forma.

A primeira parte do trabalho busca refletir sobre a ciência enquanto construto simbólico de dispositivo de verdade que funda e fixa um sujeito universal de produção de conhecimento deixando de lado aqueles que escapam do seu modelo de referência. Portanto, possui um corpo social bem específico.

Em segundo momento, será tensionado o corpo da mulher, não existindo *a priori*, mas sendo construído e atravessado por técnicas de saber/poder que operaram nos discursos: “um corpo feito”. Estes discursos formulam, constituem, recriam, fundam e legitimam este corpo principalmente pelo racismo estrutural.

Por último, discutir de forma provocativa esta ciência que “mata corpos negros” ao dar privilégio epistêmico a quem possui privilégio social; apresentar a luta feminista negra e discutir os silenciamentos as quais fomos/somos submetidas ao longo da história como um processo social brutal de produção e reprodução de padrões de subalternidade cognitivamente e materialmente a nós impostos.

Acredita-se que as reflexões apresentadas constituem uma forma de contribuir para romper com o silêncio, e neste sentido, fortalecer a produção científica de mulheres negras como um

meio de diminuir os estereótipos de gênero e raça e corroborar para estimular o protagonismo de outras mulheres. Assim como diz Vilma (2017, p. 17), a mulher negra na ciência tem um lugar marcado pela ausência histórica. “Lugar ausência” designado pelo racismo, pelo silêncio histórico, pelo não lugar, pela invisibilidade do Não Ser, sendo.

2 A CIÊNCIA E SEU DISPOSITIVO DE VERDADE

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas. Nem parece preto. (Lélia Gonzales, 1984, p. 226).

Para compreender a ciência é preciso percebê-la em suas diversas evoluções, onde cada momento histórico, influenciado pelo tempo e lugar, possui uma tentativa de explicar a realidade. Schwartzam (2009) diz que o conceito de ciência varia de uma época à outra, pelos tipos de linguagem e cultura. Isto é, se modifica decorrente das dimensões históricas, sociológicas e epistemológicas e pode ser entendida como o conhecimento sobre a natureza, o homem e a sociedade. Por esta razão, é uma atividade direcionada à busca da verdade e produtora de significações que refletem o momento que foram elaboradas (RIBEIRO, 2019).

Os discursos da ciência introduzem suas raízes em camadas, regras e ordens cuja gênese é complexa e remonta a épocas diversas (CASTELFRANCHI, 2008). Se instaura em determinado momento para determinada sociedade e tem na comunicação seu princípio constitutivo relacionado aos processos de produção e difusão do conhecimento.

Desde as civilizações anteriores à Idade Moderna, como os gregos e os romanos, a humanidade já investigava a natureza das coisas e a verdade se dava através da argumentação e da divindade religiosa. No entanto, houve um momento chave de transição marcado pelo nascimento da Ciência Moderna e as consequências epistemológicas deste nascimento. Esta ciência passa a ter centralidade e enquanto modelo totalitário se defendia de duas formas de conhecimentos não científicos: o senso comum e os estudos humanísticos. O método, no contexto do seu surgimento e como uma forma de se apropriar da realidade que a cerca e com ela interagir serve de direção e o que possibilita argumentar o que é verdadeiro ou não (RIBEIRO, 2016).

Segundo Chaui (2001, p. 255) “a ciência moderna nasce vinculada à ideia de intervir na natureza, de conhecê-la para apropriar-se dela, para controlá-la e dominá-la”, é o exercício de poderio humano sobre a natureza. É o surgimento da razão que se posiciona à frente como uma forma de dominar a vida e a sociedade. Este momento é conceituado como o período da cultura científica. Cultura esta que obteve um desenvolvimento extraordinário e modificou todos os sentidos dos campos sociais, alterando o mundo do saber, a economia, as relações sociais, as políticas e, posteriormente, consolidou uma sociedade capitalista. Era o surgimento da modernidade e a imagem do progresso

científico, a ciência e sua inter-relação com a produção (ARANHA; MARTINS, 2003).

É importante considerar que esta ciência instaura um discurso universal, invisibilizando outros modos de construção do conhecimento, e passa a se estruturar no que Castelfranchi (2008, p. 9) denomina de “tecnociência”, isto é, seu funcionamento como um dispositivo, onde a produção de verdade, regimes de poder e produção de individualidade interagem e se constituem mutuamente. Isso configura o entrelaçamento entre os dispositivos de produção de conhecimento científico, as técnicas e o capitalismo como uma superestrutura com dinâmicas, características e potencialidades, que reage, retroalimenta e também contribui para ressignificar a racionalidade.

O mesmo autor ainda afirma que

A tecnociência [...] não é uma convergência qualquer entre produção de saberes confiáveis, universalizáveis, e técnicas para fazer coisas acontecerem, mas um agenciamento específico, particular, um acontecimento. É uma singularidade que se deu a partir de um poliedro de processos, de uma série complexa de rupturas e movimentos no interior das economias de poder e das economias de verdade (CASTELFRANCHI, 2008, p. 315).

Portanto, a ciência, nesta perspectiva, enquanto construto simbólico, possui características das quais Foucault (2000) denominou de dispositivo:

Um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000, p. 244).

Para Castelfranchi (2008, p. 130), com base na concepção Foucaultiana, o dispositivo é uma rede de relações de regimes, de discursos. Estaria, então, na essência do fazer ciência um jogo entre “instituições e práticas, enunciados e princípios científicos, regulamentos e medidas onde saber e poder, efeitos de verdade e técnicas de dominação se entrelaçam e co-constituem”.

O mesmo autor, apresenta a tecnociência como meta-dispositivo que conduz, suscita, impulsiona, modula e permite o funcionamento de outros dispositivos como ciências, técnicas, mercados, os quais estariam entrelaçados nas redes de saber e poder. Então, é constituída por práticas e discursos com especificidades epistemológicas, institucionais e normas dos sujeitos nelas envolvidos. E, portanto, produz um tipo de corpo bem definido e regulado em uma lógica e um padrão cultural próprio que nega e silencia todos os demais corpos que não o representa. No sentido provocativo, podemos então afirmar que “a ciência possui um corpo social bem específico”.

Assim, este dispositivo da ciência que invisibiliza e silencia a mulher e a coloca em outros lugares, pode ser, segundo Silva e Ribeiro (2001, p. 3), o “viés sexista e androcêntrico que permeia a ciência, que define o homem branco, heterossexual, capitalista,

ocidental como sujeito do conhecimento”. Algumas formulações teóricas apresentam pressupostos que nortearam a produção do conhecimento, como: as condições de neutralidade com linguagem androcêntrica, e universalismo, caráter progressista da racionalidade científica e objetividade da ciência. Estes aspectos só reafirmam a figura de um sujeito universal. A objetividade e neutralidade garantem a veracidade do conhecimento e instauram padrões de normatividade científica que deixam de lado aqueles que escapam deste modelo de referência (RAGO, 1998, p. 4). É o respectivo silêncio da mulher negra na história e no presente.

3 FIZERAM-ME CORPO: MULHER NEGADA

Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler jornal, ouvir rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados. (Lélia Gonzáles, 1984, p. 227).

As discussões sobre corpo permeiam diferentes áreas e dimensões de conhecimento, mas partimos de uma abordagem presente nas Ciências Humanas e Sociais onde as compreensões recaem em corpo construído e desconstruído nos/dos discursos e saberes acadêmicos, instituições, formas de controle e a cultura também como atravessadora destes sujeitos.

Digamos que este corpo, formado no dispositivo científico, apresentado no tópico anterior não é o corpo de muitas mulheres. Pensar o corpo implica necessariamente pensá-lo em diferentes

dimensões que o definem. Por essa razão, partiremos da concepção de corpo sob uma perspectiva pós-estruturalista que o considera como uma rede de múltiplas variações e evoluções. É sempre mais do que a “ciência determina que ele seja por modelos”. O corpo é um permanente *devenir*, indefinido, um fluxo constante que não se deixa apreender na solidez das classificações, que se mistura entre elementos e dimensões que ao mesmo tempo se alteram e se encadeiam (SILVA; ZABOLI; CORREIA, 2016, p. 6).

Foucault (1996) aponta para um corpo fragmentário, basicamente em contingência, que pode ser feito, refeito e desfeito. Sua proposta, segundo Rago (1998, p. 5), parte das desconstruções das sínteses das unidades e das identidades ditas naturais em busca da totalização das multiplicidades para compreender como o sujeito se constitui ante a verdade instituída. Isto é, o sujeito para Foucault que busca a verdade é um tipo de sujeito construído discursivamente em dado momento histórico. Nestas verdades estão presentes funções de relações de saber⁴/poder, como um modo também de dominação.

São os efeitos das produções de saberes, como mecanismos de dominação, que incitam a produção de discursos. O poder nessa esfera produz corpos, onde vários dispositivos atuam. É a partir das relações que se estabelecem entre o corpo que este é continuamente produzido, não existindo *a priori*, mas sendo construído. Por isso, é considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, e atravessado por redes e linhas de forças, inserido em um campo de complexas relações sociais,

⁴ Podemos considerar o Saber em Foucault (2014) como esferas de enunciados sobre o objeto.

sexuais e étnicas. Este não é pensado em uma essência biológica pré-determinada, mas que se constrói, social e culturalmente no jogo das relações, discursos/saberes instituintes (RAGO, 1998, p. 5).

O corpo estaria então atrelado no interior dos poderes que o legitima, permite o seu investimento, o seu controle e gerenciamento. Mas este poder circula, não está localizado e nem nas mãos de alguns; se movimenta, funciona em rede, transita pelos indivíduos e não se aplica a eles (FOUCAULT, 1979). É um poder diluído em todos os setores da sociedade nas relações, atravessado no tecido social.

É importante pensar que no Brasil, o corpo se constituiu como marcador identitário, ético e como lugar de ordenamento. A demarcação biológica do ser do qual o poder se incumbiu, produziu e naturalizou por múltiplas práticas discursivas a diferença, hierarquização, qualificação, estratégias de marcação, e até classificação e separação entre as raças superiores e as tidas como inferiores.

O corpo da mulher negra neste contexto, e por estas demarcações, possui um lugar construído socialmente pelos discursos, saberes e poderes que a fundam e legitimam, principalmente, pelo racismo estrutural. Estes discursos constroem o objeto que se fala, materializa. É o corpo da mulher negra coisificado e demarcado: “fizeram-me corpo”. Para Mbembe⁵ (2016, p. 18), “racismo é acima de tudo uma tecnologia

⁵ Filósofo, teórico político, historiador, intelectual e professor universitário camaronês que elabora suas reflexões em torno do conceito de Necropolítica, enquanto forma contemporânea que subjugam a vida ao poder da morte, numa tentativa de expandir a noção de biopoder desenvolvida por Foucault. Isto é, o filósofo reflete sobre a soberania que reside no poder e na capacidade de ditar

destinada a permitir o exercício do biopoder⁶”, e além disso, do silenciamento, da negação, da morte, tanto física quanto política ou simbólica. E, portanto, está na estrutura da sociedade que “normaliza e concebe como verdade padrões e regras baseadas em princípios discriminatórios de raça”, com mecanismos sistemáticos (GAUDIO, 2019, p. 215).

O racismo, como tecnologia de poder, pode ser compreendido, por meio de Foucault (2000), ao elaborar a categoria biopoder que opera na gestão política da vida. Apresenta-se em fenômenos coletivos e se dirige aos acontecimentos aleatórios e implanta mecanismos com funções inclusive regulamentadoras. Portanto, é um dispositivo “essencial do poder do Estado que classificou os sujeitos de acordo com as características fenotípicas, além de definir uma linha que divide os grupos superiores e inferiores” (GAUDIO, 2019, p. 216).

Sobre isso, podemos exemplificar a história de Sarah Baartman, a Vênus Hotentote, “atração especial” que tinha o corpo seminu exibido no Museu do homem de Paris próximo dos cérebros de franceses como Renée Descartes e Pierre Broca, por possuir quadris e nádegas que despertavam curiosidade e interesse científico, e também por possuir genitália hipertrofiada (HALL, 1997).

quem pode viver e quem deve morrer. Reconfigura profundamente as relações entre resistência, sacrifício e terror.

⁶ Conceito apresentado por Foucault (2000, p. 289). Trata-se de um conjunto de processos como a proporção dos nascimentos e dos óbitos, a taxa de reprodução, a fecundidade de uma população, etc. São esses processos de natalidade, de mortalidade, de longevidade que, justamente na segunda metade do século XVIII, juntamente com uma porção de problemas econômicos e políticos (os quais não retorno agora), constituíram, acho eu, os primeiros objetos de saber e os primeiros alvos de controle.

Este corpo não é o corpo científico enunciado, com legitimidade de saber. O corpo científico como um construto simbólico é normatizado, regulado e enquadrado em padrões culturais que tentam invisibilizar a multiplicidade e a diversidade. É na centralidade desse construto simbólico como dispositivo, no qual operam os discursos e as técnicas de poder, que é produzido o sujeito pesquisador homem branco, invisibilizando o “tido como diferente” e, conseqüentemente, as mulheres negras como produtoras de conhecimento. Esta ciência, considerada como instrumento de produção da racionalidade, fundamenta um sistema de ideias baseado na raça (GAUDIO, 2019). Conforme Mbembe (2014), podemos dizer também que esta invisibilidade se encontra no interior do racismo.

É necessário considerar, a partir destas reflexões, que o discurso formula, constitui e recria representações da lógica discursiva, este corpo. Nisso, esse corpo também constitui em si possibilidades de subjetivação e de existência a partir da naturalização do racismo e dos princípios criados na subjetivação como “verdadeiros” e “racionais” para fundamentar as desigualdades.

4 UMA CIÊNCIA QUE “MATA” CORPOS NEGROS

*“Na avenida deixei lá; A pele preta e a minha voz
Na avenida deixei lá; A minha fala, minha opinião
A minha casa, minha solidão
Joguei do alto do terceiro andar
Quebrei a cara e me liberei do
Resto Dessa Vida, Na avenida,
Dura Até, O fim; Mulher do fim do mundo*

*Eu sou, Eu vou, Até o fim
Cantar”
Mulher do fim do mundo
(Romulo Fróes e Alice Coutinho).*

Ao longo dos últimos anos, em campos distintos, diversas pesquisas como Leta (2003), Silva e Ribeiro (2014), Bolzani (2017), Elsevier (2017), têm evidenciado o aumento da representação da mulher na ciência. Áreas consideradas predominantemente masculinas, como ciências exatas e da terra, têm aberto espaço para discussões e a emergência de estudos abordando as relações de gênero.

Tendo em vista uma abordagem histórica, é importante refletir que a ciência sempre foi uma atividade tradicionalmente ocupada e escrita por homens e as mulheres ficavam às margens desta atividade que cada vez mais se profissionalizava. As poucas exceções, segundo Leta (2003), davam-se em decorrência da posição familiar, se eram esposas ou filhas de algum homem da ciência. Além disso, possuíam um reflexo burguês. Realidade bem diferente das mulheres negras.

Apesar do quadro favorável, ainda existem muitos questionamentos sobre as razões da baixa visibilidade das mulheres no contexto acadêmico, principalmente negras. É neste âmbito que “O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera” (RAGO, 1998, p. 3). Ainda para a autora, os principais pontos da crítica feminista à ciência recaem na denúncia de seu “caráter particularista ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da

identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença”. Portanto, pensa-se a partir de um conceito universal de homem, sendo as suas práticas mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas.

As lutas feministas, como movimento social, durante toda história, alcançaram avanços significativos pela igualdade de direitos e busca pelo respeito e espaço na sociedade. Foram os movimentos que proporcionaram novos sentidos às ações de mulheres e sua participação na vida social, política, econômica e cultural. Ou seja, as lutas apresentaram rupturas e deslocamentos às questões de moral, de sexualidade, dos modos de feminilidade e corporeidade, e romperam com os modos tradicionais de produção de subjetividade (RAGO, 2013).

Entretanto, ao englobarem as mulheres a partir de características comuns, não se atentaram às especificidades de cada mulher, silenciando então muitas vozes, dentre elas as mulheres negras. Isto é, na busca por uma representatividade social, unificou os discursos e sujeitos do feminismo cristalizando a identidade “mulher” a partir de um modelo universal (BUTLER, 2003).

A luta, digamos que hegemônica em sua configuração histórica representada por mulheres brancas, nunca representou a história das mulheres negras: invisibilizadas por serem negras e mulheres. Em sentido provocativo, podemos dizer que a luta contra o racismo é anterior à luta por ser mulher (gênero). Arraes (2014, s.p) ainda diz que “se há tanto por que as mulheres brancas precisam lutar, é bastante preocupante o fato de que as mulheres negras nem sequer conquistaram igualdade quando em comparação com outros indivíduos do seu próprio gênero”. Ou seja, a autora faz esta abordagem ao questionar as lutas feministas

de mulheres brancas, que são legítimas, mas que não refletem as lutas das mulheres negras. Como é possível pensar na luta por ser mulher, se o racismo funda um abismo entre indivíduos do próprio gênero? “Se, de um lado, promove a afirmação das mulheres em geral como novos sujeitos políticos, de outro exige o reconhecimento da diversidade e desigualdades existentes entre essas mesmas mulheres” (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Não se pretende ignorar os grandes avanços apresentados pelos feminismos, principalmente nas chamadas “primeira onda, segunda onda, e terceira onda”, mais sim tensionar o movimento de ciência que ao longo dos anos contribuiu para construir e fixar e invisibilizar por meio dos discursos o lugar da mulher negra e da mulher.

A verdade é que a luta da mulher negra é anterior, com as histórias de resistências, conforme apresenta Arraes (2014):

Enquanto as mulheres brancas buscavam equiparar direitos civis com os homens brancos, mulheres negras carregavam nas costas o peso da escravatura, ainda relegadas à posição de subordinadas; porém, essa subordinação não se limitava à figura masculina, pois a mulher negra também estava em posição servil perante à mulher branca. (ARRAES, 2014, s.p).

Para Davis (2016, p. 24), o trabalho compulsório sempre esteve presente na vida da mulher negra e “reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão” e “aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma

avaliação de seu papel como trabalhadoras”. Muitas eram consideradas escravas domésticas – cozinheira, arrumadeira, passadeira – e como objeto de lucro, não eram menos do que os homens, mas trabalhadoras de tempo integral. Além disso, vítimas de abuso sexual, maus-tratos e avaliadas em decorrência de sua capacidade reprodutiva. A relação dos senhores com as escravas era orientada pela conveniência. Quando lucrativo, eram vistas como desprovidas de gênero, “mas quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p. 25).

É evidente que os silenciamentos as quais fomos/somos submetidas ao longo da história é um “brutal processo social de produção e reprodução de padrões de subalternidade cognitivamente e materialmente a nós impostos” (PINHEIRO, 2019), e trazer essa reflexão para a realidade científica, torna-se ainda mais brutal.

Cabe destacar que vemos dignidade nos diversos trabalhos as quais as mulheres negras foram/são submetidas e que o problema está no imaginário social construído que vincula e naturaliza estes locais como “locais de mulheres negras”, e pior ainda, que marginaliza esses espaços.

Independentemente do gênero, esta ciência possui um recorte inicial: só brancos. A produção do conhecimento é branca e eurocêntrica. Tensionando um pouco mais: se, ora, “a carne mais barata do mercado é a carne negra”, ser mulher é também ainda mais difícil. E ocupar um lugar na ciência então?

A história dita e mostrada é: quem possui privilégio social possui privilégio epistêmico e a consequência dessa hierarquização, para o pensamento de Gonzalez (1988),

legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e, assim, inviabilizando outras experiências do conhecimento.

Esse legado epistemológico nos impede de compreender epistemes próprias do mundo em que vivemos. Crítica que se consolidava à medida que se estruturava o modelo ariano de explicação, e a constituição do racismo como uma ciência da superioridade eurocristã (CARDOSO, 2014, p. 971).

Como diz Pinheiro (2019, s.p), “Acontece que cientistas negras são mulheres que estão imersas nos segregadores processos de subjugação racial que o racismo estrutural nos impõe em qualquer lugar do mundo”. Afinal, existem lugares para nós: normalmente espaços marginalizados, sem perspectivas e objetificados pela opressão, pelo processo de exclusão e a violência imposta pelo racismo.

Sabe-se que na atualidade há um salto quantitativo da população negra no campo da educação através das políticas públicas, como por exemplo, as cotas raciais. Mas a negação e a falta de representação ainda são latentes e advêm desde o período colonial, império e república, que limitavam as pessoas negras ao estudo.

Segundo o Censo da Educação Superior de 2017 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), soma-se um total de 532.607 alunos pretos e 2.157.189 pardos matriculados nos cursos de Graduação Presenciais e à Distância, por Cor/Raça.

Rago (1998), através de Foucault, ao problematizar a historicidade do sujeito e seus modos de subjetivação, diz que rever o passado é encontrar outros sentidos para o presente e futuro, é deslegitimar formas de poder e dominação no mundo. A partir dessa perspectiva, é importante evidenciar, conforme diz Ribeiro (2017, p. 12), que mulheres negras historicamente produziram insurgências contra o modelo dominante e promoveram disputas de narrativas que desestabilizaram verdades. Foram apresentadas muitas vozes, dentre elas masculinas, mas não as nossas histórias de glória.

Mesmo diante de tantas dificuldades, muitas mulheres negras contribuíram para o crescimento e evolução de diversos campos científicos durante a história da constituição da pesquisa, abrindo caminhos para outras. Apesar da determinação de papéis de gênero, herança histórico e cultural de discursos, sabe-se que as mulheres protagonizaram grandes avanços na ciência. Por isso, é importante tensionar esse lugar, no sentido de dar voz às mulheres invisibilizadas, mudando os padrões fixados do que vem a ser ciência e dar luz a existências negadas e inferiorizadas.

Neste sentido é que o feminismo negro emerge, segundo apresenta Ribeiro (2017, p. 8), “para pensar um novo modelo de sociedade, pensar projetos, novos marcos civilizatórios e não para causar cisões ou separações”. É também uma forma de “divulgar a produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm pensando em resistências e reexistências”.

É preciso o enfrentamento de práticas discriminatórias e preconceituosas para romper com o silenciamento como um dispositivo de manutenção do racismo (GAUDIO, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de algumas breves reflexões, este capítulo buscou uma tentativa de tencionar a participação das mulheres na ciência e problematizá-la como branca e masculina. Procurou também apresentar a ciência eurocêntrica enquanto construto simbólico que funda o sujeito universal do conhecimento, inclusive como dispositivo de verdade que (re)cria, formula e legitima o corpo, principalmente pelo racismo estrutural e que nega e “mata” corpos negros ao dar privilégio epistêmico a quem possui privilégio social. Somos/fomos silenciadas e negadas ao longo da história e romper com o silêncio só é possível pela afirmação epistêmica e política, é pensar em reexistências. Enquanto pesquisa em andamento no âmbito de doutorado, procurou-se priorizar a escrita sobre mulheres, mas reconhece alguns autores importantes e fundantes de alguns conceitos. A partir de um aprofundamento melhor sobre o tema, buscar-se-á na literatura outras reflexões para então trazer discussões e conceitos destes homens a partir da visão de outras mulheres.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

ARRAES, Jarid. **Feminismo negro:** sobre minorias dentro da minoria. 2014. Disponível em:

<<https://www.revistaforum.com.br/digital/135/feminismo-negro-sobre-minorias-dentro-da-minoria/>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BOLZANI, Vanderlan da Silva. Mulheres na ciência: por que ainda somos tão poucas? **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 69, n. 4, Out/Dec. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Revista Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Mulheres negras e poder: um ensaio sobre a ausência. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2009.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, set/dec. 2014.

CASTELFRANCHI, Yuri. **As serpentes e o bastão: tecnociência, neoliberalismo e inexorabilidade**. Campinas, 2008. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED). Poços de Caldas, 2003. (Conferência de Abertura)

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico]. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

ELSEVIER. **Gender in the global research landscape**. Disponível em: <https://www.elsevier.com/__data/assets/pdf_file/0008/265661/ElsevierGenderReport_final_for-web.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FOUCAULT, Michel. Poder-corpo. In: FOUCAULT, Michel.

Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michael. **Em defesa da sociedade:** Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

GAUDIO, Eduarda Souza. Resenha do livro “o que é racismo estrutural?”. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 6, n. 4, 2019.

Disponível em:

<<https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/951>>. Acesso em: 16 nov. 2018.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

HALL, Stuart. **Representation:** Cultural Representations and Signifying Practices. London: Sage, 1997.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, set/dez, 2003.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte e Ensaios:** Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, Dez. 2016.

PIEDEDE, Vilma. **Dororidade.** São Paulo: Editora Nós, 2017.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. As mulheres negras e a ciência no Brasil: “e eu, não sou uma cientista?”. **Com Ciência:** Revista eletrônica de jornalismo científico, s.l., 8 fev. 2019. Disponível em:

<<http://www.comciencia.br/as-mulheres-negras-e-ciencia-no-brasil-e-eu-nao-sou-uma-cientista/>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**. S.l., 1998. Disponível em: <http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos**, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: UNICAMP, 2013.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**. S.l., 1998. Disponível em: <http://projcnpq.mpbnet.com.br/textos/epistemologia_feminista.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Geisa Müller de Campos. **O processo de incubação social da Universidade Federal de Goiás: os desafios para a interação significativa na construção do conhecimento**. 2016. 183 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

RIBEIRO, Djalma. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Revista Internacional de Direito Humanos - SUR**, n. 24, v. 13, p. 99-104, dez. 2016.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Revista Ciência & Educação**, Bauru, v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014.

SILVA, Elizabete R. da. A (in)visibilidade das mulheres no campo científico. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 30, p. 133-148, jun. 2008.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. A participação das mulheres na ciência: problematizações sobre as

diferenças de gênero. **Revista Labrys Estudos Feministas**, n. 10, jul./dez. 2011.

SILVA, Renato Izidoro da.; ZOBOLI, Fabio; CORREIA, Elder Silva. O corpo no estruturalismo e no pós-estruturalismo: sobre o nascer de novos corpos. **Artefactum**: Revista de estudos em Linguagens e Tecnologia, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, jan./jun., 2016.

SCHWARTZMAN, Simon. **Ciência, Universidade e Ideologia**: a política do conhecimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

ESCREVIVÊNCIAS NA BIBLIOTECONOMIA: AFROCENTRAR PARA EXISTIR

Elisângela Gomes

1 INTRODUÇÃO

A produção acadêmica, mesmo frente aos avanços obtidos com as políticas públicas de ingresso à universidade, ainda é um desafio para estudantes e pesquisadoras negras. Não são raros as sensações e os relatos de “escrita travada” que compõem o cotidiano universitário.

Na tentativa de transgredir o que se prega como uma escrita acadêmica distanciada do “objeto” de pesquisa, venho desde a especialização⁷ e do mestrado⁸ buscando caminhos para uma produção científica que faça sentido. Ou seja, que possa refletir a minha trajetória negra e também de outras mulheres negras, em forma e conteúdo, trazendo para a superfície do discurso, vivências particulares, mas também sociais e coletivas.

⁷ GOMES, Elisângela; WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. Eu transformo: bibliotecário como formador de leitores em literatura negro-brasileira. In: ENCUESTRO DE LAS CIENCIAS HUMANAS Y TECNOLÓGICAS PARA LA INTEGRACIÓN DE LA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE INTERNACIONAL DEL CONOCIMIENTO: DIÁLOGOS EN NUESTRA AMÉRICA, 3., Goiânia, 7 a 9 de maio de 2015.. **Anais...** Goiânia: UFG, 2015. p. 2333-2349.

⁸ GOMES, Elisângela. **Falhas insubmissas**: memória e comunicação na obra da escritora Conceição Evaristo. 2019. 107 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2019.

O método de escrita que busco é desafiante, visto que, para acessar o ambiente acadêmico, nós mulheres negras, tivemos que nos despir dos elementos que nos constituem. Enquanto negras e negros precisam imitar o modelo eurocêntrico de produção do conhecimento, acadêmicos(as) brancos(as) se apropriam dos símbolos africanos e afrodiaspóricos, e têm suas pesquisas legitimadas.

Por compreender a agência organizadora deste livro como uma possibilidade de transgressão, para a escrita desse capítulo, o conceito de “escrevivência” será empregado. Este neologismo proposto pela escritora e pesquisadora Conceição Evaristo (1996), compreende a escrita do vivido, para ela: “a nossa ‘escrevivência’ conta as nossas histórias a partir das nossas perspectivas, é uma escrita que se dá colada à nossa vivência, seja particular ou coletiva, justamente para acordar os da casa-grande” (EVARISTO, 2017. s.p.).

Construir uma narrativa pelo entendimento da escrevivência amplia as possibilidades de ocupar o espaço acadêmico. Trata-se de inscrever a nossa história e de nossas ancestrais, transformando a universidade em um ambiente humanizador das relações sociais e coletivas à medida que as identidades são construídas afirmativamente.

Nessa perspectiva, este ensaio aborda algumas reflexões sobre identidade, letramento e relações raciais a partir da vivência discente e docente no curso de biblioteconomia.

2 LETRAMENTO, ESCOLARIZAÇÃO E CORPO

A construção histórica da população negra no processo de escolarização tem refletido significativamente nas pesquisas realizadas no âmbito acadêmico. Grupos e linhas de pesquisa estão se fortalecendo como resultado da demanda que surge a partir do ingresso de estudantes e docentes negras e negros.

Ingressamos na universidade, e para muitas, o processo de “tornar-se negro” (SOUZA, 1983), ocorre ao longo do percurso acadêmico. Entretanto, antes de nos reconhecermos em nosso pertencimento racial, nosso corpo é alvejado por olhares que aprenderam a nos classificar dentro de uma hierarquia racial, na qual somos vistas como inferiores.

A base da pirâmide social, que muitas vezes se alterna, sempre está ocupada por corpos negros. Portanto, é necessária uma tomada de consciência afirmativa. Para Neusa Santos Souza (1983, p. 77):

Ser negro é tomar consciência do processo ideológico que, através de um discurso mítico acerca de si, engendra uma estrutura de desconhecimento que o aprisiona numa imagem alienada, na qual se reconhece. Ser negro é tomar posse desta consciência e criar uma nova consciência que reassegure o respeito às diferenças e que reafirme uma dignidade alheia a qualquer nível de exploração. Assim, ser negro não é uma condição dada, a priori. É um vir a ser. Ser negro é tornar-se negro.

O corpo chega primeiro que a nossa fala, e a escola é um dos primeiros lugares que vivenciamos experiências coletivas nas quais as diferenças sociais, culturais e raciais são salientadas em tom de “brincadeira”, mas que, na verdade, revelam preconceito e racismo. Quando estava no ensino fundamental, embora estudasse em uma escola da periferia, os poucos colegas brancos representavam uma superioridade racial. Lembro de inúmeros apelidos atribuídos a mim e a um outro colega negro, em especial.

Na época, 1999, a Rede Globo estava transmitindo uma novela chamada “Terra Nostra”, uma das personagens, representada pela atriz Adriana Lessa, chamava-se Naná. “Escrava Naná” era um dos apelidos, entre outros, atribuídos a mim.

Na Cohab, também conhecida como Companhias de Habitação Popular, onde eu morava, não tinha muitas possibilidades de acesso à cultura e as condições financeiras precárias da minha família não poderiam oferecer além de comida e moradia. Com falta de opções educativas e culturais no bairro, restavam as poucas ações propostas pela escola. Ainda no ensino fundamental, concorri ao concurso e disputei a várias faixas: *Miss beleza*, *Miss simpatia*, *Miss inteligência*, mas a mim e ao meu colega negro, foram atribuídas as faixas *Miss doidinha* e *Mister doidinho*.

Essas duas escrevivências estão também presentes na narrativa literária. Destaco o conto “metamorfose” (1991), da escritora Geni Guimarães, em que a personagem principal, de mesmo nome da autora, relata uma situação de humilhação na escola. Era quase 13 de maio, dia em que se comemora a abolição da escravatura, a professora relata: “hoje comemoramos a libertação dos escravos. Escravos eram negros que vinham da

África. Aqui eram forçados a trabalhar, e pelos serviços prestados nada recebiam. Eram amarrados nos troncos e espancados às vezes até a morte”. Após a narrativa da professora, Geni em sua voz interior, relata: “quando dei por mim, a classe inteira me olhava com pena ou sarcasmo. Eu era a única pessoa da classe representando uma raça digna de compaixão, desprezo!” (GUIMARÃES, 1991, p. 65).

Os relatos apresentados demonstram o quanto o racismo é cruel e ao mesmo tempo naturalizado. As crianças chegam com seus preconceitos, adquiridos pela educação familiar e também pelos meios de comunicação, e na escola encontram um ambiente despreparado para debater as questões étnico-raciais.

Esse despreparo e, muitas vezes, desinteresse, tem um impacto significativo na construção das identidades negras, pois desde a infância somos ensinadas e educadas na perspectiva da inferioridade. Comparadas a escravas, infantilizadas e objetificadas para o divertimento de pessoas brancas.

O humor empregado ao salientar a estética negra como algo inferior pode ser compreendido como racismo recreativo configurado como:

[...] uma política cultural característica de uma sociedade que formulou uma narrativa específica sobre relações raciais entre negros e brancos: a transcendência racial. Esse discurso permite que pessoas brancas possam utilizar o humor para expressar sua hostilidade por minorias raciais e ainda assim afirmar que elas não são racistas, reproduzindo então a noção de que construímos uma moralidade pública

baseada na cordialidade racial (MOREIRA, 2019, p. 95).

Nos Estados Unidos da América, após a segregação, as crianças negras tiveram a possibilidade de frequentar as escolas, até então destinadas somente às crianças brancas. Nesse processo, crianças negras foram inferiorizadas nos seus saberes, em sua estética, tiveram seus corpos ridicularizados (hooks, 2015), pois o sistema educacional não modificou suas bases para educar as crianças negras. Processo semelhante se deu no Brasil, pois no pós-abolição, não houve preocupação em reparar os anos de exclusão escolar que acometeram gerações de famílias negras.

Na impossibilidade de termos nossas estéticas e identidades positivadas, somos levadas a acreditar que a única opção que nos resta é uma tentativa, sempre falha, de “imitar” as pessoas brancas. Para isso, agimos em negação a tudo aquilo que nos constitui. “Não é de estranhar que a criança africana aprenda na escola a odiar tudo o que herdou. A imagem que lhe apresentam é tão negativa que seu único consolo consiste em identificar-se ao máximo com a sociedade branca” (BIKO, 1990, p. 42).

Entretanto, quando ocupamos os lugares historicamente negado à nós, estamos dando o primeiro passo para rasurar essas narrativas. A continuidade das nossas epistemologias está na sobrevivência dos nossos corpos, por isso a necessidade de construir um processo de aprendizagem que afirma também o corpo como local de produção de conhecimento ao invés de negá-lo.

A possibilidade de construir uma identidade negra - tarefa eminentemente política - exige como condição imprescindível, a contestação

do modelo advindo das figuras primárias - pais ou substitutos que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco. Rompendo com esse modelo, o negro organiza as condições de possibilidade que lhe permitirão ter um rosto próprio (SOUZA, 1983, p. 77).

Temos enfrentado uma disputa de narrativas, sobretudo, no campo da intelectualidade. Embates não para suprimir a narrativa eurocêntrica, mas para inscrever na história uma narrativa com base africana. Essa história, que não pertence apenas a nós, pessoas negras, mas também faz parte da história dos países que utilizaram do capital intelectual, físico, espiritual e cultural dos países africanos para se constituírem.

Por maiores que sejam os esforços de apagamento do legado africano, nossa memória insiste em lembrar, e nas práticas cotidianas estão presentes os ensinamentos de nossas ancestrais. “Portanto, não há dúvida de que muito da abordagem para fazer surgir a Consciência Negra precisa ser voltada para o passado, a fim de procurar reescrever a história do negro e criar nela os heróis que formam o núcleo do contexto africano” (BIKO, 1990, p. 42).

Nosso letramento perpassa por múltiplos sentidos. Isso é assumir uma cosmovisão africana, ou seja, retomarmos a forma de enxergarmos e entendermos o mundo pela sua origem primeira. “Se mudarmos essa cosmovisão, essa maneira de pensar, sentir e conhecer o mundo, a maneira de trabalhar, de pesquisar e de conhecer também mudará” (KASHINDI, 2018, s.p.).

Tomamos como base os valores civilizatórios africanos: circularidade, cooperativismo, corporeidade, musicalidade,

memória, ancestralidade, oralidade e ludicidade e afirmamos que o saber passa pelo corpo. No corpo estão expressas as memórias das experiências de vida, por isso, é necessário afirmarmos as marcas desse corpo a partir dos vários pertencimentos. Capoeira, candomblé, samba, as cozinhas de nossas avós, são os lugares que nos possibilitam construir uma epistemologia negra que irá modificar o espaço universitário, contemplando os saberes trazidos por acadêmicas(os) negras(os).

Ao enxergar o caráter social e plural das práticas de letramentos, validam-se tanto as práticas adquiridas por meio de processos escolarizados, nas esferas mais institucionalizadas, como as adquiridas em processos e espaços de aprendizagem em distintas esferas do cotidiano. Tais ideias contribuem para o entendimento dos múltiplos sentidos atribuídos à linguagem, aos diferentes modos de ler, escrever e falar que caracterizam as histórias e trajetórias de letramentos dos diferentes grupos (SOUZA, 2011, p. 35).

Nesse processo de reconhecimento, compreendemos a nossa história registrada pela filosofia africana: Ubuntu, palavra banto baseada na ideia de humanidade, que para nós, surgiu da grande cabaça que unia Òrun (céu) e Àiyé (terra). Essa é a matriz, portanto, o conhecimento, o que pensamos como universal, como referência, vem do continente africano.

É necessário pontuar essa informação, pois em nosso processo de escolarização aprendemos sobre o Egito como o berço

da humanidade, mas nunca atrelado ao continente africano como um todo. A assepsia e a fragmentação com que a narrativa ocidental aborda o Egito, não nos possibilita acessar a capacidade intelectual de nossas ancestrais.

Esse mecanismo de ocultação nos fez, e ainda nos faz, acreditarmos que não somos suficientemente capazes de ocupar determinados espaços. A supremacia branca, por sua vez, reforça esse engodo em sua narrativa de inferiorização da população negra e atualiza suas estratégias de manutenção do racismo com sistemáticas apropriações dos elementos que constituem a identidade africana.

Entretanto, dentre os processos de resiliência negra a escolarização sempre foi uma pauta. A semente que foi plantada desde as escolas clandestinas, criadas ainda no período da escravidão⁹, cresce e chega aos programas de mestrado e doutorado.

Negras e negros na universidade têm a possibilidade de resgatar a perspectiva apresentada por Sankofa, adinkra Akan, que pode ser interpretado como o ato de andar em frente, escrever nossas histórias e construir o presente e o futuro, tendo a sabedoria de aprender com o nosso passado, dando continuidade ao que foi iniciado pelas(os) que vieram antes de nós.

⁹ PINTO, Regina Pahim. A educação do Negro: uma revisão bibliográfica. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 62, p. 3-34, ago. 1987.

3 NARRATIVAS NEGRAS NA BIBLIOTECONOMIA

A biblioteconomia nos oferece inúmeras possibilidades de atuação profissional, mas o campo de trabalho mais tradicional ainda é a biblioteca. Os cursos de graduação na área oferecem a disciplina de história dos registros humanos, uma das primeiras da grade curricular. O conteúdo compreende a história dos suportes gráficos, mas também dos locais de guarda do conhecimento.

Por essa disciplina, acessamos a história da Biblioteca de Alexandria, considerada uma das maiores e mais relevantes bibliotecas do mundo, localizada no Egito. No entanto, a visão fragmentada do conhecimento acadêmico-científico ocidental embranquece o Egito e atribui à Grécia as descobertas científicas. De acordo com Elisa Larkin Nascimento (2008, p. 65),

a Europa fundamentava a ética da escravidão na hipótese da inferioridade congênita dos africanos. Não seria conveniente, naquele contexto, divulgar tais fatos. Criou-se então, uma disciplina científica, a egiptologia, voltada à tarefa de tirar do Egito o crédito por suas realizações e atribuí-las a uma cultura realmente branca, a grega.

Nesse sentido, a universidade e suas referências eurocêntricas, por meio de uma violência epistêmica, contribuem para a continuidade do silenciamento da contribuição dos povos africanos para a produção da ciência. “O saque da biblioteca de Alexandria foi também uma forma, mediante o uso de violência,

de apropriação do saber africano pelos europeus” (LOPES, 2004, p. 40).

Alicerçada em uma visão de mundo estritamente eurocêntrica, de forma mais sofisticada, a universidade reverbera a mesma lógica da escola. Mulheres negras que foram escolarizadas antes da implementação da Lei nº 10.639/2003¹⁰, hoje, ingressam na universidade e permanecem acessando um modo de produção de saber que mitiga o intelecto africano.

A ideia de superioridade da civilização ocidental, imposta violentamente aos povos de todo mundo, baseia-se na falsa premissa de que ela representaria o estágio mais avançado do desenvolvimento humano, enquanto as culturas africanas seriam “primitivas” e “arcaicas”. A falsidade da premissa estaria no fato de que, já na primeira metade do século XIX, com a decifração dos hieróglifos egípcios gravados na famosa pedra de Rosetta, comprovava-se a precedência do conhecimento científico, religioso e filosófico no continente africano em áreas como astronomia, arquitetura, engenharia, matemática, medicina e na própria filosofia (LOPES, 2004, p. 40).

¹⁰ Torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas.

A base do conhecimento científico é comprovadamente africana¹¹. Entretanto, o ocidente, ao apoderar-se desse saber, pelo apagamento e silenciamento, transformou-o em algo distante e praticamente inacessível para africanos e seus descendentes.

Ainda estamos sendo assaltadas e violentadas com o projeto, em curso, para uma supremacia branca, que comete o epistemicídio (CARNEIRO, 2005), ou seja, assassina nosso conhecimento, mas também mata nossos corpos.

Em 2007, quando ingressei na graduação, não me sentia pertencente à universidade. Não compreendia como a estrutura universitária funcionava, ouvia pelos corredores uma conversa sobre iniciação científica, o tripé do ensino, pesquisa e extensão; mas não compartilhava das minhas dúvidas com as(os) demais colegas, pois não queria que soubessem da minha incapacidade de compreensão, e também porque eu percebia que nós não estávamos no mesmo “nível”.

Hoje é perceptível como o racismo estrutural operou e opera, não só no meu processo de aprendizagem, mas no das pessoas negras que acessam a universidade. A aprovação no processo seletivo¹² para o ingresso no ensino superior não é garantia de permanência, pois a manutenção de pessoas negras no espaço universitário exige outra dinâmica.

Produzir conhecimento científico demanda participação em grupos de pesquisa, palestras no contraturno das aulas, leituras

¹¹ Para o aprofundamento dessa discussão ver: DIOP, Cheikh Anta. **The African origin of civilization: myth or reality**. Westport: Lawrence Hill, 1974.

¹² Importante destacar que os processos seletivos das universidades e os concursos públicos são mecanismos institucionais meritocráticos. Para aprofundamento na discussão ver: ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

complementares, muitas vezes, em línguas que desconhecemos, entre outras. Essa realidade da rotina acadêmica parece óbvia, mas não para quem precisa trabalhar oito horas diárias e utilizar seis transportes por dia.

Nessa estrutura, que não está preparada para acolher estudantes negras, não raras são as vezes que ouvimos: “você precisa largar seu trabalho para se dedicar aos estudos”, ou: “como você nunca saiu do país?”, ou ainda: “você não fala nenhuma língua estrangeira?”, como se isso fosse possível para estudantes negras, pobres e periféricas como eu.

Se os professores levam o corpo discente a sério e têm respeito por ele, são obrigados a reconhecer que estamos nos dirigindo a pessoas que fazem parte da história. E alguns deles vêm de uma história que, se for reconhecida, pode ser ameaçadora para os modos estabelecidos do saber. Isso vale especialmente para os professores, universitários ou outros, que na sala de aula, se encontram face a face com indivíduos que não veem nos bairros onde moram. [...] Muitos querem agir como se a raça não importasse, como se estivéssemos aqui pelo puro interesse mental, como se a história não importasse mesmo que você tenha sido prejudicado. O reconhecimento desses fatos deve ser suspenso; e a explicação desse mascaramento é aquela lógica que diz: “Aqui fazemos ciência, aqui fazemos história objetiva” (hooks, 2013, p. 187).

Das poucas pessoas negras que ingressaram no mesmo ano que eu, as que conseguiram concluir a graduação, a duras penas, até mesmo na hora da tão esperada entrega de diploma, ouviram na cerimônia de colação de grau: “povo que não tem virtude, acaba por ser escravo¹³”.

Essa lógica perversa e institucionalizada do racismo, contudo, não impediu que pessoas negras acessassem à universidade. Nosso grito, após inúmeras tentativas de silenciamento, ecoa. “Tudo que quando era preto era do demônio, depois que virou branco e foi aceito eu vou chamar de blues: o samba é blues, o rock é blues, o jazz é blues, o funk é blues, o soul é blues, jesus é blues”. Nessa perspectiva trazida do rapper baiano Baco Exu do Blues (2018), vamos descortinando os discursos branco-referenciados e construindo novos caminhos.

4 A MEDIAÇÃO COMO CAMINHO PARA CONSTRUIR COMUNIDADES PEDAGÓGICAS

A história ocidental sobre o surgimento das bibliotecas e da profissão nos conta que essas não foram criadas com a finalidade de atender as necessidades da sociedade, mas para atender às demandas informacionais de uma elite (XAVIER, 2015). Somente quando é atribuído ao livro um papel social, teremos a presença da(o) bibliotecária(o) desempenhando funções que não se limitam ao processo de guarda e conservação. Com uma formação humanista, a profissional assume também um papel social; “[...]

¹³ Trecho do hino do Estado do Rio Grande do Sul, cantado em todas as cerimônias de colação de grau na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

tem por missão social conservar, organizar, difundir e favorecer os conhecimentos. Sua ação é eminentemente pedagógica, visando não apenas manter, mas estender e desenvolver a educação de base. [...]” (PAGÈS, [s.d.] apud MARTINS, 2002, s.p.).

Nesse sentido, lançamos mão do papel da mediação. Tema recorrente na biblioteconomia, a mediação da informação pode ser compreendida como sendo o processo no qual a(o) bibliotecária(o) seleciona e apresenta o acervo ou recurso informacional para o público que utiliza as unidades de informação. Para Almeida Júnior (2009, p. 92), representa

[...] toda ação de interferência, realizada pelo profissional da informação, direta ou indireta, consciente ou inconsciente, singular ou plural, individual ou coletiva, que propicie a apropriação da informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional.

Entretanto, a formação acadêmica dos cursos de biblioteconomia, ao ensinar sobre os procedimentos técnicos de indexação e catalogação, não o faz com um olhar orientado para as relações raciais. Isso impacta não só no processo de busca informacional, mas também na mediação.

[...] os sistemas de organização do conhecimento não trazem em si as possibilidades de representar os conteúdos de um saber de reserva acumulado pela sociedade ao longo de sua história plural e multicultural. Concebidos a partir do modo

eurocêntrico e único de conhecer, esses sistemas acabam por transformar todo conhecimento produzido por esses diferentes grupos em saberes ora desqualificados como aqueles que não se entende ora sujeitados aos cânones da ciência (MIRANDA, 2009, p. 3).

Aprendemos a reproduzir tudo o que nos ensinam na universidade, as referências e as técnicas, na atuação profissional. A docência, por sua vez, reproduz o modelo eurocêntrico de disseminação do conhecimento, portanto, também não considera as particularidades do corpo discente e suas necessidades informacionais.

Hoje em dia, quando a “diferença” é tema quente nos currículos progressistas, está na moda falar de “hibridação” e “cruzar fronteiras”, mas raramente encontramos exemplos concretos de indivíduos que realmente ocupem posições diferentes dentro das estruturas e partilhem ideias entre si, mapeando seus terrenos, seus vínculos e suas preocupações comuns no que se refere às práticas de ensino (hooks, 2013, p. 173).

Em 2016, quando ministrei a disciplina Literatura Negra e Sociedade na Universidade Federal de Goiás (UFG), fui surpreendida no primeiro dia de aula, quando mais de uma estudante deduziu que a disciplina iria discutir assuntos sobre “magia negra”, termo escolhido pelas estudantes, que revela o racismo linguístico e o total desconhecimento de uma literatura representativa da população negra.

O racismo estrutural se mostrou extremamente presente, também na oferta das obras para a discussão em sala de aula. Exceto as obras de Machado de Assis e Lima Barreto, as obras das autoras Geni Guimarães, Cidinha da Silva, Ana Maria Gonçalves, Jarid Arraes, Maria Firmino Dos Reis, Elizandra Sousa, Cristiane Sobral, Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, quando encontradas, tinham poucos exemplares no campus.

Essa estrutura desemboca no público que poderia acessar às unidades de informação. É importante pensar que a nossa prática gera ausências, não só no ambiente de formação acadêmica, mas também nas bibliotecas e demais unidades de informação.

Se a biblioteconomia não está preocupada, consciente ou inconscientemente, em desempenhar o seu papel social e compreender a sua relevância para a emancipação dos grupos historicamente excluídos, ela também está colaborando para o projeto de supremacia branca. Questionar esse padrão imposto é fundamental para uma mudança de postura que direciona às práticas antirracistas.

Para a construção de uma educação anti-racista que acarreta uma ruptura epistemológica e curricular, na medida em que torna público e legítimo o “falar” sobre a questão afro-brasileira e africana. Mas não é qualquer tipo de fala. É a fala pautada no diálogo intercultural. E não é qualquer diálogo intercultural. É aquele que se propõe ser emancipatório no interior da escola, ou seja, que pressupõe e considera a existência de um “outro”, conquanto sujeito ativo e concreto,

com quem se fala e de quem se fala (GOMES, 2012, p. 105).

A partir do processo de reconhecimento dos saberes africanos, aqueles que nos constituem e contemplam nosso reconhecimento identitário, temos o potencial de transformar nosso discurso e prática. Esse protagonismo negro, afrocentrado em nossas referências e nos processos históricos, nos mostra que temos uma ascendência africana e um legado que nos livra do discurso de negação. O conceito de Afrocentricidade¹⁴ proposto pelo filósofo Molefi Kete Asante nos anos 1980, as ações do Movimento Negro no Brasil desde a década de 1960 e a tomada de consciência individual e coletiva reverberam na contemporaneidade.

A presença desses discursos está marcada na universidade, os debates para que se construa uma educação antirracista estão presentes e tem sido pautados pelos movimentos estudantis, corpo discente e docente. Diante desse movimento, temos a construção do que a pesquisadora bell hooks (2013, p. 75) chama de comunidade pedagógica, alcançada pela dialogicidade.

A prática do diálogo é um dos meios mais simples com que nós, como professores,

¹⁴ Os estudos sobre afrocentricidade surgem em decorrência do processo de tomada da conscientização política e dos direitos civis da população negra que se encontrava à margem dos processos históricos norteados pela experiência eurocêntrica (MAZAMA, 2009). Nos anos 60, intelectuais afro-americanas(os) iniciaram estudos do conhecimento pan-africanista a partir de uma perspectiva negra, dessa forma buscam através do processo de conscientização e libertação da mente alcançar a centralização do pensamento onde a(o) africana(o) atua como protagonista (GOMES, 2016, p. 739).

acadêmicos e pensadores críticos, podemos começar a cruzar fronteiras, as barreiras que podem ser ou não erguidas pela raça, pelo gênero, pela classe social, pela reputação profissional e por um sem-número de outras diferenças.

Pensar a mediação como um caminho para a criação de uma comunidade de aprendizagem implica, entretanto, em afrocentrar pensamento, narrativa e prática. Para que isso seja possível, é preciso resgatar os valores civilizatórios africanos. Múltiplas possibilidades se abrem, inclusive para desconstruir a figura de professor(a) e mediador(a), no caso da(o) bibliotecária(o), pois exige um deslocamento de papéis atribuídos socialmente.

Nessa perspectiva, não podemos perder de vista a corporeidade¹⁵ e a noção de poder atribuída aos docentes, em sala de aula e às bibliotecárias, nas unidades de informação. Para a nova configuração que as universidades tomaram a partir do ingresso de estudantes cotistas, se faz necessário mudar o paradigma que circunda esse imaginário de superioridade.

Lembro, no começo da minha atividade de professora, que na primeira vez que tentei sair detrás da escrivaninha fiquei muito nervosa.

¹⁵ Este conceito nos ensina a respeitar cada milímetro do corpo humano, que deve estar presente em cada ação e em diálogo com outros corpos. As demandas corporais devem ser consideradas. Afinal, o corpo atua, registra nele próprio a memória de várias maneiras, seja através da dança, da brincadeira, do desenho, da escrita, da fala. Das músicas as danças, com tudo o que elas anunciam e denunciam. Os corpos dançantes revelam memórias coletivas (A COR DA CULTURA, 2013, s.p.).

Lembro que pensei: “Isto tem a ver com poder. Realmente sinto que tenho mais ‘controle’ quando estou atrás da escrivaninha do que quando caminho na direção dos alunos, fico em pé ao lado deles, às vezes até encosto neles.” Reconhecer que somos corpos na sala de aula foi importante para mim, especialmente no esforço para quebrar a noção do professor como uma mente onipotente, onisciente (hooks, 2013, p. 185).

O reconhecimento do corpo pode apontar para uma abertura também no processo de troca, necessário quando assumimos que não somos únicos seres pensantes. O corpo estudantil ingressa com uma história e o processo educativo se torna potente quando todas as trajetórias de vida, acadêmicas ou não, são levadas em consideração.

Steve Biko, ao apresentar alguns conceitos culturais africanos, mostra que o conhecimento compartilhado potencializa as experiências coletivas em contraponto ao que prega o ocidente.

Consideramos o fato de vivermos juntos não como um acidente infeliz que justifica uma interminável competição entre os indivíduos, mas como um ato deliberado de Deus para fazer de nós uma comunidade de irmãos e irmãs, envolvidos juntos na busca de uma resposta abrangente para os vários problemas da vida. Portanto, em tudo aquilo que fazemos, colocamos o homem em primeiro lugar e, por isso, nossa ação em geral é uma ação comum, mais orientada para a

comunidade solidária do que para o individualismo, que é a marca registrada da abordagem capitalista (BIKO, 1990, p. 57).

Ao refletirmos sobre a comunidade solidária, trazida por Steve Biko e a comunidade pedagógica, apresentada por bell hooks, percebemos o diálogo como ponto em comum. Defendo que esse diálogo deve partir com a escuta de docentes e profissionais das unidades de informação. Ou seja, escutar o saber e as necessidades informacionais do público em potencial para, de fato, construir um acervo que tenha significado.

O sentimento de não pertencimento aos aparelhos educacionais deve ser questionado, para que as práticas pedagógicas representem a população negra na totalidade de ações que serão realizadas nas bibliotecas e unidades de informação. O currículo, na sua totalidade, precisa estar atento a essas demandas, e isso implica na desconstrução dos parâmetros técnicos (códigos de catalogação e classificação) e criação de novos parâmetros. Esse olhar de uma perspectiva social da biblioteconomia não pode ficar a cargo apenas das bibliotecas públicas e comunitárias, assim como não pode ser de responsabilidade apenas de docentes do eixo social. Sendo assim, que a mudança comece do ponto em que cada um(a) está. Se a graduação não está ensinando a construir uma classificação antirracista, façamos isso nas bibliotecas e unidades de informação que atuamos e façamos agora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construir uma escrita que leva em consideração nossas vivências dentro das instituições, sobretudo, das instituições de produção de conhecimento, é assumir que somos sujeitos. Logo, nosso ingresso e permanência têm o potencial de questionar e fraturar o pensamento hegemonicamente branco.

Se o nosso letramento é constituído também pelo corpo, por ele acionamos os valores civilizatórios africanos que nos auxiliam a construir novos caminhos. Ao humanizarmos nossa existência temos o potencial de humanizar e valorizar a trajetória de discentes e também do público que frequenta as unidades de informação. Isso implica em considerar que as questões raciais precisam ser consideradas para que haja o questionamento das práticas de organização da informação e do conhecimento e o impacto disso na mediação.

Nesse processo, a escuta é o método mais eficaz. Portanto, docentes precisam exercitar a troca e a partilha com o corpo discente, assim como bibliotecárias precisam fazê-la com o público, sobretudo, aquele que não está acessando as unidades de informação, pois é preciso considerar que o racismo estrutural dificulta o acesso de pessoas negras aos equipamentos de cultura e educação.

Para construir um novo modelo educacional e transformar as unidades de informação, é necessário abandonar a sombra da referência branca e acessar as referências africanas que contam a nossa história. Somente quando assumimos quem somos é que podemos assumir o papel de protagonista no ensino e aprendizagem e também na disseminação da informação.

A construção do saber que parte das trocas simbólicas pode gerar a criação das comunidades solidárias ao passo que visam contemplar as vivências e saberes coletivos. A proposta é desafiante e desacomoda; entretanto, é um caminho possível para a concepção de uma sociedade com discurso e prática antirracista.

REFERÊNCIAS

- A COR DA CULTURA. **Valores civilizatórios**. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2013. Disponível em: <<http://www.acordacultura.org.br/oprojeto>>. Acesso em: 1 ago. 2019.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009.
- BIKO, Steve. **Escrevo o que eu quero**. São Paulo: Ática, 1990.
- CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- DIOP, Cheikh Anta. **The African origin of civilization: myth or reality**. Westport: Lawrence Hill, 1974.
- EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo: ‘minha escrita é contaminada pela condição de mulher negra’. **Nexo Jornal**, São Paulo, maio 2017. Disponível em: <<http://encurtador.com.br/jtBNW>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

GOMES, Elisângela. Afrocentricidade: discutindo as relações étnico-raciais na biblioteca. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 738-752, ago./nov., 2016.

GOMES, Elisângela; WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. Eu transformo: bibliotecário como formador de leitores em literatura negro-brasileira. In: ENCUESTRO DE LAS CIENCIAS HUMANAS Y TECNOLÓGICAS PARA LA INTEGRACIÓN DE LA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE INTERNACIONAL DEL CONOCIMIENTO: DIÁLOGOS EN NUESTRA AMÉRICA, 3., Goiânia, 7 a 9 de maio de 2015.. **Anais...** Goiânia: UFG, 2015. p. 2333-2349.

GOMES, Elisângela. **Falas insubmissas**: memória e comunicação na obra da escritora Conceição Evaristo. 2019. 107 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, Jan/Abr 2012.

GUIMARÃES, Geni. **A cor da ternura**. São Paulo: FTD, 1991.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: A educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

HOOKS, bell. Escolarizando homens negros. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 677-689, set./dez., 2015.

KASHINDI, Jean-Bosco Kakozi. Filosofia africana: a luta pela razão e uma cosmovisão para proteger todas as formas de vida. **Geledés**, São Paulo, maio 2018. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/filosofia-africana-luta-pela-razao-e-uma-cosmovisao-para-protger-todas-as-formas-de-vida/>>. Acesso em: 2 ago. 2019.

LOPES, Nei. **A Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo negro, 2004.

MARTINS, Wilson. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A organização do etnoconhecimento: a representação do conhecimento afrodescendente em religião na CDD. **Revista África e Africanidades**, Ano I, n. 4, p.1-19, fev. 2009.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

PINTO, Regina Pahim. A educação do Negro: uma revisão bibliográfica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 62, p. 3-34, agosto, 1987.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

XAVIER, Cláudia Araújo Vieira. **Marietta Telles Machado e o curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás-UFG**: Origens da criação (1977/1980). Goiânia: [s.n], 2015.

BIBLIOTECÁRIAS NEGRAS CEARENSES: CONTRIBUIÇÕES PARA A LUTA ANTIRRACISTA

Dávila Maria Feitosa da Silva

1 INTRODUÇÃO

Sabendo que as mulheres negras brasileiras são atingidas pelo racismo e o machismo, ou seja, sofrem duplamente, e que nessas condições enfrentam barreiras sociais, econômicas e políticas para ocupar espaços acadêmicos, produzir, escrever e quebrar ciclos de opressões, este texto trata sobre a escrita acadêmica de conclusão de curso de seis (6) mulheres negras cearenses graduadas em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) – campus Cariri. Tais autoras abordaram em suas monografias a temática das relações raciais, ressaltando a relevância deste estudo para os campos da Biblioteconomia e Ciência da Informação como a necessidade de ampliar essa discussão nas áreas citadas, tendo em vista a responsabilidade social que as cometem.

Este ensaio tem como objetivo apresentar a escrita acadêmica produzida por bibliotecárias negras cearenses que contribuem com suas produções intelectuais na luta antirracista no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação. Dessa forma, será tratado nesse texto sobre as mulheres negras como

protagonistas de suas escritas, ressaltando aqui as mulheres negras do interior do Cariri cearense.

Sabendo das muitas dificuldades em trabalhar sobre as questões das relações raciais no ambiente educacional e acadêmico devido ao pensamento colonizador instaurado no Brasil e que perpassa toda a estrutura brasileira, os movimentos negros há tempos lutam para a inserção da temática como disciplina obrigatória nos mais variados níveis de ensino. A Lei nº 10.639/2003 que obriga o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação regular em escolas públicas e privadas foi uma conquista que trouxe consigo várias discussões, produções e reflexões em torno do amplo debate que a temática em tela proporciona.

Para uma melhor exposição, foi abordada, em primeiro lugar, questões sobre silenciamento e invisibilidade da escrita, da fala e do protagonismo negro feminino como um projeto político colonial, sua continuidade e consequências; em seguida, é apresentado um breve relato sobre mulheres negras do Cariri cearense; após, são apresentadas as monografias escritas por mulheres negras do curso de Biblioteconomia da UFC, campus Cariri e Universidade Federal do Cariri (UFCA); e por fim, as considerações finais.

2 AS VOZES QUE SE FARÃO OUVIR O ECO DA VIDA-LIBERDADE¹⁶

Aqui a abordagem é sobre alguns aspectos concernentes ao ato de falar, escrever e construir uma narrativa própria e

¹⁶ Trecho da poesia Vozes Mulheres de Conceição Evaristo.

protagonizada pelas mulheres negras. Durante séculos foi impedido às negras e negros o acesso à escola, a escrever e falar sobre suas vidas, esquecidas na historiografia oficial brasileira. O pouco que se tem registro foi escrito pelos olhos do colonizador. Por exemplo, os livros didáticos e paradidáticos reproduziram por anos a imagem das negras e negros escravizados, subalternos e submissos às violências sofridas.

Mantidas presas pelas correntes da desumanização, as mulheres negras possuem o mais alto nível de analfabetismo, são as que menos estão no trabalho formal, ou seja, ocupam trabalhos subalternizados onde recebem remunerações inferiores aos dos homens brancos e negros e mulheres brancas segundo os dados de Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Lélia González foi antropóloga, professora e ativista que denunciou o racismo e o sexismo, contribuiu de maneira particular para o entendimento da posição da mulher negra no imaginário brasileiro. Seus estudos ultrapassam as investigações e reflexões em torno da situação socioeconômica produzidas e reproduzidas sobre as mulheres negras, paralisadas na ideia de mulata, doméstica e cuidadora (mãe preta) que com empenho permanecem obstinadas até hoje. A autora traz reflexões sobre o lugar da mulher negra a partir da consciência e da memória, indaga a posição de dominador e dominado, discute o silenciamento imposto calcado na infantilização do povo negro quando diz que na lógica de dominação a população negra se encontra na lata do lixo da sociedade brasileira.

Exatamente porque temos sido falados,
infantilizados (infans, é aquele que não tem

fala própria, é a criança que se fala pela terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (GONZÁLEZ, 1984, p. 225).

Ou seja, na posição de objetos, o povo negro foi colocado à margem, nas piores condições de subvida que foi consagrada pelo que conhecemos como o mito da democracia racial. No Brasil, o discurso de que “somos todos iguais” é popular. No entanto, somos a população com a maior quantidade de negro fora de África e minoria nas universidades, em cargos públicos, na política, nas áreas da saúde e tantos outros que são considerados “não lugares” para a sujeita negra e o sujeito negro.

O silêncio é um recurso utilizado desde o tempo escravocrata pelos colonizadores como uma arma de dominação. É possível afirmar isso através da máscara. Esse utensílio foi utilizado por Anastácia, mulher negra escravizada que foi obrigada a usar uma máscara de ferro na boca durante toda sua vida, só era retirada para alimentação. No aspecto concreto desse artefato, Grada Kilomba a descreve:

Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito negro, instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. (KILOMBA, 2010, p. 33).

A máscara é justificada como uma estratégia dos brancos colonizadores de evitar que os escravizados comessem os frutos

das colheitas. No entanto, o silenciamento, a mudez é um modo de violência, de tortura. Entendendo que falar mata, mas também faz viver, que confina, mas também faz voar, a política de silenciamento e de dominação imposto e simbolizado pela máscara é a decisão de poder e de controle de quem pode falar.

A partir das reflexões de Lélia Gonzaléz e Grada Kilomba sobre a mudez, invisibilização, apagamento historiográfico posto sobre as mulheres negras como um projeto político colonial de dominação, é possível afirmar que a escrita, a fala, a enunciação feminina negra é um ato subversivo, pois confronta toda uma estrutura que nega a existência e a humanidade de um povo.

Dessa forma, como consequência desse apagamento, as diversas escritoras negras não possuem a visibilidade que merecem. Maria Firmina dos Reis, nordestina de São Luís do Maranhão, nascida em 1822 é um exemplo, assim como Carolina Maria de Jesus. Na contemporaneidade, as formas de silenciamento da mulher negra se dá de diferentes maneiras, porém, seguindo a lógica de poder branco e patriarcal.

Muitas são as complicações de ingressar na universidade e permanecer: a não inserção na matriz curricular dentro da academia de teóricas e teóricos negros antirracistas, o genocídio da população negra, o assassinato de mulheres negras movidos pela política, como a morte de Marielle Franco, mulher negra que foi vereadora no estado do Rio de Janeiro e assassinada por lutar pelos direitos da população preta, pobre e favelada.

Muitas são as formas de perpetuar o silêncio como companheiro das mulheres negras. No entanto, o rompimento desse silêncio vem acontecendo. Audre Lorde (1984, p. 16) disse:

Meus silêncios não tinham me protegido. Tampouco protegerá a vocês. Mas cada palavra que tinha dito, cada tentativa que tinha feito de falar as verdades que ainda persigo, me aproximou de outras mulheres, e juntas examinamos as palavras adequadas para o mundo em que acreditamos, nos sobrepondo a nossas diferenças. E foi a preocupação e o cuidado de todas essas mulheres que me deu forças e me permitiu analisar a essência de minha vida.

Não é raro a identificação e aproximação de mulheres por meio da escrita, da fala, da poesia oralizada e por vídeos gravados e publicados nas mídias sociais. A identificação acontece, muitas vezes, por se enxergar na dor da outra, da identificação de situações que devido ao silêncio enfiado goela abaixo se pensava ser único e naturalizado.

Muitas são as teóricas, escritoras, poetisas que vêm colocando suas vozes e escritas para que muitas possam se identificar e quebrar o silêncio opressor que por muito tempo foi a música de suas/nossas existências. Conceição Evaristo recebeu o terceiro lugar no prêmio Jabuti na categoria Contos, pelo livro “Olhos d’água”. É um incentivo e exemplo de que temos muito a dizer e escrever.

2.1 MULHERES NEGRAS CARIRIENSES

Existe um pensamento nacional de que no estado do Ceará não existem negros e/ou há uma quantidade mínima da população negra em relação ao restante do Brasil. “A presença

negra africana no Estado remonta de 1856, com pessoas escravizadas que vieram de Angola e do Congo para trabalhar na pecuária e agricultura. Essa presença se inicia pelo Sul do Ceará, precisamente no Cariri” (FERREIRA, 2018).

A história do negro no estado do Ceará foi romantizada nos livros, ao afirmar que os escravizados eram bem tratados e “domesticados”. Um acontecimento importante que ocorreu no estado foi a greve dos jangadeiros organizada por José Luís Napoleão, realizada nos dias 27, 30 e 31 de janeiro de 1881 em Fortaleza, Ceará, onde se decretou o fim do embarque dos escravizados naquele porto. Napoleão não atuou sozinho nesse intento, teve como companheira a “Tia Simoa”, que participou ativamente na mobilização. Porém, foi invisibilizada na história do estado.

Como a Tia Simoa, as mulheres negras cearenses sofrem com a invisibilização de suas existências, quando assumem seus cabelos crespos naturais são questionadas sobre a naturalidade remetida à Bahia.

Esta não aceitação de nossa identidade se deve a cruel associação d@ negr@ à condição de escrav@, que no caso do estado do Ceará, teve seu processo diferenciado das principais capitanias importadoras de mão de obra escravizada devido a suas condições climáticas e geográficas, o que não significa dizer que aqui não tiveram escrav@s ou que não existiram negras e negros livres, a exemplo da “Tia Simoa” que, além de lutar pela liberdade de seu povo, evidenciando uma expressiva característica da

população negra (escravizada ou liberta) deste período que ultrapassa a visão dicotomizada entre o conformismo e a resistência, pois demonstra “uma experiência construída historicamente pela etnia negra” (FUNES) estabelecida através de sua sociabilidade, engajamento e luta inserida em seu cotidiano. (ALVES, 2014, s.p.).

Tia Simoa é uma das inúmeras negras silenciadas na história do Brasil. E como tantas outras, apesar da deslegitimação de sua luta, deixou-nos um legado ancestral de resistência. Tia Simoa dá nome ao primeiro Grupo de Mulheres Negras do Cariri Cearense – PRETAS SIMOA, onde três das autoras das monografias estudadas nesta pesquisa são integrantes e fundadoras. Dessa forma, ressalta-se a importância da junção social com o profissional, pois corrobora com a afirmativa de que o pessoal é político, e se tratando das questões raciais, estamos lidando com um grupo majoritário, a população negra brasileira.

3 A ESCRITA ACADÊMICA ANTIRRACISTA DE BIBLIOTECÁRIAS NEGRAS

O curso de Biblioteconomia surge na região do Cariri cearense, trazido pela Universidade Federal do Ceará, campus Cariri. Em 2013, a UFC cede o seu Campus para a Universidade Federal do Cariri que deu continuidade aos cursos já ofertados. A Biblioteconomia é uma área situada nas Ciências Sociais Aplicadas e, por isso, é um campo que possui um dever social que precisa acompanhar as transformações e necessidades

informacionais, inclusive aquelas que tratam sobre a temática étnico-racial.

No ano de 2011, foram apresentadas as primeiras monografias do curso em questão com o tema das relações raciais. No total, foram nove (9) trabalhos apresentados nos anos de 2011 a 2016., como mostra o Quadro 1, segundo Valério e Silva (2017, p. 141).

Quadro 1 - Monografias apresentadas ao curso de Biblioteconomia da UFCA que tratam a temática racial.

TÍTULO DO TCC	AUTOR (A) ORIENTADOR (A)	ANO
Contaçon de história como instrumento de construção da identidade negra: estudo de caso na Biblioteca do CCBNB - Cariri	Priscila Correia de Lima Maria Cleide Rodrigues Bernardino	2016
A construção da identidade: um olhar sobre os estudantes negros do curso de biblioteconomia da UFCA 2011-2012	Mário Idênnyo Lopes de Souza Maria Cleide Rodrigues Bernardino	2015
Etnografia do <i>bullying</i> racial na escola: contribuições da biblioteconomia e ciência da informação	Maria Josilânia da Silva Joselina da Silva	2014
A mulher como produtora de informação etnicorracial nos movimentos sociais: jornais da imprensa negra	Daiane Patrícia Feitosa da Silva Joselina da Silva	2014

Preservação da memória: as falas das mulheres negras caririenses acima de setenta anos	Marilucia Antonia de Sousa Joselina da Silva	2014
A biblioteca universitária como auxiliar na implementação da Lei 10.639/03 nos cursos de História e Pedagogia	Dávila Maria Feitosa da Silva Joselina da Silva	2013
Análise da Lei 10.639/03 nas bibliotecas das escolas estaduais de Juazeiro do Norte – CE	Ana Cláudia Emídio da Silva Joselina da Silva	2012
História e cultura afro-brasileira: um olhar sobre o acervo das bibliotecas públicas do CRAJUBAR	Nicácia Lina do Carmo Joselina da Silva	2011
A produção científica sobre os (as) negros(as) nos ENANCIBs: um olhar cientométrico	Erinaldo Dias Valério Joselina da Silva	2011

Fonte: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/71526>

É possível perceber que a maioria dos trabalhos expostos no Quadro 1 teve como orientadora a professora Dra. Joselina da Silva. A referida pesquisadora foi do corpo docente do curso onde coordenava o núcleo de estudos denominado Núcleo Brasileiro Latino Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais Gênero e Movimentos Sociais (N'BLAC), do qual foi estimulado e inspirado para pesquisas alinhadas com o campo da informação.

Dos nove trabalhos de conclusão de curso apresentados, seis foram escritos por mulheres negras. Como a proposta desse ensaio é destacar a escrita acadêmica dessas profissionais no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, destaca-se a seguir tais estudos em ordem cronológica, iniciando do mais atual.

Quadro 2 - Monografia da bacharela em Biblioteconomia Priscila Correia de Lima.

TÍTULO DO TCC	AUTOR (A) ORIENTADOR (A)	ANO
Contação de história como instrumento de construção da identidade negra: estudo de caso na Biblioteca do CCBNB - Cariri	Priscila Correia de Lima Maria Cleide Rodrigues Bernardino	2016

Fonte: Elaborado pela autora.

É evidente, já na titulação do trabalho, a junção da temática das relações raciais com a Biblioteconomia (Quadro 2). A contação de estórias é uma atividade recorrente em bibliotecas que em sua tipologia atenda um público infantil e juvenil. A pesquisa tem como universo de estudo a biblioteca do Centro Cultural Banco do Nordeste – CCBNB, localizado em Juazeiro do Norte, CE. Trata sobre a representação do negro na literatura infantil, como também discorre sobre a importância de tais contações na construção de uma identidade negra positiva para o público infantil; traz a Lei nº 10.639/2003 que obriga o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas de ensino regular do sistema público e privado.

Priscila, em seu trabalho, considera a(o) bibliotecária(o) como uma/um atora(o) primordial para o incentivo a ações que combatam as violências, notadamente, o racismo. Sendo uma/um profissional que atua com o tratamento e disponibilização da informação, é fundamental que abarque em suas ações atividades

que contemplem a diversidade informacional e racial para e de seus usuários.

Por fim, a autora constata que as contações de estórias com a temática étnico-racial, além de incentivar e levar a criança e jovem ao hábito prazeroso da leitura, deve incentivar, despertar o respeito às diferenças e elevar a autoestima das crianças e jovens negras e negros.

Quadro 3 - Monografia da bacharela em Biblioteconomia Maria Josilânia da Silva.

TÍTULO DO TCC	AUTOR (A) ORIENTADOR (A)	ANO
Etnografia do <i>bullying</i> racial na escola: contribuições da biblioteconomia e ciência da informação	Maria Josilânia da Silva Joselina da Silva	2014

Fonte: Elaborado pela autora.

Aqui (Quadro 3), a autora aborda o que se denomina *bullying* racial na perspectiva dos discentes do curso de Biblioteconomia, ou seja, futuros profissionais e estudantes da rede pública de ensino de Juazeiro do Norte. Amparada pelos indicadores de pesquisa que mostram dados que ao comparar alunos brancos e negros, os negros possuem a maior porcentagem de atraso e evasão escolar, é abordado na pesquisa o *bullying* racial como sendo um dos fatores determinantes para a evasão e atraso escolar de estudantes negros e negras. Traz no referencial teórico temas como: educação e preconceito racial no Brasil, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e

em intelectuais; identidade: um breve olhar sobre a escola; o papel da escola na formação identitária do aluno.

A escola é um dos primeiros e principais ambientes sociais em que a criança tem contato e a partir daí inicia o seu processo de formação crítica, de aprendizagem. E é no âmbito escolar que há os primeiros contatos com as diferenças, com a diversidade cultural, racial e socioeconômica. Com isto, justifica-se a urgência de pensar a escola e a formação de uma identidade negra positiva dos alunos e alunas. Com base também na Lei nº 10.639/2003, o trabalho foi construído e traz para reflexão o espaço escolar como um lugar de atuação da(o) bibliotecária(o) e, diante disso, um espaço para ser combatido o racismo, o *bullying* racial e as mais variadas formas de violências e discriminações.

Quadro 4 - Monografia da bacharela em Biblioteconomia Daiane Patrícia Feitosa da Silva.

TÍTULO DO TCC	AUTOR (A) ORIENTADOR (A)	ANO
A mulher como produtora de informação etnicorracial nos movimentos sociais: jornais da imprensa negra	Daiane Patrícia Feitosa da Silva Joselina da Silva	2014

Fonte: Elaborado pela autora.

O trabalho de Daiane (Quadro 4) trata sobre a produção de informação étnico-racial por mulheres negras na década de 1980 que publicavam em jornais da imprensa negra no estado de São Paulo. Este trabalho apresenta uma importantíssima fonte de referência e descobertas para a Biblioteconomia e Ciência da

Informação, e para a recuperação de uma memória recente em vistas da temporalidade, porém, invisibilizada por sofrer com as consequências do silenciamento de gênero e racial.

O objeto de estudo foi o Jornal da Comunidade Negra do Estado de São Paulo que atuava como veículo informacional e de comunicação para a comunidade, para os movimentos sociais e entre o Conselho da comunidade negra. No entanto, o foco é para a escrita das mulheres negras integrantes do Conselho e para quais grupos sociais eram direcionados tais produções.

Foi realizada análise de conteúdo de quatro artigos que versavam sobre aspectos específicos das mulheres negras, a saber: “A mulher negra” e “Mulheres reivindicam o direito à saúde” de Vilma Lúcia de Oliveira, “O congresso em que a trabalhadora negra falou” de Rosângela de Paula e “A sexualidade da mulher negra” de Raimunda Nilma Bentes. É perceptível a importância documental e social que tem essas obras. Ou seja, a necessidade de preservação desses jornais por tratarem de escritos importantes de um determinado período histórico que conta aspectos específicos e do conteúdo de valor simbólico e transformador ao tratar das especificidades das mulheres negras.

Quadro 5 - Monografia da bacharela em Biblioteconomia Marilucia Antonia de Sousa.

TÍTULO DO TCC	AUTOR (A) ORIENTADOR (A)	ANO
Preservação da memória: as falas das mulheres negras caririenses acima de setenta anos	Marilucia Antonia de Sousa Joselina da Silva	2014

Fonte: Elaborado pela autora.

O trabalho da pesquisadora Marilucia (Quadro 5) aborda aspectos da memória individual e coletiva, e traz na introdução informações relevantes sobre dados historiográficos que indicam que o estado do Ceará “não tem negro”. Com o objetivo de confrontar esses indicadores, trabalhou a narrativa oral de mulheres negras caririenses acima de 70 anos.

A oralidade é uma maneira de transmitir conhecimentos e culturas, uma tradição vinda dos mais velhos e mais velhas advindos de países africanos. Como uma forma de resgatar e preservar a memória coletiva da população negra do sul do Ceará, almeja-se com a pesquisa, segundo a autora, contribuir para a qualificação de bibliotecárias(os) e pesquisadoras(es) voltadas(os) para as relações raciais.

Quadro 6 - Monografia da bacharela em Biblioteconomia Dávila Maria Feitosa da Silva.

TÍTULO DO TCC	AUTOR (A) ORIENTADOR (A)	ANO
A biblioteca universitária como auxiliar na implementação da Lei 10.639/03 nos cursos de História e Pedagogia	Dávila Maria Feitosa da Silva Joselina da Silva	2013

Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa de Dávila (Quadro 6) trata sobre a obrigatoriedade da Lei nº 10.639/2003 e a atuação da biblioteca universitária da Universidade Regional do Cariri na disponibilização de suportes teóricos atualizados para os discentes dos cursos de História e Pedagogia da referida

instituição. Para uma explanação detalhada, foi abordada a chegada das bibliotecas no Brasil, que se deu ainda no período colonial trazidas pelos padres jesuítas.

Em seguida, discute-se sobre as bibliotecas universitárias resultantes da expansão de universidades no país, tendo como uma de suas principais atribuições disponibilizar informações que contribuam para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, direcionadas como suportes e difusoras dos conteúdos discutidos em sala de aula sobre os mais variados temas e que, por fim, atendam às necessidades informacionais dos cursos de graduação e pós-graduação que oferecem as universidades.

Discute também a implementação da Lei nº 10.639/2003 nos cursos de graduação, considerando que a qualificação de professoras e professores deve vir na formação, ou seja, ainda na graduação. Por fim, discorre sobre a responsabilidade social da biblioteca, sabendo que sua atuação vai além do processo de emprestar, renovar e devolver livros, mas sim de atender às necessidades informacionais do corpo universitário que acontece pelas atividades descritas acima.

Finalmente, expõe as vantagens de se desenvolver políticas de desenvolvimento de acervo. Dessa forma, é possível atender a comunidade acadêmica de forma eficiente para assim os discentes obterem uma formação amparada por fontes de informações que atendam os conteúdos das disciplinas.

Quadro 7 - Monografia da bacharela em Biblioteconomia Ana Claudia Emídio da Silva.

TÍTULO DO TCC	AUTOR (A) ORIENTADOR (A)	ANO
Análise da Lei 10.639/03 nas bibliotecas das escolas estaduais de Juazeiro do Norte - CE	Ana Cláudia Emídio da Silva Joselina da Silva	2012

Fonte: Elaborado pela autora.

Este trabalho (Quadro 7) trata da Lei nº 10.639/2003 e sua implementação nas escolas públicas estaduais de Juazeiro do Norte, CE. É sabido que no estado do Ceará os centros de multimeios – denominação do espaço que deveria ser a biblioteca – tira a obrigatoriedade de uma/um bibliotecária(o) devido sua nomenclatura.

Com a implementação da Lei nº 10.639/2003 foram produzidos matérias didáticos e paradidáticos e outros foram reformulados para atender o que o texto legal preconiza. Muitos desses aparatos foram enviados para as escolas, ou seja, encaminhados para os centros de multimeios. A pesquisa descreve alguns títulos desses tipos que compõem os acervos das escolas em questão. No entanto, o despreparo do corpo docente escolar para tratar sobre tais assuntos foi nítido.

Dessa forma, as atividades concernentes ao que a Lei obriga ficam restritas ao que geralmente acontece no dia 20 de novembro, dia que homenageia Zumbi dos Palmares. Desfiles de beleza negra, apresentações de dança afro, exibição e degustação de comidas com origem em África são algumas das atividades que

são realizadas, muitas vezes, sem aprofundamento com o que é a história e cultura africana e afro-brasileira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto, o impedimento de escrita, de falar em primeira pessoa, protagonizar sua história, foi e ainda é, em alguns aspectos, uma realidade que afeta as mulheres negras. Tratar aqui da produção acadêmica de mulheres negras bibliotecárias que escreveram ciência abordando a temática racial como cerne de suas escritas é romper e quebrar muitos muros sociais, simbólicos, políticos, colocados há séculos. Ou seja, não sendo objeto de estudo, aquele que foi falado por não possuir capacidade para tal, infantilizados como bem colocou Gonzaléz.

A Biblioteconomia é uma área situada nas Ciências Sociais Aplicadas e a partir dos trabalhos aqui expostos, pode-se afirmar que há possibilidades de unir a Biblioteconomia com as questões das relações raciais. As monografias analisadas, tendo como autoria mulheres negras nordestinas do interior do sul do Ceará, no Cariri cearense, são produções que podem ser referências para muitas outras.

São tempos de descobertas, de rompimentos de silêncios na Biblioteconomia. Há uma urgência em abranger e ultrapassar o pensamento colonizado instaurado na prática, na literatura e nas ações da Biblioteconomia. São tempos de enegrecer pensamentos, espaços, livros, artigos e práticas profissionais.

REFERÊNCIAS

- ALVES, K. J. V. **As filhas deste solo**. Pretas Simoa: Grupo de Mulheres Negras do Cariri. Juazeiro do Norte, 2014. Disponível em: <<https://pretassimoa.wordpress.com/2014/03/25/as-filhas-deste-solo/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- FERREIRA, E. Marcada por invisibilidade, história do Ceará é recontada na academia. In: **Sindjorce**: sindicato dos jornalistas do Ceará. Disponível em: <<http://www.sindjorce.org.br/marcada-por-invisibilidade-historia-dos-negros-do-ceara-e-recontada-na-academia/>>. Acesso em: 10 ago. 2019.
- GONZALÉZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LORDE, A. **Textos escolhidos de Audre Lorde**. S.l: Heretica edições lesbianofeministas independentes, (201?).
- LIMA, P. C. **Contação de histórias como instrumento de construção da identidade negra**: estudo de caso na biblioteca CCBNB – Cariri. 2016. 53 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2016.
- MALTA, R. B.; OLIVEIRA, L. T. B. Enegrecendo redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. **Gênero**, Niterói, v. 16, n. 2, p. 55-69, jan/jun. 2016.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2017.
- SILVA, D. P. F. **A mulher como produtora de informação etnicorracial nos movimentos sociais**: jornais da imprensa negra. 2014. 49 f.

Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2014.

SILVA, D. M. F. **A biblioteca universitária como auxiliar na implementação da Lei 10.639/03 nos cursos de História e Pedagogia.** 79 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Ceará, campus Cariri, Juazeiro do Norte, 2013.

SILVA, M. J. **Etnografia do *bullying* racial na escola:** contribuições da Biblioteconomia e Ciência da Informação. 59 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Cariri, Juazeiro do Norte, 2014.

SOUSA, M. A. **Preservação da memória: a fala das mulheres negras acima de 70 anos.** 2014. 53 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Ceará, campus Cariri, Juazeiro do Norte, 2014.

VALÉRIO, E. D.; SILVA, D. M. F. Discutindo as relações raciais: os trabalhos de conclusão de curso em biblioteconomia da universidade federal do Cariri – UFCA. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, v. 4, p. 132-145, 2017.

CLARA STANTON JONES E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A BIBLIOTECONOMIA NEGRA AMERICANA

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

1 INTRODUÇÃO

Contar as histórias e contribuições realizadas por aquelas e aqueles que foram invisibilizados ou esquecidos com o decorrer do tempo é uma parte importante para (re)conhecermos ou relembremos quem veio antes de nós. Evidenciar intelectuais e personagens que fizeram parte das lutas pelos direitos de pessoas negras à biblioteca e à profissão bibliotecária tem se tornado uma das minhas aspirações enquanto bibliotecária negra brasileira integrante da causa antirracista, feminista e ativista por uma Biblioteconomia representativa e respeitosa da diversidade étnico-racial e cultural existente em nosso país.

Este capítulo nasce da minha admiração pela bibliotecária afro-americana, Clara Stanton Jones, que na década de 1970 se tornou a primeira mulher negra bibliotecária presidenta da *American Library Association* (ALA). Descobri sua história e colaboração para o fortalecimento da Biblioteconomia Negra Americana (*Black Librarianship*) (JOSEY; SCHOCKLEY, 1977; JOSEY; DELOACH, 2000) a partir de estudos realizados durante a elaboração de minha dissertação construída sob orientação do Professor Gustavo Silva Saldanha, no Programa de Pós-

Graduação em Ciência da Informação, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Neste sentido, resolvi produzir um estudo que traga para a visibilidade esta bibliotecária e educadora afro-americana, bem como relatar sua contribuição para a Biblioteconomia Negra Americana. Para a composição desta pesquisa, utilizei-me de informações disponibilizadas no site da Universidade de Michigan, no site da *American Library Association* (ALA), no site da Biblioteca Pública de Detroit¹⁷, assim como dos volumes publicados do *Handbook of BlackLibrarianship* (1977, 2000) e da revista *Ebony*, volume 27, número 1, de novembro de 1971, na qual encontra-se uma reportagem sobre a bibliotecária aqui evidenciada.

2 BIOGRAFIA: VIDA DE CLARA STANTON JONES

Bibliotecas não apenas lugares onde as pessoas podem pegar um livro, mas uma ferramenta que as pessoas podem usar para melhorar suas vidas¹⁸.

Clara Stanton Jones (1971)

Clara Stanton Jones nasceu em 14 de maio de 1913, em St. Louis, no Missouri. Filha de um supervisor de seguros e uma professora, Jones foi educada em escola pública e, conforme Carla

¹⁷ Tradução de *Detroit Public Library*.

¹⁸ Tradução de *Libraries not just places where people can come to take out a book, but a tool people can use make their lives better*. Clara Stanton Jones (1971).

Garner (2010), era uma criança leitora (GARNER, 2010; MICHIGAN..., 2018).

No entanto, não considerava a profissão de bibliotecária como uma opção de estudos. Após sugestão de uma pessoa amiga de sua família para que se tornasse bibliotecária, Jones disse nunca ter considerado tal carreira por não ter conhecido em sua vida uma bibliotecária negra (GARNER, 2010).

Em 1929, começou a estudar na Faculdade de Professores do Estado de Milwaukee¹⁹. Posteriormente, pediu transferência para *Spelman College*, no estado de Atlanta, e estudou lá por dois anos, quando precisou parar devido à falta de recursos financeiros. Seu ingresso na Biblioteconomia se deu a partir do incentivo de seu mentor, que conheceu durante o período em que trabalhou na Biblioteca da Universidade de Atlanta (GARNER, 2010; MICHIGAN..., 2018).

Com tal incentivo retornou a sua antiga instituição, Spelman e, em 1934, conseguiu obter seu Bacharelado em Inglês e História. Em 1938, tornou-se bacharela em Biblioteconomia pela Universidade de Michigan. Após seu casamento, se mudou para Nova Orleans, onde mais tarde iniciou sua carreira como bibliotecária de referência na *Dillard University*.

¹⁹ Tradução de *Milwaukee State Teachers College*.

Figura 1 - Clara Stanton Jones.



Fonte: Disponível em: <<http://twixar.me/h6R1>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

Em 1940, tornou-se bibliotecária associada na *Southern University*, em Baton Rouge, Lousiana. Quatro anos depois se mudou para Detroit e começou a atuar como bibliotecária da Biblioteca Pública de Detroit. À época, foi a terceira bibliotecária negra a atuar naquela biblioteca pública, a qual atendia uma grande população afro-americana (GARNER, 2010; MICHIGAN..., 2018).

Conforme *Michigan Women Forward* (2018), após o *Detroit Race Riot*, Clara Jones passou a integrar a Comissão de Relações com a Comunidade²⁰ (anteriormente chamada de Comissão Inter-racial) da cidade. Com a sua participação nesta Comissão, “desenvolveu um forte senso de comunidade que carregava consigo em sua carreira na biblioteca” (MICHIGAN WOMEN..., 2018, p. 1, tradução minha).

Em 1970, foi nomeada como Diretora da referida biblioteca e se tornou a primeira bibliotecária negra diretora de um

²⁰ Tradução de *Commission on Community Relations*.

importante sistema de bibliotecas públicas nos Estados Unidos (GARNER, 2010; MICHIGAN..., 2018).

Figura 2 - Clara Stanton Jones e o diretor assistente, Robert Croneberger na Biblioteca Pública de Detroit.



Fonte: Ebony (1971, p. 119).

Sua nomeação à diretoria, após uma difícil votação, provocou protesto de 80 membros brancos do Conselho da Biblioteca (JAMES, 2018). Dois membros do referido Conselho e o diretor em exercício deixaram o cargo em protesto à nomeação da bibliotecária. Além disso, circularam petições que buscavam negar suas qualificações e jornais publicaram artigos tendenciosos sobre ela (GARNER, 2010). Conforme o ex-diretor e editor da *American Libraries*, Leonard Kniffel, aborda sobre a ocasião:

Houve um número rápido de pessoas que apontaram que outros diretores em potencial

'mais bem qualificados' haviam sido preteridos em favor dela (o que significava que eram brancos). A sra. Jones sabia que nunca venceria esses racistas; ela os ignorou e concentrou-se nos profissionais mais jovens, aqueles que vieram a Detroit com novas ideias e sem o viés racial que atormentava a sra. Jones e outros por tantos anos antes e durante o movimento pelos direitos civis. Ela e outras pessoas tiveram que lutar simplesmente para serem tratadas como senhor ou a senhorita ou a senhora como eram tratados outros profissionais, em vez do primeiro nome. (KNIFFEL apud AMERICAN LIBRARIES, 2012b, s.p., tradução minha).

Sheryl James (2018) afirma que, após sua eleição, foi publicada uma reportagem que dizia “Negra eleita para liderar o sistema de bibliotecas depois de uma amarga luta”²¹. Apesar da manifestação contrária à sua eleição, Jones obteve apoio de uma coalizão de líderes de comunidades comprometidos com o desenvolvimento e avanço de pessoas negras. Dessa forma, apesar das barreiras raciais encontradas, Josey ocupou o cargo de diretora por oito anos (GARNER, 2010).

²¹ Tradução de *Negro Elected to Head Library System After Bitter Fight*.

3 CONTRIBUIÇÕES DE CLARA JONES À BIBLIOTECONOMIA NEGRA AMERICANA: DA CRIAÇÃO DO TIP À ATUAÇÃO COMO PRESIDENTA DA ALA

Eu acredito fortemente que as bibliotecas estão no coração de uma civilização²².

Clara Stanton Jones (1970)

Enquanto contribuinte da Biblioteconomia Negra Americana, Jones foi pioneira em alguns aspectos, pois, conforme James (2018, s.p., tradução minha), “sua liderança inovadora mudou as bibliotecas de simples repositórios de livros para as informações, recursos e ferramentas educacionais que são hoje”.

Em um discurso proferido em 1972 na ALA, Jones inferiu que a maioria da população não se utilizava de bibliotecas e que “as bibliotecas públicas não podem mais depender da orientação de leitura como a única atividade importante de adultos” (JONES apud JAMES, 2018, s.p.).

Como bibliotecária da Biblioteca Pública de Detroit desenvolveu agências de bibliotecas e programas de divulgação que buscavam incentivar os moradores da cidade a visitarem e utilizarem os serviços e produtos da biblioteca (GARNER, 2010). Dentre suas ações, encontra-se a criação de um sistema de referência comunitária intitulado *The Information Place* (TIP), que posteriormente se tornou um modelo utilizado por diversas bibliotecas do país (AMERICAN LIBRARIES, 2012a; BLAC²⁰,

²² Traduzido de *I very strongly believe that libraries are at the heart of a civilization*. Clara Stanton Jones (1970).

2012). Conforme a sua criadora descreveu, o TIP visou atender à necessidade de “orientação através do labirinto de agências sociais, legais, governamentais e outras, independentemente da classe socioeconômica” (JONES apud JAMES, 2018, s.p., tradução minha). Atualmente, o TIP continua em funcionamento na Biblioteca Pública de Detroit, a qual afirma que:

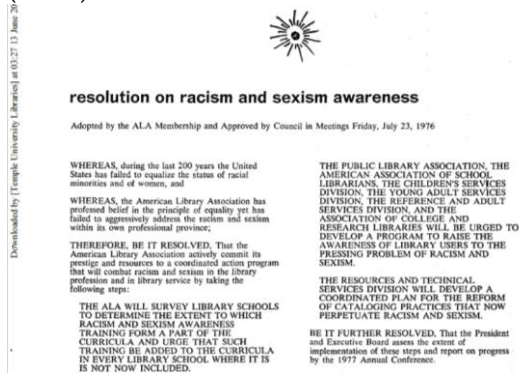
A principal função do serviço TIP é coletar, organizar e fornecer acesso a informações práticas e informações sobre recursos da comunidade que atendam aos interesses ou que possam ser usados para resolver os problemas cotidianos dos moradores da área. (DETROIT PUBLIC LIBRARY, 2019, s.p., tradução minha).

Possui ainda a *Database TIP*, que se vale do serviço TIP para “registrar, manter e recuperar as informações coletadas na comunidade” (BIBLIOTECA PÚBLICA..., 2019, s.p., tradução minha). Além disso, adota uma Política que visa “identificar as prioridades e fornecer diretrizes para a seleção de material a ser adicionado ou atualizado no Banco de Dados do TIP”. (DETROIT PUBLIC LIBRARY, 2019, s.p., tradução minha).

Ainda no que concerne a sua atuação, Clara Stanton Jones possuía o seu olhar focado nas comunidades, e buscou “desagregar bibliotecas, serviços de bibliotecas e cultura geral das bibliotecas, incentivando a Associação Americana de Bibliotecas [ALA] a aprovar a “Resolução de Conscientização sobre Racismo

e Sexismo da ALA”²³ (MICHIGAN WOMEN... 2018, p. 1, tradução minha) (Figura 3).

Figura 3 - Resolução de Conscientização sobre Racismo e Sexismo adotada na Conferência Anual de 1976 da *American Library Association* (ALA).



Fonte: AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Resolution on racism and sexism awareness. *Equity & Excellence in Education*, v. 15, n. 1, p. 9, 1977. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/0020486770150103>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Na referida Resolução, há considerações sobre os motivos de sua existência e a deliberação feita na ALA sobre o assunto, a saber: a) “Considerando que, nos últimos 200 anos, os EUA falharam em igualar o *status* das minorias raciais e das mulheres” (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1976, s.p., tradução nossa); b) “Considerando que a ALA professou crença no princípio da igualdade, mas não conseguiu abordar agressivamente o racismo e o sexismo dentro de sua própria

²³ Tradução de: “Resolution on Racism and Sexism Awareness”.

província profissional” (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1976, s.p., tradução nossa); c) “Resolve-se, portanto, que a ALA comprometa ativamente seu prestígio e recursos a um programa de ação coordenado que combaterá o racismo e o sexismo na profissão de bibliotecário e no serviço de bibliotecas [...]” (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1976, s.p., tradução minha).

Dessa forma, institui etapas buscando conscientizar sobre o preconceito de raça e contra mulheres para serem executadas pela ALA, tais como: a) pesquisar em cursos de Biblioteconomia sobre a existência de treinamentos para conscientização do racismo e sexismo dentro dos currículos e, caso não existir, realizar a inserção de tais treinamentos nos referidos cursos; b) verificar se a seção de administração realizará o desenvolvimento de programas e treinamentos sobre conscientização de racismo e sexismo junto ao pessoal contratado pela biblioteca; c) solicitar às associações de bibliotecas e divisão de serviços para desenvolverem programas para aumentar a conscientização dos usuários das bibliotecas para os problemas do racismo e do sexismo, entre outras ações (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1976). No entanto, durante a Reunião de Inverno da ALA do ano de 1977 foi solicitado que fosse rescindida a Resolução, pois haviam:

[...] preocupações de que ela conflitava com a Declaração de Direitos da Biblioteca”. Jones sentiu que a ‘sabedoria prevaleceu’ quando o pedido de rescisão da resolução foi alterado para estudá-la com a participação de todas as unidades da ALA (BERTRAM, 2016, s.p., tradução minha).

Jones escreveu mais tarde em edição da *American Libraries* de 1977 que:

O espírito da “Resolução de Conscientização sobre Racismo e Sexismo” não está sobrecarregado com a repressão; é libertador. Se a resolução for imperfeita, tente aperfeiçoá-la, mas não a destruindo primeiro! (JONES, 1977, s.p., tradução minha).

Retornando à história de Clara Stanton Jones, esta recebeu diversos prêmios em reconhecimento as suas realizações, incluindo o *Distinguished Service to the Community Award* do Wayne Community College (MICHIGAN WOMEN... 2018). Em 1970, o *Black Caucus of the American Library Association* (BCALA)²⁴ lhe homenageou entregando o primeiro Prêmio de Distinto Serviço à Biblioteconomia²⁵ (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1975). No ano de 1975, recebeu o Prêmio Athena da Universidade de Michigan, o maior prêmio concedido por serviços humanitários. No ano de 1976, Jones se tornou a primeira presidenta negra da ALA. Após sua derrota para o cargo de presidenta no ano de 1974, Jones foi convidada a completar o mandato do presidente que

²⁴ A *Black Caucus of the American Library Association* (BCALA) foi criada em 1970 por E. J. Josey para atender às necessidades dos bibliotecários negros e para “agir ao invés de reagir” (JOSEY, 1994 apud RAYMAN, 2015). A Missão da BCALA é servir “[...] como uma defensora do desenvolvimento, promoção e melhoria dos serviços e recursos da biblioteca para a comunidade afro-americana da nação; e fornece liderança para o recrutamento e desenvolvimento profissional de bibliotecários afro-americanos” (BLACK CAUCUS..., 2018, s. p., tradução minha).

²⁵ Tradução de “*Award for Distinguished Service to librarianship*”.

havia falecido de forma repentina. Conforme Cara Bertram (2016, s.p., tradução minha):

Durante a Conferência Anual da Associação Americana de Bibliotecas de 1975, Clara Stanton Jones foi anunciada como Vice-Presidenta e Presidenta Eleita da Associação Americana de Bibliotecas. Seu mandato como presidenta começaria durante a Conferência Centenária da ALA, em 1976, uma celebração apropriada para a primeira presidenta afro-americana da ALA.

Essa realização foi possível devido sua experiência e sua personalidade que auxiliaram Jones a se tornar a indicada para o cargo, assim como sua preocupação em realizar atividades voltadas para a comunidade (BERTRAM, 2016). Nas palavras de E. J. Josey:

Seus anos de serviço nas trincheiras em Detroit antes de ser nomeada diretora do sistema de bibliotecas lhe proporcionaram habilidades de gerenciamento, bem como um desejo de amar e servir seus semelhantes. (JOSEY, 2000, p. 82, tradução minha).

Clara Jones assumiu em julho de 1976 e, durante seu mandato, sua atuação esteve principalmente no incentivo ao conselho da ALA para a adoção da Política de Oportunidades

Iguais de Emprego²⁶ (Figura 4), além de defender a resolução sobre conscientização sobre a discriminação racial e sexual.

Figura 4 - Política de Oportunidades Iguais de Emprego.

Reprinted from AMERICAN LIBRARIES, vol. 7, no. 7, July/August 1976,
A Stand Against Employment Discrimination pp. 450-453, 475

**Equal Employment Opportunity
A Statement of Policy of the American Library Association**

Passed by ALA Council on January 25, 1974, the following statement is official ALA Policy 106.11

I. Whereas: The American Library Association, through its organized resources and membership support, is committed to a policy of equality of opportunity for all library employees, or applicants for employment, regardless of race, color, creed, sex, age, physical or mental handicap, individual life style (viz., manner and mode of attire, sexual preference, political persuasion), or national origin. This policy of employment equality logically begins with recruitment to the occupation of librarianship.

STATUTES

- (a) Title VII of the Civil Rights Act of 1964 as amended by the Equal Employment Opportunity Act of 1972.
- (b) Fair Labor Standards Act of 1938 as amended, particularly by the Equal Pay Act of 1963 and the Education Amendments of 1972.

EXECUTIVE ORDERS

- 11246 (September 24, 1965) as amended by EO 11375 (October 13, 1967) and EO 11476 (August 8, 1969).

FEDERAL COURT CASES

- (a) *Griggs v. Duke Power Company*, 401 U.S. 424, 91 S.Ct. 849, 28 L.Ed.2d 453 (1971).

- (a) Publication of a report that includes a statement of censure, indicating the strong disapproval of ALA because of a violation of one or more of the policies to which this Program of Action relates.

- (b) Suspension or expulsion from membership in ALA.

- (c) Listing of parties under censure in *American Libraries* as a warning to persons considering employment in an institution under censure that its practices and policies are in conflict with ALA policies concerning tenure, status, fair employment practices, due process, ethical practices, and/or the

Fonte: American Libraries (1976).

Tal Política foi projetada para atualizar e realizar a inclusão das políticas anteriormente adotadas pela ALA sobre discriminação no emprego, tais como, Conformidade com práticas justas de emprego²⁷ (1971), Minorias não-étnicas²⁸ (1971), Igualdade de oportunidades para mulheres na Biblioteconomia²⁹ (1971) e refletir a intenção da política no avanço de Minorias no Serviço da Biblioteca Pública³⁰ (1971) e na Discriminação racial³¹

²⁶ Tradução de *Equal Employment Opportunity: A Statement of Policy*.

²⁷ Tradução de *Compliance with Fair Employment Practices*.

²⁸ Tradução de *Non-Ethnic Minorities*.

²⁹ Tradução de *Equal Opportunity for Women in Librarianship*.

³⁰ Tradução de *Minorities in Public Library Service*.

³¹ Tradução de *Racial Discrimination*.

(1962) (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1976). Dessa forma, o objetivo da referida Política foi garantir “que as bibliotecas-membro e as Escolas de Biblioteconomia estejam de fato atraindo o maior mercado de recursos humanos para fins de pessoal e que uma revisão crítica esteja em andamento” (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1976, p. 1). A Política propõe ainda, concentrar esforços para atrair feiras de emprego e recrutamento de pessoas pertencentes às minorias sociais. Assim, aconteceriam entrevistas em instituições educacionais predominantemente minoritárias, publicação de avisos de emprego em mídias minoritárias ou femininas, entre outras ações (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 1976).

Como presidenta da ALA, Jones concedeu a primeira bolsa de estudos destinada aos estudantes de populações minoritárias, intitulada *Louise Giles Minority Scholarship*. No ano de 1978, Jones se aposentou da Biblioteca Pública de Detroit, mesmo ano em que publicou o livro por ela editado intitulado *Serviço de Referência e Informação da Biblioteca Pública*³². Além dele, escreveu *Biblioteca Pública Urbana: provando utilidade*³³ (1976), *Branches: uma presença visível*³⁴ (1977), A presidenta da ALA vê a Resolução Racismo/Sexismo como libertadora, não repressiva³⁵ (1977) e *A Biblioteca e o futuro de Detroit*³⁶ (1977).

No mesmo ano, Jones foi nomeada pelo presidente Jimmy Carter para integrar a Comissão Nacional de Bibliotecas e Ciência

³² Tradução de *Public Library Information and Referral Service*.

³³ Tradução de *Urban Public Library: Proving Utility*.

³⁴ Tradução de *Branches: a Visible Presence*.

³⁵ Tradução de *ALA President Views the Racism/Sexism Resolution as Liberating, Not Repressive*.

³⁶ Tradução de *The Library and Detroit's Future*.

da Informação³⁷ até 1982. Além desta comissão, foi membro da Associação de Bibliotecas Públicas³⁸, da União de Liberdades Civil Americana³⁹ e do Conselho Nacional das Mulheres Negras⁴⁰ (MICHIGAN WOMEN... 2018).

Jones fundou também o grupo de discussão intitulado “Mulheres Negras Agitando as Águas”⁴¹ juntamente com Aileen Clarke Hernandez, ativista e ex-presidenta da Organização Nacional para as Mulheres⁴² (MICHIGAN WOMEN... 2018). Conforme Jennifer Pickens (2014, s.p., tradução minha), “o referido grupo foi organizado sem estrutura formal, sem assuntos tabu e sem requisitos de associação além de um interesse no diálogo”. A autora aborda ainda que o nome do grupo se deve a “uma citação atribuída à abolicionista do século XIX, Sojourner Truth” (PICKENS, 2014, s.p., tradução minha).

Em 1983, recebeu a nomeação de Membro Honorário da ALA. Sete anos depois, recebeu o prêmio *Prêmio Trailblazer* do *Black Caucus* da ALA, sua maior honraria (SCHWARTZ, 2012). Após se aposentar, Jones se mudou com seu esposo para Califórnia. Em 30 de setembro de 2012, Clara Jones faleceu em sua residência aos 99 anos, deixando, principalmente, um importante legado para a Biblioteconomia Negra Americana.

³⁷ Tradução de *National Commission on Libraries and Information Science*.

³⁸ Tradução de *Public Library Association*.

³⁹ Tradução de *American Civil Liberties Union*.

⁴⁰ Tradução de *National Council of Negro Women*.

⁴¹ Tradução de *Black Women Stirring the Waters*.

⁴² Tradução de *National Organization for Women (NOW)*.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, busquei tornar visível, no cenário brasileiro, a história de Clara Stanton Jones, primeira mulher negra bibliotecária que foi presidenta da *American Library Association* (ALA) em 1976. Abordei ainda a sua colaboração para a promoção do acesso completo aos serviços e produtos de bibliotecas públicas para as populações menos favorecidas, bem como sua luta contra o racismo e a discriminação de gênero.

Clara Jones nos mostra, por intermédio de sua atuação, que focar no oferecimento de produtos e serviços voltados para as necessidades informacionais das comunidades negras é o melhor meio de transformação social e educacional daqueles que dela precisam. Foi pioneira em diversos aspectos, em especial, enquanto ativista pela luta da biblioteca pública para todos e exemplo de superação pelo enfrentamento das barreiras impostas pela sociedade racista de sua época.

REFERÊNCIAS

AMERICAN LIBRARIES. **Clara Stanton Jones**. Chicago: American Library Association, 2012a.

AMERICAN LIBRARIES. **Library Mentor and Pioneer Clara Stanton Jones Dies**. Chicago: American Library Association, 2012b.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Names First Black President-Elect. **The Black Scholar**, v. 6, n. 10, p. 50-51, 1975.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Equal Employment Opportunity: A Statement of Policy of the American Library

Association. **American Libraries**, v. 7, n. 7, p. 450-453, July/August, 1976.

AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Resolution on racism and sexism awareness. **Equity & Excellence in Education**, v. 15, n. 1, p. 9, 1977.

BERTRAM, Cara. Clara S. Jones: "Awareness is Not Burdened with Repression; It is Liberating". **American Library Association Archives**, 25 fev. 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2IXDmcj>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

BLAC²⁰. **First Woman, African-American Executive Director of Detroit Public Library Dies**. Detroit, 03 October 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2kDGPjP>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

BLACK CAUCUS OF THE AMERICAN LIBRARY. **Our History**. 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/WzQ9sx>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

DETROIT PUBLIC LIBRARY. **TIP Database: Data Development Policy**. Detroit, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2k90tUG>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

EBONY. **Detroit's top Librarian**, v. 27, n. 1, p. 115-143, nov. 1971.

GARNER, Carla. Clara Stanton Jones (1913-). **BlackPast**, 14 de dezembro de 2010. Disponível em: <<https://www.blackpast.org/african-american-history/jones-clara-stanton-1913/>>. Acesso em: 10 jul 2019.

JAMES, Sheryl. **Trailblazing librarian, U-M alumna Clara Stanton Jones elected to Michigan Women's Hall of Fame**. Ann Arbor, MI: University of Michigan, 2018. Disponível em: <<http://twixar.me/y6R1>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

JOSEY, Elonnie Junius; SCHOCKLEY, Ann Alen (Ed.). **Handbook of black librarianship**. Littleton, Colorado: Libraries Unlimited, 1977.

JOSEY, Elonníe Junius; DELOACH, Marva L. (Ed.). **Handbook of Black librarianship**. 2. Ed. Lanham, Maryland and London: The Scarecrow Press Inc., 2000.

JONES, Clara Stanton. Liberating, Not Repressive: ALA President Views the Racism/Sexism Resolution. **American Libraries**, v. 8, n. 5, p. 244-245, May, 1977.

JONES, Clara Stanton (Ed.). **Public Library Information and Referral Service**. Syracuse, NY: Gaylord Professional Publications, 1978.

MICHIGAN WOMEN FORWARD. **Clara Stanton Jones (1913-2012)**. Michigan, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2kCAMw2>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

PICKENS, Jennifer. Guide to the Black Women Stirring the Waters Collection. **African American Museum & Library at Oakland**, 28 maio 2014.

RAYMAN, Denise. Action, Not Reaction: Integrating the Library Profession. **American Library Association Archives**, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/f3wZXP>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

SCHWARTZ, Meredith. Obituary: Clara Stanton Jones, Detroit Director and ALA President. **Library Journal**, 03 October 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2m880np>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

TO BE BLACK and a Librarian: Talking with E. J. Josey. **American Libraries**, v. 31, n. 1, January, 2000.

BAMIDELÊ: TRAJETÓRIA HISTÓRICA- INFORMACIONAL DA ORGANIZAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA⁴³

Leyde Klebia Rodrigues da Silva

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, diversos grupos não têm acesso à informação. As estatísticas revelam que uma grande parcela de negros/as não tem acesso à informação no que concerne à sua contribuição na formação histórica e cultural da sociedade brasileira (BRASIL, 2009). Em sua maioria, a escola é segregacionista e privilegia os assuntos que são predominantemente eurocêntricos. Depois de ter passado mais de um século da Abolição da Escravatura é que o Governo Brasileiro reconhece o racismo devido às pressões dos movimentos negros.

A partir da década de 1970, o Movimento Negro Brasileiro adotou estratégias mais politizadas de denúncia aberta à discriminação racial e ao racismo no Brasil, incidindo em um consenso entre intelectuais negros de que a raça se constituía um conceito organizador das relações sociais no Brasil. Daí passou-se

⁴³ Este trabalho é um recorte da dissertação de mestrado “Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba”, defendida em João Pessoa, 2014, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, orientada pela Prof.^a Dr.^a Mirian de Albuquerque Aquino e coorientada pelo Prof. Dr. Edvaldo Carvalho Alves.

a pautar a importância de participarem da elaboração e do conteúdo da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com o objetivo de desconstruir a ideologia da democracia racial reeditada, até então, na orientação de leis e diretrizes das políticas públicas (RODRIGUES, 2005). Atualmente, esses grupos são considerados porta-vozes de negros/as – pretos/as e pardos/as – que obtêm a valorização da identidade de membros socialmente marginalizados, que “construíam suas significações e manifestavam seu pertencimento” (FERNANDES, 2009).

Essas estratégias resultaram na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Conexa realizada na cidade de Durban, África do Sul, entre os dias 31 de agosto e 8 de setembro de 2001. A partir daí o Brasil assumiu um posicionamento de criar políticas públicas para combater o preconceito, discriminação e racismo e iniciativas para implementação da Lei nº 10.639/2003 que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino.

Nesse sentido, a problemática deste trabalho tem como foco a Organização de Mulheres Negras da Paraíba – Bamidelê⁴⁴, de característica não governamental, e parceira do Movimento Negro Organizado da Paraíba – MNOPB e de outras entidades⁴⁵.

⁴⁴ A palavra Bamidelê (bah/mih/deh/leh) é originária da ancestralidade africana (lorubá), que significa esperança e se aproxima do significado de esperar. Esperançar é se levantar, é ir atrás, é construir, é não desistir! Esperançar é levar adiante, é juntar-se com outras em defesa da efetivação da cidadania plena, principalmente das mulheres negras (BAMIDELÊ, 2011).

⁴⁵ Comunidades descendentes de antigos Quilombos (Caiana dos Crioulos, Zumbi etc); grupos artísticos (Banda YlêOdara, Bateria Show da Escola de Samba

Fundada em 2001, essa organização é formada por feministas negras cujo propósito é promover impactos sociais. Essa organização também “elabora e organiza a informação visando à formação de seus atores sociais, realiza encontros, celebrações e manifestações públicas e divulga suas atividades através dos meios de comunicação” (AQUINO, 2010, p. 8) e serve como uma fonte de informação para conhecimento da história e da cultura da população negra, sobretudo, das mulheres.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Estudos sobre os processos de organização da informação étnico-racial partem do princípio de que as Ciências Sociais Aplicadas precisam realizar práticas efetivas e específicas que modifiquem concretamente a situação que torna os negros invisíveis (CUNHA JÚNIOR, 2005). Exige-se que qualquer campo da ciência assuma sua responsabilidade ético-social na produção de conhecimento com a finalidade de buscar soluções que ajudem a resolver os problemas existentes na sociedade, sejam eles físicos, estruturais, sociais ou culturais (AQUINO, 2009).

O fundamento metodológico deste estudo é a abordagem qualitativa que se propõe a responder questões particulares inerentes às Ciências Sociais. Essa área de conhecimento trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças,

Malandros do Morro, Grupo de Danças Afropremitivas, Grupos de Hip-hop); grupos de formação (alfabetização, reflexão, professores, intelectuais negros e outros); grupos de arte marcial (Badauê dos Palmares, Afronagô e outros); entidades de articulação e luta em defesa dos direitos da etnia negra (Movimento da Ação Negra e Agentes de Pastoral Negros); comunidade de Religião dos Orixás (terreiros), entre outras formas de organização (MNPB, 2010).

valores e atitudes, correspondendo a um espaço mais aprofundado das relações, processos e fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (AQUINO, 2009).

Os autores Alves e Aquino (2012), ao fazer um estudo sobre a pesquisa qualitativa, suas origens, desenvolvimentos e utilizações nas dissertações do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – PPGCI da UFPB, de 2008 a 2012, alertam que:

No campo da pesquisa social, a pesquisa qualitativa pode ser entendida como uma práxis que visa a compreensão, a interpretação e a explicação de um conjunto delimitado de acontecimentos que é a resultante de múltiplas interações, dialeticamente consensuais e conflitivas, dos indivíduos, ou seja, os fenômenos sociais (ALVES; AQUINO, 2012, p. 81).

Nesse sentido, o caráter da abordagem qualitativa possibilita uma articulação com a pesquisa interpretativa e considera a história, a cultura, o lugar e as comunidades do local em que se desenvolve (AQUINO, 2009; CUNHA JÚNIOR, 2006). Também se associa com a descritiva, pois se detém em colocar “a questão dos mecanismos e dos atores (o ‘como’ e ‘o quê’ dos fenômenos), por meio da precisão dos detalhes. Essa abordagem fornece informações contextuais que poderão servir de base para pesquisas” mais aprofundadas (DESLAURIES; KÉRISIT, 2008, p. 130). É de caráter exploratório porquanto “possibilita [ao pesquisador] familiarizar-se com as pessoas e suas preocupações” e “explorar determinadas questões [...] que, dificilmente, o

pesquisador que recorre a métodos quantitativos consegue abordar” (DESLAURIES; KÉRISIT, 2008, p. 130).

O universo da pesquisa de campo foi a Organização de Mulheres Negras da Paraíba – BAMIDELÊ, porque essa organização se posiciona como porta-voz da população negra, especificamente das mulheres negras, e obtém a valorização da identidade de membros socialmente marginalizados que “construíam suas significações e manifestavam seu pertencimento” (FERNANDES, 2009, *online*). O objeto de análise foram os relatórios anuais da ONG desde a sua fundação até 2010, assim como as fontes de informação utilizadas e apropriadas por essa organização, a saber: site, *Facebook*, *blog* e *Twitter*.

3 ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS: DA ATUAÇÃO HISTÓRICA À SOCIAL

Para falarmos das organizações de mulheres negras, precisamos recorrer, a princípio, à trajetória do Movimento Negro no Brasil ou pelo menos o que inicialmente podemos identificar como posição de protesto dos homens e mulheres de cor, que não teve, como se pensa, sua gênese na década de 1970, durante a reabertura democrática; período em que eclodiram diversas “revoluções” na sociedade brasileira. Muito antes de existir um movimento negro de base sólida, que surgiu concomitantemente à aparição dos movimentos sociais e organizações sindicais, a questão racial já na década de 1920 ganhava porte de luta social das classes subalternas (XAVIER, 2010).

Os(as) negros(as) conseguiram de imediato a libertação para mais tarde se integrar à sociedade do trabalho, mas novamente tiveram como função servir aos brancos. Em protesto a esse tipo

de situação pela qual os(as) negros(as) passavam, submetendo-se ao empregador de maneira a repetir a relação existente entre senhor feudal e escravo, foram surgindo as primeiras aspirações de organizações no meio dessa população.

Fernandes (1978) revela as mobilizações de grupos negros durante a primeira metade do século XX em São Paulo, organizados em prol da “tomada da consciência, de crítica e de repulsa à situação do negro”. Essas associações existiram no período compreendido entre 1927 e 1945, porém, muitas tiveram curta duração; foram poucas as que deram continuidade às suas atividades.

Contudo, no final da década de 1970, a manifestação do povo negro fez eclodir uma forte organização: o Movimento Negro Unificado (MNU), fundado em 1978, em meio ao contexto da Ditadura Militar que estava em declínio no país. O MNU foi o resultado da efusão dos ânimos diante do assassinato de Robson Silveira da Luz, trabalhador negro que foi agredido até a morte por policiais, em São Paulo. O fato gerou fortes protestos dos movimentos negros e naquele momento iniciava uma articulação ampla entre si (XAVIER, 2010).

O MNU foi quem lutou incessantemente pela implantação da lei contra discriminação racial no Brasil vindo a ser promulgada em 5 de janeiro de 1989, uma grande conquista para os(as) negros(as) do Brasil. Essa lei passou a considerar qualquer ato de discriminação contra homens, mulheres, crianças, adolescentes ou jovens negros/as como um ato criminoso.

Daí por diante, o MNU impulsionou o surgimento de outras organizações pelo Brasil. Na Paraíba, em 1979, surgiu o Movimento Negro de João Pessoa (MNJP) que veio a se consolidar no final dos anos 1990, daí por diante denominado Movimento

Negro da Paraíba (MNP). O MNP abriu espaço para que diversos outros grupos surgissem com o propósito de valorizar e defender o povo negro, hoje congregado dentro do movimento maior.

3.1 ATUAÇÕES POLÍTICA E SOCIAL DAS ONGS

A maior parte do que hoje conhecemos como ONGs teve sua gênese na década de 1960, sendo interrompida pelo golpe militar. Nesse momento, tais entidades não se identificavam enquanto “não-governamentais”, mas como parte integrante da vida sociopolítica brasileira como entidades caritativas que tinham o propósito de atender às demandas oriundas da população, tais como organização comunitária ou algum tipo de assistência (FROZ, 2005).

Outros tipos de entidades ou ONGs surgiram da necessidade de engajamento dos indivíduos aos grandes problemas da sociedade brasileira, atuando em conjunto com outros organismos de luta social, entre eles os movimentos sociais. As ONGs tiveram importante atuação na luta pela retomada da democracia. No entanto, eram os movimentos sociais que tinham uma luta mais ativa, assumindo o papel principal nas lutas de causas coletivas. Cabia às ONGs contribuírem para a organização e articulação dos movimentos, além de transferirem para eles os recursos capitados dos organismos internacionais (FROZ, 2005).

Nos anos 1980, acontece uma inversão dos papéis de ONGs e movimentos sociais, causada pelas mudanças societárias. Observa-se que o número de ONGs aumentou em detrimento da quantidade dos movimentos sociais. As ONGs passaram a ganhar autonomia, pois não estavam mais atreladas aos movimentos e,

atualmente, constituem um universo próprio no cenário das organizações populares, com distintas formas de expressões e atuações. Isso não quer dizer que os movimentos sociais se esgotaram, pelo contrário, estes se reestruturaram e continuam atuando frente aos problemas sociais, alguns mais fortes do que nunca.

As ONGs e os movimentos sociais para além dos seus conceitos devem ser analisados à luz das ações que desenvolvem na sociedade, pois são expressões do seu movimento dialético e integram a categoria sociedade civil, onde ocorrem as relações entre os organismos de participação política. Dessa maneira, seus conceitos mudam de acordo com o movimento contraditório da sociedade (FROZ, 2005).

Ao tratar do papel das ONGs na atualidade, a autora Sônia Beatriz dos Santos (2009), em seu artigo “As ONGs de mulheres negras no Brasil”, coloca que elas continuam tendo papel fundamental no debate e na negociação entre Estado e sociedade civil – em níveis local, regional, nacional e global, desenvolvimento de estratégias de confronto das desigualdades raciais, de gênero, sociais, e de orientação sexual, bem como da violência, dos entraves nas áreas de saúde, educação, emprego, dentre outros (SANTOS, 2009, p. 280).

Atualmente, ONGs e movimentos sociais vêm assumindo funções relevantes, pois podem ser mecanismos importantes para que os sujeitos sociais possam se expressar e lutar por melhores condições de vida. Portanto, ambos são formas de ações coletivas, dotados de contradições, mas fundamentais no atual momento político brasileiro.

3.2 DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ÀS ONGS: CONFIGURANDO OS GRUPOS DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Uma causa bem específica dos grupos de mulheres negras é a questão da mulher negra. Mas não só. A negritude também é incluída como proposta temática inclusa nas causas defendidas por estes movimentos. Numa sociedade machista e racista como a brasileira, ser mulher negra é receber dupla carga de preconceito. Mesmo que pareça reles a afirmação, a mulher negra é vitimada socialmente pelo somatório da cor e do sexo, sendo, pois, duplamente discriminada.

Assim como o próprio Movimento Negro, já na década de 1930, surgia uma associação de mulheres negras, o Centro Cívico Beneficente Senhoras Mães Pretas. Em 1975, evidencia-se outra mobilização, durante um encontro promovido pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) no qual um grupo de mulheres negras formulou um documento contestando a condição desse segmento da sociedade. Mas entre as décadas de 1980 e 1990 é que os movimentos de mulheres negras começaram a se formar e se consolidar no Brasil. Eventos em âmbito internacional, já em 1990 – A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento no Cairo, em 1994, e a Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, em 1995, promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), possibilitaram a mobilização das mulheres negras de várias partes do mundo (XAVIER, 2010).

Em 1992, durante o I Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, realizado em Santo Domingos, instituiu-se a data de 25 de julho como o Dia da Mulher Negra

Latino-Americana e Caribenha, comemorado com eventos especiais pelas organizações de mulheres negras em todo o mundo. No Brasil, um importante passo para o segmento foi a criação da Articulação de Mulheres Negras do Brasil (AMNB), no ano 2000, rede composta por ONGs de todo o país, que fortaleceu movimentos por todo o território brasileiro e influenciou novas organizações.

A AMNB é atualmente constituída de 23 organizações provenientes das diferentes regiões do Brasil. Criada com o objetivo inicial de permitir o protagonismo das mulheres negras durante o processo de realização da III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (África do Sul, 2002). Após a Conferência, a AMNB passa a se dedicar ao monitoramento das recomendações e do plano de ação e a formulação de estratégias de desenvolvimento inclusivo para o Brasil, centradas na proteção e na promoção dos direitos; na geração de oportunidades no mundo do trabalho na cidade e no campo; na igualdade de tratamento na vida e no respeito à diversidade humana, sem racismo, sexismo, lesbofobia ou classismo, seja para o Brasil ou para a América Latina (AMNB, 2013).

As Organizações integrantes são: ACMUN – Associação Cultural de Mulheres Negras – RS, **Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba – PB**, CACES – RJ, Casa da Mulher Catarina – SC, Casa Laudelina de Campos Melo – SP, CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – PA, Coletivo de Mulheres Negras Esperança Garcia – PI, CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – MG, Criola – RJ, Eleekó – RJ, Grupo de Mulheres Felipa de Sousa – BA, Geledés – Instituto da Mulher Negra – SP, Grupo de Mulheres Negras Mãe

Andressa – MA, Grupo de Mulheres Negras Malunga – GO, IROHIN – DF, IMENA – Instituto de Mulheres Negras do Amapá – AP, INEGRA – Instituto Negras do Ceará – CE, Instituto AMMA Psique e Negritude – SP, Kuanza – RJ, Kilombo – RN, Maria Mulher – Organização de Mulheres, Negras – RS, Mulheres em União – MG, NZINGA – Coletivo de Mulheres Negras de Belo Horizonte – MG, Observatório Negro – PE, OMIN – Grupo de Mulheres Negras Maria do Egito – SE, Rede de Mulheres Negras do Paraná – PR, SACI – Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania – SE e UialaMukaji – Sociedade das Mulheres Negras de Pernambuco – PE. Essas entidades atuam enquanto representantes do feminismo negro brasileiro. Movimento que busca diversificar a própria configuração do gênero discutido pelo feminismo, pois a mulher não é uma categoria única, é algo muito mais complexo.

É praticamente consenso que a mulher negra sofre uma dupla opressão: uma por ser negra e outra por ser mulher. Porém, a mulher negra carrega outras questões que não atingem diretamente a mulher branca. Questões essas que nos transpassam além do gênero e que devem ser discutidas com um viés diferente. Como aborda Sueli Carneiro (2011, *online*) “a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas [...] a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão” que é o problema do racismo.

Nesse entendimento, ainda respaldadas em Sueli Carneiro (2011), observamos que o atual movimento de mulheres negras, ao abordar esses vários vieses (gênero e raça), promove a integração das lutas alçadas tanto pelo movimento negro e quanto

pelo de mulheres do país, “enegrecendo” as reivindicações das mulheres e promovendo a feminização também das reivindicações do movimento negro.

4 BAMIDELÊ: SUA HISTÓRIA PARA CONSTRUÇÃO E AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA

Como já foi dito anteriormente, a Bamidelê é uma organização não governamental composta por feministas negras, fundada em 2001. Tem como missão e projeto político contribuir para a eliminação do racismo e sexismo, buscando a equidade de gênero numa perspectiva étnico-racial.

Essa organização tem por princípios: construção de uma sociedade justa e democrática; defesa dos direitos humanos, o respeito às diferenças e o combate à pobreza e a todas as formas de violências, opressão, discriminação ou exclusão, tais como as de gênero, raça, etnia, classe, orientação sexual, religiosa, política, geracional ou relativa às pessoas com deficiência; respeito aos princípios éticos de transparência e imparcialidade em sua gestão; e defesa dos direitos humanos e empoderamento das mulheres, jovens e adolescentes, bem como o fortalecimento de suas organizações (BAMIDELÊ, 2013).

As atividades desenvolvidas por essa Organização vão desde ações educativas e formativas como cursos, palestras, campanhas, oficinas, feiras de saúde, capacitações, rodas de diálogos, seminários e produção de material didático com foco nas temáticas de saúde (sexual, reprodutiva e da população negra), educação, direitos sexuais, direitos humanos e ações afirmativas, e, até no controle social de políticas públicas,

mobilização social e ações de fortalecimento político dos movimentos negro e feminista (BAMIDELÊ, 2013).

O público atendido pela Bamidelê é, em sua maioria, mulheres negras, jovens e adolescentes de comunidades, movimentos e escolas das zonas urbana e rural da Paraíba, com destaque para a comunidade remanescente de quilombo Caiana dos Crioulos, em Alagoa Grande/PB.

4.1 A HISTÓRIA A PARTIR DOS RELATÓRIOS NARRATIVOS

Em 2001, antes da constituição e institucionalização da Bamidelê, havia um Grupo de Mulheres Negras na Paraíba, formado desde 1998, cujas reuniões eram realizadas no Mosteiro São Bento e participavam cerca de 15 mulheres (CARVALHO; ROCHA, 2012). Em uma das publicações do Cunhã (Coletivo Feminista), esse Grupo de Mulheres Negras é citado entre os existentes na Paraíba e ressalta-se que foi criado em 1998, por algumas mulheres que participavam dos Agentes da Pastoral Negros – APNs⁴⁶, pois perceberam a necessidade de desenvolver um trabalho específico com mulheres negras no estado.

Passados alguns anos, três dessas mulheres que iniciaram o trabalho grupal decidiram institucionalizá-lo, com a fundação, em

⁴⁶ Agentes de Pastoral Negros (APNs) é um grupo de conscientização, organização e valorização da cultura de mulheres e homens negros, que atua em comunidades cristãs, que age na luta contra o racismo e a discriminação racial. Entre os seus objetivos, está o reconhecimento e afirmação da história e dos valores culturais e religiosos do povo negro, com o intuito de construir uma identidade positiva e desenvolver ações políticas efetivas para incluir a população negra na sociedade (CARVALHO; ROCHA, 2012).

2001, da Bamidelê – Grupo de Mulheres Negras da Paraíba. Assim, foi firmada uma organização com identidade própria, com o principal objetivo de desenvolver trabalhos com mulheres negras, na zona rural e na urbana, com o intuito de conscientizá-las sobre a discriminação racial e trabalhar com jovens negras por meio de artes, visando trazer os valores da cultura e criar um trabalho de educação com crianças e adolescentes.

Portanto, a Bamidelê surge com a finalidade de dar visibilidade às demandas específicas das mulheres negras na Paraíba e garantir a participação delas na vida política do estado da Paraíba. Vale salientar que a organização se insere em um contexto histórico-social, nos âmbitos internacional e nacional, que foi a declaração pela ONU, de 2001, como o Ano Internacional de Mobilização contra o Racismo.

Nesse sentido, houve a realização, no mesmo ano, da III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, em Durban, na África do Sul. Em síntese, na Conferência de Durban, foram elaborados dois documentos: a Declaração e o Programa de Ação, compostos de propostas para efetivar o fim do racismo e da discriminação racial. Tratando da III Conferência, a ex-ministra da SEPPIR, Matilde Ribeiro (2004, p. 102), destaca que ela fortaleceu a construção de propostas para políticas públicas para a população negra e o comprometimento dos países com a “erradicação do racismo e [com a missão de] estimular o desenvolvimento político, econômico e social da população negra, particularmente das mulheres.”

A Bamidelê iniciou suas atividades, efetivamente, no ano de 2001, com dois grupos de mulheres e adolescentes negras nos municípios de Santa Rita, nas comunidades de Marcos Moura e

Tibiri II, em Alagoa Grande, na comunidade remanescente de quilombo de Caiana dos Crioulos, além das ações na cidade de João Pessoa, muitas articuladas ao Movimento Negro e ao Movimento Feminista na Paraíba. Vale ressaltar que os trabalhos já vinham sendo realizados com o apoio financeiro das missionárias(os) religiosas(os) católicas(os) do Grupo Maryknoll, por meio de um pequeno projeto. Porém, a chegada dos recursos do Projeto “Redes de Solidariedade: saúde reprodutiva, gênero, etnia e cidadania na Paraíba”, financiado pela Fundação Ford, contribuiu para institucionalizar o Grupo de Mulheres Negras, pois proporcionou a instalação de uma sede e a obtenção de equipamentos e materiais importantes para o desenvolvimento do trabalho.

4.2 OS PROJETOS: DE 2002 A 2009

O primeiro projeto financiado pela Fundação Ford, projeto “Redes de solidariedade”, realizado entre os anos de 2002 e 2004, teve como objetivos superar as desigualdades sociais, os estigmas e os preconceitos que atingem as mulheres negras. Nesse sentido, trabalhar o tema da autoestima entre mulheres negras era crucial para a afirmação de suas identidades e o empoderamento. Por isso, o projeto também propôs a formação de mulheres e de jovens negras sobre questões relativas à saúde reprodutiva, aos direitos reprodutivos, à identidade racial, à autoestima e aos direitos humanos, para atuarem no combate ao racismo e ao sexismo e ampliar e garantir o acesso aos direitos conquistados (BAMIDELÊ, 2003).

Durante o período de execução do projeto, as oficinas foram realizadas, sistematicamente, com os grupos de mulheres e

adolescentes negras mencionados, onde temas referentes à história e à cultura afro-brasileira foram tratados com o intuito de despertar a reflexão desses sujeitos sociais para os elementos que constituem as identidades raciais possíveis de serem construídas.

No ano de 2003, a Bamidelê deu continuidade às atividades do projeto “Redes de solidariedade”, mas foram acrescentadas outras ações como a capacitação de lideranças dos grupos de mulheres e jovens negras para que reivindicassem políticas públicas e intervissem no processo de aplicação dessas políticas. Além disso, iniciou-se um trabalho com parteiras tradicionais da comunidade quilombola Caiana dos Crioulos (BAMIDELÊ, 2003).

No ano de 2004, iniciaram-se as atividades do projeto “Mulher negra, saúde reprodutiva e direitos sexuais: construindo caminhos para a felicidade de viver”, que objetivou dar continuidade às ações do projeto anterior, principalmente aos trabalhos com os grupos de mulheres e adolescentes de Caiana dos Crioulos, Marcos Moura e Tibiri II. Os eixos do projeto foram as Políticas Públicas e o Controle Social no campo da saúde. Dentro das ações, destacamos que, no processo de reflexão e organização das atividades da Semana da Consciência Negra pelas adolescentes, foi abordada, nas oficinas, a história de personagens negros e negras de destaque em vários momentos históricos e trabalhada a identificação das adolescentes com personagens com participação na história brasileira (BAMIDELÊ, 2005).

Nesse projeto, foram enfocadas as temáticas ligadas à saúde pública e ao controle social nessa área. Assim, as mulheres e até mesmo as jovens negras debateram e agiram no sentido de exigir melhoria no atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), e entender seu funcionamento, para demandar políticas públicas

para as mulheres negras nesse campo (BAMIDELÊ, 2005). Nesse sentido, no ano de 2005, as mulheres de Caiana dos Crioulos exerceram o controle social no Programa Fome Zero, com a intervenção exercida no sentido de garantir a distribuição das cestas básicas entre as famílias da comunidade (BAMIDELÊ, 2006).

A partir de 2007 começou a ser desenvolvido o projeto: “Ampliando resultados em Direitos Sexuais e Saúde Reprodutiva: fortalecendo o controle social”, também apoiado pela Fundação Ford. O objetivo geral do referido projeto foi reduzir a deficiência de ações de promoção da saúde e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres negras (adolescentes/jovens/adultas) nas comunidades de Caiana dos Crioulos, Marcos Moura e Eucalipto, localizadas nos municípios de Alagoa Grande, Santa Rita e João Pessoa respectivamente (BAMIDELÊ, 2008).

Guiadas pela execução desse objetivo e da atuação da Bamidelê durante o ano de 2007, foram elaboradas diversas ações, com base na: atuação das mulheres da Associação Mulher Centro da Vida – no bairro de Marcos Moura em Santa Rita/PB; atuação das mulheres quilombolas de Caiana dos Crioulos em Alagoa Grande/PB; e na atuação das adolescentes e jovens em Eucalipto/João Pessoa/PB.

No ano de 2007, a Bamidelê também participou do Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil (FEPETI), na qual sua contribuição neste fórum se revestiu de mais alta importância, sobretudo, porque a realidade de exploração das crianças na Paraíba era um assunto que merecia ser trabalhado nas várias dimensões, seja em atividades de trabalho penoso ou no campo da exploração sexual, seja nos ambientes públicos ou privados. A partir daí, foram realizados outros encontros, a saber: A Bamidelê

no Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente – FDCA; A Bamidelê na Afirmação dos Direitos Humanos da Mulher e da Mulher Negra; A Bamidelê no Fórum ONG/AIDS; O Dia 25 de Julho – data alusiva às mulheres negras da América Latina e do Caribe na sua IX edição que aconteceu com o tema “As mulheres negras reinventam o mundo”; o Seminário Saúde Reprodutiva das Mulheres Negras na Grande João Pessoa; A Bamidelê na Rede de Jovens do Nordeste entre outros (BAMIDELÊ, 2008).

Ainda em 2007, foi desenvolvido o projeto “Adolescentes e Jovens Negras Multiplicando Informações Sobre Saúde Sexual e Reprodutiva”. Este projeto apresentava como objetivo geral capacitar 20 adolescentes e jovens negras para serem multiplicadoras de informações em três comunidades periféricas de João Pessoa. O desdobramento do objetivo geral em objetivos específicos compreendeu fortalecer o protagonismo juvenil; trabalhar o conceito de saúde e direitos sexuais e reprodutivos; promover a elevação da autoestima e da identidade negra, além de sensibilizar sobre a importância do conhecimento e do cuidado com o corpo, a prevenção das DSTs/HIV/AIDS e a gravidez não planejada (BAMIDELÊ, 2008). Este projeto foi apoiado pelo Fundo Municipal de Adolescentes – FUNDEC por três meses e pelo Fundo Global para Mulheres por seis meses (BAMIDELÊ, 2008).

O projeto de pesquisa “Saúde reprodutiva de mulheres negras: vulnerabilidade, percepções de saúde e tratamento às gestantes da Grande João Pessoa”, de natureza comportamental desenvolvido em parceria com a Universidade Federal da Paraíba – Departamento de Biologia Molecular tinha como objetivos: obter o perfil étnico racial das gestantes; levantar as principais dificuldades apresentadas por elas para terem acesso ao atendimento; descobrir o itinerário realizado pelas mulheres entre

a descoberta do serviço prestado pela maternidade, passando pela realização dos exames e chegando até a apresentação dos resultados a equipe médica; verificar o nível de empatia entre a paciente e a equipe de saúde; levantar o percentual de adesão ao tratamento de profilaxia; levantar o percentual de adesão dos maridos/companheiros/parceiros à profilaxia; detectar se o tratamento ministrado aos casos positivos de HIV e sífilis estava em concordância com o preconizado pelo Ministério da Saúde; levantar as principais dificuldades das maternidades para a efetivação do Projeto Nascer – Maternidades (BAMIDELÊ, 2008).

No ano de 2008, deu-se início ao “Projeto Intensificando Ações pelo Direto à Saúde Sexual e Reprodutiva”, que objetivava o crescimento da equipe e aprimoramento das metodologias desenvolvidas pela Bamidelê, com destaque para a técnica de Construção Compartilhada de Soluções em Saúde, adotada pela organização, a partir de assessoria do Centro de Promoção da Saúde (CEDAPS) (BAMIDELÊ, 2009).

Como eventos significativos no primeiro período do projeto (maio a dezembro de 2008), destacamos a realização da X Comemoração do Dia da Mulher Negra da América Latina e Caribe – 25 de julho, que superou as expectativas em termos de público, realizando ações em parceria com duas universidades públicas (UFPB e UEPB) e envolvendo lideranças de vários municípios da Paraíba. Além disso, o convite à Bamidelê para participar do II Seminário Nacional de Estudos de História e Cultura Afro-brasileiras, promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEAB-Í), da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), por ocasião do Dia Nacional da Consciência Negra – 20 de novembro (BAMIDELÊ, 2009).

Os projetos desenvolvidos para sua construção e afirmação passam pelo reconhecimento e pela valorização de sua história e das referências culturais que lhes pertencem. Acreditamos que essa construção identitária é fundamental para combater as desigualdades sociais/raciais e o racismo e o sexismo que atingem as mulheres negras, principalmente o empoderamento delas, para que possam exercer plenamente sua cidadania. Assim, para que atuem como protagonistas é sobremaneira relevante que suas identidades sejam afirmadas, sobretudo, como mulheres negras.

4.3 A VIDA ADMINISTRATIVA DA BAMIDELÊ

A vida administrativa da Bamidelê possui um ritmo não linear, pois as demandas externas não têm uma sistemática por mais programada que seja a pauta de ação/intervenção. Tendo em vista o exemplo deste ritmo, citamos o quadro que se instalou em João Pessoa e em outras cidades da Paraíba com relação a vários casos de morte materna, casos de violência física que se abatem sobre as mulheres ou de casos de racismo. Diante dessas ocorrências, a Bamidelê tem que se fazer presente. Apesar da imprevisibilidade, as reuniões semanais e anuais foram mantidas e nesses momentos a equipe pode interagir ou divergir e apreciar as atividades em andamento ou concluídas (BAMIDELÊ, 2008).

As reuniões semanais sempre são às quartas-feiras e são os momentos de checagem da rotina diária e de programações de eventos. Há também uma Assembleia Anual na qual são avaliadas e propostas mudanças na própria Bamidelê e no aperfeiçoamento profissional, sobretudo, com relação ao assunto saúde. A equipe atual da Bamidelê é remunerada pela Fundação Ford sendo composta de uma secretária, uma coordenadora de

projetos, uma diretoria executiva, uma coordenadora financeira, uma técnica de projetos que faz a articulação nas comunidades trabalhadas e uma estagiária (BAMIDELÊ, 2008).

4.4 O CONTEXTO INFORMACIONAL DA BAMIDELÊ: ATUAÇÃO POR MEIO DE FONTES DE INFORMAÇÃO

Ao analisar as fontes utilizadas pela Bamidelê para uso, apropriação, disseminação e preservação das informações é possível tecer alguns comentários. As fontes de informação utilizadas pela Bamidelê buscam atingir vários setores e públicos da sociedade em geral, pois ao recorrer às fontes formais como os livros e revistas “que confirmam qualquer conhecimento que permitam ser incluídas numa determinada compilação bibliográfica” (CUNHA, 2001, p. 8), essas fontes têm uma existência duradoura e dependem basicamente da visão que proporciona ao seu público a possibilidade de reprodução ilimitada a essas fontes. As fontes de informação são responsáveis por carregar e armazenar a informação, ou seja, são qualquer recurso que gere ou veicule informação, incluindo produtos e serviços de informação, pessoas ou rede de pessoas, programas de computador, etc., e influencie na geração do conhecimento e do aprendizado (SILVA, 2010).

Nesse sentido, observa-se a necessidade de uma boa estrutura do veículo de comunicação através da legibilidade do texto. Entendendo que as fontes de informação formais ficam disponíveis, por longos períodos de tempo, para um público amplo, observem a Figura 1.

Figura 1 - Fontes formais utilizadas pela Bamidelê.



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Ao utilizar fontes informais (cartilhas, adesivos, folders, banners, estética afro e oralidade), a ONG possibilita acesso a um público bem mais diverso, pois as fontes informais, como o próprio nome revela, dispensam a formalidade de seu registro. Elas são representadas e exemplificadas através de contatos pessoais, cartas, comunicações orais e mensagens não verbais. As fontes informais ainda apresentam as seguintes características: fácil acesso, resposta imediata. Além disso, conduzem informação sobre o que está acontecendo no andamento dos fatos ou até em estágio de ideia, minimizam ruído e permitem a crítica construtiva, orientada para o usuário, minimizam barreiras de comunicação e disseminam informações que, de modo geral, não

seriam encontradas nas fontes formais (ARAÚJO, 1979). Vejamos a Figura 2.

Figura 2 - Fontes informais utilizadas pela Bamidelê.



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Ao fazer uso do que denominamos Fontes *web* (Facebook, blog, e-mail) (SILVA, 2010), a entidade multiplica de forma exponencial o acesso a essas informações, ampliando, diversificando e tornando cada vez mais eficiente, rápida e abrangente, vencendo barreiras geográficas, hierárquicas e financeiras (CAMPELLO; CENDÓN; KREMER, 2000). Algumas dessas fontes se caracterizam por uma mixagem das fontes formais e informais, citadas acima. Outras fogem completamente a qualquer classificação prévia, porque são resultados do

dinamismo no design característico da Internet. Vejamos a Figura 3.

Figura 3 - Fontes web utilizadas pela Bamidelê.



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Uma das mais importantes características dessas fontes é serem centradas na(o) usuária(o), possibilitando a mudança de funções, paradigmas e da própria cultura, que podem ser frequentemente atualizados e são fáceis de manter e acessíveis em qualquer computador ou aparelho com conexão à internet. Também podem fazer ligações entre si, permitindo a troca de

ideias e estimulando a geração e o compartilhamento do conhecimento (BARROS, 2006).

Observamos também a Bamidelê como uma organização proativa, com uma participação importante e marcante nos eventos. Sempre trabalhando em conjunto de forma que o seu público consiga ter acesso ao material que é produzido, demonstra uma participação ímpar na luta em prol da visibilidade de cultura e da história africana. Vejamos a Figura 4.

Figura 4 - Ações desenvolvidas pela Bamidelê.

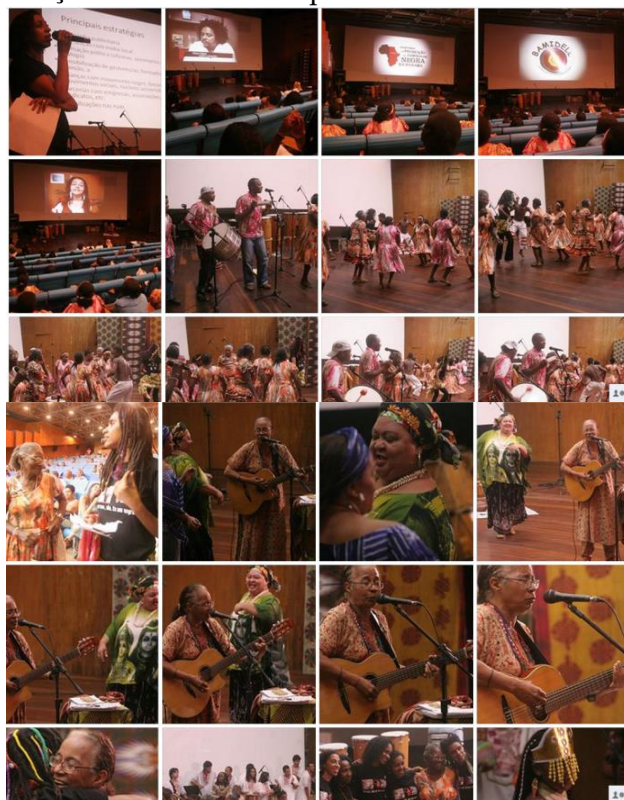


Figura 4 - Continuação...



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

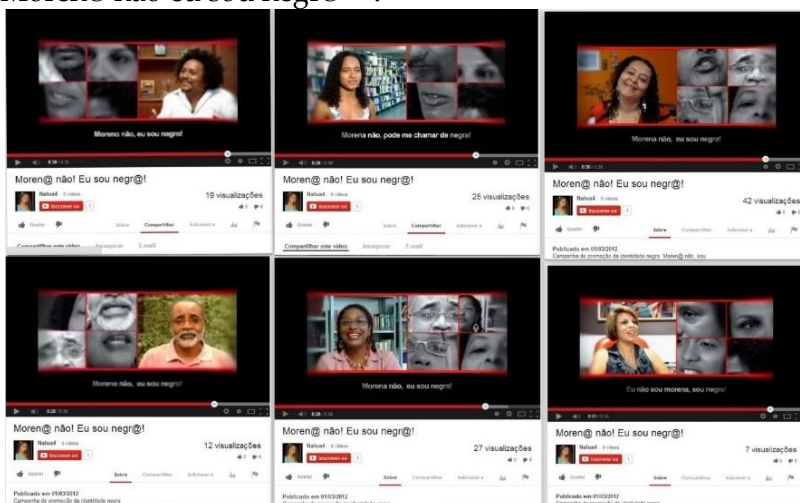
O processo de disseminação da informação étnico-racial para aquelas que não têm acesso às fontes tradicionais de informação é feito através das ações realizadas pelo Bamidelê. Dessa forma, com o acesso a essas informações, esse público tem a possibilidade de vivenciar a sua cultura e, consequentemente,

construir uma identidade cultural solidificada a partir da interação contínua das experiências vivenciadas em grupo.

Observamos também que a atuação do grupo na internet também foca nesse público, pois mesmo com as dificuldades no que concerne ao acesso, atualmente, a internet figura como uma das principais fontes utilizadas pela organização, pois possibilita ao usuário, entre outras funções, selecionar, receber, tratar e enviar qualquer tipo de informação, através de ambientes propícios e extremamente favoráveis à circulação dessas em uma dimensão jamais vista (TEIXEIRA, 2001, p. 55).

Também é possível identificar a forte ligação “democratização e tecnologia”. Por meios das fontes web (*Facebook, blog, Twitter, e-mail e Youtube*), as informações produzidas pela Bamidelê são disseminadas em números antes inalcançáveis por algumas fontes tradicionais. Contribuindo para a “democratização da informação étnico-racial”, tem como finalidade possibilitar o acesso de negros(as) aos diversos tipos de informação, a fim de que se apropriem de conteúdos materiais e culturais produzidos pela humanidade ao longo da história humana (vídeos promocionais da campanha “Moren@ não eu sou negr@” que circulou em âmbito nacional, como mostra a Figura 5.

Figura 5 - Imagens dos vídeos promocionais da campanha “Moren@ não eu sou negr@”⁴⁷.



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Observamos, ainda, que a Bamidelê é um lugar de memória para a preservação da informação étnico-racial. O espaço também serve como fonte de informação para aqueles que não têm conhecimento da história do grupo e da sua luta, que não é só da Bamidelê, mas de todos os que buscam uma sociedade mais justa. Esse espaço também possibilita que se reconstrua uma

⁴⁷ Vídeos completos disponíveis em:

<<http://www.youtube.com/watch?v=B1hqYU8HKgo>>.

<http://www.youtube.com/watch?v=Io7PF_i_bUo>.

<<http://www.youtube.com/watch?v=R0BNGdQjM4M>>.

<<http://www.youtube.com/watch?v=a9qjnTTvwkI>>.

<<http://www.youtube.com/watch?v=zldBQVQAdYE>>.

<<http://www.youtube.com/watch?v=jRqLS0vuUUg>>.

identidade/memória cultural do povo negro, que há muito foi oprimida e esquecida.

Sobre esse “esquecimento”, Knobbe (2005) explicita que, no Brasil, a questão dos grupos negros tem o agravante do racismo cordial, em que as pessoas dizem que não os discriminam e respeitam as religiões afro-brasileiras. Trata-se de uma situação histórica e cultural, o racista ou preconceituoso é sempre o vizinho. A política de embranquecimento da população brasileira, através do incentivo à imigração europeia, a perseguição, até os anos 1950, às religiões afro-brasileiras e a destruição de seus templos, são alguns exemplos da opressão sofrida por esses grupos. Não é por menos que uma parcela da população afrodescendente acabe por renegar sua herança africana. A vergonha de ser negro é fruto de um estigma colocado sobre a população (negra e não negra) e de uma estratégia de sobrevivência social. Nesse entender, a construção de uma memória cultural pela Bamidelê é essencial para que o indivíduo conheça suas raízes, e possa construir sua identidade e, dessa forma, ter condições de se integrar efetivamente ao seu grupo social.

E por fim, observamos a preocupação da Bamidelê com a preservação dessas informações pelas vias tradicionais como arquivos e bibliotecas físicas, seja por meio de parcerias com a Coordenação do Curso do Arquivologia da UFPB, seja por meio de suas próprias ações, conforme mostra a Figura 6.

Figura 6 - Material arquivado na Bamidelê.



Fonte: Dados da pesquisa (2013).

Entendemos que essa preocupação com a preservação da informação étnico-racial atinge não somente as fontes formais de informação, citadas anteriormente, mas também as fontes informais, como banners, faixas, folders, panfletos, cartilhas, adesivos, camisas, quadros e os tecidos afros. Essas informações, em geral, fomentam a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades que não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige também a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão como é o caso do racismo. Nessa perspectiva, entidades como a Bamidelê que lutam a favor das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vêm desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, buscamos refletir a emblemática que gira em torno da trajetória histórica-informacional da organização de mulheres negras da Paraíba. Na Paraíba, existe uma conjuntura que desafia sistematicamente a garantia dos direitos humanos das mulheres negras, jovens e adolescentes, assim como o racismo se mostra incrustado fortemente na sociedade. Para buscar desconstruir (ou minimizar) essas relações hierárquicas e assimétricas, entidades como a Bamidelê que levam, além de outras coisas, as informações necessárias para discutir abertamente as relações étnico-raciais na Paraíba, são agentes transformadores dessa realidade, imposta, sobretudo, às mulheres negras.

Percebermos que após o trabalho iniciado pela Bamidelê, o cenário paraibano mudou significativamente a vida das pessoas, principalmente na luta contra o racismo e o sexismo. Uma mudança na sociedade, mesmo que ainda ínfima, mas que, nos faz acreditar que a luta não é em vão e que precisamos continuar ampliando a atuação, envolvendo mais pessoas e entidades, fortalecendo as parcerias, ocupando outros espaços para que sejam efetivados os direitos humanos das mulheres negras. É fundamental sensibilizar as autoridades (governo, universidades, empresas) e a sociedade em geral para o combate ao racismo e ao sexismo, sobretudo, o institucional, bem como difundir a luta pela sua superação.

O perfil das mulheres negras paraibanas reflete a luta de entidades como a Bamidelê, onde as mulheres são proativas, engajadas socialmente e conscientes do seu papel enquanto Mulher e Negra. A pesquisa observou que a apropriação,

disseminação e democratização da informação étnico-racial pela Bamidelê enquanto processos informacionais são fundamentais a fim de atingir os objetivos da instituição e de sobremaneira incentivar a promoção de uma informação étnico-racial aos vários setores e públicos da sociedade em geral, desde as fontes de informação mais tradicionais até as mais tecnológicas e contemporâneas. Ao utilizar essa diversidade de fontes, a ONG possibilita e potencializa o acesso a um público bem mais diverso e amplo, minimizando as barreiras, sejam elas de ordem geográfica, educacional, política, econômica ou linguística.

A utilização da *web* como campo de luta pela entidade, na qual figura uma de suas principais fontes (o *Facebook*), tornou-se um espaço não apenas de disseminação de informações, mas compartilhamento, troca e muito *feedback*, pois também foi percebido que nem sempre os canais responsáveis por esse serviço chegam até esse grupo, desfavorecido socialmente. Nesse sentido, essas ferramentas facilitam o acesso a essas fontes, colaborando para o fortalecimento e permanência do grupo.

Os resultados também mostram que todas as ações da Bamidelê são voltadas para as especificidades e particularidades da mulher negra, mesmo até quando são convidadas a se pronunciarem sobre questões mais gerais como: racismo, saúde, cotas, trabalho e outros, exercendo, assim, os princípios da democratização, especialmente em prol da valorização, fortalecimento e construção de uma identidade negra feminina positiva, mostrando o respeito à cultura local, ao papel que essas mulheres ocupam/desempenham e combatendo as diferenças e injustiças sociais.

Também identificamos a Bamidelê enquanto um lugar de memória que serve como fonte de informação para mulheres e

homens, negros/as e não negros/as conhecerem e reconstruírem sua história de luta, invisibilizada por uma sociedade racista e sexista que não aceita a inserção de outros grupos, por não partilharem dos mesmos costumes e tradições que eles. Torna-se assim, um espaço para que o povo negro, especialmente as mulheres negras, conheçam suas raízes, possam construir sua identidade (valorização da autoestima negra) e, dessa forma, ter condições de se integrar efetivamente em seu grupo social.

Acreditamos que as pesquisas a partir dessa temática auxiliam na construção de identidades pessoais, de grupos e de nações, afirmam o direito à cidadania e advertem para determinados fatos ocorridos que não foram benéficos e poderão ser evitados no futuro. Diante do exposto, percebemos, na prática da pesquisa, que a luta empreendida é direcionada à insubmissão das/os oprimidas/os de forma a evitar o eurocentrismo arraigado discursivamente no preconceito velado expresso no discurso a seguir:

Ser Jovem negra é escutar os ecos da minha bisavó nos porões do navio; Escutar o eco da minha avó que estava sujeita aos brancos, donos de quase tudo; Escutar o eco da voz da minha mãe que tem ecoado mais alto contra as desigualdades sociais; E minha voz vai continuar ecoando, por mais lutas, por mudança, porque foi-se o tempo de esconder e negar ancestralidade africana (DINDARA, 2013, *online*).

Em tempos de medo e perseguições, Resistir é preciso e Ecoar nossa voz é Luta!

REFERÊNCIAS

ALVES, Edvaldo Carvalho; AQUINO Mirian de Albuquerque. A pesquisa qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB - 2008 a 2012. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. esp., p. 79-100, 2012.

AMNB. **Articulação de Organizações de Mulheres Brasileiras**.

Disponível em: <<http://www.amnb.org.br/site/index.php>>. Acesso em: 20 out. 2013.

AQUINO, Mirian de Albuquerque. **Memória da Ciência: A** (in) visibilidade dos (as) negros (as) na produção do conhecimento da Universidade Federal da Paraíba. (Projeto de Pesquisa) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2009.

_____. **Processos de apropriação, organização, disseminação e democratização da informação no movimento negro da Paraíba**.

(Projeto de Pesquisa) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

AQUINO, Mirian de Albuquerque et al. O hipertexto como objeto multimídia na (in)formação de aprendentes. **Informação e Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 20, n. 2, p. 13-24, maio/ago. 2010.

ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de. Estudos dos canais informais de comunicação técnica: seu papel na transferência de tecnologia e na inovação tecnológica. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 79-100, 1979.

BAMIDELE. **BAMIDELE**: organização de mulheres negras (blog).

Disponível em: <<http://negrasbamidele.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

_____. **Organização de mulheres negras na Paraíba**. Disponível em: <<http://www.bamidele.org.br/>>. Acesso em: 15 set. 2011.

_____. **Relatório narrativo e financeiro do projeto:** mulher negra, saúde reprodutiva e direitos sexuais: construindo caminhos para a felicidade de viver. João Pessoa, 2005.

_____. **Relatório Final:** período compreendido entre 2004-06. João Pessoa, 2006. (Projeto: mulher negra, saúde reprodutiva e direitos sexuais: construindo caminhos para a felicidade de viver).

_____. **Relatório Anual Ford (2007).** João Pessoa, 2008.

_____. **Relatório Bamidelê 2009.** João Pessoa, 2009.

BARROS, Moreno Albuquerque de. Um blog, uma revista, um repositório e um portal: experiências discentes na divulgação e comunicação em Biblioteconomia. In: ENCONTRO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 24., 2006, Recife. **Anais...** Recife: [s. n], 2006.

CAMPELLO, Bernadete Santos; CENDÓN, Beatriz Valadares; KREMER, Jeannette Marguerite (Orgs.). **Fontes de informação para pesquisadores e profissionais.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo:** a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. S.l, 2011. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/em-debate/sueli-carneiro/17473-sueli-carneiro-enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero>>. Acesso em: 20 out. 2013.

CARVALHO, Rayssa Andrade; ROCHA, Solange Pereira. Feminismo negro no Brasil: ações da Bamidelê – organização de mulheres negras na paraíba na construção e afirmação de identidade negra. In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E

RELAÇÕES DE GÊNERO, 17., 2012, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Nós, afro-descendentes: história africana e afrodescendente na cultura brasileira. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da educação do negro e outras histórias**. Brasília: Ministério da educação, secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade. 2005. Cap. 14, p. 249-273.

_____. Afrodescendência e espaço urbano. In: CUNHA JÚNIOR. Henrique; RAMOS, Maria Estela Rocha (Orgs.). **Espaço e Afrodescendência urbana: estudos da espacialidade negra urbana para o debate das políticas públicas**. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

_____. **Metodologia afrodescendente de pesquisa**. 2006. Texto elaborado para a disciplina de etnia gênero e educação na perspectiva afrodescendente.

DESLAURIES, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis: Vozes, 2008. Tradução de: La recherche qualitative. p. 127-153.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FERNANDES, Ricardo Luiz da Silva. Movimento negro no Brasil: mobilização social e educativa afro-brasileira. **Revista África e Africanidades**, ano 2, n. 6, ago. 2009.

FROZ, Suany Clise Cutrim. **ONGs e movimentos sociais: para uma análise dos elementos conceituais**. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 2., 2005, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luís: PPGPP/UFMA, 2005.

KNOBBE, Margarida Maria. História extra-oficial: como os negros no Brasil ainda não conquistaram a liberdade. **Problemas Brasileiros**, São Paulo, n. 371, p. 18-23, set./out. 2005.

MNPB. **Nossa História**. Disponível em:

<<http://movimentonegrob.vilabol.uol.com.br/historico.htm>>. Acesso em: 10 ago. 2010.

OLIVEIRA, Henry Pôncio Cruz de; AQUINO, Mirian de Albuquerque. O conceito de informação etnicorracial na ciência da informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 466-492, set. 2012.

RIBEIRO, Matilde. Relações raciais nas pesquisas e processos sociais: em busca de visibilidade para as mulheres negras. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA Suely de (Orgs.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 87-105.

RODRIGUES, Tatiane Consentino. Movimento negro, raça e política educacional. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Caxambu: ANPED, 2005.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. **Bamidelê: por uma sociologia da informação étnico-racial na organização das mulheres negras da Paraíba**. 2014. 120 f. João Pessoa. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

TEIXEIRA, Adriano Canabarro. **Internet e democratização do conhecimento: repensando o processo de exclusão social**. 2001. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001.

XAVIER, Douglas. **Uma história de lutas: do movimento negro às organizações de mulheres negras**. 2010. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/40753727/Do-movimento-negro-as-organizacoes-de-mulheres-negras>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

KETTY VALÊNCIO E A IMPORTÂNCIA DE LIVRARIAS ESPECIALIZADAS EM AUTORIA NEGRA

Graziela Barros Gomes

*Eu só sou preta por causa do olhar do branco.
Foram os brancos que criaram a história de que
nós, negros, somos subalternos. Temos que
tomar distância dessa visão, e isso só pode ser
feito se ouvirmos as nossas palavras.*

Ketty Valêncio

1 INTRODUÇÃO

As livrarias e as editoras no Brasil possuem uma história intimamente ligada à religião e à colonização europeia. A história do livro brasileiro surge como uma curiosa “piada de português” (HAAG, 2005) e legitima a tese de que o poder dado pelo livro só é válido se for produzido por aqueles que historicamente podem controlá-lo. Desde a ironia da proibição de impressões em terras tupiniquins e da liberação a partir da assinatura de uma carta régia por D. João VI, com a chegada da família real portuguesa, temos a expansão de livrarias e de editoras e, conseqüentemente, dos livros.

A história das livrarias em nosso país se intensifica a partir de um entre os vários empreendimentos criados pelos

colonizadores portugueses: a Biblioteca Real. Ela incorporou em seu acervo cerca de 60 mil livros trazidos de Portugal. Em decorrência disso, as livrarias brasileiras que, em 1808, eram duas passam a crescer significativamente para 15 em 1818. Logo, em 10 anos, houve um crescimento de 750% da quantidade de livrarias.

No século XIX é a Imprensa Régia que detém o monopólio da edição (HALLEWELL, 1985). Esse domínio comercial, que é livreiro e/ou editorial, não se limita a esse período histórico. Quando consideramos a autoria das obras produzidas, publicadas e amplamente divulgadas no século XXI, observamos que as personagens, as ambientações e os escritores ainda possuem uma etnia, um gênero e uma classe específicos. As manchas deixadas pelos europeus são atemporais na configuração da produção literária e sua comercialização. Surge, então, uma outra questão a partir dessa afirmação: não são os donos das maiores livrarias e editoras brasileiras, desde a chegada dos primeiros livros em terras brasílicas, figuras masculinas e brancas? Não há ainda um monopólio e uma censura prévia vigente?

Esse capítulo tem como objetivo geral: ressaltar a importância de livrarias especializadas em autoria negra feminina. Os objetivos específicos são: a) identificar a ausência de trabalhos indexados dentro da Biblioteconomia e da Ciência da Informação (BCI) brasileira nessa temática; b) analisar como a criação de livrarias especializadas em autoria negra tem potencial para alterar esse paradigma; e c) propor um novo campo de trabalho/oportunidade para atuação do profissional de informação da BCI tendo como base o trabalho pioneiro desenvolvido por Ketty Valêncio.

2 RACISMO EDITORIAL: O EPISTEMICÍDIO DAS AUTORIAS FEMININAS

As memórias registradas e suas respectivas histórias difundidas através das bibliotecas, editoras e livrarias, nos evidenciam um público-alvo e refletem a execução do instrumento livro enquanto objeto de poder daqueles que os produzem, os distribuem e os vendem. Os acervos raros e valiosos das grandes bibliotecas brasileiras são compostos por uma maioria de personagens e narradores europeus ou de descendência europeia, masculinos e brancos. A existência de políticas de preservação de memória existe apenas para privilegiar uma etnia, um gênero e uma classe específica e apagar outra? As construções de imagem das populações de origem africana no Brasil partem de “lugares de memórias”, que são criados a partir desses registros do outro sobre um povo e se solidificam colocando as populações afro-brasileiras dentro de um estereótipo político e social alicerçado em memórias de subalternidade provenientes do período escravocrata.

O impacto de antever uma memória em relação à outra trouxe consequências atemporais para a população negra em diáspora. Nesse sentido, Silva, Garcez e Lima (2018) discorrem sobre a destruição da autoestima do povo negro a partir da inferiorização de suas características e, como consequente, a inferiorização e subalternidade “por intermédio da memória coletiva construída pelo grupo dominante e inserida nesta população”. As autoras descrevem, ainda, a representação tipificada da população afrodescendente nos meios de comunicação de massa e na história oficial, impactando na construção a partir de uma perspectiva branca da abolição da

escravatura e a construção do mito da democracia racial. Ainda sobre o que tange a memória e a escrita, Sousa (2019) afirma que, se o texto literário é o local de construção da memória, ele é também o local de partida para luta pela igualdade, sendo o uso da “escrita literária como via de reconstrução de suas histórias, suas representações sociais e culturais”.

Retomando sobre o aspecto da história oficial, a visão de subalternidade do negro amplamente difundida pela ciência e pela literatura, tem o poder de ser contestada. Ana Flávia Guimarães Pinto, historiadora negra, com a obra “Escritos de liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista” (2018), contrapõe o estereótipo de sujeição de homens negros apagados da luta abolicionista no Brasil do século XIX, evidenciando através do destaque de seus escritos, as articulações diretas e indiretas vivenciadas por homens negros, livres, letrados e atuantes no cenário político-cultural das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Essas reconstruções da história oficial utilizam como meio o empoderamento para se apoderar e retomar a história segundo uma perspectiva preta e têm como instrumentos a escrita e sua respectiva literatura, pesquisa científica e as publicações como consequências desse ciclo.

Em conformidade com as pontuações das autoras citadas anteriormente, raciocina-se que, na medida que inferiorizam a intelectualidade do povo negro, validam uma superioridade sobre suas produções. O “desaparecimento” de obras raras de autoria negra como “Úrsula” de Maria Firmina dos Reis, a primeira romancista brasileira feminina no século XIX, não é aleatório. Poucos escritores negros têm obras raras e valiosas nos acervos das grandes bibliotecas brasileiras. Como discorre Sousa (2019), Esperança Garcia e Maria Firmina são exemplos de

utilização da escrita como arma de luta contra o racismo presente no silenciamento das mulheres afrodescendentes. Em contrapartida, a presença de obras raras de autoria yurugu⁴⁸ nos acervos dessas bibliotecas é extensa e todas essas problemáticas têm uma razão ideológica. O propósito de embranquecer, no caso de Machado de Assis, ou de ocultar obras de autoria negra, fazem parte de uma política de memória que favorece o epistemicídio. Ele se caracteriza:

“(...) pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio”. (CARNEIRO, 2005, s.p.).

A autoria de uma obra define onde e se ela será propagada. Bispo e Lopes (2018) apontam que a diferença existente entre a difusão da produção literária de autores brancos e negros ressalta os privilégios concretos e simbólicos de um grupo em relação ao outro. Carolina Maria de Jesus pode elucidar como funcionam as dinâmicas editoriais e livreas que privilegiam a disponibilização

⁴⁸ O termo foi usado pela antropóloga Marimba Ani para definir o povo branco. Yurugu, pois sua cultura é baseada na individualidade, enquanto a unidade cultural africana tem base na complementaridade e no senso de comunidade. ANI, Marimba. **Yurugu: an afrikan-centered critique of european cultural thought and behavior**. Trenton: Africa World Press, 1994.

de obras com características específicas. Sobre isso, Gomes (2019, p. 9) discorre:

Não raro, é localizada somente como um objeto de pesquisa de natureza exótica nas universidades, recebendo um tratamento bem diferente de escritores que foram seus contemporâneos, como Clarice Lispector, por exemplo. Muitas vezes sendo alvo de questionamentos a respeito da legitimidade de sua literatura, visto que a estética que Carolina Maria de Jesus emprega foge dos padrões do que geralmente é enquadrado nessa categoria, que tem como referencial central as obras de escritores que são considerados cânones. Embora tenhamos autores como Guimarães Rosa, também contemporâneo de Carolina Maria de Jesus, que, assim como ela, não se enquadra nos padrões das formas literárias em suas obras, mas que, ainda assim, é considerado cânone. Um escritor único, inovador. Existem razões específicas para isso ocorrer. Bem sabemos qual é o perfil do escritor de um clássico literário que historicamente são, em sua maioria, homens brancos de classe média que residem em São Paulo ou Rio de Janeiro.

Ainda sobre esse aspecto, a escritora teve o número reduzido de exemplares disponíveis para venda em um festival literário. Na segunda edição do Festival do Escritor Brasileiro realizada em 24 de julho de 1961, a editora de Carolina distribuiu

apenas 50 exemplares de sua obra “Quarto de despejo”, que foram vendidas em cerca de 30 minutos. Paulo Roberto Pires, em seu artigo jornalístico “A solidão de Carolina” (2019), demonstra que:

Poderia, é claro, ter vendido muito mais. E atribuiu o desempenho sofrível a um boicote de Jorge Amado, que estaria enciumado pelo fato de que, àquela altura, praticamente um ano depois do lançamento de Quarto de Despejo, o livro ainda batesse em vendas seus recentes Gabriela e Os Velhos Marinheiros. Jorge declarou-se “profundamente magoado” com a acusação e foi defendido unanimemente na imprensa.

Em concordância com o que é relatado, podemos refletir sobre como esse questionamento de Carolina é bastante válido. Mais do que boicote, tanto de sua própria editora por supor que ela venderia pouco, quanto de um escritor branco masculino que se incomoda com o peso histórico de sua presença na literatura, trata-se de um caso de censura. A censura é algo que vai além da interdição de conteúdo de uma produção cultural podendo expandir-se para além do saber e proibir o ter (BIDIMA, 2003). Essa proibição infelizmente não se limita à Carolina. Ainda existem muitas outras autoras negras que sequer conseguem publicar e que, quando publicam, não têm a visibilidade que deveriam.

Conceição Evaristo, outra escritora negra brasileira, ilustra também as dinâmicas racistas do mercado editorial. Apesar de escrever desde a infância, sua primeira publicação ocorre apenas de 1990, no décimo terceiro volume dos Cadernos Negros, através

do Quilombhoje, de São Paulo, e sua primeira publicação individual acontece apenas em 1993. Em entrevista ao Correio Braziliense, a escritora foi questionada se o mercado literário sofria com racismo. Ela respondeu positivamente, salientando que tipo de produção cultural se espera das mulheres negras e que a “literatura, até hoje, está na mão de homens e homens brancos”. Sintonizando com a fala da escritora, Dalcastagnè (2011) realizou uma pesquisa onde analisou a personagem do romance brasileiro contemporâneo entre o período de 1965 e 2014 indicando que 70% eram homens e 90% desses homens, brancos”. Na Tabela 1, encontram-se os dados retirados da pesquisa que ilustram o domínio homogêneo de um perfil específico, onde:

Tabela 1 - Personagens do romance brasileiro.

Período	1965-1979	1990-2004	2005-2014
Feminino	15 (17,4%)	45 (27,3%)	58 (29,4%)
Masculino	71 (82,6%)	20 (72,7%)	139 (70,6%)
Brancos	80 (93,0%)	155 (93,9%)	192 (97,5%)
Não identificados	6 (7,0%)	6 (3,6%)	-
Não-brancos	-	4 (2,4%)	5 (2,5%)
Total	86	165	197

Fonte: Dalcastagnè (2011).

Existe um problema na estrutura literária brasileira em sua representação. Principiado na autoria (através de manuscritos e da iconografia), esse problema perpassa por outros âmagos culturais como a produção editorial e distribuição livreira, mediação pelos profissionais de informação e a chegada dessas obras em bibliotecas e salas de aulas de escolas e universidades. A literatura é transformadora e possui uma competência criadora

de realidades partindo de várias óticas. Entretanto, observa-se que temos um monopólio autoral, produtor, mediador e distribuidor de uma única visão. Monteiro (2016) assinala que a partir da autoria negra feminina e sua inserção na literatura brasileira podemos extinguir essa estrutura de silenciamento que é imposta pelas dinâmicas de poder. Sintonizando com a proposta da autora, para servir como extensão de apoio do que é escrito, precisa-se de agentes culturais engajados na produção e na disseminação dessas obras.

A ação cultural se torna um alicerce no âmbito educativo, assim como na esfera política, por agir como um recurso de caráter transformador e é, portanto, emancipatória (CABRAL, 1989). As livrarias e editoras são eixos da Biblioteconomia que podem explorar práticas associadas à ação cultural e desempenhar funções que excedam o aspecto financeiro. É possível que se obtenha tanto uma emancipação política quanto financeira para si, a mesma maneira que para outros enquanto povo e comunidade.

3 O LIVRO É UM INSTRUMENTO DIASPÓRICO

A história brasileira com o instrumento livro é também diaspórica. Conforme discorre Bidima (2003), o livro produzido e circundado em colônias africanas objetivava produzir a figura do africano enquanto outro. Assim como em colônias africanas, os livros foram trazidos para essa terra como instrumentos dos colonizadores. Como observa o autor:

Dando e, ao mesmo tempo, retendo, abrindo e,
ao mesmo tempo, fechando, o livro constrói

códigos de leitura, desloca intenções e compreensão, além de semear, obstinadamente, a dúvida ou as expectativas em uma história africana, cujo mérito - e não o menor - é ter domesticado o instrumento-livro.

O autor apresenta as duas possibilidades que o livro nos proporciona. Ao mesmo tempo que ele representa uma abertura, pode representar um bloqueio. Ao longo dos últimos séculos, o livro foi um bloqueio para população negra por alastrar⁴⁹ uma inferioridade cuidadosamente criada e difundida através dos vários meios que estavam ao alcance daqueles que possuíam o monopólio do mercado editorial e livreiro.

O livro representa “um acesso ao poder político” e para alcançar esse poder precisamos nos empossar desse instrumento em suas criações, suas distribuições e suas visibilidades ou persistiremos enquanto definição alheia do que somos. A mudança da história social e política dita “oficial” do Brasil através de livros, como foi instituída pelas diversas mulheres ancestrais previamente citadas aqui, é uma entre as diversas formas estratégicas de recuperação do controle de nossas

⁴⁹ A escolha desse verbo foi proposital. A “história oficial”, alicerçada pela política (racista) e pela ciência (eugenista), alastraram, exatamente como o fogo faz, a visão de quem é o negro na sociedade brasileira. Alastraram a potência de nossa intelectualidade, matando a África dentro de nós a partir da (literal) queima de arquivos (de livros, de produções, de reconhecimento). A ideia de subalternidade está também associada à memória recorrente e atemporal, como dizem Silva, Garcez e Lima (2018), de que somos escravizados ignorando todo o nosso sangue ancestral de reis e rainhas africanos.

identidades e de nossas raízes enquanto partes de diáspora africana.⁵⁰

4 KETTY VALÊNCIO: EMPREENDEDORISMO NEGRO FEMININO COMO ESTRATÉGIA DE FUGA DE UM NÃO-LUGAR

A ausência de escritores/as negros/as no mercado editorial e nas livrarias tradicionais impulsiona a criação de um novo nicho de mercado: as livrarias e editoras especializadas nessa temática. Indo contra o argumento de que “não há mercado para literatura autoral preta”, vários editores e livreiros surgiram no Brasil tendo como desejo dar visibilidade aos seus pares raciais e se identificar com os personagens e com as narrativas das obras literárias. Entre as várias editoras e livrarias que germinaram no país nos últimos

⁵⁰ A diáspora africana é o nome dado a um fenômeno caracterizado pela imigração forçada de africanos, durante o tráfico transatlântico de escravizados. Junto com seres humanos, nestes fluxos forçados, embarcavam nos tumbeiros (navios negreiros) modos de vida, culturas, práticas religiosas, línguas e formas de organização política que acabaram por influenciar na construção das sociedades às quais os africanos escravizados tiveram como destino. Estima-se que durante todo período do tráfico negreiro, aproximadamente 11 milhões de africanos foram transportados para as Américas, dos quais, em torno de 5 milhões tiveram como destino o Brasil. Compreende-se que a diáspora africana foi um processo que envolveu migração forçada, mas também redefinição identitária, uma vez que estes povos (balantas, manjacos, bijagós, mandingas, jejes, haussás, iorubas), provenientes do que hoje são Angola, Benin, Senegal, Nigéria, Moçambique, entre outros, apesar do contexto de escravidão, reinventaram práticas e construíram novas formas de viver, possibilitando a existência de sociedades afro-diaspóricas como Brasil, Estados Unidos, Cuba, Colômbia, Equador, Jamaica, Haiti, Honduras, Porto Rico, República Dominicana, Bahamas, entre outras.

anos, se pode destacar: Editora Malê (cujo editor é um bibliotecário negro), Mazza, Selo Negro Raul, Ogum's Toques Negros, Ciclo contínuo, Editorial figura de linguagem, Bantu⁵¹, Nandyala, Kitabu, Lekti⁵² (cujo a idealizadora, Francilene do Carmo Cardoso, é bibliotecária, professora e pesquisadora), Kitembo literatura, Sobá livraria e café, Livraria Eboh e outras.

No âmbito dos vários campos emergentes para atuação do bibliotecário que Freire, Alauzo e Spudeit (2016) focalizam, dois harmonizam com essa expansão especializada de mercado: a editoração e as empresas de comércio eletrônico. Em ambos os casos, se caracterizam como empreendimentos tanto sociais quanto culturais desacoplados de um financiamento e mantimento governamental. As livrarias e editoras de cunho étnico afro outrora mencionadas, são solidificadas a partir do *e-commerce* e, posteriormente, algumas se ampliam para o meio físico. Salienta-se ainda que essa tipologia especializada propicia inovações de marketing assim como de produtos oferecidos e processos realizados.

O empreendedorismo, apesar de ser um campo novo de estudo (SPUDEIT et al., 2016), não é uma prática tão nova no mercado de trabalho. Em conformidade com a pesquisa de Madalena e Laurindo (2018), que citam os dados apresentados

⁵¹ O nome da livraria remete ao povo africano que, responsável pela criação de mais de 600 línguas, costumava ter uma relação especial com a terra. Ter sua propriedade possuía um significado tanto espiritual quanto de poder. Os bantos eram conhecidos também por construir casas próximas umas das outras. A sensação de pertencimento ao seu lugar às suas ancestralidades.

⁵² A Lekti, cujo nome é inspirado numa palavra em crioulo, língua do Haiti, que significa "leitura", oferece livros novos e usados de autoria negra. Além desse aspecto, trabalham como agentes culturais disponibilizando seu espaço físico para realização de cursos e oficinas, lançamento de livros e rodas de conversas.

pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, destacam que o número de mulheres negras a frente de um negócio cresceu 30,8% em 10 anos (período entre 2001 e 2011). As autoras consideram que:

Em simples palavras, o empreendedorismo para as mulheres negras retrata luta, conquistas e realizações de mulheres que não se intimidaram diante das dificuldades impostas por uma sociedade e buscaram no empreendedorismo a saída digna para sua sobrevivência e realização pessoal.

Consoante com a pesquisa de Spudeit et al. (2016), a maior parte da localização de empresas encabeçadas por profissionais da BCI se concentra no sudeste e sul do Brasil, criadas a partir de 2000, onde 53% dos proprietários indicados na pesquisa possuem formação em Biblioteconomia, especialização e mestrado. É nesse cenário de maioria de mulheres negras como empreendedoras e de livrarias e editoras com centro racial que surge Ketty Valêncio.

A bibliotecária Ketty Margarete Valêncio é precursora de um afroempreendedorismo social no setor livreiro. Ela atua preenchendo várias lacunas informacionais, a partir da disponibilização de uma literatura negra e afro-brasileira que engloba a literatura infanto-juvenil, ficcional, a literatura acadêmica, biográfica, religiosa e recreativa, trazendo referências para intelectualidade negra e reconhecimento positivo de suas características com suporte em obras dedicadas às crianças e adolescentes a mesma maneira que obras dedicadas a outros assuntos.

Valêncio une todos os aspectos anteriormente apontados e efetiva o livro como instrumento de emancipação de um povo. Além de unir todos esses aspectos, Ketty propaga ainda a ação cultural mediada a partir do ambiente de uma livraria, demonstrando um novo campo de atuação para os profissionais de informação da BCI. Promove saraus, feiras e outras intervenções culturais no espaço físico de sua livraria e divulga a autoria de coletivos historicamente apagados.

Para a proprietária da livraria Africanidades (física e *e-commerce*), edificar um universo para autores independentes concede a apresentação de narrativas sem interferências e se afasta da restrição de mercado, de ser reduzida a “apenas uma mercadoria”. As obras selecionadas por Ketty possuem o valor simbólico, político, social e ancestral para cada um de seus clientes-leitores. O diferencial de seu negócio está também na organização e localização das obras. Em livrarias tradicionais, as obras de autoria negra estão indisponíveis posto que, mesmo que estejam fisicamente presentes, ainda há uma maioria de literatura de autoria branca europeia e uma organização que favorece a evidenciação dessas obras. Quando falamos de uma livraria especializada, tomamos ciência de que, a essência daquele espaço será ocupada pela temática. Poderíamos, por conseguinte, dizer que a maioria das livrarias brasileiras são especializadas em literaturas e autorias brancas?

Ketty favorece a soberania da autoria negra, a independência financeira coletiva e o acesso à literatura selecionada dessa composição específica. Em decorrência disso, ela promove o reconhecimento das personagens e narrativas e para além, provocando, em consequência, a busca por direitos advindo da informação. Valêncio realiza tudo isso assente de sua

atuação como bibliotecária, empreendedora, livreira e agente cultural negra.

3 METODOLOGIA

Foi realizado um mapeamento – com base na recuperação de palavras-chave – de cunho descritivo e bibliográfico na base de dados Base de dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) para identificação do que vem sendo produzido sobre esse eixo na Biblioteconomia entre 2014 e 2019. Os termos foram selecionados com o intuito de localizar publicações indexadas sobre empreendedorismo editorial e/ou livreiro que se relacionem com a temática negra e feminina no contexto brasileiro. A pesquisa se caracteriza também como exploratória, pois visa a formulação de um problema para que, a partir disso, possam ser desenvolvidos estudos posteriores (LIRA, 2014, p. 24).

Os termos escolhidos para pesquisa foram: “editora”, “livraria”, “biblioteconomia AND empreendedorismo”. As expressões de busca: “mercado editorial AND Brasil” e “livraria especializada OR editora especializada” foram excluídas, pois não obtiveram resultados entre o período analisado e dentro dos parâmetros estabelecidos para esse diagnóstico. Os termos tiveram resultados negativos mesmo quando se buscou separadamente e em outras tentativas de formulação de expressões de busca.

O período de análise dessa pesquisa foi entre 17 de junho e 6 de agosto de 2019. Para a obtenção dos resultados, os conteúdos dos artigos foram analisados com a finalidade de descoberta daqueles que estavam de acordo com o escopo da pesquisa. Realizou-se também uma busca exploratória de temas de

trabalhos anteriormente publicados pelos autores através da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da BRAPCI, selecionando as autorias, e com base nelas, localizando os artigos disponibilizados na base de dados. Essa última análise teve como intuito verificar quais dos pesquisadores que publicam sobre mercado editorial e livreiro ou empreendedorismo, pesquisam também sobre relações étnico-raciais. Com base nessa estrutura, pretende-se atingir os objetivos anteriormente descritos.

4 RESULTADOS

4.1 EDITORA

A primeira busca foi realizada a partir das palavras-chave utilizando o termo “editora” e obtendo-se quatro resultados não relacionados. O primeiro artigo recuperado intitulado “Os e-books nas bibliotecas universitárias federais do Brasil” (LIMA; FELDMAN; JULIANI, 2015) objetivou discutir a relação entre a oferta de *e-books* pelas editoras às universidades federais brasileiras sem ter um recorte para o objeto de estudo analisado neste artigo. Quanto aos pesquisadores, Graziela dos Santos Lima realiza pesquisa sobre questões raciais.

O segundo artigo recuperado, “Avaliando a usabilidade dos websites de editoras universitárias brasileiras” (LIMA et al., 2018), não enfoca no objeto de pesquisa analisado. Quanto à autoria, Izabel França Lima se destaca por ter realizado, ao longo de sua trajetória, algumas publicações de enfoque étnico-racial e memória. O terceiro artigo recuperado foi “As editoras universitárias no contexto da educação superior pública

brasileira” e, em análise, nenhum dos autores têm como área de interesse a que é objeto dessa pesquisa. Notou-se que uma das autoras possui pesquisas na temática de gênero, porém, dissociada de raça. O último artigo analisado também possui conteúdo não relacionado. Quanto à autoria, apesar de uma das autoras possuir trabalhos sobre etnografia, não pesquisa especificamente o que era intento de procurar.

4.2 LIVRARIA

Quatro artigos foram recuperados com esse termo e todos possuem conteúdo não relacionado ao tema de pesquisa. O primeiro, “Estudo bibliométrico do Acervo Raimundo Jinkings, integrante do Memorial do Livro Moronguetá da UFPA” é de autoria de duas mulheres negras que não pesquisam sobre a temática aqui abordada. O segundo, “O acesso ao livro digital por pessoas com deficiência visual: o formato EPUB e seu caráter inclusivo e acessível”, quanto à autoria, não foram localizados os perfis na plataforma lattes para análise e nem artigos indexados na BRAPCI.

O terceiro artigo, “Modelagem CESM para um sistema de recomendações: o caso de uma livraria virtual”, possui autoria de dois pesquisadores de outra área do conhecimento e não da BCI que também não fazem pesquisas relacionadas ao objeto de estudo aqui analisado. Finalmente, o artigo “Práticas de incentivo à leitura em livrarias gaúchas: livraria exercendo papel de bibliotecas?” é de autoria de uma mulher negra e uma outra pesquisadora que, embora tenham publicações de temáticas de gênero e outras questões sociais, não possuem publicações com o que é analisado.

4.3 BIBLIOTECONOMIA E EMPREENDEDORISMO

Com a expressão de busca “biblioteconomia AND empreendedorismo”, foram obtidos 16 artigos classificados como resultados não relacionados quanto ao seu conteúdo, considerando o foco em empreendedorismo feminino e negro. Quanto à autoria, alguns dos pesquisadores se destacaram quanto a publicações relacionadas com o objetivo do estudo.

O primeiro artigo, “O Empreendedorismo no Contexto da Formação do Bibliotecário da Universidade Federal de Alagoas” (FONSECA; MOTA, 2016) possui um enfoque interessante no que diz respeito à análise de perfis de discentes para atuação profissional empreendedora, mas não correspondem ao que é analisado. No que diz respeito à autoria, também se mostra não relacionado. O segundo artigo, “Empreendedorismo e inovação: um novo perfil de bibliotecas” (FRANCO, 2018) também se mostrou não relacionado em conteúdo e em autoria.

O terceiro artigo, “A Economia Criativa na Biblioteconomia” (FONSECA; FERREIRA; GIRARD, 2017), não se enquadra quanto à autoria aos termos pesquisados. O quarto item recuperado, “Editorial Edição especial III FIEB - Fórum de Inovação e Empreendedorismo na Biblioteconomia” (SPUDEIT, 2019), é um editorial e, explorando as publicações da autora, observamos que ela publicou bastante sobre empreendedorismo e Biblioteconomia Social. Entretanto, não faz pesquisas acerca da temática de raça e gênero. Considero ainda o aspecto de ser uma temática bastante atual e seu editorial recente, o que demonstra a atualidade de pesquisa sobre essa temática.

No quinto artigo recuperado, “Pesquisas e práticas sobre empreendedorismo na biblioteconomia e ciência da informação

no panorama nacional e internacional” (SPUDEIT et al., 2018), foi identificada entre os autores, Marli Dias de Souza Pinto, que possui uma publicação que tem enfoque na questão racial, porém, é dissociada de seus demais trabalhos sobre empreendedorismo. Entre as autoras, Críchyna da Silva Madalena, possui um capítulo de livro publicado em que corresponde ao que é buscado por meio dessa análise. A autora publicou sobre a mulher negra empreendedora.

O sexto artigo recuperado, “Disciplina de empreendedorismo na formação dos alunos de biblioteconomia e documentação da UFS” (NUNES et al., 2018), não corresponde quanto à autoria e nem quanto ao conteúdo. O sétimo, oitavo e nono, “Formação para o empreendedorismo nos cursos de bacharelado e licenciatura em Biblioteconomia, Ciência da Informação e Gestão da Informação no Brasil” (SPUDEIT et al., 2019), “Preceitos Éticos no Comportamento do Bibliotecário Empreendedor” (MADALENA; SPUDEIT, 2017) e “Empresas criadas por bibliotecários no Brasil: uma análise em relação ao perfil e ramos de atuação” (LAURINDO et al., 2016), contam novamente com a autoria de Críchyna da Silva Madalena que pesquisa sobre o objeto analisado.

Os demais artigos intitulados: “A contribuição do empreendedorismo para visibilidade do bibliotecário no Brasil”(SILVA; SPUDEIT, 2018), “Empreendedorismo na biblioteconomia em tempos de conexões digitais: o caso da marca t-shirts mural” (BEZERRA, 2015), “BookTruck: relato de um case de empreendedorismo social por meio de um projeto de leitura em comunidades de vulnerabilidade social” (LINDEMANN, 2019), “Empreendedor individual: uma modalidade de empreendedorismo emergente” (PRADO et al., 2014),

“Perspectivas empreendedoras dos discentes do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Amazonas” (HOLANDA; CATIVO; SPUDEIT, 2019), “Empreendedorismo social na Biblioteconomia: Análise da atuação bibliotecária em ações com foco na Agenda 2030” (SOUZA; SPUDEIT, 2019) e “Cenário petrolífero: sua evolução, principais produtores e tecnologias” (SCHIABI; HOFFMANN, 2015), não possuem nem conteúdo e nem autoria referentes ao propósito deste estudo.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A expansão e concretização de livrarias e editoras especializadas na temática racial têm um potencial para que se desenvolva um campo de atuação do profissional de informação e para que seja dada visibilidade à construção de histórias a partir do reconhecimento e produção de intelectualidades pretas. Como evidencia a pesquisa, trata-se de uma temática pouco trabalhada nesses eixos empreendedores da área e que possui um grande impacto social e positivo.

Além da quantidade pouco expressiva de documentos indexados com o termo na base de dados ao longo da pesquisa, observa-se que a palavra-chave “editora” apresentou associação majoritária a editoras universitárias. Quanto aos termos “livraria” e “biblioteconomia e empreendedorismo”, observa-se que uma grande quantidade de autores/as dentro da BCI – e alguns com formações em administração, engenharia, entre outras – realizam pesquisas sobre gênero ou sobre cultura, inovação, tecnologia, acesso à informação, incentivo à leitura, memória, identidade e outros aspectos sociais como um todo da Biblioteconomia.

A partir dessa investigação realizada surge a questão: que tipo de Biblioteconomia Social pode ser pensada, quando, mesmo uma pequena amostra da produção científica da BCI, com recorte acerca de mercado editorial, demonstra a ausência de uma abordagem⁵³ étnico-racial? Podemos aqui, recorrendo aos autores: Silva e Pinto (2018), Lima e Silva (2018), Santana e Silva (2018), Lima, Cardoso e Rascke (2018), Lima (2018), Silva, Garcez e Lima (2018) e Madalena e Laurindo (2018), sugerir que, muitos dos pesquisadores que fazem abordagens de cunho social, passem também a centralizar as discussões raciais, já que esse é um atributo indissociável da abordagem social. Considerando a discussão aqui apresentada sobre o uso da ação cultural associado ao empreendedorismo negro feminino por bibliotecários transporte também para o ambiente das editoras e livrarias, diálogo com a possibilidade de um novo campo de atuação profissional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fundamentado nessa investigação inicial, sugere-se a imprescindibilidade que haja, dentro do mercado editorial, livrarias especializadas em literaturas negras nas mais diversas áreas temáticas e que a ocupação do profissional de informação nesses espaços é oportuna. Observa-se a necessidade de aprofundar a pesquisa para compreender outros fenômenos que se relacionam com a temática. Nesse seguimento, é necessário perceber as razões da pesquisa ter apontado a ausência de

⁵³ Abordagem porque é necessário um recorte na biblioteconomia para as questões étnico-raciais. Como diz a filósofa africana Katiúscia Ribeiro “(...) a gente não quer mais pontas, a gente quer o centro”.

trabalhos indexados dentro BCI que tivessem em seu cerne o mercado editorial e livreiro aliado à uma abordagem racial, apesar de indicar que alguns dos pesquisadores produzam trabalhos com temáticas que podem se aproximar do tema.

Diante do exposto, considera-se que o objetivo geral da pesquisa foi satisfatoriamente respondido na medida em que, através do trabalho de Ketty Valêncio, se pode observar o vazio deixado pela ausência de livrarias que possuam obras de autorias negras e, conseqüentemente, a alteração desse paradigma que se origina a partir de seu trabalho. Os objetivos específicos também foram devidamente atendidos, pois, como apresentado anteriormente, existe a ausência de trabalhos que associam o oportuno mercado editorial à temática objeto da pesquisa e somente a criação de livrarias especializadas no tema teriam potencial de alterar esse modelo. Portanto, tendo como referência Valêncio, e alicerçado nos dados aqui apresentados sobre o empreendedorismo, constata-se uma nova oportunidade de ocupação para o profissional de informação da BCI. Devemos refletir, por fim, que o seu afroempreendedorismo, não é “a saída digna para sua sobrevivência e realização pessoal”. O trabalho de Ketty Valêncio representa uma ação coletiva de resgate cultural das africanidades e ao invés de ser apenas uma saída para uma única sobrevivência, é a porta sempre aberta para entrada de muitas sobrevivências. E, por isso, em conformidade com essa reflexão, Bidima (2003) argumenta que o livro é uma promessa e que o importante não se encontra no conteúdo, mas no ímpeto promissor, onde pelo livro:

(...) sondamos o que estabelece o vínculo e institui o social. "Ligar e ler têm as mesmas

letras; prestem atenção nisso", afirmava Lacan; "o livro nos liga à história e, através desse poder de ligação, leva-nos a 'habitar o tempo'. Acontece que, na África, esse poder só será frutífero se for restabelecida uma relação de confiança com o saber. 'H. história da representação do limo [...] é semelhante à do espelho: símbolo de conhecimento e vaidade, de vida e de morte. Dupla busca - de si mesmo e do outro -, o livro é um espelho, a leitura é um olhar no espelho". O espelho reflete, deforma, duplica, mas, atenção: devemos tratá-lo com cuidado - ele é frágil!" (BIDIMA, 2003, p. 171).

REFERÊNCIAS

ANI, M. **Yurugu**: an afrikan-centered critique of european cultural thought and behavior. Trenton: Africa World Press, 1994.

BARBOSA, M. E. S.; FREITAS, L. C. O acesso ao livro digital por pessoas com deficiência visual: o formato EPUB e seu caráter inclusivo e acessível. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 10, n. Especial, 2014.

BAPTISTA, S. G.; MUELLER, S. P. M. Considerações sobre o mercado de trabalho do bibliotecário. **Información, Cultura y Sociedad**. n. 12, p. 35-50, 2005.

BEZERRA, F. M. P. Empreendedorismo na biblioteconomia em tempos de conexões digitais: o caso da marca t-shirts mural. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 11, n. Especial, p. 224-237, 2015.

BIDIMA, J. G. O livro entre memórias e antecipações africanas. In: **Reflexões sobre os caminhos do livro**. São Paulo: UNESCO, 2003. p. 149-171.

BISPO, E. F.; LOPES, S. A. T. Escrivência: perspectiva feminina e afrodescendente na poética de Conceição Evaristo. **Revista Língua & Literatura**, v. 35, n. 20, p. 186-201, jan./jun. 2018.

BUFREM, L. S.; GARCIA, T. M. B. A editora universitária e o compromisso da universidade com as práticas de divulgação do conhecimento produzido. **Em Questão**, v. 20, n. 1, p. 151-164, 2014.

CARDOSO, F.; PINTO, M. S. Apontamentos contemporâneos sobre questão racial e atuação bibliotecária. In: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação**. Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. p. 39-88.

CABRAL, A. M. R. **Ação cultural bibliotecária: aspectos revelados pela prática**. 1989. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1989.

CARNEIRO, A. S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado em educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COSTA, E. S.; ASSUNÇÃO, S. S. Estudo bibliométrico do acervo Raimundo Jinkings, integrante do memorial do livro Moronguetá da UFPA. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 1351-1365, 2017.

DALCASTAGNÈ, R. Entre silêncios e estereótipos: relações raciais na literatura brasileira contemporânea. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, Brasília, n. 31, p. 87-110, jan./jun. 2008.

FRANCO, I. M. Empreendedorismo e inovação: um novo perfil de bibliotecas. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, n. Especial, 2018.

FREIRE, F. S.; ALAUZO, J. L. C.; SPUDEIT, D. F. A. Competências e campos emergentes para atuação de bibliotecários. **RACIn**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 81-102, jan.-jun. 2017.

FONSECA, D. L.; FERREIRA, M. C.; GIRARD, C. D. T. A economia criativa na biblioteconomia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 2589-2605, 2017.

FONSECA, S. D.; MOTA, F. R. L. O empreendedorismo no contexto da formação do bibliotecário da universidade federal de alagoas. **Ciência da Informação em Revista**, v. 3, n. 2, p. 3-9, 2016.

GOMES, L. B. **Relações afro-diaspóricas: a atualidade presente em** Diário de Bitita. 2019. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Português) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

HAAG, C. País feito de homens e de livros: estudo clássico sobre impressão no Brasil é relançado. **Revista FAPESP**, v. 117, p. 94, 2005.

HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo, SP: T. A. Queiroz, 1985. 693 p.

HOLANDA, R.; CATIVO, J. L.; SPUDEIT, D. F. A. O. Perspectivas empreendedoras dos discentes do curso de biblioteconomia da Universidade federal do Amazonas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, p. 34-56, 2019.

LIMA, G. S.; FELDMAN, D.; JULIANI, J. P. Os e-books nas bibliotecas universitárias federais do brasil. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 20, n. 2, p. 313-320, 2015.

LIMA, I. F.; LIMA, R. F.; MARINHO, C. S.; SILVA, H. G. M. V. E. Avaliando a usabilidade dos websites de editoras universitárias brasileiras. **Ciência da Informação em Revista**, v. 5, n. 2, p. 42-53, 2018.

LIMA, D. B. J. Identificação racial em unidades de informação. In: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s: ação,**

pesquisa e atuação. Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. p. 375-396.

LIMA, G. S.; CARDOSO, P. J. F. C.; RASCKE, K. L. Trajetória dos estudos africanos e afro-brasileiros no Brasil: base teórica para organização do conhecimento. In: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação**. Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. p. 129-165.

LIMA, G. S.; SILVA, F. C. G. Pensando uma biblioteconomia afrodiaspórica. In: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação**. Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. p. 89-104.

LINDEMANN, C. BookTruck: relato de um case de empreendedorismo social por meio de um projeto de leitura em comunidades de vulnerabilidade social. **RBBB**: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, v. 15, n. esp., p. 57-68, 2019.

LAURINDO, K. R.; SPUDEIT, D. F. A. O.; MADALENA, C. S.; DUARTE, T. Empresas criadas por bibliotecários no Brasil: uma análise em relação ao perfil e ramos de atuação. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, v. 21, n. 3, p. 676-696, 2016.

LIRA, B. C. **O passo a passo do trabalho científico**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MACIEL, N. Conceição Evaristo: 'A literatura está nas mãos de homens brancos': homenageada em dois eventos literários este ano, Conceição Evaristo fala sobre a dificuldade de mulheres negras conseguirem ser vistas com produtoras de saber e conhecimento. **Correio Braziliense**, 2018. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2018/07/15/interna_diversao_arte,694873/entrevista-conceicao-evaristo.shtml>. Acesso em: 8 ago. 2019.

MADALENA, C. S.; LAURINDO, K. R. Mulheres negras empreendedoras: um breve estudo. In: SILVA, F. C. G.; ROMEIRO, N.

L. (Org.). **O protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: ACB, 2018. p. 275-307.

MADALENA, C. S.; SPUDEIT, D. F. A. O. Preceitos éticos no comportamento do bibliotecário empreendedor. **Ciência da Informação em Revista**, v. 4, n. 3, p. 58-67, 2017.

MARQUES, L. L. Diáspora africana, você sabe o que é? **Fundação Cultural Palmares**, 2019. Disponível em:
<<http://www.palmares.gov.br/?p=53464>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

MONTEIRO, L. N. A representação da mulher negra na literatura brasileira. In: SIMPÓSIO LINGUAGENS E IDENTIDADES DA/NA AMAZÔNIA SUL, 10., 2016, Acre. **Anais...** Acre, UFAC, 2016.

NUNES, M. S. C.; SANTOS, A. C. V.; PEREIRA, S. M. S.; COSTA, E. J. Disciplina de empreendedorismo na formação dos alunos de biblioteconomia e documentação da UFS. **Convergência em Ciência da Informação**, v. 1, n. 2, p. 189-195, 2018. Disponível em:
<<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/106690>>. Acesso em: 8 ago. 2019.

RICKEN, C. E.; KERN, V. M. Modelagem CISM para um sistema de recomendações: o caso de uma livraria virtual. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2017. **Anais...** Marília: UNESP, 2017.

SANTANA, V. A.; SILVA, L. K. R. A inclusão da temática étnico-racial nas pesquisas em ciência da informação. In: SILVA, F. C. G.; LIMA, G. S. (Org.). **Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação**. Florianópolis, SC: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. p. 167-178.

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; LIMA, G. S. Política de memória e o silenciamento das populações africanas e afro-brasileiras na ciência da informação. In: SILVA, F. C. G.; ROMEIRO, N. L. (Org.). **O**

protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Florianópolis: ACB, 2018. p. 359-382.

SILVA, P. E.; SPUDEIT, D. F. A. O. A contribuição do empreendedorismo para visibilidade do bibliotecário no Brasil. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 14, n. 3, p. 170-192, 2018.

SCHIAVI, M. T.; HOFFMANN, W. A. M. Cenário petrolífero: sua evolução, principais produtores e tecnologias. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 13, n. 2, p. 259-278, 2015.

SOUZA, C. S.; SPUDEIT, D. F. A. O. Empreendedorismo social na biblioteconomia: análise da atuação bibliotecária em ações com foco na agenda 2030. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, p. 3-22, 2019.

SOUSA, F. S. Literatura afro-feminina brasileira: uma forma de combate ao silenciamento e ao racismo. **Altre Modernità**, [S.l.], p. 107-121, fev. 2019.

SOUZA, F. B. R.; GONÇALVES, R. B. Práticas de incentivo à leitura em livrarias gaúchas: livraria exercendo papel de bibliotecas? **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 24, n. 1, p. 33-49, 2019.

SPUDEIT, D. F. A. O.; PINTO, M. D. S.; MADALENA, C. S.; VIOLA, H. H. G. Pesquisas e práticas sobre empreendedorismo na biblioteconomia e ciência da informação no panorama nacional e internacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., Londrina, 22 a 26 de outubro de 2018. **Anais...** Londrina: UEL, 2018.

SPUDEIT, D. F. A. O.; PINTO, M. D. S.; MADALENA, C. S.; VIOLA, H. H. G. Editorial edição especial III FIEB - fórum de inovação e empreendedorismo na biblioteconomia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, p. 1-2, 2019.

SPUDEIT, D. F. A. O.; POLEZA, M.; MADALENA, C. S.; ROMEIRO, N. Formação para o empreendedorismo nos cursos de bacharelado e licenciatura em biblioteconomia, ciência da informação e gestão da informação no Brasil. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 9, n. 1, p. 232-247, 2019.

SPUDEIT, D. F. A. O. Lugar de mulher é nos negócios: empreendedorismo feminino na biblioteconomia. In: SILVA, F. C. G.; ROMEIRO, N. L. (Orgs.). **O protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: ACB, 2018. p. 275-307.

PAOLINELLI, S. M. R.; GAYDECZKA, B.; ANJO, L. F. R. S. As editoras universitárias no contexto da educação superior pública brasileira. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, p. 25-38, 2019.

PIRES, P. R. **A solidão de Carolina**: uma velha edição de 'O Cruzeiro' flagra o racismo estrutural em um festival literário — e a polêmica entre Carolina Maria de Jesus e Jorge Amado. Disponível em: <<https://www.quatrocinco.com.br/br/colunas/c/a-solidao-de-carolina>> Acesso em: 8 ago. 2019.

PRADO, M. L.; MACHADO, E.; CÂNDIDO, M. S.; DELFINO, N. Empreendedor individual: uma modalidade de empreendedorismo emergente. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, v. 12, n. 3, p. 59-74, 2014.

APRENDENDO COM CAROLINA MARIA DE JESUS A ENFRENTAR OS PRECONCEITOS E AS INFORMAÇÕES E NOTÍCIAS FALSAS

Dandara Baça de Jesus Lima

1 INTRODUÇÃO

A organização não governamental Criola realizou o experimento social “Espelhos do racismo” em 2016, no qual problematizava o anonimato do racismo virtual. O vídeo inicia com depoimentos de vítimas de racismo em diversos ambientes, seguido de ofensas raciais contra a jornalista Maria Júlia Coutinho da TV Globo.

Com o uso de ferramentas de georreferenciamento, *outdoors* foram colocados próximo a residências dos agressores virtuais. Foram coletados depoimentos sobre o anonimato que é sentido quando as pessoas fazem ofensas raciais virtuais e como resultado do experimento verificou-se que 83% dos agressores deletaram suas contas nas redes sociais e somente um quis ser ouvido. O experimento social termina com o encontro do agressor virtual com uma mulher negra que representa todos os agredidos por sua postagem na rede social.

Esse tipo de experimento permite o encontro que provoca mudança na mentalidade e nas ações do agressor. Analisaremos neste texto o encontro de Carolina Maria de Jesus com ciganos e a sua mudança de pensamento com relação à essa população. Essa

mudança de pensamento é uma das formas de enfrentamento dos preconceitos.

Esse enfrentamento é crucial para a mudança de posturas de exclusão que o racismo proporciona. No âmbito educacional, diversas normativas como as resoluções do Ministério da Educação e a Lei Federal nº 11.645/2008, preconizaram esse encontro com a diferença com o objetivo de construir relações étnico-sociais positivas. Mas devido ao racismo estrutural, essas normativas não tiveram o impacto e implantação necessários para a mudança paradigmática para a reconstrução de uma sociedade com mais equidade racial. Almeida (2018, p. 25) define o racismo como:

uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial do qual pertençam.

A expectativa de que o encontro com o diferente possa fazer com que a pessoa tenha atitudes menos racistas se frustra quando é percebido que a pessoa não branca atua de forma a retroagir todos os avanços da luta antirracista. Figuras como Fernando Holiday e Hélio Fernando Barbosa Lopes, também conhecido como Hélio Negão e Hélio Bolsonaro, contradizem as expectativas da luta antirracista. O vereador de São Paulo (SP) Fernando Holiday defende desde o início do seu mandato o fim das cotas em concursos públicos e a revogação do dia da consciência negra (IRAHETA, 2016). Hélio Negão é apontado como um totem para

Bolsonaro não ser acusado de racismo, e assim como Holiday, é contra as cotas (BRAGON, 2019).

Os parlamentares citados acima representam um conjunto de ideias que vão de encontro ao que foi construído e conquistado pelos movimentos negros brasileiros. As eleições gerais no Brasil em 2018 têm provocado reflexões sobre como as pessoas absorvem a memória sobre a própria história e a memória coletiva. Pessoas que receberam informações via *whatsapp* que vão de encontro de tudo que foi produzido e desconstruído ao longo do tempo.

É preciso observar que nem todos tiveram oportunidades de acessar o conjunto informacional que permitiram chegar ao mesmo ponto de crítica, ou que os fizeram ter outros pensamentos. Não basta marcar uma informação como falsa ou verdadeira, é preciso entender as bases que fazem com que muitas pessoas ao receber uma informação a entendam como verdadeira.

Existem iniciativas para fazer com que as informações sejam verificadas e se possa ter mais crítica do que se recebe como material informacional. Isso poderia ser estendido ao material que está nas bibliotecas impresso e que diversas formas perpetuam e refletem preconceitos que estão enraizados na sociedade.

Uma iniciativa foi realizada pelo Grupo Globo com o “G1 Fato ou *Fake* - O serviço de checagem de fatos do Grupo Globo”. Outra foi realizada pelo Partido Novo.

O serviço do Novo é realizado por meio de formulário e aparentemente se mantém após o final das eleições de 2018. Um serviço de checagem de informações que vai além de apontar binariamente se a informação é verdadeira ou falsa é o “Aos fatos”. Esse serviço verifica se a informação é verdadeira, falsa, imprecisa, exagerada, distorcida, contraditória e insustentável.

Ao ampliar o rol de itens verificáveis em uma informação, oferece ao leitor a possibilidade de crítica contextual da informação. O resultado binário não permite uma crítica aprofundada e volta à dicotomia tradicional que divide entre duas alternativas todas as coisas da vida.

O método dos “Aos Fatos” é apresentado no site da iniciativa. Realizado diariamente em sete etapas buscam verificar informações declaradas por pessoas públicas.

1. Seleção de informação a partir da sua relevância;
2. Consulta à fonte original para verificar a veracidade;
3. Busca em fontes confiáveis;
4. Busca em fontes oficiais para confirmar ou refutar a informação;
5. Consulta em fontes alternativas para confirmar ou refutar a informação oficial;
6. Contextualização temporal da informação;
7. Classificação da informação nas categorias.

A formação em Biblioteconomia prima pela pertinência da informação para o demandante da informação. Quando se foca somente na pertinência, pode-se disponibilizar ao usuário a informação que ele deseja para confirmar o que ele já pressupõe como verdadeira. Somente a pertinência é insuficiente para disponibilizar uma informação ao usuário. Isso não implica em ter que fornecer ao usuário dois lados da informação, mas em se aproximar mais da informação mais fidedigna. Isso é um exercício difícil, pois o mediador da informação tem cada vez mais um papel diminuto em que o usuário é cada vez mais autônomo. Mas esses filtros podem ser acionados na seleção dos materiais de informação que irão adentrar no serviço de informação. Em uma biblioteca universitária inserir livros que tenham novas

abordagens e/ou contestem o cânone possibilitará que os usuários possam ter a oportunidade de ter acesso a outros conhecimentos. Em uma biblioteca voltada para estudantes de literatura por exemplo, inserir no acervo literatura escrita por autores residentes fora da Europa e Estados Unidos possibilitará que esse estudante possa ter acesso a outros materiais e diversificar seus estudos.

Enquanto procedimentos metodológicos, foi realizada revisão bibliográfica que se propõe realizar análise dos efeitos da desinformação para a manutenção do racismo, estereótipos e disseminação de notícias falsas. Além disso, um trecho do livro “Quarto de despejo” de Carolina Maria de Jesus foi utilizado como fio condutor da análise. A obra é uma narrativa autobiográfica e registra o deslocamento da autora em relação aos ciganos.

2 CAROLINA MARIA DE JESUS E A [FALTA DE] INFORMAÇÃO SOBRE OS CIGANOS

A seguir destacamos alguns trechos do livro “Quarto de despejo” da escritora Carolina Maria de Jesus:

26 de novembro...Fui pegar agua. Olhei o local onde os ciganos acamparam. Eles ficaram só treis⁵⁴ dias. Mas foi o bastante para nos aborrecer. Eles são nojentos. O local onde eles acamparam está sujo e exala mau cheiro. Um odor desconhecido. (JESUS, 2014, p. 140).

⁵⁴ Escolheu-se manter a linguagem da autora.

11 de janeiro ... Ouvi falar varias coisas dos ciganos. E ele não tem as más qualidades que propalam. Parece que este cigano quer hospedar-se no meu coração. No início receeei a sua amisade. E agora, se ela medrar para mim será um prazer. Se regredir, eu vou sofrer. Se eu pudesse ligar-me a ele! (JESUS, 2014, p. 152).

16 de janeiro... O meu pensamento começou a desvendar a sordidez do cigano. Ele tira proveito da sua beleza. Sabe que as mulheres se ilude com rostos bonitos. Ele atrai as mocinhas dizendo que casa com elas. Satisfaz seus desejos e depois manda elas ir embora. (...) Agora eu compreendia os seus olhares com a mocinha. Isto me serve de advertencia. Nunca hei de deixar a Vera na casa de quer quer que seja. (JESUS, 2014, p. 156).

Carolina Maria de Jesus, nos trechos apresentados do livro acima, precisou se defrontar com a informação recebida sobre os ciganos. Em um primeiro momento, a toma como verdade para uma coletividade e após se relacionar com o grupo, tira conclusões próprias. Essa é uma oportunidade para poucos. Poucos sujeitos vão poder ter a experiência tão próxima com o “Outro”.

As informações que Carolina recebeu sobre os ciganos, sobre suas propensas “más qualidades” fazem parte do que Moreira (2018, 64) chama de estereótipos interrogatórios que:

expressam entendimentos sobre os lugares que grupos sociais devem ocupar, as supostas características dessas pessoas, os limites de participação deles dentro da estrutura política, a valoração cultural que eles podem almejar e ainda as oportunidades materiais às quais eles podem ter acesso. (MOREIRA, 2018, p. 64).

Muito antes da expressão *fake news* se tornar popular, os ciganos já passavam por processos de discriminação devido a informações falsas veiculadas sobre eles. O preconceito contra ciganos é antigo e forçou esse povo a estar em diáspora.

3 SOCIEDADE, BIBLIOTECAS E EXCLUSÃO: INFORMAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO E MUDANÇA DE MENTES

O nomadismo é parte essencial da ciganicidade. Andrade (2013, p. 96) define a ciganicidade como “a forma de se relacionar com o mundo e consigo mesmo”. Andrade (2013, p. 98) observa que os ciganos “buscam em seu nomadismo uma independência em relação ao outro cultural”.

As sociedades sedentárias, desde sua formação, temem o estrangeiro, o diferente, o que representa perigo à normalidade construída. O nomadismo é uma forma de resistência à assimilação cultural e Andrade Junior (2013, p. 98) informa que “permanecer estranho ao outro é uma das táticas encontradas por eles para não segmentar suas práticas, e de certa forma, amalgamar seus discursos como grupo social.”

Por estarem em movimento, os ciganos nômades não podem comprovar residência fixa. E sedentarizarão tem sido parâmetro para acesso a serviços e políticas públicas. O comprovante de residência foi retirado por meio da Lei nº 13.714/2018 (BRASIL, 2018) do rol de documentos obrigatórios do Sistema Único de Saúde e Assistência Social para permitir que essa população nômade e pessoas em situação de rua, vulnerabilidade e risco social pudessem ter acesso aos serviços públicos.

Quando as bibliotecas públicas solicitam esse tipo de comprovante para que o acesso aos serviços seja franqueado estão fazendo racismo institucional contra a população cigana. Em outras palavras, estão sobrepondo documentos ao objetivo das instituições. Em uma breve pesquisa, verificou-se algumas bibliotecas que solicitam o comprovante de residência como requisito para empréstimo de livros:

- Biblioteca Municipal de Lorena (São Paulo): para registrar-se como leitor será exigido documento de identificação com foto ou certidão de nascimento, comprovante de residência do mês corrente e uma foto 3×4 recente;
- Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcellos: para fazer o cadastramento, o interessado deverá comparecer à Biblioteca munido de documento pessoal (identidade, carteira de habilitação ou certidão de nascimento), comprovante de residência do município de São Bento do Sul atualizado em seu nome ou de familiar, uma foto 3×4, pagamento de taxa de contribuição anual, fixada por

portaria estabelecida pela presidência da Fundação Cultural de São Bento do Sul;

- Biblioteca Pública Municipal de Colombo (Paraná): Artigo 7 – Poderão inscrever-se gratuitamente nesta Biblioteca, usuários residentes ou não em Colombo, com apresentação dos seguintes documentos: carteira de identidade, comprovante de residência (talão de água ou luz), 2 (duas) fotos 3 × 4;
- Biblioteca Pública Municipal Santos Dumont - São Lourenço do Oeste (Santa Catarina): Art. 5º Para usufruir do serviço de empréstimo a domicílio, o usuário deve cadastrar-se na biblioteca, durante o horário de expediente, mediante apresentação dos documentos a seguir relacionados, desde que tenha idade mínima de 6 (seis) anos: I - apresentação do comprovante de residência, ou seja, conta de telefone fixo, água ou luz do mês corrente; II - apresentação da Cédula de Identidade e/ou CPF (Cadastro de Pessoa Física), ou na falta de um destes documentos poderá ser apresentada a Certidão de Nascimento; III - 1 (uma) foto 3×4 recente; IV - preenchimento de formulário; V - criação de uma senha de usuário.

A manutenção da necessidade de comprovante de residência é uma forma de discriminação negativa que cria prejuízos e desvantagens conforme a definição de Almeida (2018). É também uma das formas de racismo institucional, que para

Moreira (2018, p. 36) ocorre quando pessoas não têm acesso a uma instituição e quando os serviços são oferecidos de forma discriminatória.

Impedir o acesso à informação de grupos subalternizados é uma forma também de mantê-los na subalternidade. Mesmo que ciganos e pessoas em situação de rua possam fazer a consulta local, continua a ser uma barreira ao empréstimo domiciliar e o gozo completo dos serviços oferecidos aos usuários, criando diferenças entre os que podem comprovar residência e os que não podem. Isso também afeta os que não recebem correspondência e os que não terão comprovantes de residência no próprio nome.

A informação é um dispositivo social que pode permitir acesso a direitos e ativos sociais que permitem o indivíduo mudar sua situação de vulnerabilidade. Essa mudança não necessariamente precisa ser financeira, mas por descolonizar o pensamento, refazer as referências, desfazer as amarras subjetivas construídas pelos grupos hegemônicos. A ascensão dos não brancos na sociedade estruturalmente racista é obstada por inúmeros mecanismos, como a obrigatoriedade do comprovante de residência.

Essa forma de exclusão por meio da necessidade de apresentação de um documento que parte da população não o detém pode ser inserida também na dimensão institucional do racismo. Segundo Almeida (2018, p. 29), essa concepção de racismo “é resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios a partir da raça”.

A reflexão proposta por Carolina desloca o preconceito sobre todo um grupo. Essa abordagem é singular na literatura considerando a quantidade de literatura anticigana existente. Andrade Junior (2013, p. 103) relata muitas obras foram utilizadas para desqualificar os ciganos e aumentar o preconceito e cita como exemplo “A Farsa das Ciganas”, de Gil Vicente que mostra as ciganas como “trapaceiras, embusteiros e bruxas que viviam de ler a sorte” (ANDRADE JUNIOR, 2013, p. 103).

Andrade (2013, p. 104) mostra também o romance “Carmen” de Prosper Mérimée. Neste, “Carmen é mostrada como uma mulher sedutora, selvagem, indomável, ladra e assassina, reforçando o estereótipo e o preconceito contra os ciganos”. (ANDRADE JUNIOR, 2013, p. 103). Podemos lembrar também do romance “O Corcunda de Notre-Dame” de Victor Hugo que foi adaptado para desenho animado pela Disney. Neste romance, a cigana Esmeralda é a causa de todo o infortúnio de Quasímodo. Nesta narrativa, a cigana seduz Claudio Frollo e o capitão da guarda Phoebus de Châteaupers. Esmeralda é retratada dentro do estereótipo das mulheres ciganas bem próximo ao que foi desenhado por Gil Vicente.

Carolina Maria de Jesus foi privada do acesso aos bens materiais, mas a leitura permitiu que ela pudesse ser mais do que os limites impostos a uma mulher negra e favelada. Ao trabalhar na casa do doutor Zerbini, trocava as folgas por tardes na biblioteca do médico (FARIAS, 2017, p. 141). Carolina relata no seu diário que não podia passar um dia sem ler, que se levantava para escrever e que deitava de lápis e papel debaixo do travesseiro (JESUS, 2014, p. 49). Essa mulher pôde ser livre internamente das amarras da sociedade racista e desigual.

Voltando à discussão das notícias falsas, Carolina também foi objeto de notícias falsas. Na adolescência de Carolina, quando ela habitava a cidade de Sacramento em Minas Gerais, esta foi interpelada por dois policiais que ao verificar o peso do livro e por não serem alfabetizados tomaram um dicionário como livro de São Cipriano. Farias (2017, p. 95) relata que Carolina foi acusada de fazer “feitiços” contra os brancos e durante cinco dias ela e sua mãe ficaram presas sofrendo violências físicas e mentais.

As notícias falsas causaram a prisão e as violências contra Carolina e sua mãe e também causaram a morte de Fabiane Maria de Jesus em 2014, após acusação de “magia negra” (CARPANEZ, 2018). O homicídio de Fabiane começou com uma postagem na página do *Facebook* “Guarujá Alerta” que informava sobre uma mulher que supostamente raptava crianças para fazer “magia negra”. Carpaneze (2018) informa que as agressões começaram quando ela ofereceu uma banana para uma criança e que dezenas de pessoas se juntaram no linchamento.

A violência é um dos efeitos das notícias falsas que podem repercutir em diversos âmbitos da vida. Os profissionais da informação já não podem terceirizar para os ativistas sociais a disseminação de informação crítica de fenômenos sociais. As bibliotecas escolares, públicas, universitárias, especializadas e todos os serviços de provisão de informação no qual um bibliotecário esteja inserido é espaço para desconstrução e reconstrução de informações. Silva, Pizarro e Saldanha (2017, p. 18) informam que o bibliotecário é essencialmente social e precisa ter:

sensibilidade e alteridade para entender o outro – aquele a quem se direciona uma ação e

receptor de uma determinada prática - e buscar contemplar sua história, cultura e memória, bem como garantir que a prática bibliotecária atenda plenamente a necessidade informacional de seus usuários e a partir dela, tenha-se desdobramentos que levem à autonomia e melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. (SILVA; PIZARRO; SALDANHA, 2017, p. 18).

Outra faceta da informação falsa é o estereótipo. Este é construído e consolidado socialmente e as obras literárias, científicas, religiosas, históricas, que compõem um acervo, fazem parte dessa legitimação.

Em setembro de 2018, Serena Williams foi retratada dentro do estereótipo de mulher negra raivosa. De acordo com a reportagem do Deutsche Welle (2018), a “obra” foi elaborada e divulgada no *Twitter* do cartunista australiano Mark Knight.

Figura 1 - Serena Williams retratada com o estereótipo de mulher negra raivosa.



Fonte: Mark Knight, *Twitter*.

O Deutsche Welle (DEUTSCHE WELLE, 2018) enfatizou que a tenista adversária foi retratada como uma mulher pequena e loira, sendo uma mulher de origem haitiana e japonesa e mais alta que a Serena Williams. A imagem ainda traz uma chupeta ao lado de Serena e o árbitro pedindo à adversária que deixe Serena ganhar.

Esse tipo de imagem não é novidade na representação de mulheres negras e Carolina é uma escritora/personagem que rompe estereótipos sobre a mulher negra, como por exemplo e de “Mammy”. Segundo esse estereótipo, a mulher negra abandona os próprios filhos para cuidar de outras crianças brancas e tem vocação somente para servir e não alcançar melhores postos de trabalho (JARDIM, 2016). Carolina subverte o local “destinado a ela”, almeja ser escritora mesmo que sua vida a tenha conduzido trabalhar no serviço doméstico e habitar em uma favela.

Nas bibliotecas, os registros de viajantes, geralmente europeus, em viagens aos trópicos são classificados na Classificação Decimal Universal no número 910.4. Nos livros que registram os diários de bordo de viajantes europeus estão impressos inúmeros preconceitos e visões distorcidas.

Santos (2002, p. 277) registra que:

O imaginário europeu, durante toda a Idade Média até os séculos das Luzes, foi constituído pela existência de seres fantásticos que lhes geravam simultaneamente medo e fascínio. Raças monstruosas, homens com um pé só ou com orelhas enormes, gigantes, seres com o rosto no meio do peito, ocupavam lugar nas descrições da África e Ásia desde a

Antiguidade, e figuravam na cosmografia renascentista. (SANTOS, 2002, p. 277).

Essa estética exótica se mantém na ilustração de livros infantis. Os acervos infantojuvenis ainda são formados com livros que deturpam a imagem da pessoa negra e a animaliza. E isso ainda foi transposto na ilustração e roteiro de desenhos animados para a internet. Em *Dina and the prince story*, publicado no canal My Pingu TV no *Youtube*, a princesa se torna negra após ser amaldiçoada (GELEDÉS, 2019). O desenho pode ser entendido como uma reinterpretação da maldição de Cam do texto bíblico atribuída a Noé.

Santos (2002) descreve que no imaginário europeu os habitantes de outras terras eram considerados seres fantásticos e também monstruosos, demoníacos.

“Se o branco representa a razão, o belo, o bom o justo...a humanidade, ou seja, simboliza valores desejáveis, o negro, por sua vez, pode representar a desrazão, a loucura [...], o feio, o injusto, a animalidade” (SANTOS, 2002, p. 280).

Moreira (2018, p. 39) discute que associar a cor branca a elementos positivos contrastantes com o negro permite que os brancos sejam representados como sujeitos superiores, o que indica um lugar de privilégio. Estereótipos raciais, para Moreira (2018, p. 39), afirmam uma suposta inferioridade e uma intrínseca superioridade. Essa forma de racismo é definida por Moreira (2018, p. 33) como racismo simbólico, que diz respeito à forma

como minorias raciais são representadas para alicerce para ação de grupos raciais dominantes.

O racismo age contra todas as minorias raciais. O bibliotecário pode ser antirracista na biblioteca escolar, por exemplo, mudando a forma de comemorar as datas na escola. No dia do indígena, em 19 de abril, ao invés de expor fotos antropológicas, apresentar a diversidade indígena brasileira por meio de diversos formatos de informações. Ao invés de exotificar, trabalhar as temáticas sugeridas pela Lei nº 11.645/2008. Importante lembrar a situação global dos povos indígenas, que o secretário-geral da ONU, António Guterres ao proferir mensagem no Dia Internacional dos Povos Indígenas (NAÇÕES UNIDAS, 2019), apontou que estes enfrentam a realocação forçada, as desigualdades educacionais, pressão para assimilação cultural, acesso limitado a serviços de saúde, emprego, serviços de informação e internet.

Essa possibilidade de a biblioteca ser um espaço antirracista já foi explorada por Fontes e Martins Filho (2018, p. 298), que declararam que “a biblioteca é considerada como um espaço propício para a o desenvolvimento de ações educativas antidiscriminatórias e antirracista”. Pode-se realizar ações usando somente as datas comemorativas, como por exemplo, no dia da consciência negra ir além do estereótipo construído para pessoas negras. No dia da independência, resgatar os personagens negros que participaram da construção do país. No dia 13 de maio, deixar de relacionar a falsa abolição e registrar a história da Revolta de Carrancas, que Rodrigues (2019, p. 16) registra que:

fato ocorrido em 13 de maio de 1833, e considerado um dos maiores levantes de

escravizados que ocorreu em várias fazendas do país, liderado por negros africanos recém-trazidos para serem escravizados no Brasil e de negros africanos crioulos, nascidos nas senzalas brasileiras.

Essas ações conjugadas com a possibilidade dos não brancos falarem por si mesmos e a implementação das diretrizes da Lei nº 11.645/2008, podem permitir a diminuição do estranhamento ao outro. Voz e representatividade aos não brancos diminui o estranhamento e pode ser força para diminuir os efeitos do racismo. Santos (2002, p. 288) sinaliza que o racismo e o exotismo:

convivem lado a lado, ora prevalecendo um ora prevalecendo o outro, ambos tornando impossível a relação com os povos negros dentro ou fora da África, isentos do espectro da estranheza e da duplicidade. (SANTOS, 2002, p. 288).

Como dito anteriormente, no processo eleitoral de 2018, ficou demonstrado que mesmo pessoas que tiveram o privilégio de acessar informações externaram seus preconceitos acreditando em notícias falsas. Não é para as periferias com um olhar colonizado e estigmatizante que essa desconstrução e reconstrução se dirige, é para o juiz que é cúmplice de dano ao patrimônio coletivo ao depredar uma placa simbólica em homenagem a uma vereadora covardemente assassinada (EXTRA, 2018). Este, pelo cargo que ocupa e pelos anos de estudo e experiência profissional, pela obviedade, deveria reconhecer que existia um dano coletivo à simbologia da placa. Mas este

mesmo foi eleito pelo mesmo estado que foi vilipendiado pela corrupção e pelo silenciamento violento da vereadora Marielle Franco. De juiz desconhecido passou a ser o representante de cerca de 17,2 milhões de habitantes (SILVEIRA, 2018).

A estimativa é que os efeitos dos resultados eleitorais na população negra serão diversos dos que serão observados no restante da população. Esta população já sofre um genocídio contínuo com o extermínio da sua população masculina jovem (CERQUEIRA; BUENO, 2019). Essa mesma população não tem garantidos os seus direitos sociais, tendo diversas dificuldades para acessar serviços e políticas públicas. As mulheres negras tendem a sofrer duplamente os efeitos por sua condição de mulher numa sociedade machista, patriarcal, misógina e racista. Quando se olha com interseccionalidade para essa população, percebe-se que os retrocessos dos direitos irão atingi-la de forma contundente.

Existem outros grupos, que assim como os negros, irão sofrer de forma demasiada com os retrocessos políticos e sociais que se vislumbram no futuro, como os indígenas, comunidades tradicionais, comunidades rurais, pessoas em situação de refúgio, migrantes e pessoas LGBTQIs. Esses grupos foram estereotipados, quilombolas foram animalizados, durante o processo eleitoral (AFFONSO; MACEDO, 2017). A possibilidade de ter um filho LGBTQI ou se relacionando com pessoas negras foi caracterizado pelo presidente eleito como uma impossibilidade pela educação dada aos seus filhos e pela agressão física que poderia deferir a eles (O GLOBO, 2011).

Mesmo com essas declarações homofóbicas e racistas, a maioria do Brasil escolheu para a representar o político que expressa essas ideias. Elas receberam a informação que gostariam,

o tipo de candidato que representa o desejo dos que guardaram seus preconceitos e que agora não tem freio para o manifestar, se sentem legitimados para isso.

A legitimidade para isso advém das declarações do presidente eleito, de governadores eleitos de partidos conservadores, pela não punição jurídica pelas declarações. A impunidade dos atos violentos, da incitação à violência, gerou nos eleitores do conservadorismo a sensação que eles podem exercer publicamente seus preconceitos. E a população negra continua sendo a carne mais barata do mercado, a carne que as dores não valem nada, que não tem instituição ou direito que assegure.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto tratou de obviedades que precisam ser ditas porque o momento político brasileiro demonstrou a necessidade de se repetir o que se pensava ser consenso. Abre-se uma janela de oportunidade e necessidade para discutir a informação e seus efeitos na sociedade. Da obra “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus, foi retirado o exemplo de uma mulher que enfrentou seus preconceitos e conseguiu mudar seu pensamento.

Os trechos retirados do livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada” foram escolhidos por apresentarem o confronto de Carolina diante do que foi lhe apresentado sobre os ciganos e o que ela mesmo aprendeu sobre os mesmos. No primeiro trecho escolhido, ela apresenta alguns preconceitos sobre ciganos que estão enraizados na sociedade brasileira sobre esse grupo; depois ela passa a conviver com esse grupo e chega a conclusões específicas sobre o comportamento de um indivíduo, que não

transcendem o indivíduo que tem o comportamento considerado errado. Esse movimento de Carolina pode ser considerado transformador porque ela começa com um conceito que vale para todos os ciganos, sem distinção, e termina falando de um cigano em específico. Essa mudança de pensamento é a chave que desejamos discutir neste texto, sair de um pensamento determinado sobre todo um grupo de pessoas para um pensamento que possa refletir sobre o comportamento específico de pessoas que fazem parte desse grupo.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Julia; MACEDO, Fausto. **Justiça condena Bolsonaro por 'quilombolas não servem nem para procriar'**. São Paulo: Estadão, 2017. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/justica-condena-bolsonaro-por-quilombolas-nao-servem-nem-para-procriar/>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

ANDRADE JUNIOR, Lourival. Os ciganos e os processos de exclusão. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 66, p. 95-112, 2013.

AOS FATOS. **Nosso método**. Rio de Janeiro; São Paulo: Aos Fatos, 2018. Disponível em: <<https://aosfatos.org/nosso-m%C3%A9todo/>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Brasília: Diário Oficial da União, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.714, de 24 de agosto de 2018.** Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre a responsabilidade de normatizar e padronizar a identidade visual do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e para assegurar o acesso das famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal à atenção integral à saúde. Brasília, DF: Presidência da República, 2018.

BRAGON, Ranier. **Sombra de Bolsonaro, Helio Negão é aconselhado a reivindicar ministério:** alvo de lobbies e selfies, deputado se diz amigo do presidente há 20 anos; 'amigo não, irmão!'. São Paulo: Folha de São Paulo, 2019. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/07/sombra-de-bolsonaro-helio-negao-e-aconselhado-a-reivindicar-ministerio.shtml>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

CARPANEZ, Juliana. **Veja o passo a passo da notícia falsa que acabou em tragédia em Guarujá:** há quatro anos, mulher foi espancada e morta após um boato com origem na internet. São Paulo: Folha de São Paulo, 2018. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/veja-o-passo-a-passo-da-noticia-falsa-que-acabou-em-tragedia-em-guaruja.shtml>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coord.). **Atlas da violência**

2019. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2019.

COLOMBO (Paraná). **Biblioteca pública municipal:** regulamento interno. Colombo: Prefeitura, 2011. Disponível em:

<<http://portal.colombo.pr.gov.br/biblioteca-publica-municipal-regulamento-interno/>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

CRIOLA. **Espelhos do racismo**. Rio de Janeiro: Criola, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RXy4-dlfZA8>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

DEUTSCHE WELLE. **Charge de Serena Williams é criticada como racista**. Bonn: Deutsche Welle, 2018. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/charge-de-serena-williams-%C3%A9-criticada-como-racista/a-45443924?maca=bra-Red-WhatsApp>>. Acesso em: 12 set. 2018.

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. **Scripta**, v. 13, n. 25, p. 17-31, 2009.

EXTRA. **É #FATO que deputados eleitos pelo PSL quebraram placa com nome de Marielle Franco em comício de Wilson Witzel**. Rio de Janeiro: Extra, 2019. Disponível em: <<https://extra.globo.com/fato-ou-fake/e-fato-que-deputados-eleitos-pelo-psl-quebraram-placa-com-nome-de-marielle-franco-em-comicio-de-wilson-witzel-23140284.html>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL. **Portaria nº 008, de 01 de dezembro de 2011**. Homologa regulamento da Biblioteca Pública Municipal Luiz de Vasconcelos e dá outras providências. Disponível em: <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/0.005218001322735855_portaria_08_11_aprova_regulmentos_bpm_luiz_de_vasconcellos.doc>. Acesso em: 12 ago. 2019.

FARIAS, Tom. **Carolina**: uma biografia. Rio de Janeiro: Malê, 2017. 352 p.

FONTES, Sandra Regina; MARTINS FILHO, Lourival José. Práticas pedagógicas em educação das relações étnico-raciais nas bibliotecas escolares. In: GARCÊS, Franciéle Carneiro da; LIMA, Graziela dos Santos (Orgs.). **Bibliotecári@s negr@s**: ação, pesquisa e atuação política. Florianópolis: Associação Catarinense de Bibliotecários, 2018. p. 295-318.

GELEDÉS. **Desenho infantil é retirado do ar depois de ser criticado por racismo extremo**. São Paulo: Geledés, 2019. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/desenho-infantil-e-retirado-do-ar-depois-de-ser-criticado-por-racismo-extremo/>>. Acesso em: 13 ago. 2019.

GRUPO GLOBO. **G1 fato ou fake**: o serviço de checagem de fatos do Grupo Globo. São Paulo: Grupo Globo, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

IRAHETA, Diego. **Vereador eleito em São Paulo, Fernando Holiday quer acabar com cotas raciais e revogar Dia da Consciência Negra**. S.l.: Huffpost Brasil, 2016. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2016/11/04/vereador-eleito-em-sao-paulo-fernando-holiday-quer-acabar-com-c_a_21699968/?ncid=other_huffpostre_pqylmel2bk8&utm_campaign=related_articles>. Acesso em: 12 ago. 2019.

JARDIM, Suzane. **Reconhecendo estereótipos racistas na mídia norte-americana**. S.l.: Medium, 2016. Disponível em: <<https://medium.com/@suzanejardim/alguns-estere%C3%B3tipos-racistas-internacionais-c7c7bfe3dbf6>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

JESUS Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. Ilustrações Vinicius Rossignol Felipe. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LIBÓRIO, Bárbara; CUNHA, Ana Rita. **Notícias falsas foram compartilhadas ao menos 3,84 milhões de vezes durante as eleições**. Rio de Janeiro; São Paulo: Aos Fatos, 2018. Disponível em: <<https://aosfatos.org/noticias/noticias-falsas-foram-compartilhadas-ao-menos-384-milhoes-vezes-durante-eleicoes/>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

LORENA (São Paulo). Prefeitura. Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas. Biblioteca Municipal. **Regulamento interno do sistema municipal de bibliotecas**. Lorena: Coordenadoria do Sistema Municipal de Bibliotecas, s.d. Disponível em: <<http://www.lorena.sp.gov.br/wp->

content/uploads/2013/09/Regulamento-de-empr%C3%A9stimos-e-funcionamento-das-bibliotecas-municipais-de-Lorena.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

MOREIRA, Adilson. **O que é racismo recreativo?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. 164 p. (Feminismos Plurais).

NAÇÕES UNIDAS. **Em dia mundial, ONU defende direito dos povos indígenas a definir estratégias de desenvolvimento.** Brasília: Nações Unidas, 2019.

NOVO. **Fato ou fake.** Brasília: Diretório Nacional, 2018. Disponível em: <<https://novo.org.br/fato-ou-fake/>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

O GLOBO. **Bolsonaro diz na TV que seus filhos não 'correm risco' de namorar negras ou virar gays porque foram 'muito bem-educados'.** São Paulo: O Globo, 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-na-tv-que-seus-filhos-nao-correm-risco-de-namorar-negras-ou-virar-gays-porque-foram-muito-bem-educados-2804755>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

RODRIGUES, Nandia Letícia Freitas. A Ciência da Informação na afirmação de singularidades: narrativas da diáspora e construção de identidade nos museus afro. In: BARROSO, Danielle; GOMES, Elisângela; VALÉRIO, Erinaldo Dias, SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (Org.). **Epistemologias negras: relações raciais na biblioteconomia.** Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2019. (Selo Nyota) p. 11-33.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Selvagens, exóticos, demoníacos: idéias e imagens sobre uma gente de cor preta. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 275-289, 2002.

SÃO LOURENÇO DO OESTE. **Decreto nº 4.498, de 26 de setembro de 2012.** Estabelece o regulamento interno da Biblioteca Pública Municipal Santos Dumont, e dá outras providências. São Lourenço do Oeste: Prefeitura, 2012. Disponível em:

<<http://biblioteca.saolourenco.sc.gov.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/04/Decr4498-Regulamento-da-Biblioteca-Publica-Municipal-Santos-Dumont1.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SILVEIRA, Daniel. **RJ chega a 17,2 milhões de habitantes em 2018, segundo estimativa do IBGE**. Rio de Janeiro: G1, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/29/rj-chega-a-172-milhoes-de-habitantes-em-2018-segundo-estimativa-do-ibge.ghtml>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

VALOR ECONÔMICO. **Fato ou fake**. São Paulo: Valor Econômico, 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/fatooufake>>. Acesso em: 1 dez. 2018.

RACISMO IMPRESSO E EXPRESSO: A CULTURA DO RACISMO EM LETRAS, NÚMEROS E IMAGENS

Denise Maria da Silva Batista

Elisete de Sousa Melo

1 INTRODUÇÃO

As tentativas de explicar os avanços socioeconômicos individuais por meio do discurso da meritocracia vêm provocando reflexões, contestações e discussões no Brasil, onde a desigualdade social persiste há séculos sem receber, por parte do Estado, um enfrentamento relevante e sistemático. O que se percebe é que entre as motivações para que essas discussões estejam sendo travadas no Brasil, encontram-se as políticas de ações afirmativas, particularmente, aquelas com enfoque étnico-raciais, dirigidas aos afrodescendentes, como as que se referem ao sistema de reserva de cotas raciais nos concursos para universidades públicas e empregos no setor público e à proteção dos quilombolas e seus territórios. As ações afirmativas, que têm origem nos anos de 1960, nos Estados Unidos, como consequência das lutas dos norte-americanos por igualdade de direitos e oportunidades para todos, no Brasil, tem em 1968, seu primeiro registro de discussão, visando a criação de uma Lei que tratasse do assunto, sem, no entanto, resultar na sua elaboração (SANTOS, 1999 *apud* MOEHLECKE, 2002, p. 204). Aparentemente, a

discussão nesse sentido só foi retomada nos anos de 1980, como parte da luta do movimento negro organizado, que tinha entre seus membros o Deputado Federal (1983 a 1987) e Senador (1997-1999), Abdias Nascimento (PDT/RJ), que apresentou o projeto de Lei nº 1.332, de 1983, que,

Dispõe sobre ação compensatória, visando a implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo artigo 153, parágrafo primeiro, da constituição da república.

O projeto foi rejeitado pelo Congresso Nacional. E, embora tenham se registrado algumas conquistas como o reconhecimento, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) da Serra da Barriga (AL), Região do Quilombo dos Palmares como Patrimônio Cultural Brasileiro, em 1986, é somente no início do século XXI que as discussões sobre ações afirmativas, no que se refere aos negros, começam a surtir efeitos práticos. Nesse contexto, crescem no Brasil as discussões em torno da desconstrução dos mitos da democracia racial e da meritocracia, sendo este, para Chalhoub (2017), um mito que alimenta as desigualdades. A partir da perspectiva étnico-racial, com um crescimento paulatino do envolvimento dos principais sujeitos dessa discussão, ou seja, os negros, têm-se buscado compreender as raízes históricas das desigualdades sociais, das quais os representantes desse seguimento da população têm sido, segundo dados de órgãos públicos especializados em aferir os índices de desenvolvimento social no Brasil como o Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as principais vítimas, experimentando há séculos as consequências da adoção pelo Brasil de um modelo de desenvolvimento econômico e social que jamais reconheceu e assumiu sua responsabilidade em relação aos brasileiros, descendentes dos africanos aqui escravizados.

Pretende-se, nesse capítulo, refletir sobre o processo de segregação racial, neste caso, da população negra brasileira, a partir das narrativas escritas e imagéticas de diferentes viajantes estrangeiros que aqui aportaram durante o período em que o trabalho escravo era, praticamente⁵⁵, o único modo de produção e geração de riqueza para a Coroa Portuguesa e uma elite econômica brasileira em formação, mesmo após a Abolição da Escravatura, em 13 de maio de 1888, tendo sido o Brasil, o último país da América Latina a abolir oficialmente a escravidão. A esse respeito pode-se citar Santos (1996, p. 136):

Um outro dado a acrescentar é que a situação dos negros no Brasil é uma situação estrutural e cumulativa, o que mostra a diferença com outras minoridades (que não são minorias). [...]. Não dá para por tudo no mesmo saco, como se faz. Sobretudo não dá pelo seguinte: por exemplo, as mulheres começaram sua luta recentemente, mas já conseguem resultados que os negros não obtêm. Isso basta para mostrar que as situações não são iguais. As mulheres lutam dentro da sociedade,

⁵⁵ Carvalho, Leandro. Trabalhadores assalariados nos engenhos coloniais.

enquanto os negros não fazem parte da sociedade que manda. A situação deles é estrutural e cumulativa, onde cada progresso obtido ao nível do país não representa melhoria efetiva correspondente de sua situação como grupo.

Entendendo-se que essa situação, persistente até os dias atuais, para além de ser consequência do modelo de produção de riqueza adotado na formação e desenvolvimento do país desde os tempos do Brasil colônia, tem no racismo, por tantos anos, estrategicamente relativizado, ignorado e “mal disfarçado”, sua principal causa, optou-se por reproduzir excertos dos discursos racistas presentes nas narrativas de alguns desses viajantes cujos relatos, produções e reproduções podem ser acessados e consultados nas Coleções Bibliográficas de Obras Raras e Gerais dos Museus Castro Maya, Instituição subordinada atualmente ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e constituída pelo Museu do Açude e Museu da Chácara do Céu, que abriga as referidas Coleções.

A partir da consulta e leitura desses registros pode-se ter contato com diversas manifestações desses viajantes, por meio da escrita e da arte, que testemunham a influência da ideia de raças, povos e/ou indivíduos superiores e inferiores que já vinha sendo utilizada pelos europeus desde o século XVI na colonização do continente Africano e das Américas, e que ganha corpo no século XIX, por meio da tentativa de explicar cientificamente a teoria da superioridade racial, que tem como referências Joseph Arthur Gobineau, Francis Galton e Charles Davenport, entre outros, e que terá forte influência na aceitação, justificativa e naturalização do

domínio de um povo por outro, em vários países e em diferentes épocas, como ocorreu no Brasil com a escravidão dos indígenas, em um primeiro momento, e dos africanos escravizados, contrabandeados da África até o final do século XIX, apesar da Lei de 1831 que proibia o tráfico negreiro. Na obra “Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil”, o autor, J. B. Debret, um dos artistas, da Missão Artística Francesa no Brasil, que residiu no país de 1816 a 1831, relata que em 1816, dos 1500 escravos embarcados na costa da África, apenas 300 a 400 chegavam ao Brasil após dois meses de travessia. Os demais faleciam de tristeza, que algumas vezes, podia levar ao suicídio, desnutrição, desidratação, disenterias, febres e outras doenças que proliferavam pelas condições totalmente insalubres do navio (DEBRET, 1940, p. 185). Esse constante “prejuízo” financeiro com a perda da “carga” fez com que os traficantes diminuíssem a quantidade de negros embarcados para o Brasil e os tratasse com mais “humanidade” durante o percurso.

Para o desenvolvimento dessa discussão, optou-se ainda por utilizar, textos de autores contemporâneos que tratam de temas como escravidão, racismo, meritocracia e políticas sociais no Brasil. No entanto, merecerá destaque o racismo subjacente e/ou explícito na forma como os viajantes se referiam aos negros e à sua condição social no Brasil e nos discursos de intelectuais eugenistas brasileiros.

2 OS VIAJANTES ESTRANGEIROS: UMA VISÃO DO COMÉRCIO E DA EXPLORAÇÃO DOS ESCRAVIZADOS

Os viajantes estrangeiros, das mais diversas nacionalidades como ingleses, franceses, alemães, russos, holandeses e espanhóis, foram, em grande parte, os responsáveis pela imagem que se formou do Brasil no exterior e mesmo dentro do Brasil, no período colonial e imperial (1500 a 1889), à medida que muitos deles viajando a serviço de Portugal ou outras nações eram provisionados dos recursos que os permitiam viajar pelo Brasil como pouquíssimos habitantes do país o poderiam fazer. Entre esses viajantes contam-se naturalistas, artistas, religiosos e aventureiros, muitos dos quais, por dever ou não, produziram relatos de diversos tipos, onde, algumas vezes, nota-se alguma empatia, seja em relação à natureza, seus habitantes, hábitos e costumes e em outras é flagrante seu estranhamento, aversão e desprezo em relação aos mesmos aspectos. Embora nem todos os viajantes viessem em missão oficial, grande parte dos relatos de que se tem notícia, dessa época são de viajantes que vinham nas expedições organizadas por governos colonialistas interessados em conhecer essa parte do novo continente, por razões comerciais e científicas, entre outras. Mas, segundo Martins (2001, p. 12),

Seria equivocado considerar esses viajantes como cientistas profissionais *strictu sensu*: uma grande variedade de artistas amadores, colecionadores e naturalistas autofinanciados fornecia matéria-prima para as visões europeias dos trópicos.

As visões que esses estrangeiros tinham do país e, sobretudo, da escravidão, apresentam-se, muitas vezes, de forma equivocada como no seguinte relato do pintor Edouard Manet, que em uma das tentativas de entrar para a carreira marítima, aos 17 anos, empreende uma viagem no navio-escola Havre et Guadalupe, rumo ao Brasil. Em uma das cartas à sua mãe ele equivocadamente afirma: “Neste país todos os negros são escravos e têm um aspecto estúpido. O poder que os brancos têm sobre eles é extraordinário. Vi um mercado de escravos: uma visão bastante revoltante para nós” (1928, p. 52, tradução nossa)⁵⁶.

Sobre esse “extraordinário” poder a que Manet se refere, pode-se encontrar certa explicação em parte do diálogo, reproduzido abaixo, entre uma escravizada e a Sra. Toussaint-Samson, que se encontrava hospedada em uma fazenda. A negra, por castigo, por ter fugido, carregava uma pesada corrente (2003, p. 126):

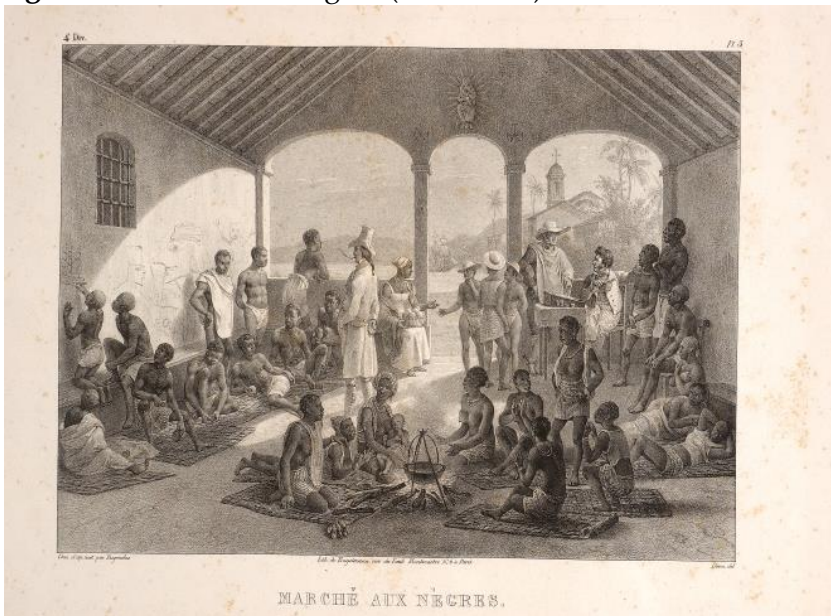
– Porque fugiste? – Porque um escravo deve fugir da escravidão sempre. – Se te tirarem a corrente, então fugirás de novo? – Não, pois vejo que o branco é sempre mais forte que nós e serei capturada e martirizada. Essa corrente me mói o corpo.

Ao se deparar com um Mercado de Escravos, no Recife, PE, Maria Graham relata em sua obra sobre o Brasil:

⁵⁶ Desde 1830 já era possível aos negros comprar a alforria, ainda que com muita dificuldade. Mas mesmo bem antes disso alguns relatos de viajantes dão conta que existiam negros livres na cidade do Rio de Janeiro.

Mal tínhamos caminhado cinquenta passos no Recife, quando ficamos absolutamente enojados com a primeira visão de um mercado de escravos. [...]. A visão nos mandou de volta ao navio com o coração pesado e a resolução “silenciosa, mas profunda” de que tudo que estivesse em nosso poder seria feito para abolir ou atenuar a escravidão. (GRAHAM, 1824, p. 105, tradução nossa).

Figura 1 - Mercado de negros (MEA 3555).



Fonte: MROCM/IBRAM (Autoriz.: 0661698).Fotógrafo: Jaime Acioli.

Figura 2 - Mercado de escravos (MEA 3376).



Fonte: MROCM/IBRAM (Autoriz.: 0661698). Fotógrafo: Jaime Acioli.

Debret, ao discorrer sobre o mercado de escravos, da Rua do Valongo (1940, p. 199), alerta que:

Os ciganos, traficantes de negros, verdadeiros negociantes de carne humana, não cedem em nada a seus confrades negociantes de cavalos; por isso deve-se tomar a preocupação e levar consigo um cirurgião quando se quer escolher um negro nesses armazéns, afim de fazer passar o escravo pelas provas e exames necessários.

Sabe-se que os comerciantes não aceitavam devolução do escravo comprado, após o prazo comumente estabelecido de 15 dias. Os guardas, para facilitar a inspeção, os apresentavam completamente nus ou em trajes sumários. Eram submetidos a exames e exercícios físicos para comprovar que estavam saudáveis. Segundo Spix e Martius (1981, p. 68, v. 1), “defeitos orgânicos ocultos, sobretudo a tão comum disposição para a catarata, é o que mais se receia nessas compras”.

Os autores (1981, p. 44, v. 2) ainda descrevem uma hipótese para a doença da catarata, ligando-a à geografia do local de trabalho, além de apontar outras doenças comuns entre os negros principalmente como a hidropsia, inflamações na garganta e nos pulmões e elefantíase, entre outras, ligando-as ainda aos hábitos alimentares, incluindo a cachaça, considerados por eles nada saudáveis.

A venda e aluguel de negros era anunciada nos jornais e revistas da época conforme podemos ler, em um recorte de jornal, no manuscrito de Expilly ([19--]): “Vende-se na rua da Alfândega n. 53, uma bonita negrinha de 10 para 11 anos, sabendo coser já muito bem, prática em todo o arranjo de casa, e sem o mais pequeno defeito”. Há, na mesma obra, um recibo de um estabelecimento de nome Godinho & Com., localizado no Largo do Rosário, n. 96, sobrado, defronte da Igreja da Sé, que trabalha entre outras “coisas”, vende ou aluga escravos de ambos os sexos. Ao final da obra há a informação de que os negros escravizados no Brasil pertenciam a 35 nações africanas distintas.

Os absurdos presenciados no Brasil, no que concerne à escravidão, mereceu também crítica por parte dos religiosos, missionários da London Missionary Society, que aqui aportaram

a bordo do navio Duff, no final do século XVIII, de acordo com França (2000, p. 242):

Os rituais católicos, com toda a sua pompa, nada ensinaram aos habitantes do Rio de Janeiro sobre a caridade para com os seus semelhantes. [...]. De onde poderia surgir a vil ideia de que a presença negra nos trópicos é uma marca da ira do criador, senão da perversa natureza humana, sempre pronta a acreditar no que é mais conveniente?

A escravidão era um negócio extremamente lucrativo para contrabandistas, mercadores e outros setores que tinham à sua disposição a mão de obra escravizada, em um país em formação, especialmente a partir do início do século XIX, com a chegada da Corte portuguesa, em 1808, seguida da abertura dos portos, como afirma Debret (1940, p. 85): “Tudo assenta, pois neste país, no escravo negro”. Especialmente a partir do início do século XIX, com a chegada da corte portuguesa, em 1808, seguida da abertura dos portos. Com a chegada da Corte, começava assim, conforme Lamarão (1991, p. 37) “uma nova etapa na história da cidade, com a superação de seu estatuto colonial e a consequente redefinição de seu papel e suas funções, confirmados com a Independência.”

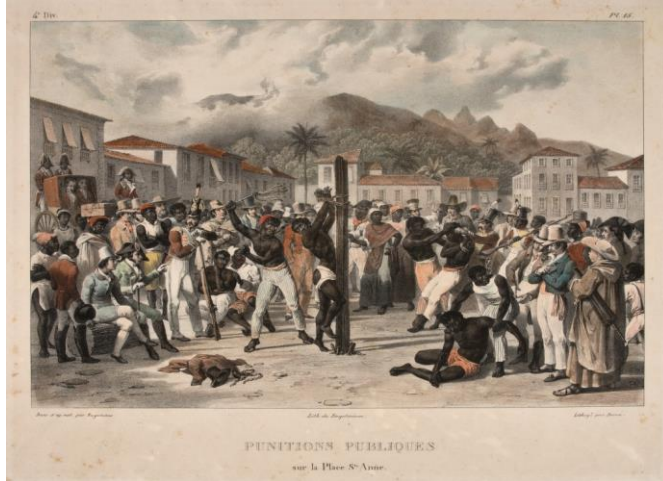
Mas as mudanças significativas que a chegada da Corte, traz para a pequena elite que reside na cidade do Rio de Janeiro e até mesmo para outras localidades do país em formação, não chegam a impactar na vida dos escravizados que continuam, segundo Debret (1940, p. 86), “sempre mediocrementemente alimentado e maltratado”.

Foram exatamente esses maus tratos empregados por uma vizinha espanhola que tinha a seu serviço três ou quatro escravos, aos quais tratava com tremenda crueldade, chicoteando-lhes e aplicando-lhes à palmatória por mínima que fosse a falha, que fez com que Toussaint-Samson (2003, p. 97), chamasse a sua atenção, chamando-a de carrasco. Qual não foi sua surpresa ao descobrir que se não escutava mais os gritos e gemidos de dor desses escravos eram simplesmente porque a vizinha os amordaçava para aplicar o castigo.

O viajante James Forbes, que aqui desembarcou em 1765, tinha uma postura bastante crítica em relação aos portugueses que aqui viviam e o tratamento que davam aos escravizados:

São Sebastião, a capital do Rio de Janeiro, é uma cidade grande, com numerosas igrejas, conventos e monastérios. Os hábitos e os costumes dos habitantes não são nem agradáveis nem interessantes. O orgulho, a pobreza, a indolência e a superstição são as principais características desses portugueses degenerados. Eles parecem não ser dotados de nenhuma das nobres virtudes dos seus ancestrais. Sua crueldade para com os escravos é excessiva: causa pavor a qualquer ser humano o constante estalo do chicote e os gritos desses pobres miseráveis clamando, em vão, por misericórdia. Seus tiranos senhores parecem ter perdido toda a noção do que significa esse divino atributo. (FRANÇA, 2000, p. 115).

Figura 3 - Castigos públicos no Largo de Sant' Ana (MEA 3314).



Fonte: MROCM/IBRAM (Autoriz.: 0661698). Fotógrafo: Jaime Acioli.

Figura 4 - Castigos domésticos (MEA 3543).



Fonte: MROCM/IBRAM (Autoriz.: 0661698). Fotógrafo: Jaime Acioli.

4 OS NEGROS PELOS VIAJANTES: A DESUMANIZAÇÃO DO OUTRO

Mesmo os autores viajantes que demonstram em alguns momentos uma certa indignação pela condição de escravidão do negro e a forma cruel como estes eram tratados, em outros utilizam expressões carregadas de preconceito racial para se referir a estes e proferir julgamentos, utilizando-se ainda de deboche e desprezo ao se referir aos seus hábitos e costumes, estendendo, muitas vezes, esse desprezo aos brasileiros em geral. Segundo afirmação de Proença Filho (2004, p. 162), “No século XIX, presentifica-se a visão estereotipada, que vai prevalecer até a atualidade, com alguma variação”. Sobre a população do Rio de Janeiro Manet (1928, p. 58, tradução nossa) afirma: “três quartos da população é formada por negros e mulatos e geralmente são muito feios, exceto algumas negras e mulatas.”

Em uma época em que o exército era composto quase só de mulatos e negros, somente os oficiais eram brancos, conforme informação de Toussaint-Samson, que acrescenta a seguir o seguinte comentário: “Nada é mais singular que um negro vestido de soldado; lembra aqueles macacos com roupa de general, que nossos tocadores de realejo conduzem pelas ruas e aos quais fazem executar manobras” (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 170-171).

Os relatos sobre os brasileiros em geral, e os negros em particular, adquirem um teor extremamente mais ácido e desrespeitoso nas penas de alguns viajantes, como é o caso de Spix e Martius (1981, p. 66, v. 1) nessa citação em que exaltam a civilização europeia em detrimento de outras, quando da sua

participação, a convite, da Festa da Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros:

Despertam-se no observador dois sentimentos inteiramente diversos, à vista dos filhos da África, transplantados ao ambiente mais culto da civilização europeia, isto é, notam-se de um lado com regozijo, os traços de humanidade, que se desenvolvem no negro, pouco e pouco, no convívio do branco; por outro lado, deve-se lamentar que uma instituição tão bárbara e violadora dos direitos do homem, como é o tráfico dos escravos, era necessária para dar a primeira escola de educação humana a essa aviltada no seu próprio país.

Juan Francisco de Aguirre, que esteve aqui no final do século XVIII, e tem sua descrição do Rio de Janeiro colonial, apontada por Jean Marcel Carvalho França, como uma das mais completas feita por estrangeiros, aparentemente, considera mais adequado possuir escravos de tez mais escura, conforme seu relato (FRANÇA, 2000, p. 154):

A propósito dos escravos, ninguém na cidade os possui em tão grande número quanto os monges beneditinos. Conta-se que por uma espécie de vaidade, esses monges têm preferência por escravos de cor clara e de boa fisionomia, escravos que se confundam com os portugueses. Os jesuítas ao contrário, preferiam outrora os escravos negros, o que a meu ver parece mais adequado.

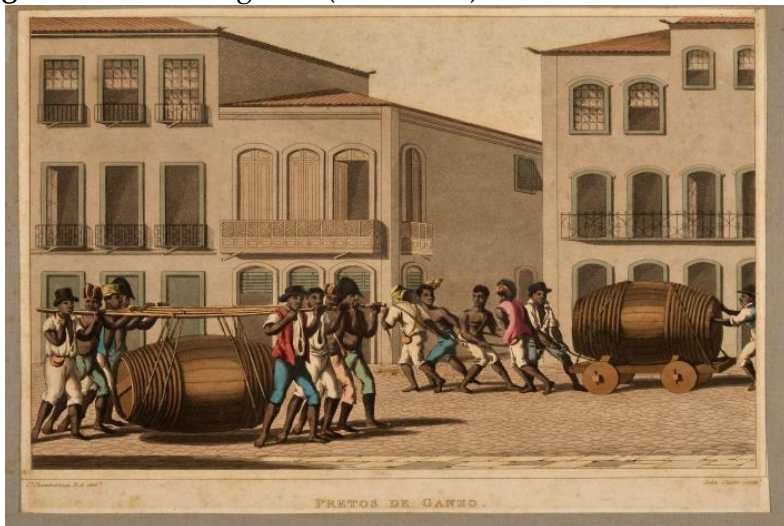
Esse relato de um viajante desconhecido que aqui ancorou na metade do século XVIII, expõe uma das táticas dos portugueses para facilitar o controle dos escravos, já mencionadas em outras pesquisas:

Apesar das novas minas ocuparem um número significativo de escravos, o Rio de Janeiro é um verdadeiro formigueiro de negros. Essa concentração funesta traz consigo o constante perigo de uma rebelião. Contra tal inconveniente, a solução encontrada pelos portugueses foi a de adquirir escravos de diferentes proveniências e utilizar a oposição entre seus caracteres para controlá-los. (FRANÇA, 2000, p. 83).

Pode-se pensar que esse incômodo cada vez mais frequente causado pela presença dos negros no meio urbano, especialmente no século XIX, guarda semelhança com o que assistimos de forma mais efetiva atualmente quando, sob o impacto das ações afirmativas, os negros passaram a concorrer, a ocupar e dividir espaço em lugares que tradicionalmente eles não ocupavam, exceção em cargos subalternos. É nesse contexto que se percebe ser cada vez mais premente a necessidade de discutirmos a construção histórica e social do racismo no Brasil para descobrirmos as estratégias mais adequadas para vencer as dificuldades que são impostas aos negros na busca por igualdade de direitos e oportunidades. Direito à remuneração digna exercendo, se possível, uma profissão que lhe seja cara, com horário limitado, diferentemente dos negros retratados nas Figuras 5, 12 e 13.

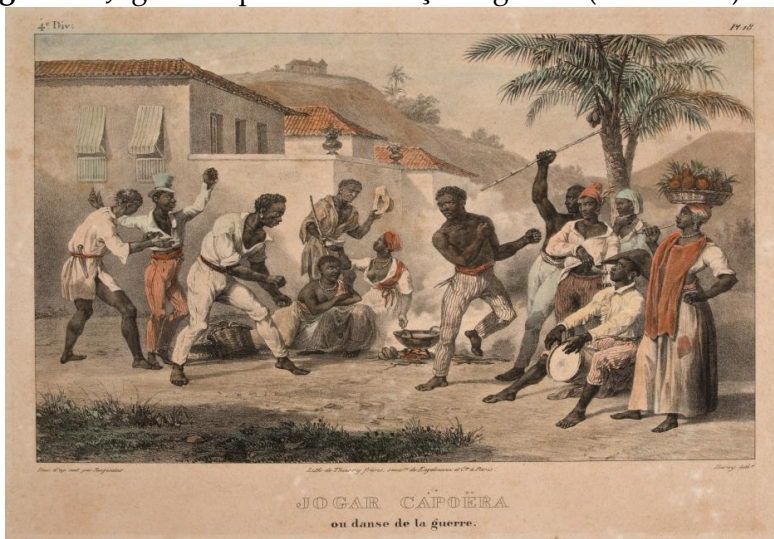
Direito a se organizar e reivindicar seus direitos, ao lazer, à educação e à cultura, conforme vemos na camaradagem expressa na vadiação do jogo de capoeira, na Figura 6. Direito à liberdade de crença ou não crença e de não ser submetido à tortura e outros tratamentos desumano, negados nas Figuras 1, 2, 7, 8, 9 e 11.

Figura 5 - Pretos de ganho (MEA 3366).



Fonte: MROCM/IBRAM (Autoriz.: 0661698). Fotógrafo: Jaime Acioli.

Figura 6 - Jogo de capoeira ou dança de guerra (MEA 3300).



Fonte: MROCM/IBRAM (Autoriz.: 0661698). Fotógrafo: Jaime Acioli.

5 O PENSAMENTO EUGENISTA E SEUS IMPACTOS NA VIDA DOS NEGROS

O racismo científico, difundido na Europa durante o século XIX e entre os norte-americanos, deu suporte a genocídios em diversos países, no século passado como ocorreu com o Nazismo, na Alemanha, e mais recentemente em outros países da Europa. Influenciou também a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, na segunda metade do século XIX e a fundação da Ku Klux Klan, baseado na crença da existência de raças superiores e inferiores.

No Brasil, o pensamento eugenista ganha força, sobretudo, após a Abolição da Escravatura, em 1888. Para os que se identificavam com esse pensamento, segundo Santos e Silva

(2018), “Findado o sistema escravista, o problema agora não era mais a escravidão como instituição retrógrada, mas os negros e seus descendentes, classificados como raças inferiores.”

Entre os cientistas e intelectuais que defendiam a eugenia no Brasil, encontram-se, entre outros, Nina Rodrigues, Monteiro Lobato, Roquette-Pinto, Renato Kehl, considerado o pai do movimento no Brasil, conforme Enders (2009, p. 140) relata:

estimam que o branqueamento da população brasileira é inevitável que, graças à imigração europeia, o Brasil será uma nação branca e, portanto, civilizada. Alguns afirmam que o elemento africano está fadado à extinção no Brasil, considerando-se as péssimas condições de saúde e a forte mortalidade que o caracterizam.

Embora o avanço do pensamento eugenista no Brasil tenha se dado a partir do final do século XIX, pode-se pensar que essas ideias provavelmente eram partilhadas por um grupo seletivo no Brasil que tinha acesso às publicações, viajantes e intelectuais estrangeiros como Spix e Martius, que já no início do século XIX, após assistirem a uma demonstração de magnetismo animal fizeram as seguintes afirmações:

Esta experiência pareceu-nos confirmar a opinião, pela qual o fisiólogo é levado a crer, e por muitas outras razões, que o europeu é superior aos homens de cor pela intensidade da vida nervosa, e supera de modo todo

específico, tanto somática quanto psiquicamente, as demais raças.

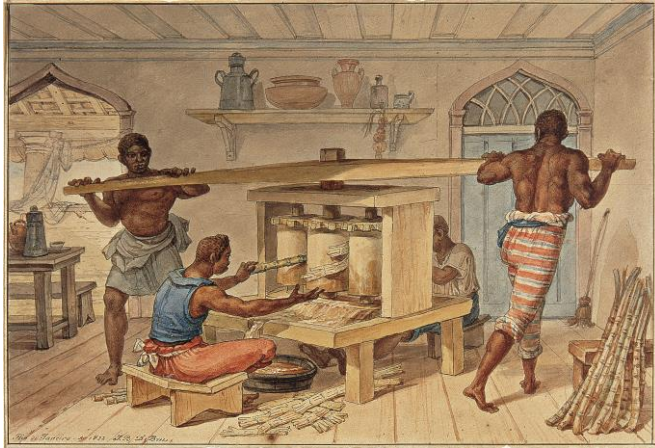
Se houve no Brasil intelectuais que se pautavam pelo pensamento eugenista, também tivemos os que o combateram, e entre esses, o médico Sergipano Manoel Bonfim. Não se pode ignorar que o pensamento uma vez formulado, expressado e transformado em objeto de discussão e experimentação dificilmente desaparecerá, se é que há essa possibilidade, ainda que remota.

Figura 7 - Negro novo vestido para receber batismo (MEA 0331).



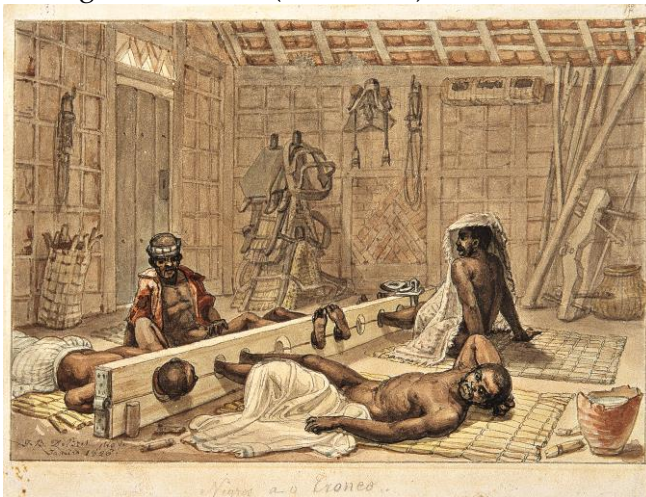
Fonte: MROCM/IBRAM (Autoriz.: 0661698). Fotógrafo: Jaime Acioli.

Figura 8 - Engenho manual que faz caldo de cana, ferro no pescoço e no pé (MEA 0211).



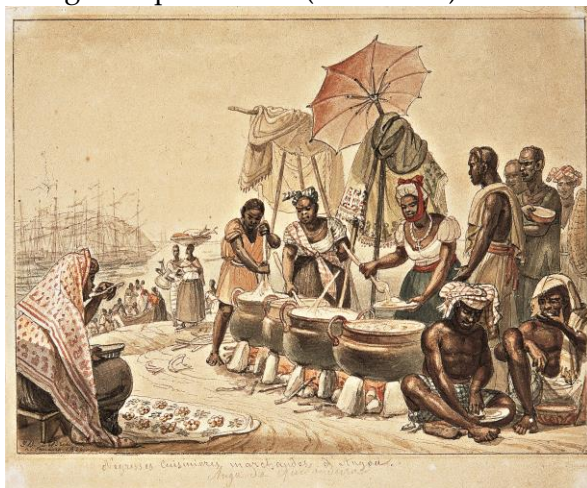
Fonte: MROCM/IBRAM (Autoriz.: 0661698) Fotografia: Hosrt Merkel.

Figura 9 - Negros ao tronco (MEA 0257).



Fonte: MROCM/IBRAM (Autoriz.: 0661698). Fotografia: Hosrt Merkel.

Figura 10 - Angú da quitandeira (MEA 0241).



Fonte: MROCM/IBRAM (Autoriz.: 0661698). Fotógrafo: Hosrt Merkel.

Figura 11 - Festa de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos negros (MEA 3517).

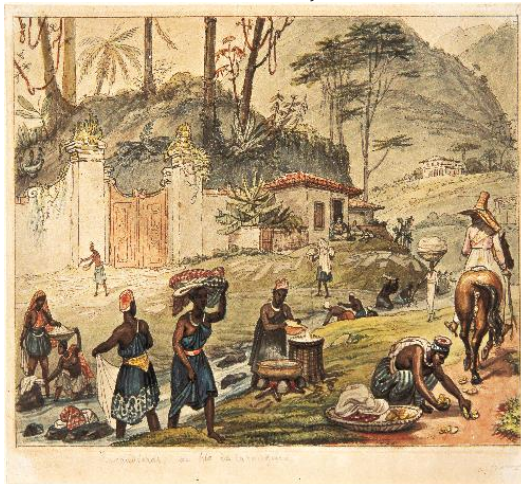


Fonte: MROCM/IBRAM (Autoriz.: 0661698). Fotógrafo: Jaime Acioli.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nas narrativas dos viajantes dos séculos XVII ao XIX, teve como objetivo confirmar que as questões socioculturais que desafiam o grupo étnico-racial que foi o foco desse trabalho são uma construção social, e como tal, só poderão ser enfrentadas e quiçá superadas a partir da compreensão do negro como sujeito em uma sociedade que pretendeu e, lamentavelmente, tem conseguido alijá-lo dos direitos e garantias fundamentais previstos no Artigo 5º da Constituição Federal, promulgada em 1988. Assim, observa-se que o discurso daqueles viajantes ainda está latente nos dias atuais, de forma velada, nas entrelinhas, mas acredita-se que a igualdade com garantias e direitos há que se tornar uma prática no dia-a-dia de cada cidadão, tem que ser retirada do papel, pois existe muita legislação e pouca ação.

Figura 12 - Lavadeiras do Rio Laranjeiras (MEA 0265).



Fonte: MROCM/IBRAM (Autoriz.: 0661698). Fotógrafo: Hosrt Merkel.

Figura 13 - Um jantar brasileiro (MEA 0199).



Fonte: MROCM/IBRAM (Autoriz.: 0661698). Fotógrafo: Hosrt Merkel.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Degrau Cultural, 2010. 294 p.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Tradução e notas Sergio Milliet. São Paulo: Martins, 1940.

CARNEIRO, João. Negritude e América Latina. **Revista de Antropologia**, v. 24, p. 75-84, 1981.

CARVALHO, Leandro. Trabalhadores assalariados nos engenhos coloniais. **Brasil Escola**, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2YsdPgX>>. Acesso em: 5 jul. 2019.

CHALHOUB, Sidney. Especial cotas étnicos-raciais. **Jornal da Unicamp**, Campinas, SP, 07 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/07/meritocracia-e-um-mito-que-alimenta-desigualdades-diz-sidney-chalhoub>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

CHARÃO, Cristina. O longo combate às desigualdades raciais. **Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada**, Brasília, DF, s.d. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/igualdaderacial/index.php?option=com_content&view=article&id=711>. Acesso em: 18 jul. 2019.

ENDERS, Armelle. **A história do Rio de Janeiro**. Tradução Joana Angélica d'Ávila Melo. Rio de Janeiro: Gryphus, 2009. 395 p.

EXPILLY, Charles. **Notes pour servir à une histoire générale du Brésil**. [19--]. Manuscrito.

FERREIRA, Tiago. O que foi o movimento de eugenia no Brasil: tão absurdo que é difícil acreditar. **Geledés**, 16 jul. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2HCygzM>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho (org.). **Visões do Rio de Janeiro colonial**: antologia de textos, 1531-1800. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ: José Olympio, 2000. 261 p.

GOMES, Irene; MARLI, Mônica. IBGE mostra as cores da desigualdade. **Revista Retratos**, 11 maio 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2x4fOt8>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

GRAHAM, Maria. **Journal of a voyage to Brazil and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823**. London: Printed for Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown, Green and J. Murray, 1824.

LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dos trapiches ao porto:** um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1991. 171 p.

LIMA, Valéria. **J.-B. Debret, historiador e pintor:** a viagem pitoresca e histórica ao Brasil (1816-1839). Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007. 327 p.

MANET, Edouard. **Lettres de jeunesse, 1848-1849:** Voyage a Rio. Paris: Louis Rouart et Fils, 1928. 67 p.

MARTINS, Luciana de Lima. **O Rio de Janeiro dos viajantes:** o olhar britânico, (1800-1850). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 207 p.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, n. 117, nov. 2002.

MONTEZ, Luiz Barros. **O lado negro do discurso:** estereótipos racistas em relatos de viajantes alemães sobre a escravidão no Brasil na primeira metade do século XIX. Disponível em: <<http://files.liedh.com.br/200000036-424b043a24/O%20lado%20negro%20do%20discurso.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **Projeto de Lei 1332/1983, de 14 de junho de 1983.** Dispõe sobre ação compensatória, visando a implementação do princípio da isonomia social do negro, em relação aos demais segmentos étnicos da população brasileira, conforme direito assegurado pelo artigo 153, parágrafo primeiro, da constituição da república. Arquivado pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) em 05 de abril de 1989.

OLIVEIRA, Reinaldo José de; OLIVEIRA, Regina Marques de Souza. **Origens da segregação racial no Brasil.** Disponível em: <<https://journals.openedition.org/alhim/5191>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, São Paulo, jan./apr. 2004.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: LERNER, Julio (Ed.). **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996. p. 133-144. Disponível em: <<https://bit.ly/2BnaeTV>>. Acesso em: 12 jul. 2019.

SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré Barbosa e. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 253-268, mar./abr. 2018.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. **Os intelectuais eugenistas**: da abundância de nomes à escassez de investigação, (1917-1937). Disponível em: <<https://bit.ly/2LGnWbZ>>. Acesso em: 14 jul. 2019.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil**: 1817-1820. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.

TOUSSAINT-SAMSON, Adèle. **Uma parisiense no Brasil**. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Capivara. 192 p.

REPRESENTACIONES SOCIALES DE LA LECTURA-ESCRITURA-ORALIDAD EN MUJERES NEGRAS DE LA CIUDAD DE MEDELLÍN (HISTORIAS DE VIDA)

Natalia Duque Cardona

1 INTRODUCCIÓN

“La urdimbre no puede permanecer oculta, debemos hacerla explícita si queremos captar su forma particular de articulación con la trama en cuya conjunción se expresa un mundo plausible”

(ÁLVAREZ, 1995)

En el marco de la Maestría en Educación con Énfasis en Estudios Interculturales, ofertada por la Facultad de Educación de la Universidad de Antioquia y acompañada por el Grupo de Investigación Diverser, durante el año 2013 a 2014, llevé a cabo un ejercicio de investigación nombrado *Representaciones sociales de la lectura-escritura-oralidad en las voces afro femeninas: horizontes de sentido para prácticas bibliotecarias de educación lectora interculturales en la ciudad de Medellín*. Esta exploración estuvo tejida a partir de la reflexión permanente en torno al tema del lenguaje desde tres

de sus elementos: la lectura y la escritura; y más recientemente la oralidad.

El ejercicio académico que emprendí se ubica en relación con mis años de formación como bibliotecóloga, mi praxis como Promotora de lectura y la labor investigativa sobre el tema el que ahora me ponen en escena. Así, la investigación tuvo como propósito comprender las representaciones sociales que mujeres que se reconocen como afrodescendientes poseen respecto a la lectura, la escritura y la oralidad, en el marco de un estudio de caso particular; las prácticas bibliotecarias de educación lectora en la ciudad de Medellín, Colombia.

Para llevar a cabo esta investigación hice uso de un método narrativo, el cual se concreta en historias de vida y escrituras de sí, en las que no sólo aparecen las de las mujeres que hicieron posible la investigación. Sino las mías propias. La elección de la metodología, y además de ello mi postura ética y política como mujer que se reconoce como negra, hacen imperativo que este texto esté escrito en primera persona, una vez la idea de abstraerse y distanciarse de la práctica investigativa radica en una perspectiva positivista de la cual me distancio.

De este modo, en términos metodológicos ha sido todo un reto considerar la manera más apropiada de acercarse al mundo social a partir de sus márgenes, visibilizando una nueva forma de hacer investigación. Esto teniendo presente que la comprensión de la realidad puede tornarse equivalente al abordar la dimensión instituyente de una sociedad (...) no simplemente designando prácticas, sujetos y colectividades, se trata de escuchar, leer, reconocer que en las subjetividades invisibilizadas se tejen representaciones sociales a diversos fenómenos sociales que están en permanente construcción y de-construcción. Así, esta apuesta

investigativa surge como una exploración de borde, como una forma de subvertir un orden que aspira a la masificación de identidades o la universalización del sujeto, de las comunidades afro. Investigar a partir de la reivindicación de representaciones sociales distintas a las hegemónicas, es un compromiso epistemológico, de reconfiguración de saberes y político, de visibilización a comunidades como la afrocolombiana. No se trata simplemente de interrogar, escudriñar y hacer uso del saber del otro, sino de interrogarlo en su relación con la dominación y la exclusión, y por tanto entenderlo con las posibilidades de revertir el poder, lo cual da cuenta de un lenguaje crítico.

Es así como esta experiencia investigativa se enmarca en un discurso político-cultural donde las prácticas bibliotecarias y la educación se conciben como elementos sociales involucrados en los cambios de dinámicas culturales colonizantes. La lectura y la escritura a su vez se conciben desde un lenguaje crítico, pues de este modo la lectura y la escritura se convierten en elementos que permiten a mujeres y hombres re-encontrarse con su ser histórico-social para aprehender su mundo de la vida y participar en la construcción del mundo social (FREIRE, s.f.). En ese orden de ideas el proyecto se enmarca en el discurso socio-cultural (CHUBARIAN, 1976) y político desde el cual se concibe la biblioteca pública como una institución social involucrada en los cambios y dinámicas culturales y no solo como un depósito de libros. Institución que en el desarrollo de sus prácticas bibliotecarias genera espacios educativos a partir de los cuales contribuye al cuestionamiento constante del mundo de la vida de cada ser humano. A la vez que aporta con la interiorización de nuevas visiones de mundo a los universos simbólicos del hombre que le permitan comprender las dinámicas sociales en las que se

encuentra inmerso y construirse a sí mismo. Y es por esto, que parte de la comprensión de la realidad que cada quien dé al mundo social y sus elementos.

Lo expuesto anteriormente conlleva a proponer la investigación de corte cualitativo (SANDOVAL, 2002) y fundada en un paradigma crítico, teniendo presente que la elección metodológica parte de los elementos constitutivos de la misma: las representaciones sociales, la lectura-escritura-oralidad y la comunidad con la que se trabajará representada por mujeres "negras"; lo cual posibilita considerar una metodología feminista. Así pues la tendencia elegida en consonancia con los presupuestos epistemológicos y ontológicos de la investigación de las representaciones sociales se enmarca en la escuela clásica desarrollada por Denise Jodelet, cuyo énfasis está más en el aspecto constituyente que en el aspecto constitutivo de las representaciones sociales. Y en esta escuela se ubica en el enfoque procesual, lo cual implica que para acceder al contenido de una representación social se recurre a la recopilación de material discursivo producido en forma espontánea.

De este modo son cuatro elementos observados de las representaciones sociales, los que Denise Jodelet y Moscovici proponen como aspectos constitutivos. Cada uno de ellos se abordará a través de una pregunta:

- Información. Qué sé;
- Imagen. Qué veo;
- Opiniones. Qué creo;
- Actitudes. Qué siento.

De acuerdo con la posibilidad del material discursivo la elección del método narrativo recurre a las historias de vida, como posibilidad de revelar los vínculos entre el sujeto y el mundo.

Además a partir de ellas se obtiene el material discursivo, no solo asociado a la escritura convencional, sino también a “otros” modos de leer y escribir. Las historias de vida como método permite entonces hablar de dos elementos vitales: las narrativas autobiográficas, donde se incluye tanto la historia de vida de las mujeres, como fragmentos de éstas en diversos soportes y formatos: escritas, orales, icónicas, entre otras. Y el segundo elemento es la escritura, las cuales corresponden a algunas de las historias de vida de las mujeres participantes escritas por ellas mismas y que hacen parte de este texto.

De este modo el método de las historias de vida es consonante con el enfoque procesual de las historias de vida pues se funda en tres presupuestos básicos:

- La posibilidad de las mujeres de construir, re-construir y deconstruir la realidad;
- El lenguaje se focaliza como elemento mediador de la construcción social de las mujeres y de su re-significación;
- La investigación antes que ser una episteme es un posicionamiento político, puesto que nos permite mirarnos, nombrar-nos y resignificar-nos.

Son entonces las historias de vida esa posibilidad metodológica de derribar una empresa cognoscitiva y dar paso a indagar la realidad social, y particularmente las representaciones sociales que mujeres afrocolombianas poseen de la lectura-escritura-oralidad.

Ahora bien, en el lente metodológico en clave del género es importante como lo propone Sandra Harding para reconocer que el trabajo de campo se realizó con mujeres. Así pues la investigación social desde un punto de vista feminista se hace a partir de las experiencias (historias de vida) de las participantes.

El método feminista no está creado de antemano se va creando a medida que se desarrolla el trabajo. Hay tres horizontes de sentido que metodológicamente concuerdan con el enfoque crítico de la apuesta investigativa, y por supuesto con la elección del método de historias de vida y el enfoque procesual de las representaciones sociales, la investigación feminista posibilita:

- Nuevos recursos teóricos y empíricos, se visibiliza y da lugar a las experiencias de las mujeres;
- Nuevos objetos de investigación, ya que permite situar a la investigadora en el mismo plano crítico que el objeto explícito de estudio. Así la investigadora es un sujeto histórico, social, cultural, real y con deseos e intereses particulares y no solo una voz anónima, invisible y cargada de verdad absoluta;
- Nuevos propósitos para las ciencias sociales, ofreciendo posibilidades de resignificarse.

De este modo la metodología se teje a partir del reconocimiento y el saber que descansa en las voces negras. La propuesta investigativa consideró tres momentos metodológicos, los cuales se describen a continuación:

1. **Caracterización de la comunidad.** Tomando como punto de partida la etnografía se hará un primer acercamiento a la comunidad, con el fin de realizar una lectura crítica de las significaciones, símbolos y rituales que hacen el mundo social. A partir de esta observación se tendrá un primer acercamiento a las representaciones sociales de la comunidad lo cual ayudará a implementar un espacio de trabajo comunitario para conocer y comprender algunos elementos de la comunidad en relación con la lectura-escritura-oralidad;

2. **Espacio de Trabajo Comunitario.** Una vez se tiene una visión general del contexto, es posible proponer un espacio de diálogo con las mujeres, donde a partir de sus intereses se gesten talleres quincenales. El propósito de estos es realizar una lectura crítica de las representaciones sociales que tiene la comunidad acerca de la lectura-escritura-oralidad;
3. **Deconstrucción.** Como momento final del proceso investigativo es prudente realizar una deconstrucción de la información, con esto espero derivar comprensiones de las representaciones sociales acerca de lectura-escritura-oralidad de la comunidad. Hecho que permitan visibilizar las representaciones sociales de la comunidad afro al momento de realizar propuestas de prácticas bibliotecarias de educación lectora interculturales, cuyo propósito sea la construcción de una alfabetización crítica que promueva la descolonización de hombres y mujeres afro.

2 JUSTIFICACIÓN

El proyecto investigativo permitió fortalecer cuatro hilos del entramado: científico, socio-cultural, socio-político y personal. El primero, porque la construcción resultante de la investigación fue relevante a dos saberes, el bibliotecológico y el educativo. Además, en el ámbito socio-cultural se escuchó la voz femenina de una comunidad a la que hemos sido sordos; sus representaciones, su herencia histórica, vital para la comprensión de lo que somos.

Desde instituciones socio-culturales como la biblioteca el proyecto fue una apuesta política pues buscó visibilizar elementos representativos de la cultura afrocolombiana, dispuestos a dialogar con la sociedad. Por último, y no menos importante, está mi sentir como mujer, profesional y descendiente de una herencia africana que traspasa un color de piel.

Esta es una oportunidad de escuchar a la comunidad afrocolombiana permitiendo que sea la palabra femenina, de acuerdo con su herencia histórico-social que permita a las instituciones sociales construir presupuestos con-sentido, acordes a las necesidades, deseos y pulsiones de lo afrocolombiano. Así, la biblioteca podrá conocer y comprender un imaginario oculto y por tanto ausente, en sus prácticas de educación lectora.

En este orden de ideas, comprender las representaciones sociales que la comunidad afrocolombiana tiene referente a la lectura-escritura-oralidad podría permitir la reflexión del Plan Nacional de Lectura y Bibliotecas de Colombia –PNLB - en relación con la comunidad afro, ya que éste solo ha considerado el desarrollo de actividades puntuales como la creación de bibliotecas públicas en algunas comunidades.

A estas acciones se suman esfuerzos que desde el Ministerio de Cultura se realizaron para consolidar una bellísima biblioteca de literatura afrocolombiana y algunos talleres de promoción de lectura con los materiales editados. Plantear un proyecto que tenga como cimiento partir de las representaciones sociales de la comunidad afrocolombiana permite darle una configuración con sentido a los planes de lectura municipales. Además, fortalece las dinámicas bibliotecarias al dar prioridad a una población poco incluida y escuchada en procesos lectores. Hoy día es imperante que las bibliotecas promuevan y apoyen la diversidad cultural y

lingüística en ámbitos locales, nacionales e internacionales, y de esta manera trabajen por el diálogo intercultural y una ciudadanía activa (IFLA, 2006). ¿Y qué mejor forma de comenzar con esta tarea que empezando por comprender los imaginarios del otro?

Disponiendo una urdimbre para que el entramado de paso al telar y así al tejido; donde la voz de todos y todas es multicolor. La necesidad de visibilizar las comprensiones del otro van más allá de un simple deseo, es indispensable posibilitar servicios bibliotecarios interculturales que tengan como propósito entre muchos otros:

- Fomentar la toma de conciencia del valor positivo de la diversidad cultural y promover el diálogo;
- Apoyar la preservación de la tradición oral y el patrimonio cultural intangible;
- Apoyar la inclusión y participación de personas y grupos de diversos orígenes culturales.

No obstante, si la biblioteca aún no comprende los imaginarios de la comunidad afrocolombiana en cuanto a la lectura-escritura-oralidad y su propia cultura, ¿cómo promover un diálogo intercultural entre ambos? Tomarse el tiempo de comprender, escuchar y entender la herencia histórico-cultural afrocolombiana es una responsabilidad de toda la sociedad, ya que hechos de este tipo protegen la identidad cultural y derechos de las comunidades afrocolombianas como grupo étnico – Ley 70 de 1993. Diario Oficial No. 41.013, Colombia, 31 de agosto de 1993 – De acuerdo al artículo 34; la educación para las comunidades negras debe tener en cuenta el medio ambiente (...) toda la vida social y cultural de estas comunidades y por tanto sus representaciones sociales. En consecuencia... los programas asegurarán y reflejarán el respeto y el fomento de su patrimonio

económico, natural, cultural y social, sus valores artísticos, sus medios de creación y sus creencias religiosas.

Además de razones sociales, políticas y culturales, hay una de carácter personal-vital. Este proyecto me permite encontrarme con mi herencia africana y ser parte activa de un legado histórico que debe ser reconfigurado y aprehendido por el mundo social, donde los afro descendientes son mucho más que un color de piel.

*Negro soy desde hace muchos siglos
Poeta de mi raza, herede su dolor.
Y la emoción que digo ha de ser pura
En el bronco son del grito
Y en el monorrítmico tambor.
El hondo, estremecido acento
En que trisca la voz de los ancestros es mi voz.
La angustia humana que exalto
No es decorativa joya para turistas
Yo no canto un dolor de exportación
Jorge Artel*

Esta es, sino una, la principal razón que justifica el pensar, reflexionar, aprehender y comprender la propuesta. A ella muchos pueden llamarla trigueña, café con leche, quemada por el sol o como quieran decirle. Pocos le dicen negra, porque ese tinte de fuerza no está impreso en su piel. Pero un día curioseando en su vida se dio cuenta que el negro era su color favorito, andar descalza su pasión, que la percusión y los cantos formaban parte de su vida y ni que decirlo de las historias donde se relata la memoria que da cuenta de lo que es. Esa nombrada, soy yo. Mujer, feminista, madre, compañera, investigadora, profesional, caminante. Un día entre las tantas conversaciones que se tienen

con la abuela descubrí que mi tatarabuela negra vestía delantal y pañoleta blanca en su cabeza en el occidente antioqueño, que mi bisabuelo bailaba contradanza, que mi tío abuelo es ahora una estrella negra en el firmamento. Saber cuál es mi descendencia, mi origen solo puede ser sinónimo de ubicarme en el mundo y a partir de mi hacer y saber contribuir a que otros, además de mí, aprehendan su historia como si se tatuara en la piel para comprender que este momento histórico abre paso a resignificar el habitar de cada quien para que la comunión entre la población sea posible. ¿Por esto, y todo lo dicho anteriormente, qué más justificación que la vida misma para hacer de un proyecto una apuesta de vida, un reconocimiento de sí misma y un entendimiento de lo que se es?

3 LAS MUJERES QUE HICIERON POSIBLE ESTE CAMINAR. CASA ADENTRO: NUBOSOS (VOCES), UN REENCUENTRO CON LAS RAÍCES

MOSI-OA-TUNYA EL HUMO QUE ATRUENA EL RUIDO Y LA LLOVIZNA PRODUCIDA POR LAS CATARATAS VICTORIA EN ÁFRICA CENTRO MERIDIONAL. RÍO ZAMBEZE

Por: Celmy Castro, una hermana

“Marmato es un pedazo de Colombia enclavado en una montaña del occidente de Caldas en límites con el departamento de Antioquia... Las casas dan la impresión de ser un pesebre

sostenido en el espacio...las minas abiertas por debajo de las casas forman una enorme colmena"... Doña Ana de Castro, española codiciosa, de carácter autoritario y quien obtuvo dichos filones por herencia de su padre don Agustín de Castro, fue, además, traficante de esclavos, razón por la cual en Marmato predomina el apellido Castro, aunque también abundan los Ortiz y Moreno, que los negros tomaban de sus amos. ...En Marmato se conserva mucho el ancestro africano, aunque la raza se ha mezclado un tanto, si se tiene en cuenta que a esta población llegaron gentes de todas las latitudes"

La historia de Marmato. Alberto Gallego y Miguel Giraldo Rodas

"La marca era de suma importancia para sus amos, Pues con ella reconocían una remesa que les correspondía y rubricaban con sus iniciales"

La historia de Marmato. Alberto Gallego y Miguel Giraldo Rodas

LA TÍA FELISA. LA DE LA MARCA ANCESTRAL

Aquella tía lejana de mamá, tenía en su muslo la huella de un hierro candente donde estaban forjadas las iniciales del nombre del hombre al que se había unido en matrimonio. Las mismas que aparecían en las grupas de las reses, que eran propiedad de su marido. A mi madre y a sus hermanas les decían, que aquella marca garantizaba no perder todo lo que era de

propiedad de un señor, especialmente en tiempos de guerra. A la tía lejana, le tocó vivir la guerra de los mil días y la de su propia vida: Temor, sometimiento al amo. El recuerdo de sus ancestras les fue esculpiendo en el alma una fuerza matriarcal. La historia de aquella tía, lejana en tiempo, cercana en su ser mujer, llevó a las mujeres de la familia a rebelarse, a no desear dueños para sus vidas. Algunas, subvirtieron el mandato cultural y lograron no tener amos, aun teniendo marido. Otras, quedaron encerradas en socavones de miedo, impotencia, tristezas y eternas soledades, rodeadas de amos reales o imaginarios. Cada una fue hilando su propia resistencia. Hilos de plata y de cristal. Hilos de verdad y fantasía. Hilos de amoroso canto y de palabra febril. Hilos de esperanzas vanas y de soledades abismales. Hiladas de tristezas otoñales y encuentros libertarios.

UNA HISTORIA DE LA CIUDAD

Por: Llorleida Ibarguen Cordoba

De niña crecí en un hogar muy humilde. Mamá trabajaba en casas de familia y papá en la construcción, haciendo “pilas” para hacer edificios u otras cosas. Mi madre y mi padre son del Chocó Primavera y Chocó chiquito San Juan Abayó. A los 14 y 16 años respectivamente se vinieron a la ciudad en busca de mejoras para su vida y la de su familia. Mamá con 16 años de edad quedó embarazada de una niña, que en casa es llamada “tata” y fuera de su familia “Llorleida”, yo.

A mamá le tocó muy duro porque trabajaba de interna mientras estaba embarazada, más aún sola porque el papá de la bebé la abandonó. Pero Dominga, como se llama mi madre no estuvo sola por mucho tiempo, consiguió otro novio el cual hasta ahora la ha acompañado en sus tristezas y alegrías. Y mamá viajó a Medellín buscando mejores oportunidades. Desde nuestros antepasados hemos estado luchando por una dignidad para nuestra raza que ha estado estigmatizada social, cultural, económica y políticamente. Los afrocolombianos hemos estado marcados por solo ser de otro color “negro” Vienen a mí muchos recuerdos de niña cuando los chicos y chicas mestizos(as) se burlaban de los peinados afro, desconociendo que el llevar el cabello de cierto modo para mí y muchos más afrocolombianos es llevar una cultura, unas costumbres, pero lo más importante unas raíces que son imposibles de olvidar.

Sin embargo los mestizos creen feos los peinados de los(as) afro y mucho más que eso. El cabello afro, muestra lo que somos donde cada uno(a) de nosotros(as) decide si llevar un cabello bueno o malo. Usar el cabello afro a lo a natural debería ser algo bueno. Hace unos días escuchando un programa de radio me dio por pensar en mi propia relación con el cabello y el peso que cargaron sobre nosotras, las mujeres negras desde la vanidad y los medios de comunicación. Y no solo el cabello, el mismo hecho del lenguaje está cargado de estereotipos de pesos y subjetividades que no tendríamos por qué cargar.

Por ejemplo la expresión usada por muchos colombianos, “me tienen negreado” se usa desprevenidamente cuando quieren decir que se sienten ignorados. Me negrearon dice alguien cuando en un cóctel se da cuenta que es el único al que no le ofrecieron Whisky. Esa frase expresa en su sentido literal que lo están

tratando como un negro. Puede ser que el constante uso la haya transformado en una oración desprovista de racismo, sin embargo habla muy bien de la marginalidad que siguen sufriendo los afro descendientes. Y no solo desde el habla. Hay en nuestro país un programa radial de Caracol Radio, El alargue, en el cual hacen uso de un muñequito negro de gruesos labios sometido al estiramiento por cadenas, como en la época de las torturas medievales ¿Qué es entonces lo que transmitimos a través de la palabra? ¿Es entonces el lenguaje un elemento renovador o devastador? Esto sin hablar de algunas de las portadas de la Revista SOHO. Hay una donde Faustino Asprilla aparece como Dios lo trajo al mundo, cubriendo únicamente sus partes íntimas con una hoja de parra, y por supuesto invitando a descubrir la dotación monumental de uno de los negros más famosos de Colombia.

Hasta en el tema sexual han surgido estereotipos, a partir del mismo lenguaje que en este caso no proviene de un programa radial pero si de un texto escrito y de una imagen. Y en esta misma revista aparece una portada de mujeres blancas atendidas por mujeres negras ¿Acaso solo somos útiles para esto? ¿Acaso como Dominga es la única opción posible hoy día? ¿Solo servimos para barrer, trapear o para hacer todos aquellos trabajos significativos y forzosos? Y digo servimos, porque yo soy negra. Y esta serie de situaciones solo refuerzan las nociones que estereotipan. O en palabras de Eduardo Restrepo “no podemos confundir la visibilidad de lo negro con los imaginarios racistas y las prácticas discriminantes hacia los negros.

Y es ese mismo lenguaje, el que viene cargado de ideas racistas el que me preocupó desde mi llegada a la ciudad, puesto que para mi leer y escribir eran elementos vitales para no repetir

la historia de mi madre y mi padre. Siempre quise “superarme” nunca entendí porque papá no sabía ni siquiera firmar, tal vez sea por esto 90 que soy la primer profesional de la familia, y por esto mismo no solo doy licencia a ese lenguaje sino que también lo cuestiono.

HISTORIAS DE CABELLOS

Por: Mujer hermana mayor

Yo nací en el Chocó, en Istmina. Allí donde yo vivía las mujeres no éramos dueñas de nuestro cuerpo. Mi historia está asociada al cabello pues aprendí que éste da cuenta de lo libres o esclavas que somos al mundo. De niñas siempre es mamá o abuela quien nos peina, y cada vez que lo hacen es un momento especial pues se aprovecha para contar historias. Yo recuerdo mucho una que me contó la abuela de los peinados y del por qué las mujeres negras peinaban con trenzas a las niñas al momento de enviarlas a las plantaciones donde los hombres trabajaban.

La abuela me contaba de los trocitos de oro y esmeraldas que incrustaban en las trenzas y de los caminos de escape que trazaban a partir del tejido hecho con sus propias manos. Por eso desde que éramos niñas cuidaban tanto nuestro cabello, ese que para algunos es muy malo, y que pocas veces aprendemos a cuidarlo y quererlo como es. A mí me costó mucho entenderlo. Solo hasta que cumplimos quince años nos permiten decidir sobre nuestro cabello y es allí cuando generalmente comenzamos a ser un poco más “libres”.

Apenas cumplí los quince pedí que me hicieran un alice, pero no me quedo como quería todavía se me veía el pelo malo.

Así que ahorre unos meses y compré el mejor de todos que obvio era el más fuerte, y cuando me lo aplique en la cabeza, horror comencé a ver lo que es el infierno. La cabeza me quemaba y yo corría con eso por todas las calles de Istmina gritando despavorida y pidiéndole perdón a Dios por mi vanidad. Una que había heredado de lo que escuchaba de lo que veía en los medios de comunicación. Solo hasta hoy lo entiendo. En ese entonces no entendía nada solo quería dejar atrás el pelo malo. Hoy por ejemplo se de la importancia del cabello y de su historia en las mujeres negras. Además que es el cabello uno de los principales rasgos que se conserva desde lo afro, así que una mujer que tenga su cabello crespo conserva una de las pocas señales de África, una que es imborrable, pues el color de piel va cambiando se va “aclarando”

Además ahora veo cómo las mujeres están sublevadas al mundo comercial de los productos de belleza, son esclavas de un sistema. Por eso digo que el cabello dice que tan libre o esclava eres en tu vida. Hoy por ejemplo sé que el cabello guarda historias, muestra rutas y permitía alcanzar la libertad. El lenguaje esclaviza pero también libera, y las lecturas que se hacen de cada momento de la vida te permiten seguir caminando o detenerte.

BAJALEKERÁ: MI VOZ

En lengua palenquera la bajalekerá es esa mujer vieja que tiene dificultad para volar. He nombrado mi voz de ese modo pues hasta hace poco tiempo no me sabía poseedora de tal achaque, al contrario siempre creí ser resistente. Rebelde, libre, una mujer aventurera que iba y venía, que volaba. Sin embargo esa mujer se hizo adulta y con esto los colores aunque

permanecían se tornaron viejos, grisáceos. Inmersa en el diario vivir, ese agitado momento de vida repleto de ocupaciones olvidé volar. Sin embargo siempre algo en mí resistía al olvido me pedía a gritos darle voz a mi vida, permitirle volar.

Y en esos ires y venires, en mis propias pesquisas me encontré rodeada de la palabra, habitada por el lenguaje y en una búsqueda de mi memoria histórica, esa que a gritos pedía ser visibilizada, nombrada. Esa mujer, esa negra que aguarda en mí. ¿Cómo lo supe? Solo debo decir que en ocasiones escuchamos muy poco el alma, nos ausentamos de las palpitaciones que sin ser científicas dan ruta para continuar e investigar desde “otros” lugares de enunciación, esto solo lo supe tiempo después. Y así emprendí una búsqueda propia, que atañe a mí ser, como mujer negra. A mi saber como ser humano histórico parte de una realidad. A mi hacer como profesional que hace uso continuo de la palabra para resistir y re-existir. Y fue en ese camino que junto a la palabra escrita, hablada y leída, en compañía de una abuela de ochenta y tres años supe el porqué de esta búsqueda.

Encontré en mi historia una tatarabuela esclava, que como Sojourner Truh se valió de la palabra para contagiar a otros de vida, fue esa primera mujer en mi genealogía femenina, esclava quien sirviendo a otras mujeres dio vida a la vida, y se resistió sin siquiera saber leer y escribir a la esclavitud que le había sido impuesta. Mi tatarabuela que hoy quiero llamar Lucero, dio vida a la vida con mi bisabuelo Luis. Un hombre de baja estatura, juguetón, bailarín quien sin saberlo llamó la atención de una mujer blanca, una como esas que fue ama de Lucero, una que lo llevó al altar, una que le dio cinco hijos, una que sin pensarlo y con el odio a ese color que habitaba a mi bisabuelo, lo acompañó hasta su muerte..

Mi abuelo, Luis, vivió libre para tranquilidad y dicha de Lucero, resistió y re-existió pues sus hijos al igual que lo fue él para la tatarabuela se convirtieron en una centena de motivos para que la vida tuviera otro color. Siempre al compás de la contradanza, con sus pies descalzos Luis recordó a quienes llegaron primero que él a estas tierras, rememoró a su madre cada vez que en las noches estrelladas al compás del tambor danzaba sin parar. Mi bisabuela nunca comprendió su elección, tal vez fue fortuito el encuentro con Luis y el deseo de no envejecer sola la llevaron a unirse con él. De esos cinco hijos tres varones guardaron el color de Luis, y las dos mujeres el de su madre, para dicha de ella. Pero los ritos y rituales se desvanecieron con el pasar del tiempo. Mi abuela conserva de Luis su humor, su charlatanería y sobre todo el color que le impregna a la vida.

Fue entonces de su voz que supe de mi herencia, y por supuesto de algunos rasgos que me hacen ser una mujer negra, aunque como lo he dicho antes ese tinte de fuerza no esté impreso en mi piel. Supe entonces el porqué de los rizos de mi hijo, del goce del tambor, y es que cuando lo oigo vibrar siento que mi sangre adquiere otro ritmo. Supe entonces que la palabra es tan mágica que puede cambiar la historia del otro, que puede generar otras comprensiones del mundo. Y que mi tatarabuela lucero no necesito ser alfabeta para enseñarme a resistir, que mi bisabuelo Luis no tuvo que leer historias para narrarle a mi abuela las más maravillosas historias. Que mi abuela no tuvo que ir a la universidad para darme la más grande lección de la vida, y resignificar en mí el valor de palabra. Valor que me ha llevado a reencontrarme con mi ser mujer, mi ser negra, mi ser bibliotecóloga. Esa resignificación es la misma que hoy me permite reconocer la importancia de la palabra y emprender un

camino que pervive a esta apuesta investigativa. Así pues que ahora no estoy sola, me acompañan otras mujeres que como yo han descubierto lo vital del alma cuando puede re-encontrarse.

Una joven negra nacida en esta ciudad para quien la palabra es vital y quien no concibe la vida sin ella y menos aún puede comprender cómo su familia no la tiene. Una mujer madura que entre el trabajo con las comunidades y el teatro se ha redescubierto como una negra, una como las tantas que Amalia Lu Posso Figueroa lleva el ritmo en el alma. Una madre, como yo, que busca la posibilidad de resignificar un color para que su hijo se apropie de él y lo haga parte de su vida pues como dice Fanon “si soy negro, no es como resultado de un maleficio”.

Sino porque, habiendo tensado mi piel, puedo captar todos los efluvios cósmicos. Soy verdaderamente una gota de sol en la tierra”. Y una abuela que con menos años que la mía nos enseña la libertad, y la reivindicación del ser negra en cuerpo y alma. Al inicio en su compañía me sentía intimidada, todas escuchaban atentamente el porqué de nuestra presencia en el espacio. Creo que lo mejor que pude hacer en ese momento fue ser sincera, abrir mi alma a cada una de ellas y posibilitar que el espacio se configurara como debe hacerlo sin prisa. La actriz, ese día llevó un regalo maravilloso que no puedo dejar de citar, un relato, palabras cantadas, ritmos negros... “Mi negrito José asunción hoy amaneció cantando Ya llego diciembre Viene el niño Dios Negros son mis taitas Negro es mi color Y es negrito el niño Que viene donde yo...” Además de palabras cantadas y contadas las nuestras habitaron el espacio, surgieron de cada boca, dando cuerpo y alma a lo que somos. Mujeres cantaoras, escritoras, luchadoras, activistas. Mujeres que atendieron mi voz y me dieron

un lugar, y yo en mis pulsiones permanentes de vida tuve la fortuna de hallarme en ellas.

Y de considerar que dependiendo del lugar donde te construyas las historias existen, por eso la mía sobrevivió porque tuve la fortuna de contar con la voz de mi abuela que me permitió volar, reencontrarme y tejer con “otras” mujeres lugares “otros” para habitar. Representar la lectura-escritura-oralidad de acuerdo al tejido que juntas hemos construido y darme cuenta que cada uno de estos elementos del lenguaje es vital, y que está ligado con esa propia historia de vida, que no solo atañe al hecho de ser mujer, o ser negra además de modificar mis universos simbólicos me ha permitido comprender que hay otros lugares para habitar y que desde mi hacer en la biblioteca pueden existir otros universos posibles.

4 REPRESENTACIONES SOCIALES (RS) DE LA LECTURA-ESCRITURA-ORALIDAD EN MUJERES NEGRAS DE LA CIUDAD DE MEDELLÍN

Las representaciones sociales son

[...] la manera en que nosotros sujetos sociales, aprehendemos los acontecimientos de la vida diaria, las características de nuestro medio ambiente, las informaciones que en él circulan, a las personas de nuestro entorno próximo o lejano. En pocas palabras el conocimiento “espontáneo”, ingenuo [...] que habitualmente se denomina conocimiento de sentido común o bien pensamiento natural por oposición al pensamiento científico. Este conocimiento se

constituye a partir de nuestras experiencias, pero también de las informaciones, conocimientos y modelos de pensamiento que recibimos y transmitimos a través de la tradición, la educación y la comunicación social. De este modo, ese conocimiento es en muchos aspectos un conocimiento socialmente elaborado y compartido. (JODELET, 1984, p. 473).

Las RS que aquí aparecen son el resultado de un trabajo realizado mediante reuniones quincenales durante un tiempo de seis meses. De encuentros virtuales y presenciales con algunas mujeres afro descendientes, las mismas que realizaron las escrituras de sí propuestas en el apartado anterior. Los encuentros que se basaron en un método configurado en el encuentro con la vida, con las mujeres que buscan reencontrarse. También estuvieron presentes las entrevistas a profundidad y la lectura del mundo, la observación. Son cinco momentos los que conforman este apartado, en relación con las representaciones; las imágenes, la información, las creencias, las actitudes y por supuesto las escrituras de sí y narrativas autobiográficas de las mujeres participantes, parte de esos encuentros fortuitos y de una historia de vida que marca la diferencia respecto a las consideraciones que otras pueden tener.

5 IMÁGENES

La imagen es una reproducción pasiva de un exterior en un interior. Esto equivale a decir que la imagen se construye esencialmente como reproducción mental de un objeto exterior y

se relaciona básicamente con los mecanismos perceptivos. La RS, lejos de constituir una reproducción especular de cierto objeto exterior, consiste en un proceso de construcción mental de un objeto cuya existencia depende en parte del propio proceso de representación. Es decir, aunque la representación alude a imágenes y figuras, la representación es algo más que un puro reflejo del mundo exterior por el marcaje social que contiene y por la función que cumple en la interacción social (ARAYA, 2002).

En el trabajo con las mujeres a partir de nuestras conversaciones, historias de vida y actividades asociadas con la promoción y animación a la lectura hay una imagen que compartimos. La lectura y escritura relacionadas a lo impreso, libros en su generalidad. La palabra hablada asociado con ritos y rituales de las comunidades originarias, generalmente con personas mayores que poseen saberes, historias, sabiduría. Información Concierne a la organización de los conocimientos que tiene una persona o grupo sobre un objeto o situación social determinada.

Se puede distinguir la cantidad de información que se posee y su calidad, en especial, su carácter más o menos estereotipado o prejuiciado, el cual revela la presencia de la actitud en la información.

Esta dimensión conduce, necesariamente, a la riqueza de datos o explicaciones que sobre la realidad se forman las personas en sus relaciones cotidianas. Sin embargo, hay que considerar que las pertenencias grupales y las ubicaciones sociales mediatizan la cantidad y la precisión de la información disponible (ARAYA, 2002).

En cuanto a la información hay diversidad de datos para estos elementos del lenguaje, cada uno asociado con la propia historia de vida, algunos de ellos se enuncian a continuación:

- La lectura y la escritura son prácticas asociadas al progreso económico;
- La lectura y la escritura posibilitan un posicionamiento político en la sociedad;
- Leer permite conocer y comprender el mundo;
- Escribir es una posibilidad para narrar las historias, además permite que “otros” puedan acercarse a la memoria histórica de cada quien;
- La palabra hablada es un medio para conservar la memoria, tradiciones y cultura de una generación a otra;
- El lenguaje en todos sus elementos constitutivos lectura-escritura-oralidad instaure estereotipos en cuanto a las diferencias existentes en la sociedad por ejemplo la gente negra;
- La lectura y la escritura pueden convertirse en elementos liberadores que posibilitan otros lugares de comprensión para la realidad;
- La lectura-escritura-oralidad son elementos con doble filo que pueden usarse para emancipar o colonizar.

6 CREENCIAS

Según Rokeach (cfr. GALLEGO, 1991, p. 297) las creencias son proposiciones simples, conscientes o inconscientes, inferidas de lo que las personas dicen o hacen, capaces de ser precedidas por la frase: “Yo creo que...”

El contenido de una creencia puede: a) describir el objeto de la creencia como verdadero o falso, correcto o incorrecto; b) evaluarlo como bueno o malo o, c) propugnar un cierto curso de acción o un cierto estado de existencia como indeseable. Entre creencia y actuación existe una relación, pero no como causa-efecto, sino como tendencia, predisposición o prescripción, en el sentido de orientación o norma para la acción.

En cuanto a las creencias puestas en común en nuestro trabajo encontramos que hay diversas:

- Hay quienes creen que la lectura y la escritura son imposiciones para la gente de color pues históricamente fueron elementos colonizadores, que ocultaron su herencia histórica y social a las nuevas generaciones;
- Sin embargo, también creemos que la lectura y la escritura han sido prácticas negadas a la gente de color a lo largo de la historia, y que el practicarlas posibilita el pensamiento de un desarrollo crítico;
- Además pensar en la oralidad, es equivalente a enunciar un hermano menor, pues no es validado científicamente y por tanto no poseen el peso que contiene leer y escribir funcionalmente.

Sin embargo, para nosotras, como herederas de una herencia africana creemos que la oralidad es un elemento vital para conservar la memoria, para pervivir como descendientes de una herencia africana.

7 ACTITUDES

La actitud expresa el aspecto más afectivo de la representación, por ser la reacción emocional acerca del objeto o

del hecho. Es el elemento más primitivo y resistente de las representaciones y se halla siempre presente aunque los otros elementos no estén. Es decir, una persona o un grupo puede tener una reacción emocional sin necesidad de tener mayor información sobre un hecho en particular (ARAYA, 2002).

Las actitudes que se comparten respecto a la lectura-escritura-oralidad en el grupo de mujeres no son unidireccionales. Pues la misma persona responde y reacciona tanto de modo positivo como negativo en relación con la lectura, la escritura y la oralidad - En cuanto a las actitudes positivas. Hay quienes muestran su beneplácito al considerar estos elementos del lenguaje como elementos indispensables en la formación de cualquier ser humano. Se reconoce la importancia y valor de este tipo de prácticas - En cuanto a las actitudes negativas respecto a la lectura-escritura-oralidad surgen al momento de considerarse estos elementos como prácticas manipuladas por un poder particular para invisibilizar y homogeneizar la sociedad.

8 NARRACIONES

Para la mujer joven que creció en la ciudad leer y escribir, la lectura y la escritura, son elementos vitales pues son prácticas que marcan la diferencia a nivel educativo. Dan cierto status. Al ser parte de una familia analfabeta ella no quería replicar una historia de la que no quería ser parte. Crecer en la ciudad le dio ese tinte de fuerza a ese tipo de prácticas. No comprende por ejemplo como su papá es carente hasta de una firma. Para ella estos elementos cualifican su vida. Así la lectura y la escritura se convirtieron en detonantes de-colonizadores de un yugo de pobreza y de sumisión generando otras posibilidades negadas a la gente negra.

Lo oral en consonancia con el proceso de ciudad se va evaporando pues las prácticas se modifican y la familia que es el lugar donde se guardan estos elementos se habitúa al nuevo contexto. No obstante son las historias contadas en sus palabras “el lugar donde expresamos sentimientos que transmite y cuentan unos relatos de vida social. A través de cuentos, leyendas y mitos. De manera cantada a través de arrullos, alabados que hacen que corra la sangre por nuestras vendas. Esa es mi memoria, mi historia en ésta la oralidad expresa el sentimiento de mi identidad étnica y cultural para que no sea olvidada.

Para la mujer adulta, actriz que trabaja con las comunidades. La lectura y la escritura han sido elementos liberadores que le han permitido conocer su propia historia. Saberse una mujer negra. Sin embargo hubo un momento en que desconocía completamente la existencia de literatura, historia y escritos provenientes de personas afro, hoy encuentra en la lectura y la escritura la posibilidad de comprender su historia su pasado. Sin embargo también en cierto momento la lectura y la escritura fueron elementos dados para negar la existencia de ciertos presupuestos, pues se envuelven en un canon donde lo negro está invisibilizado. Son estos cinco elementos constitutivos de las representaciones sociales los que han permitido ampliar el panorama de visión referente al modo en que se conciben la lectura-escritura-oralidad para la comunidad afro, y a su vez la posibilidad de plantear propuestas con la comunidad y no solo para ella, como acostumbramos hacer generalmente. Por esto como producto derivado de la investigación se propone un Programa de Educación Lectora Intercultural que es resultado del diálogo y la construcción constante entre voces femeninas que se

han reconfigurado y resignificado a partir de la palabra escrita y hablada, a partir de las historias de vida.

9 BITÁCORA (A MODO DE CONCLUSIONES)

Este viaje de exploración constante, en consonancia con el propósito planteado al inicio de este texto me permitió comprender representaciones “otras” de prácticas tan cotidianas como la lectura y la escritura, además de articularlas con la palabra hablada de la que han estado alejadas de modo permanente. Es indispensable y vital manifestar que la escucha del otro(a) es un elemento crucial para la comprensión y por tanto para la creación de espacios en consonancia con la realidad.

Estamos hechos de palabras, tejido de sentido e interpretación. Somos seres simbólicos llenos de significados, entonaciones, colores y asociaciones. Cada lector y lectora a partir de su propia urdimbre va realizando el tejido, uno sin igual, particularmente diverso entre todos los que nos rodean. Y son esas palabras las que pueden prestarnos su intención, su sentido, su alma para generar posibilidades “otras” de tejer modos “otros” de leer, esos que espero que cada uno y una de ustedes posibilite a diario.

REFERENCIAS

ALAIX DE VALENCIA, H. **La palabra poética del afrocolombiano**.

Popayán: Editado por la autora, 2001.

ALAIX DE VALENCIA, H. Prácticas ancestrales en la narrativa

colombiana. En: ROJAS MANTÍNEZ, A. A. (Ed.). **Estudios**

afrocolombianos: Aportes para un estado del arte. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2004. p. 303-316.

ÁLVAREZ ZAPATA, D. **Una mirada a los estudios de**

comportamiento lector en las bibliotecas públicas en América Latina.

México: CONACULTA, 2005. 56 p.

ÁLVAREZ ZAPATA, D.; NARANJO, E. **La animación a la lectura:**

manual de acción y reflexión. Medellín: Universidad de Antioquia,

Escuela Interamericana de Bibliotecología, 2003.

ÁLVAREZ ZAPATA, D. **De leer, un viaje por la promoción de la**

lectura: guía metodológica. Medellín: Escuela Interamericana de

Bibliotecología, 2008.

ÁLVAREZ ZAPATA, D. **Exploración de las relaciones entre lectura,**

formación ciudadana y cultura política. Una aplicación a las

propuestas de formación ciudadana de la escuela de animación juvenil. [Medellín], 2003.

ARANGO, G. J. **Valor y función cultural de la información**. Medellín:

Comfenalco Antioquia, 2005.

ARAYA, S. **Las representaciones sociales: ejes teóricos para su**

discusión. Costa Rica: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales

FLACSO, 2002. [Versión Electrónica]. Disponible em:

<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/ICAP/UNPA_N027076.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BARTA, E. **Debates en torno a una metodología feminista.**

Universidad Autónoma Metropolitana, 2002. [Versión Electrónica].

Disponível em: <http://bidi.xoc.uam.mx/tabla_contenido_libro.php?id_libro=81>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BAWDEN, D. Revisión de los conceptos de alfabetización

informativa y alfabetización digital. **Anales de documentación**, v. 5, p. 361-408, 2002.

CÁCERES AGUILAR, D. Changó, el gran putas: reconfiguración de la historia. Reinventando caminos para no olvidar. **Polígamas**, n. 28, Diciembre 2007.

CAMPOS ROSELLÓ, F. **Tres concepciones de la filosofía de la ciencia.**

En: XVI Congrés Valencià de filosofia. Valencia: Societat de filosofia del país Valencià, 2006. [Versión electrónica]. Disponível em:

<http://books.google.es/books?id=gbPOSgvZj_cC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 21 abr. 2011.

CARDONA, G. **Antropología de la escritura.** España: Gedisa, 1981.

CASADO QUINTANILLA, B. Poder y escritura en la Edad Media.

Espacio, tiempo y forma, v. 3, n. 8, p. 143-168, 1995.

COLEGIO PAULO FREIRE DE ELQUÍ. **Educación para la**

emancipación, 2008. [Versión Electrónica]. Disponível em:

<<http://colegiopaulofreiredelelqui.blogspot.com/2008/01/educacin-para-laemancipacin.html>>. Acesso em: 5 mayo 2011.

ESCOLAR SOBRINO, H. **Libros y bibliotecas en la baja Edad Media**,

1999. [Versión Electrónica]. Disponível em:

<<http://www.vallenajerilla.com/berceo/florilegio/escolarsobrinolibrosybibliotecas.htm>>._Acesso em: 5 mayo 2011.

FERREIRO, E. Nuevas tecnologías y escritura. **Revista Docencia del**

Colegio de Profesores de Chile, v. 11, n. 30, 46-53, 2007.

FERRÉS, J. **Educar en una cultura del espectáculo**. Barcelona: Paidós, 2000.

FREIRE, P.; MACEDO, D. **Alfabetización**: lectura de la palabra y lectura de la realidad. Barcelona: Paidós, 1987.

FUNDACIÓN ARTE Y CIENCIA. **Investigación de la tradición oral afrocolombiana**. Medellín: Comfama, 2006.

GIMENO PIRELLÓ, J. El usuario de las bibliotecas ante los nuevos soportes y los nuevos servicios: el usuario electrónico. **Revista General de Información y Documentación**, v. 15, n. 2, p. 39-50, 2005.

GRUPO DE INVESTIGACIÓN DIVERSER. **Sujeto, comunicación y diversidad cultural**, s.l., 2011. Disponible em:
<<http://ayura.udea.edu.co/diverser/#taglineas>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

GUERRERO TAPIA, A. La práctica de la lectura: comprensión desde la teoría de las representaciones sociales. En: **Las prácticas sociales de la lectura**. México: CUIB, UNAM, 2006.

HENAO, O.; RAMÍREZ, D. **Como orientar la escritura en la escuela**. Medellín: Alcaldía de Medellín. Secretaria de Cultura Ciudadana, 2010.

JABARDO, M. **Feminismos negros**: una antología. España: Traficantes de sueños, 2012.

JARAMILLO, O., MONTOYA, M., GÓMEZ, L. [et. al]. **Historia y desarrollo de la biblioteca pública en Medellín durante el siglo XX**. Medellín: Universidad de Antioquia. Escuela Interamericana de Bibliotecología, 2004.

JARAMILLO, O., MONTOYA, M., Y ÁLVAREZ, D. **Biblioteca pública y lectura pública**. Medellín: Universidad de Antioquia. Escuela Interamericana de Bibliotecología, 2005.

JODELET, D. *Réprésentation sociale: phénomènes, concept et théorie*. En: MOSCOVICI, S. (Org.). **Psychologie Sociale**. Paris: Presses Universitaires de France, 1984.

KALMAN, J. Discusiones conceptuales en el campo de la cultura escrita. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 46, p. 107-134, 2008.

MARTÍ, J. **Maestros ambulantes**. S.l., 2001. [Versión electrónica]. Consultado el 11 de abril de 2011. Disponible em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/marti/Vol08.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MCCAUSLAND, E. Lectura hipertextual, pensamiento en Red. [Versión electrónica]. **Revista Nuevas Tecnologías**, 2008.

MORALES CAMPOS, E. (Coord.). **Rescate y difusión de la diversidad cultural en el mundo global**. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2010. xi, 187 p. (Cuadernos de investigación; 13.)

OBREGÓN VALVERDE, E. **ABC de la Socialdemocracia**: pensamiento mínimo dosificado. San José de Costa Rica: EUNED, 2005.

OSPINA PINEDA, D. **En-torno a la escritura hipertextual**. (s.d.). [Versión Electrónica]. Disponible em: <http://aprendeenlinea.udea.edu.co/banco/html/ambiente_virtual_de_aprendizaje/hipertexto.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2011.

PETIT, M. *Lecturas: del espacio íntimo al espacio público*. México: Fondo de Cultura Económica 127, 2001.

RAMÍREZ LEYVA, E. M. La representación y las prácticas de lectura. En: **Las prácticas sociales de lectura**: Seminario de Lectura: pasado, presente y futuro. México, 2005. p. 31-43.

SANTOS GÓMEZ, M. **Educación y Filosofía**: qué es concientización. S.l., 2007. [Versión Electrónica]. Disponible em:

<<http://educayfilosofa.blogspot.com/2007/08/qu-es-concientizacin.html>>. Acesso em: 5 mayo 2011.

UNESCO. **Directrices IFLA/UNESCO para el desarrollo del servicio de bibliotecas públicas.** S.l., 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001246/124654s.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

UNIVERSIDAD DE ANTIOQUIA. Escuela Interamericana de Bibliotecología. **La biblioteca pública una mirada: desde su génesis y desarrollo:** historia y desarrollo de la biblioteca pública en Medellín durante el siglo XX. Medellín: Universidad de Antioquia, 2005. Disponível em: <http://www.portalplaneta.sedna.com.ar/la_escritura.htm>. Acesso em: 10 jun. 2019.

VICH, V.; ZAVALA, V. **Oralidad y poder.** Bogotá: Norma, 2004.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, Sociedad:** luchas (de)coloniales de nuestra época. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2009.

DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL À REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO: PERSPECTIVAS TEÓRICAS DAS MULHERES NEGRAS NA CIÊNCIA⁵⁷

Vanessa Jamile Santana dos Reis

José Carlos Sales dos Santos

1 INTRODUÇÃO

A correlação do processo representativo social de um sujeito envolve sua percepção coletiva e individual proveniente da formação histórica e social. Esse conceito nasce da sociologia, com Émile Durkheim. As representações sociais coletivas assumem *status* de responsabilidade duradoura, formadas por aspectos culturais, repassadas por gerações passíveis de influências e mudanças sociais de comportamento.

A delimitação do termo “representação social” assume a prerrogativa de caracterização, estudo descritivo do imaginário estruturado coletivamente de grupos com o intuito de compartilharem e demarcarem estruturas simbólicas da comunidade ou sociedade. Embora existam divergências estabelecidas no campo de definição, a representação, de acordo com Wagner (2000, p. 3), indica que,

⁵⁷ O presente capítulo é parte da composição dissertativa do resultado de pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA) defendido em junho de 2019.

[...] por um lado, representação social é concebida como um processo social de comunicação e discurso. Por outro, representações sociais são vistas como atributos individuais, como estruturas de conhecimento individualmente acessíveis, embora compartilhadas.

A versatilidade de compreensão do conceito estabelece abertura para práticas e interpretações diversas dentro do contexto da psicologia social, por exemplo, permitindo a discussão em âmbitos interdisciplinares de estudo.

A demanda no tratamento e estudos dos fenômenos informacionais apresentados à Ciência da Informação (CI) coloca em pauta a necessidade de abordar e atentar-se para as temáticas emergentes dos discursos sociais. Questionamentos em torno das atuais formas de reportar e exprimir as especificidades de algumas áreas do conhecimento retratam representações duvidosas e inapropriadas a uma conjuntura que expressa e assume identidades diversas e contraditórias. Nesse sentido é que a representação assume o sentido do papel de:

São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo”. (MOSCOVICI, 2007, p. 49).

No entanto, a representação social assume, de acordo com Wagner (2000), o ideal de uma estrutura simbólica que delimita as interpretações e formações cognitivas, avaliativas e afetivas dos sujeitos diante de um fenômeno social que é socialmente construído e compartilhado ao longo da história, responsável pela imagem e caracterização de um grupo social. Os critérios de formação das representações sociais são compostos de atributos funcionais e estruturais de caracterização, estabelecidos por proposições teóricas e hierárquicas de composição do núcleo central e elementos periféricos; estrutura metafórica e a objetificação, a fim de serem compartilhadas coletivamente.

Nas representações sociais estabelecidas na cultura da escrita, é possível observar que somos constantemente levados à aceitação do que se convencionou a ser estabelecido como comportamento, entendimento de uma sociedade tida como “normal”. Moscovici (2007) compreende que a invisibilidade não é um fator proveniente da falta de informação do sujeito, mas é circunstância de uma realidade fragmentada que classifica as pessoas e as coisas, possibilitando condições de visibilidade e invisibilidade.

Nesse sentido, nota-se que as representações são responsáveis diretas no modo de interferência da atividade cognitiva, determinando percepções que algumas vezes permanecem estáticas e dificultando a capacidade de reapresentação dos conceitos e representações sociais. Moscovici (2007, p. 35) afirma que “Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura”.

As funções da representação social, de acordo com Abric (2000), cumprem o objetivo de fornecer identidade, orientação e

referenciais com intuito de estabelecer o controle social. A representação é uma visão funcional do mundo, permitindo ao indivíduo compreender e explicar a realidade através do próprio sistema de referências. O controle social e ideológico delimita o lugar do indivíduo na organização social, a história do sujeito e do grupo, cumprindo a função de orientação, guiando comportamentos e práticas sociais.

Nessa perspectiva, o ideal de representação é naturalizar o lugar do sujeito negro, haja vista o anseio em manter e reforçar as estruturas da posição social do branco, enquanto detentores e produtores de um conhecimento válido. A abordagem estrutural da teoria do núcleo central de Abric (2000) explica como está se constitui como elemento delimitador na formação de crenças e opiniões, constituindo a formação do sistema sociocognitivo.

2 METODOLOGIA

A pesquisa de natureza básica, de abordagem qualitativa, explicativa aborda um recorte bibliográfico, teórico e discursivo acerca da temática de representação social das mulheres negra relacionado as demandas de representação da informação e do conhecimento. O objetivo consistiu num levantamento sobre a produção intelectual das mulheres negras na ciência, suas abordagens teóricas e conceituais, a preocupação com a expressividade da produção intelectual de mulheres na ciência.

Para tal, é estabelecido o levantamento investigativo em livros, artigos, eventos científicos entre outros materiais voltados para o entendimento dos conceitos de representação social, a perspectiva de marcadores sociais, o enfrentamento das mulheres negras em movimentos e a representação do conhecimento e da

informação como estruturas de delimitação e estratificação da modelagem conceitual em âmbito da organização do conhecimento.

3 A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL DO SÉCULO XIX AO SÉCULO XXI

A representação social das mulheres negras foi marcada pela percepção de um coletivo branco que condicionou o marcador social de exclusão de direitos e marginalidade social que configurou a representatividade destas à estrutura de um “não lugar”. Essa estrutura aborda consequências históricas e sociais de exclusão coletiva de grupos subalternizados no processo de construção histórica do Brasil.

O legado de representação das mulheres negras no Brasil foi marcado pela exclusão marginalizada, resquício da abolição da escravatura, invisibilizadas na formação do Brasil, ocultadas no processo histórico, anônimas e negadas à contribuição historiográfica e econômica da dimensão social. Invariavelmente, as mulheres negras buscaram estratégias de resistência e formas de estabelecer uma vivência que reproduzissem o legado de coexistência após o período colonial, embora o desconhecimento acerca da história do Brasil acabe por reforçar o estereótipo do negro como aquele que é desprovido de uma ascensão social e econômica.

“Mulheres de cor” libertas governaram escravos e administraram negócios, como é possível verificar em relatos de Adriana Reis (2012), em sua narrativa sobre mulheres afrodescendentes na Bahia nos anos de 1780 a 1830. A herança de homens brancos acabou por legitimar mulheres escravas libertas

a um legado de crioulas, pardas e negras que eram detentoras de terras, por decorrência da paternidade ou relações concebidas de forma legítima e ilegítima. Outras estratégias de acolhimento e afetividade também passaram a ser demonstradas no número expressivo de mulheres negras libertas que se beneficiaram e sociabilizaram com outras mulheres a fim de estabelecer uma ascendência social entre os seus.

A participação das mulheres negras estabeleceu-se de forma expressiva desde os relatos de donativos para a construção de irmandades do Rosário dos Pretos de Salvador, com doações de ouro por muitas “rainhas”⁵⁸ em várias localidades do país. No entanto, essa participação expressiva das “mulheres de cor” não foi suficiente para garantir um *status* social. As mulheres negras eram sempre convidadas ao lugar de origem, relacionados aos estereótipos sexuais e de vivacidade dada a caracterização da malandragem da raça atribuída. As relações de gênero no cotidiano das mulheres negras do século XIX escondiam anseios e esperanças, embora as estratégias de sobrevivência relutassem por uma libertação que correspondesse ao afastamento do que o sistema escravista os imputava com retratos de violência e opressão masculina.

Algumas ressignificações são apresentadas na literatura brasileira do século XIX, oportunizando ressaltar a mulher negra escravizada com representações relacionadas à questão da cor, a exemplo de Gregório de Matos e Castro Alves e, sobretudo, ao estereótipo de que Gilberto Freyre ficou famoso e conhecido, com a reflexão da “Branca para casar, mulata para f... e negra para

⁵⁸ Trata-se de mulheres negras que alcançaram ascensão social e que a partir dessa condição passaram a participar da vida social e religiosa, inclusive contribuindo para o desenvolvimento de instituições locais.

trabalhar”, em seu livro *Casa grande e senzala*, além da música, com composição de Bororó, como “da cor do pecado”, exaltando a cor morena e sua relação com o pecado. Contudo, é possível também demarcar representações que atravessaram o tempo e delimitaram inquietações entre brancos e senhoras da alta sociedade, como a representação literária da escrava Isaura que desafiava os tempos colocando-se em uma perspectiva do que era considerado fora de lugar, com a representação da mulher virtuosa e de pele clara, bela, nobre, e a representação da mistura da raça, que fortalecerá o estereótipo de embranquecimento da raça agregado ao toque de sexualização do corpo estereótipos que suscitam a caracterização dos marcadores sociais da mulher negra como delimita Lélia Gonzalez (1983) como a expressividade dos três marcadores sociais *Mulata*, *a Mãe preta* e *a Doméstica*.

O perfil de posses materiais foi oportunizando a representação de mulheres negras de *status* social com trajetórias diversas, recuperando experiências e vivências que condicionaram sua participação, ainda que sob olhares vigilantes e inconformados a espaços de disputa e de atuação no campo de defesa da cidadania, luta contra as desigualdades e pelos direitos, embora ainda de forma limitada, fomentando uma rede de irmandade e solidariedade entre os seus, a fim de desafiar uma autonomia ao patriarcado branco.

As primeiras mobilizações datam de aproximadamente 1938, com os primeiros grupos ideológicos que repercutiram na formação de entidades e grupos de movimento negro no Brasil, com a finalidade de afirmar a existência do negro na sociedade, especialmente em âmbito legislativo, dada a sua negação. A proposta de composição de grupos que enaltecessem a cultura e o legado negro acabou por despertar os olhares repressivos das

autoridades governamentais, transformando em perseguição toda e qualquer atividade destinada à manutenção da raça negra.

Grupos ideológicos como a Frente Negra Brasileira (FNB) permaneceram como um movimento de resistência e luta por novas formas de representações e disputa por uma identidade que valorizassem a pauta dos negros no Brasil. De acordo com Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982, p. 24), “O período que se estendeu de 1945 a 1948 caracterizou-se, portanto, pela intensificação das agitações intelectuais e políticas dessas entidades que agora, tratavam da redefinição e implantação definitiva das reivindicações da comunidade negra.”

O movimento negro no Brasil enfrentou altos e baixos, atravessando períodos de turbulência e desarticulações, como registram Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982), com abordagens da queda da elite intelectual negra no golpe de 1964. Contudo, o auge de demarcação da inclusão das mulheres negras no movimento negro no Brasil data de 1975, quando, à época da participação no Congresso de Mulheres Brasileiras, foi apresentado o “Manifesto de Mulheres Negras”, reunindo a pauta de vivências e experiências das mulheres negras, denunciando a exploração sexual, a perspectiva das identidades sociais, a dimensão racial como marcador de uma dominação masculina e os aspectos de gênero sob a raça.

A pauta das mulheres negras brasileiras com o movimento feminista, de acordo com Núbia Moreira (2006), também apresenta um marco em 1985, com o surgimento dos primeiros coletivos de mulheres negras, época marcada por encontros nacionais e estaduais dessas mulheres. Esse é um marcador histórico que configura a formação de um movimento que surge nas ruas, mas que adentra o âmbito da discussão para a academia,

permitindo a discussão e a troca de experiências e saberes. Contudo, o movimento feminista de mulheres negras foi marcado pelo enfrentamento destas dentro do próprio movimento, dadas as tentativas de desarticulação de pautas raciais e a demarcação do lugar das mulheres negras dentro do movimento feminista, como aponta Núbia Moreira (2011).

As contribuições de Núbia Moreira (2011) nos ajudam a refletir e compreender a organização das mulheres negras na disputa do processo de construção de um movimento de representação, organizando o eixo na base da tríade representação-identidade-diferença para articular as discussões. A autora revela a condição indeterminada de representação da identidade como única, em detrimento da variação social e histórica em multidimensionalidades, e sugere a necessidade de considerar as especificidades de identificação das mulheres negras sem tratá-las de forma isolada.

O retrato de vida e ascensão dessas mulheres no Brasil do século XXI se deu em razão da constante luta por melhorias da qualidade de vida, educação e acesso ao mercado de trabalho. Esse feito decorre do embate e da construção de espaços de acesso às políticas públicas de promoção e acesso às universidades, planos de erradicação da pobreza no Brasil e dimensões da igualdade de gênero e promoção sociais, a abertura para a construção desse espaço de saberes propiciou o debate para tratar de práticas que valorizem as experiências de mulheres no feminismo negro, embora seja evidente a discrepância e as limitações das mulheres negras no cenário diverso e preconceituoso em âmbito político, econômico e social.

A mudança de perfil das mulheres negras está a permitir a construção de uma elite intelectual feminina negra que disputa

uma visibilidade representativa, em vista de tradução por uma representação aproximada da condição de racialidade dos sujeitos protagonistas, bem como direcionam a condição legítima de representar sujeitos que emanam do texto em lugar de fala. É o retrato do que Núbia Moreira (2011, p. 23) nos chama atenção quanto à representação da mulher negra:

[...] nosso intuito é explicar as redes sociais configurativas, nas quais esse segmento está imerso, assim como refletir sobre a realidade processual da sociedade brasileira, apontando as continuidades, as transformações e os rearranjos que interferirão na análise interpretativa de percepção do lugar e da imagem da mulher negra nesta sociedade.

A emergencial demanda de representação das mulheres negras ainda é uma pauta tão atual quanto foram as evidências do movimento de mulheres negras do Brasil dos séculos XIX e XX. Diante do anseio é que se faz oportuno retratar a representação da informação e do conhecimento como alicerce de representação social para fins de oportunizar visibilidade e mudança de paradigma para o cenário do feminismo negro, atendendo aos aspectos de subjetividade e alteridade à ciência.

4 A REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO EM INSTRUMENTOS DE REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOB O VIÉS DA ALTERIDADE

A representação da informação é uma parcela de estudo do campo da CI que está relacionada com as demandas de organização, disseminação e acesso a conteúdos para fins de recuperação da informação. É um segmento de estudo preocupado em facilitar a busca dos indivíduos aos conteúdos informacionais que deles fazem uso. Representar assume o significado de um processo responsável pela análise conceitual, tradução do documento por meio de um instrumento de linguagem documentária para a recuperação da informação.

O processamento da informação assume o compromisso de estabelecer visibilidade a um domínio de conhecimento e é uma atribuição simbólica, dinâmica e que está configurada em representações condensadas. No entanto, essa gama informacional enfrenta desafios e fragilidades no domínio de conhecimento, oportunizando o surgimento de reflexões em torno da temática como, por exemplo, as condições funcionalidade, os riscos da tradução, a evolução e atualização das linguagens, que são as principais preocupações dos pesquisadores e profissionais da informação.

De acordo com Maria Aparecida Moura, os problemas relacionados à representação da informação em contextos de tradução aproximação poderão ser resolvidos:

[...] somente a partir da integração da experiência pessoal do leitor mediador e do desenvolvimento de novas estratégias de

abordagem da informação, será possível consolidar a parceria autor/mediador/leitor, tão necessária às práticas cotidianas de leitura e de representação informacional. (MOURA, 2006, p. 34).

Outros pesquisadores têm demonstrado preocupações com as temáticas étnico-racial, as limitações e desafios na representação da informação, haja vista as demandas informacionais e carências terminológicas que representam. Eliane Paiva (2013), voltada para os estudos da representação indígena, relata os percalços que envolvem questões éticas, políticas e operacionais, a dificuldade com as terminologias indígenas, a barreira linguística e a ausência de instrumentos de controle voltado para essa população.

O ato de descrever e suscitar a representação terminológica de um assunto corresponde ao processo que denominamos “representação temática” na área de CI. No entanto, muitos fatores e processos compõem a assertiva.

A representação adota o uso de linguagens específicas, considerada como princípio de organização do conhecimento. Esse mecanismo de comunicação está inserido desde o advento da explosão informacional, prerrogativa que desperta a necessidade de controle da produção intelectual e informacional. Desde então, é utilizado de variadas formas e maneiras, tendo em vista atender aos mecanismos de tratamento e controle do fluxo informacional. Nesse sentido, a representação temática da informação assume uma linguagem controlada universalmente, estabelecida ajuizando precisão e revocação no processo de busca da informação.

No entanto, a compreensão dessa linguagem documentária está inserida no que consiste, segundo Cintra et al. (2002, p. 34), um “Sistema simbólico instituído por uma comunidade que visa traduzir os conteúdos dos documentos, mas diferente da linguagem natural está restrita aos contextos documentários”.

Tálamo (1997, p. 10) complementa com a seguinte proposição: “Linguagem documentária como uma linguagem construída, oposta à natural, portanto, tem como objetivo específico tratar a informação para fins de recuperação.”

A tradução da linguagem natural para linguagem documentária também assume acepção no processo denominado de “análise documentária”. Lara (1993) compreende como um processo reducionista e esclarece sua definição como:

[...] do texto para o resumo, do resumo para o enunciado, do enunciado para a unidade de tradução via código documentário. A atividade de Análise Documentária caracteriza-se, portanto, como uma sucessão de processos de transformação do texto original, observando-se, a cada etapa, graus crescentes de generalização. Nesse sentido, alguns procedimentos documentários podem ser considerados como uma modalidade específica de tradução. (LARA, 1993, p. 41).

Lara (2011) defende as condições de visibilidade da ciência relacionadas à escolha dos mecanismos terminológicos de vocabulário que possivelmente estabelecem condições de notoriedade a um campo ou outro de conhecimento, com o objetivo de influenciar um público a uma dada temática. Rosana

Trivelato e Maria Aparecida Moura (2017) relatam que os instrumentos de representação da informação não são necessariamente neutros. Com isso é possível inferir o quanto o referencial de representatividade da informação é influenciado pelo discurso dominante e desfavorece os contextos de diversidade cultural voltados para a perspectiva de invisibilidade e de controle social.

A marginalização e esmaecimento dos 'outros' no âmbito dos SOCs tem sido promovida de modo sistemático tanto por profissionais da informação quanto pelos profissionais envolvidos nos processos de construção de instrumentos técnicos de organização e representação do conhecimento. (TRIVELATO; MOURA, 2017, p. 394).

Representar compactua a estratégia de criar uma apresentação aproximada aos olhos de um receptor à luz da sua capacidade de interpretação, percepção e contextualização histórica. A representação é um retrato de visibilidade estabelecido pelo objeto da tradução, que recorta de acordo com sua compreensão de mundo o que julga relevante ao outro, ou ainda, aquilo que assume interesse de sua relevância perceptiva.

A ideia de constituição de uma representação completa, neutra e livre de erro é construção inconcebível, tendo como parâmetro o discorrer sobre o conceito de representação social de Serge Moscovici, por meio do qual podemos aferir em Oliveira (2004, p. 3) que “[...] *representar é um processo de produção de conhecimento e que funciona ‘rolando’ sobre estruturas sociais e cognitivas locais (e populares), sendo sociovariável*”. Moscovici (2007)

defende que a representação é um sistema de classificação e de denotação, alocação de categorias e nomes. Com essa perspectiva, a representação social se aproxima da representação da informação, à medida que assume o objetivo de categorizar em estruturas simbólicas a realidade.

A estrutura de formação representacional da informação como aporte à construção social assume o ideal de informação, amparado no que Barreto (1994, 1-2) entende como: “[...] instrumento modificador da consciência e da sociedade como um todo. Aqui a informação é qualificada como um instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo”.

Para fundamentar as discussões relativas à conceituação de informação, propõe-se como compreensão Silva e Gomes (2014), que elucubram a compreensão de informação dentro de perspectivas da construção de um espaço de debate e promoção à diversidade. Salienta a construção epistemológica dessa insurgência temática como emergente de uma sociedade com novas demandas de relação científica e social. A constituição do espaço de debate fomenta a construção de uma identidade e do papel social, a fim de possibilitar a materialização documental e o estabelecimento do espaço de compartilhamento dos saberes e do conhecimento.

A informação e a representação assumem concepções da formação histórico, política e conceituais que variam em função do interesse de abordagem de um dado grupo social. Compreender que o processo de construção histórico, político, metodológicos e científicos assumem influências nas estratégias de reapresentação do mundo é o primeiro passo para o estabelecimento de condições alternativas para a representação da informação e do conhecimento.

O conceito de representação assume atributos de complexidade que inviabilizam o engessamento de sua compreensão. Kant já presumia um conceito no contexto filosófico moderno:

[...] o termo genérico é aquele de representação em geral (representatio), cuja representação acompanhada da consciência (perceptio) é uma espécie. Uma percepção que se refere unicamente ao sujeito, como modificação do seu estado, é uma sensação (sensatio), uma percepção objetiva é conhecimento (cognitio). (KANT, 1944, p. 266).

A compreensão de uma representação assume condição de interoperabilidade, a fim de oportunizar substituição de uma descrição textual em uma unidade linguística conceitual de forma abreviada. Estimando de forma presumível a tradução do conteúdo informacional do documento, a representação assume responsabilidade de comprometimento com o papel social de alcance ao usuário.

A representação, aqui descrita, assume o papel de mediador de acesso à sociedade em rede. Castells (2016) já presumia a formação de uma sociedade que se relaciona e se estabelece em função das necessidades informacionais de acesso e uso, a fim de suprir as demandas informacionais das atividades cotidianas. Considerando a influência dos impactos tecnológicos e o alicerce do suporte digital, as formas de processar, compartilhar e interagir com o meio em tempo real é que dimensiona a caracterização da chamada “sociedade em rede”.

Dentro desse contexto que a sociedade em rede assume, é possível compreender a similaridade com o contexto da representação da informação como instrumento de compartilhamento e que permita alcançar condições interpretativas que estabeleçam relações variadas de acordo com sua perceptiva, suscitando representações possíveis. A partir dessa apreensão é que se condiciona ligação ao conceito de representação, tomando como encargo a seguinte afirmativa:

A representação é um processo mental pelo qual o indivíduo busca o significado, descrevendo o que deve ser representado e designado, onde a relação sujeito X objeto se estreita para que se possa alcançar a interpretação do mundo a ser representado. Representar significa em outras palavras modelar conceitualmente [...]. (NOVO, 2013, p. 116).

A necessidade de estabelecer uma modelagem conceitual no âmbito de sistemas de organização do conhecimento que favoreçam a diversidade cultural, social e identitária é imediata, considerando que “A ideia de verdade sugerida pelos SOC’s, tem, como tendência, reiterado conteúdos essencialistas e consolidado a contingência de certas identidades como deslocadas, múltiplas e hifenizadas” (TRIVELATO; MOURA, 2017, p. 397).

A representação da informação assume o papel de intermediário do conteúdo informacional e do acesso à informação, estabelecidos no mecanismo de tradução conceitual para objetiva recuperação da informação. O processo envolve correlação de atribuições cognitivas e físicas extraídas do objeto

informacional, inseridas em procedimentos e etapas da análise de assunto também denominada “leitura técnica”, associada à tradução linguística para a destinação de atribuição de conceito.

A base representacional do imaginário intelectual sofre influências durante todo o processo de tradução, interpretação e compreensão. A representação só pode ser aproximada quando o sujeito é parte de um contexto que integra, compartilha de vivências e experiências ou que ao menos coloca-se à disposição de conhecer, averiguar e apreender o universo da sua representação. A qualidade de desligamento das suas bases históricas, políticas e sociais é preliminar no processo da compreensão contextual, o que infere e incide diretamente nas estratégias de representação informacional.

5 AS MULHERES NA CIÊNCIA: CONTRAPONTO E ENFRENTAMENTOS

Esforçar-se para compreender o debate e interpretação do surgimento das categorias e discursos teóricos a fim de tomar conhecimento acerca das relações sociais e das tradições de uma intelectualidade feminina que arrisca a estabelecer uma tímida visibilidade no âmbito da sociedade consiste no objeto investigativo desta subseção. Indagar o lugar das mulheres na ciência e as armadilhas de imposição é um desafio ao questionamento desse lugar de atuação, é reconhecer o fenômeno de obscurecimento e legitimidade negada aos moldes de conceitos e teorias tradicionalmente estabelecidos.

Segundo Lucia Tosi (1998), as primeiras mulheres, na tentativa de uma visibilidade, submeteram-se a reproduzir a perspectiva de construção patriarcal tanto na ciência em busca de

progresso e reconhecimento de espaços, tendo em vista que reproduzir a ciência patriarcal caracterizava uma condição estratégica para o desenvolvimento e a participação das primeiras mulheres na ciência.

Ceder era uma tática, considerando as condições materiais de rompimento com a tradição patriarcal, pioneiras em um campo masculino, a perseguição e caça às bruxas na Idade Média, adotando submissão de papéis secundários na construção da ciência muitas vezes relacionadas à condição de secretária.

Pensar a formação de uma ciência pautada nas condições de mudanças sociais, a construção da academia como um espaço de debate e construção de saberes, permitindo refletir sob outros pontos de vista e experiências dissociadas dessa condição de dominação. A busca incessante das mulheres por uma teoria feminista, e epistemologicamente sustentável, é a estratégia de combate à condição de estabilidade das categorias, buscando restabelecer reflexões conceituais, metodológicas de aspectos da realidade. As construções teóricas e epistemológicas feministas anseiam romper os padrões de teorias totalizantes absolutistas enviesadas por suas perspectivas de compreensão interpretativas ocidentais, eurocêtricas, cartesianas, patriarcais e masculinizadas.

A corrente alternativa busca uma brecha no mundo a fim de legitimar saberes femininos, amparado em conexões pós-modernas. Contudo, a perspectiva de ser totalizante e universal deve ser evitada a fim de viabilizar a construção de espaços de diálogos na ciência. Dorothy Smith (1974) aponta com veemência a estratégia de articulação de invisibilidade com a atenuante desvalorização do trabalho social das mulheres e a tentativa de considerar como abstratas suas contribuições. Ela defende a condição de concretude e articula o jogo de vinculação às formas

administrativas de dominação e das categorias sociais, a fim de pontuar uma consciência alienada e dividida nas mulheres.

A condição de pensar uma ciência polifônica, polivalente, inclusiva e equitativa do ponto de vista de gênero, com perspectivas de desconstrução de valores desenvolvido nas ciências tradicionais como a neutralidade, objetividade, universalidade e metodologia, é questionada, como suscita Neide Osada e Maria Costa (2006), o que não reverbera uma investida de construção social pacífica. A formação social já estabelecida que coloca mulheres em condições hierárquicas de subalternização social reforça a predominância de algumas teorias e condiciona práticas subversivas da produção intelectual feminina.

A demarcação da produção intelectual das mulheres na ciência enfrentou desafios marcados por rupturas e enfrentamentos. As tentativas de invisibilizar as mulheres na ciência escondiam o jogo machista e opressor dos homens na tentativa de ridicularizar e demonizar as mulheres que se arriscavam a estabelecer contribuições nas ciências.

O contexto que marca a revolução científica do qual expõe Lucia Tosi (1998) é a concepção de caça às bruxas como um momento histórico para o despertar para a ciência no século XVII em participação ativa das mulheres destacando importantes contribuições em paralelo ao cenário de perseguições e demonização das mulheres que demonstravam interesse pela ciência dos saberes.

A inserção das mulheres na ciência perpassa do século XVII e XVIII, desde a biologia molecular, como retratam Neide Osada e Maria Costa (2006), quando a participação das mulheres foi marcada pela abertura à profissionalização no século XIX. No

entanto, a dificuldade de reconhecer as contribuições das mulheres foi ponderada por muitos anos, sendo inclusive utilizada como argumento de defesa a saída das mulheres como justificativa para o crescimento da ciência em algumas áreas do conhecimento.

Enfrentamentos ao acesso à ciência se estabeleceram por meio da educação formal e, no acesso às universidades, encontraram-se estratégias de fomentar o questionamento desse espaço às mulheres, sustentado pelo movimento feminista na segunda metade do século XIX.

A afirmativa cujo relato de Lucia Tosi (1998, p. 379) se faz presente: “Toda atividade intelectual é desaconselhada por contrariar seu destino biológico [...]” foi por muito tempo o cerne de dominação masculina, amparado nos domínios biológicos do conhecimento. O período da Revolução Francesa preconizava o ensino misto, defendendo uma abordagem baseada na igualdade de sexo. No entanto, as mulheres estavam limitadas à participação de atividades voltadas à família, excluídas da participação política e econômica.

5.1 O ACESSO DAS MULHERES NEGRAS À CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA

O fracasso da perseguição das mulheres no período foi estabelecido pela propagação do cartesianismo e o mecanicismo na ciência, em função de um fenômeno político opressor com perspectivas hegemônicas de dominação focado nas demandas de Estado. As questões aqui apresentadas nos direcionam a pensar a quem serve essa ciência? Quais as estratégias e articulações de seu interesse?

Discutir os parâmetros de formação e visibilidade da ciência mercantilista ocidental é desestabilizar formas de construção do conhecimento e de estruturas de poder. É trabalhar na perspectiva de construção em condições de subjetividade, saberes situados e relativização de poderes, dissociados de estruturas de subalternização e tendenciosas do cartesianismo e patriarcalismo ocidental.

Nesse cenário as mulheres negras estão a pleitear espaços na ciência marcada pela negativa de um capital intelectual, social e cultural, que delimita e influencia a participação destas no exercício da contribuição e articulação do conhecimento. As mulheres acadêmicas e profissionais estão a construir um espaço de disputa, segundo o qual Djamila Ribeiro (2018, p. 59) defende que “[...] é porque se está desnaturalizando o lugar de submissão que foi construído para nós; e o incômodo não está mais em nós, por julgarmos que certos espaços não nos pertencem”.

As mulheres negras estão a protagonizar a quebra de um racismo institucionalizado que delimita e condiciona o lugar de acesso aos espaços de produção e detentores de um conhecimento pautado na centralidade social, condiciona a pensar o lugar de marginalidade como uma possibilidade de usufruir perspectivas e reflexões diversas que possibilitem construções do feminismo negro.

A dificuldade em construir uma identidade negra na ciência é um dos maiores desafios apontados pelas pesquisadoras negras, e é o que afirma Bárbara Carine Pinheiro (2019), ao trazer dados que caracterizam a baixa representatividade da produção intelectual negra no país:

Apenas 10,4% das mulheres negras com idade entre 25 a 44 anos concluem o ensino superior. O percentual de mulheres pretas e pardas doutoras professoras de programa de pós-graduação é inferior a 3%. Só 7% das bolsas de produtividade são destinadas a mulheres negras (PINHEIRO, 2019, p. 1).

Reconhecer que experiências de vida divergem a perspectiva do ponto de vista eurocêntrico e branco traz insumos de uma produção negra afrocentrada, considerando os insumos da perspectiva de lugar de fala, o caráter interseccional discursivo e analítico para atender a necessidade de estabelecer uma representatividade desses grupos na ciência é parte do que a autoras Carla Akotirene (2018) e Bárbara Carine Pinheiro (2019) chamam atenção para as estratégias do racismo estrutural e institucional que, em certa medida, influenciam e limitam o acesso das mulheres negras. As condições de escolarização no país se devem a atrasos e fatores históricos sociais da tardia abolição da escravatura e de acesso a direitos sociais da população negra; dentro dessa conjuntura, fortalecendo o pouco acesso das mulheres negras à educação superior e, por assim dizer, ao fazer científico.

Segundo Katemari Rosa (2015), a autora aborda relatos da pouca representatividade étnico-racial na construção da ciência marcada por obstáculos e preconceitos no acesso dessas mulheres, desde o processo de formação até a carreira. Outros estudos de Katemari Rosa (2008) também abordam a carência de pesquisas que retratem mulheres e minorias étnico-raciais nas ciências, o que reforça a subrepresentatividade da atuação e participação das mulheres negras. A autora traz relatos de seis mulheres negras de

sucesso na carreira da física, mas que conduziram suas trajetórias marcadas por um isolamento social e, com isso, dedicam-se à pesquisa. Afro-americanas negras de perspectivas de vidas variadas, algumas de classe média, outras de baixa renda, mas com suas trajetórias marcadas pelo processo de exclusão no ambiente acadêmico e uma cobrança exacerbada quando comparada aos demais colegas.

No entanto, as mulheres negras ainda são minorias nos espaços de produção de conhecimento, na ciência e nas universidades, isso sem falar na área de ciências exatas, na qual a concentração é ainda menor, como aponta a pesquisa Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq):

Um estudo feito em 2015 tendo como base essas informações, mostra que entre 91.103 bolsistas da instituição cursando pós-graduação, seja em formato de Mestrado, Doutorado ou Iniciação Científica, as mulheres negras que realizam pesquisas voltadas para ciências exatas são pouco mais de 5.000, ou 5,5% (SANZ, 2017, p. 2).

A atuação das mulheres negras na ciência, especificamente nas exatas, é um ato de resistência, principalmente frente à demarcação dos preconceitos de gênero e raça⁵⁹. A trajetória de

⁵⁹ Definido como julgamento prévio rígido e negativo sobre um indivíduo ou grupo, o conceito deriva um julgamento ou decisão anterior, um precedente ou um prejuízo. No uso moderno, o termo veicula muitos significados variantes. Na ciência social moderna, o uso típico refere-se a julgamentos categóricos antecipados que têm componentes cognitivos (crenças, estereótipos),

mulheres negras e pioneiras como Enedina Alves Marques, primeira mulher negra a se formar em engenharia no Brasil, em 1945, marcada por enfrentamentos sociais, étnicos, políticos e econômicos; mulheres como Viviane dos Santos Barbosa, ganhadora do prêmio da conferência internacional científica da cidade de Helsinki, na Finlândia, em 2010, ao desenvolver um produto para diminuição da emissão de gases poluentes.

No cenário atual, mulheres negras têm demonstrado sua atuação em várias dimensões da ciência com contribuições teóricas, práticas e experimentais, mas que representam uma minoria que urge por um reconhecimento e busca legitimidade no contexto acadêmico, evidenciando o potencial que, muitas vezes, é acometido no processo de formação e desenvolvimento dos primeiros anos da universidade e pelo próprio ambiente hostil em meio às prerrogativas do contexto político, econômico e social de sua vivência.

São mulheres de destaque nas ciências humanas e exatas que trabalham com a temática de evolução e inovação científica; outras mais voltadas para a perspectiva de descolonização dos saberes na ciência. O que se evidencia é que mulheres negras representam uma parcela ainda reduzida que produz e contribui para a produção intelectual do mundo e, com isso, demonstram que precisam desse espaço de legitimidade de um conhecimento e de saberes.

No âmbito da CI, destacam-se um número ainda pequeno de mulheres negras que arriscam adentrar o universo do debate político e científico de perspectiva negra decolonial. Contudo, o

componentes afetivos (antipatia, aversão) e aspectos avaliatórios ou volitivos (como as disposições para políticas públicas) (OUTHWAITE et al., 1996, p. 602).

recente acesso dessas mulheres por meio das universidades tem contribuindo significativamente para o despertar para a necessidade de tratar a pertinência dessas temáticas na ciência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Repensar as estruturas de poder e legitimidade da produção intelectual e a sua condição de olhar situado parece ser o maior desafio enfrentado pelas intelectuais negras do século XXI, frente ao atual contexto político, educacional e estrutural no campo da disputa política de poder, romper as estruturas enfraquecidas por uma demanda social que se faz presente e urgente.

Nesse sentido, as representações sociais do feminismo negro sofrem influências da transformação social coletiva, ainda que sob influências de uma sociedade branca de domínio que anseia o controle social, por consequência, ambiciona moldar representações de um feminismo negro que busca estabelecer frente a representação nos espaços e campo de disputa sociais, dos quais inclui-se aqui a representação do conhecimento.

Contudo, assim como as mulheres do século XIX atuaram por meio do enfrentamento com uso da educação formal e do acesso às universidades, as mulheres negras estão atuando sob a mesma lógica de enfrentamento. A produção intelectual das mulheres negras na ciência e o recente acesso das mulheres negras às universidades têm favorecido a desestabilização dos campos de domínio dos agenciadores da produção científica, fortalecendo o campo de disputa e proporcionando abertura a pesquisas que proporcionem o reconhecimento e o estudo da produção intelectual das minorias sociais.

Pensar o lugar de fala das mulheres negras na ciência não isenta a busca por uma base epistemológica; é um espaço de debate para a construção de conceitos e teorias. O risco que se colocam algumas feministas nesse espaço é em busca de uma ciência alternativa, para reafirmar os discursos. A ideia é pensar outra proposta de releitura, repensar o papel da academia, desestabilizar a academia da condição de legitimidade universal detentora do reconhecimento e do espaço de privilégio que, por vezes, não comunica com o social.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, Jean-Claude. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de. **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed., rev. Goiânia: AB Ed., 2000. p. 27-38.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, 1994.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17. ed., rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, n. 2, p. 223-244, 1983.
- GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- KANT, Immanuel. **Critique de la raison purê**. Tradução francesa de A. Tremesaygues e B. Pacaud. Paris: PUF, 1944.

LARA, Marilda Lopes Ginez. **A representação documentária**: em jogo a significação. 1993. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

LARA, Marilda Lopes Ginez. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica das reflexões do Grupo Tema. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 92-121, jan./ jun. 2011.

MOREIRA, Núbia Regina. Representação e identidade no feminismo negro brasileiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 7., 2006, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

MOREIRA, Núbia Regina. **A organização das feministas negras no Brasil**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

MOURA, Maria Aparecida. Leitor- bibliotecário: interpretação, memória e as contradições da subjetividade em processos de representação informacional. In: NAVES, Madalena Martins Lopes; KURAMOTO, Hélio. **Organização da informação**: princípios e tendências. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2006. p. 22-35.

NOVO, Hildenise Ferreira. Representação do conhecimento ou representação conceitual? uma investigação epistemológica no âmbito da ciência da informação e da filosofia nas considerações de Deleuze e Guatarri. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 7, n. 3, p. 114-129, dez. 2013.

OLIVEIRA, Márcio S. B. S. de. Representações sociais e sociedades: a contribuição de Serge Moscovici. **Revista Brasileira de Ciência Sociais**, v. 19, n.5, p.1-5, 2004.

OSADA, Neide Mayumi; COSTA, Maria Conceição da. A construção social de gênero na Biologia: preconceitos e obstáculos na biologia molecular. **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 279-299, jul./dez. 2006.

PAIVA, Eliane Bezerra. Representação da informação e do conhecimento indígena: desafios para a sua prática. In: ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de (Org.). **Representação da informação: um universo multifacetado**. João Pessoa: UFPB, 2013. p. 331-351.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. As mulheres negras e a ciência no brasil: “e eu, não sou uma cientista?” **Comciência**, São Paulo, 8 fev. 2019. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/as-mulheres-negras-e-ciencia-no-brasil-e-eu-nao-sou-uma-cientista/>>. Acesso em: 3 abr. 2019.

REIS, Adriana Dantas. Mulheres “afro-ascendentes” na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1830). In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos. **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 24-34.

ROSA, Katemari. A (pouca) presença de minorias étnico-raciais e mulheres na construção de ciência. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE FÍSICA, 21., 2015, Campina Grande. **Anais [...]**. Campina Grande: UFCG, 2015.

ROSA, Katemari. **Gênero e etnia no ensino da física**: cenário da investigação brasileira. In: ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE ESTUDOS E PESQUISAS FEMINISTAS - REDEFEM, 6., 2008, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2008.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. O conceito de informação pelo viés da alteridade. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 7, p. 1-21, jan./jun. 2014.

SANZ, Beatriz. Quem são as cientistas negras brasileiras? **El País**, São Paulo, 28 fev. 2017. Caderno Ciência. Disponível em:

<http://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/24/ciencia/1487948035_323512.html>. Acesso em: 31 out. 2018.

SMITH, Dorothy. Women's Perspective as a Radical Critique of Sociology. **Sociological Inquiry**, v. 44, n. 1, p. 1-13, 1974.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. M. **Linguagem documentária**. São Paulo: APB - Associação Paulista de Bibliotecários, 1997. p. 9-12.

TOSI, Lucia. "Mulher e ciência: a revolução científica, a caça às bruxas e a ciência moderna". **Cadernos Pagu**, v. 10, p. 369-397, 1998.

TRIVELATO, Rosana M. S. ; Moura, Maria Aparecida. A diversidade cultural e os sistemas de representação da informação. In: Fabio Assis Pinho, José Augusto Chaves Guimarães (Org.). **Memória, tecnologia e cultura na organização do conhecimento**. Recife: Editora UFPE, 2017, p. 394-398.

WAGNER, Wolfgang. Sócio-gênese e características das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes; OLIVEIRA, Denize Cristina de. **Estudos interdisciplinares de representação social**. 2. ed., rev. Goiânia: AB Ed., 2000. p. 3-25.

A HORA DO CONTO COMO RECURSO DE MEDIAÇÃO DE LEITURA NA BIBLIOTECA ESCOLAR E DISSEMINAÇÃO DA CULTURA AFRO BRASILEIRA

Raissa Gabrielle Cirilo

1 INTRODUÇÃO

A oralidade é o meio de comunicação mais antigo entre os povos. Desde os tempos remotos, era utilizada como única forma de transmissão de informações, uma vez que a escrita ainda não existia. Segundo Sisto (2010, s.p):

[...] a oralidade é também um legado que se desenvolve “a consciência dos povos”, que, paulatinamente, descobre outros recursos para reter mais informações e ampliar cada vez mais a memória. Daí a ligação forte e obrigatória entre oralidade e memória. [...].

Rosa (1994, p. 140) citado por Sisto (2010, s.p) afirma que “a memória é quem comanda tudo, sendo ao mesmo tempo “repositório e veículo” da cultura”. Sisto (2010, s.p.) ainda completa dizendo que a contribuição da memória assegura a “comunicação e continuidade” da comunidade cultural.

Através da união da memória e oralidade se dá a disseminação de histórias, lendas, costumes, provérbios, contos, tradições, e vários outros conhecimentos tidos como “sabedoria popular” (DANTAS, 2011, p. 18). E é nesse contexto que nasce a figura do contador de histórias. Para Luciano (2014, p. 2):

Estas formas tradicionais de literatura percorreram a história do homem através da voz dos contadores de histórias, até ao dia em que antropólogos, etnógrafos e outros estudiosos resolveram descobri-las, coligi-las, estudá-las e, no fundo, perpetuá-las para gerações futuras.

Os contadores de histórias “colaboram para que seus ouvintes se tornem, desde a infância, mediadores de leitura [...]” (DANTAS, 2019, p. 23). Estes contadores são “[...] pessoas que se importam em levar livros, leituras e o prazer que eles propiciam aos que têm sorte de conviver com eles” (DANTAS, 2019, p. 23).

A Biblioteca Escolar se destaca nesse cenário como “[...] polo dinamizador e articulador de atividades relacionadas com o ato de contar histórias na escola [...]” (LUCIANO, 2014, p. 6). Costa e Hillesheim (2004, s.p) apontam que:

uma biblioteca escolar bem adaptada ao ambiente escolar, carregado de motivações é o local, por excelência, onde a criança aprende a gostar de ler, a se interessa pela leitura e pelo livro, ou por qualquer coisa que represente uma interpretação, uma associação, uma história.

A coordenação desse ambiente deverá ser gerida pelo bibliotecário. Esse profissional tem a expertise para executar toda a organização na biblioteca e realiza a mediação de leitura (BICHERI; ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 47). No entanto, não basta a biblioteca escolar ser “bem localizada, de bom tamanho, bem decorada, com grande acervo atualizado” (BICHERI; ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 43), é necessário um profissional formado em Biblioteconomia para atuar neste espaço, neste caso, o bibliotecário. Este profissional precisa ser engajado e envolvido com a comunidade escolar, pois o mesmo, enquanto mediador de leitura deve “conhecer e participar das propostas curriculares e fazer na biblioteca um espaço integrado a escola [...]” (BICHERI; ALMEIDA JÚNIOR, 2013, p. 43).

O mediador [de leitura] é uma pessoa fundamental quanto ao incentivo e a motivação dos pequenos leitores, pois é ele que irá aos poucos fazer com que as crianças adquiram o gosto pela leitura de forma mais natural (GOMES; BORTOLIN, 2011, p. 158).

Na Biblioteca, uma das formas de se realizar a mediação de leitura é a hora do conto, e nesse ponto, nota-se a relação intrínseca do bibliotecário e o contador de histórias (LUCIANO, 2014). Assim, o objetivo deste capítulo é apresentar a mediação de leitura através do bibliotecário escolar utilizando recursos para essa mediação como a hora do conto. O capítulo apresenta também como o bibliotecário poderá apresentar, nas mediações realizadas na biblioteca, a cultura Africana e Afro-Brasileira, seguindo a Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

2 O BIBLIOTECÁRIO ESCOLAR

A biblioteca escolar é um sistema no qual se encontram acessíveis informações em diferentes suportes a fim de satisfazer os usuários, despertando-os para o desenvolvimento das pesquisas, leituras e senso crítico (CORRÊA et al., 2002, p. 2). Entretanto, durante muito tempo, a biblioteca escolar, foi vista como local de depósito nas escolas (CAMPELLO, 2014, p. 1). A biblioteca escolar raramente exercia seu papel educativo (CAMPELLO, 2014, p. 2).

Contudo, essa visão sobre a biblioteca escolar muda a cada dia, e novas perspectivas estão sendo criadas. Essas novas perspectivas solidificaram, sobretudo, após a Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2014 (BRASIL, 2014), que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino de todo o país. Essa Lei ainda fortalece as Leis nº 4.084 de 30 de junho de 1962 (BRASIL, 1962) e a Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998 (BRASIL, 1998), que regularizam o exercício do profissional bibliotecário.

Dessa forma, foi possível fortalecer o progresso de modificações da função da biblioteca escolar, que deixa de ser um ambiente de depósito de livros e passa a ser vista como um organismo vivo dentro do ambiente escolar (CALDIN, 2005, p. 1). É importante salientar que as leis, principalmente a Lei nº 12.244, trouxeram vários questionamentos acerca da biblioteca escolar e simultaneamente, sobre o profissional bibliotecário. Entretanto, é preciso observar os benefícios que a referida Lei acarreta para o campo de atuação do bibliotecário considerando a possibilidade de aumento de emprego, uma vez que novas bibliotecas deverão ser construídas para atender a Lei.

Diante dessa nova perspectiva e modificações do lugar onde a biblioteca escolar está inserida no ambiente escolar, Santana Filho (2010) citado por Ramos e Côrte e Bandeira (2011, p. 3), apresenta, como uma das funções da biblioteca escolar o incentivo à leitura de modo que, o aluno possa realizar uma reflexão sobre o que se ler, entendendo que o texto é repleto de significados e informações importantes. Kieser e Fachin (2008, sp.) citado por Ramos e Côrte e Bandeira (2011, p. 9), ainda afirmam que

A Biblioteca escolar deve atuar como órgão auxiliar e complementar da escola, facilitando aos alunos o livre acesso aos livros – o mundo fantástico do saber, das descobertas, dos sonhos, do imaginário conto de fadas ao mundo do assombrado. Bem como a orientação clara e precisa para o estudo, para a solução de problemas e dos deveres de classe, ou, ainda, incrementar as pesquisas referenciando-as, utilizando mais de um livro, sintetizando, criticando e, fundamentalmente como apoio informacional ao pessoal docente.

Ramos e Côrte e Bandeira (2011, p. 9) citam que a missão da biblioteca é despertar o interesse do aluno em relação aos livros e fazer com que o aluno retorne sempre em busca de novos conhecimentos e emoções. O objetivo da biblioteca escolar é gerar uma “legião de leitores fiéis que se farão presentes pelo resto da vida em quaisquer outras bibliotecas do mundo” (RAMOS E CÔRTE; BANDEIRA, 2011, p. 9). Os autores ainda afirmam que é preciso apresentar três elementos fundamentais para a biblioteca escolar desempenhar de fato o incentivo à leitura reflexiva. São

eles: acervo selecionado e atualizado, compreendendo todos os tipos de suporte; ambiente físico adequado e a presença de um bibliotecário que exerça a função de mediador de leitura (RAMOS E CÔRTE; BANDEIRA, 2011, p. 3).

O bibliotecário escolar é definido como “aquele que reconhece sua profissão como importante e necessária para a sociedade e se reconhece como um agente de transformação” (ALMEIDA JÚNIOR, 2006, p. 53 apud ALBUQUERQUE; TEDESQUI, 2014, p. 120). Desse modo, o bibliotecário escolar exerce suas funções tradicionais, como processamento técnico de livros, mas, acima de tudo, o bibliotecário trabalha como um agente transformador na comunidade escolar que se destina, sendo o mediador de leitura (ALMEIDA JÚNIOR, 2006 apud ALBUQUERQUE; TEDESQUI, 2014).

Caldin (2005, p. 1) explicita que “o bibliotecário tem de largar seu papel passivo, de mero processador técnico de livros e desempenhar um papel ativo: agente de mudanças sociais”. Diante dessa transição do profissional, surgem novas competências para o bibliotecário escolar, resultando em um profissional mais dinâmico visando atrair um leitor que busca sempre novas informações.

As competências designadas ao bibliotecário escolar devem perpassar desde a área técnica até a área cultural, visando que a biblioteca se torne um grande centro de informação. Ramos e Côrte e Bandeira (2011, p. 15) explicitam as competências específicas que o bibliotecário escolar demanda. São elas:

Possuir curso de biblioteconomia, conforme a lei nº 4084/62;
Ser um investigador permanente;

Possuir atitudes gerenciais proativas;
Possuir espírito crítico e bom senso;
Ser participativo, flexível, inovador, criativo;
Facilitar a interação entre os membros da comunidade escolar;
Possuir capacidade gerencial e administrativa;
Possuir capacidade de comunicação e relacionamento interpessoal;
Saber que a informação é imprescindível à formação do aluno;
Dominar as modernas tecnologias da informação;
Estar em constante questionamento;
Estar atualizado na sua área de atuação;
Ter consciência de que o usuário é seu fim último;
Saber que a informação é imprescindível à formação do cidadão;
Reconhecer sua profissão como importante e necessária para a sociedade;
Reconhecer-se como um agente de transformação social e
Ser um leitor crítico, que distingue, no momento da seleção e da indicação de livro, a literatura infantil e juvenil que é de qualidade.

Bicheri e Almeida Junior (2013, p.44) salientam que:

É imprescindível que, independente[mente] do ambiente e de influências educacionais, políticas, sociais, e culturais, o Bibliotecário seja, antes de tudo, um leitor. Um leitor incondicional e permanente dos assuntos

ligados à sua área profissional, de atuação específica e também de modo geral a temas referentes às questões sociais, políticas e econômicas de maneira a atuar de forma relevante e competente em seu meio, procurando sempre redimensionar suas atividades de acordo com a realidade, mudanças e necessidades de sua comunidade.

Diante das competências atribuídas ao bibliotecário escolar e frente à nova percepção da biblioteca como centro de informação e cultura, percebe-se o envolvimento com ações culturais, que vão desde grandes eventos como feiras literárias trazidas para dentro da própria escola a ações diárias, como a hora do conto.

3 UMA HISTÓRIA SOBRE OS CONTADORES DE HISTÓRIAS

O manifesto do contador de histórias

O contador de histórias cria imagens no ar materializando o verbo, transformando-se ele próprio nesta matéria fluida que é a palavra.

O contador de histórias empresta seu corpo, sua voz e seus afetos ao texto que ele narra, e o texto deixa de ser signo para se tornar significado.

O contador de histórias nos faz sonhar porque ele consegue parar o tempo nos apresentando um outro tempo.

O contador de histórias, como um mágico, faz aparecer o inexistente, e nos convence que aquilo existe.

O contador de histórias atua muito próximo da essência, e essência vem a ser tudo aquilo que não se aprende, aquilo que é por si só.

Contar histórias é uma arte, uma arte rara, pois sua matéria-prima é o imaterial, e o contador de histórias um artista que tece os fios invisíveis desta teia que é o contar.

A arte de contar histórias traz o contorno, a forma. Reatualiza a memória e nos conecta com algo que se perdeu nas brumas do tempo. A arte de contar histórias nos liga ao indizível e traz resposta às nossas inquietações.

Contar histórias é uma arte porque traz significações ao propor um diálogo entre as diferentes dimensões do ser.

Contar uma história expressa e corporifica o simbólico, tornando-se a mais pura expressão do ser. (BUSATTO, 2011, p. 9 apud LUCIANO, 2014, p. 7).

O Manifesto do contador de histórias de Busatto (2011, p. 9), apresenta as peculiaridades do contador de histórias, arte que é considerada uma das mais antigas existentes.

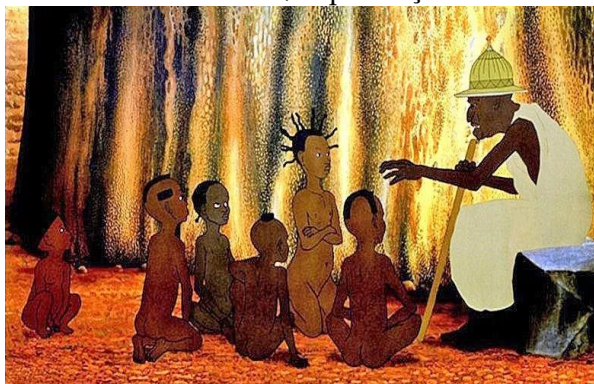
Figura 1 - Contadores de histórias.



Fonte: (RIBEIRO, 2014).

Os contadores de histórias receberam vários nomes durante o tempo: *rapsodo* (Grécia), *griot* (África), *bardo* (Celtas) (BUSATTO, 2011 apud LUCIANO, 2014, p. 8).

Figura 2 - Cena do filme Kiriku/Reprodução.



Fonte: (PEREIRA, 2019).

Fleck (2007, p. 219) explicita que:

Desde sempre, o homem contou histórias, deu vazão à sua intrínseca necessidade de comunicação, traduzindo, por meio de palavras, os acontecimentos cotidianos, as memórias transmitidas por seus ancestrais, as dúvidas, as alegrias, angústias e prazeres de sua existência. Em tempos passados era ao redor de uma fogueira que pessoas se reuniam para escutar os mais velhos narrarem suas aventuras, lembranças e ensinamentos.

A palavra pronunciada era legitimadora, verdadeira, incontestável. Ainda hoje, a oralidade norteia a cultura popular, mas o narrador tradicional, aquele que se servia exclusivamente da oratória, vem desaparecendo.

Em 1970, os contadores de histórias reapareceram em diversos países do mundo. O marco desse retorno foi o Colóquio Internacional realizado no *Musée National des Arts et Traditions Populaires*, na França, onde 350 participantes de 14 países diferentes se reuniram. Nesse Colóquio, foi avaliado o impacto social e cultural dos Contadores de histórias (MATOS, 2005, p. XVII). Conforme Fleck, “esses narradores afirmavam que seu retorno, entre outras coisas, representava uma reação à tecnologia e a tudo mais que a acompanha, como o consumismo, o imediatismo e a superficialidade e descartabilidade das relações” (FLECK, 2007, p. 220).

No livro *Le renouveau du conte* (2001, p. 12) citado por Matos (2005, p. XVIII), afirma-se que:

É tempo de chamar a atenção dos pesquisadores especialistas no conto sobre esse retorno à oralidade que responde a uma necessidade profunda de nossas sociedades. Enfim, é tempo de perguntar aos próprios contadores o que eles têm a dizer sobre o conto e o contador.

No Brasil, os contadores de histórias retornam definitivamente na década de 1990. Em Belo Horizonte, a Biblioteca Pública Infanto Juvenil iniciou um festival de contação de histórias em 1992. Além disso, existiram vários momentos em prol das histórias como *Convivendo com a Arte* e a *Noite de Contos* (MATOS, 2005, s.p.). Sisto (2001, p. 60) citado por Fleck (2007, p. 222) afirma que “isso se deu especialmente pela difusão das bibliotecas no país e pelo reconhecimento de que elas não poderiam ser apenas depósitos de livros, mas organismos dinâmicos de promoção da leitura”.

Outro fator que contribuiu para o crescimento do profissional no Brasil é o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PPROLER) instituído pelo Decreto Presidencial nº 519, em 13 de maio de 1992 (BRASIL, 1992) e vinculado à Fundação biblioteca Nacional, órgão do Ministério da Cultura. O objetivo principal do programa é “promover o interesse nacional pela leitura e pela escrita, considerando a sua importância para o fortalecimento da cidadania” (MINISTÉRIO DA CULTURA; SECRETARIA DA EDUCAÇÃO; DEPARTAMENTO DO LIVRO, PROLER).

Entretanto, mesmo com todo incentivo à contação de histórias, o profissional ainda encontra algumas dificuldades. Sisto (2001, p. 23), afirma que “[...] contar histórias é uma arte sem lugar em pleno século XXI”. O contador de histórias do novo século precisou se reinventar. Necessitou criar técnicas e se aperfeiçoou. Nos dias atuais, uma contação de história, em sua grande maioria, é uma apresentação muito bem elaborada, com recursos como fantoches, músicas e instrumentos (FLECK, 2007, p. 220).

Outra novidade do contador de histórias do século XXI é a propagação de sites, *blogs*, canais no *Youtube*, *Instagram* e *Facebook* específicos para a área. Desse modo, é possível a divulgação de eventos, materiais e profissionais da área. Além disso, o campo de atuação do contador de histórias tem ampliado significativamente, podendo ser em centros culturais, festas de aniversários, hospitais, empresas, casamentos, escolas e bibliotecas entre vários outros (FLECK, 2007, p. 221).

Alguns dos canais do *Youtube*, que podem ser acompanhados também no *Instagram*, sobre contação de histórias são:

Figura 3 - Fafá conta.



Fonte: (PECHI, 2018).

Disponível em:

https://www.youtube.com/channel/UC9fxSdFjcz5QWDEhYCK_k1w

Figura 4 - Quintal da Cultura.



Fonte: (QUINTAL DA CULTURA).

Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCtXVrEFdvdS5Gof7XWYw-CA>

Figura 5 - Baú da Camilinha.



Fonte: (BAÚ DA CAMILINHA).

Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UC-MBRii7jR8UYptcacluSNw>

Apesar de todas as transformações que o contador de histórias sofreu ao longo dos anos, é preciso destacar que a essência do contador permanece a mesma. Para Shedlock (2004, p.23), “contar histórias é a arte de esconder a arte”. O contador de histórias é aquele que provoca emoções no ouvinte. Neste sentido, este ato “deve impregnar todos os sentidos, tocando o coração e enriquecendo a leitura de mundo na trajetória de cada um” (MAINARDES, sd., p. 5).

4 MEDIAÇÃO DE LEITURA NA BIBLIOTECA ESCOLAR

Inicialmente pensamos, “de onde vêm as histórias”? As histórias vêm de todos os lugares e de todas as formas. Dantas, (2019, p. 35) explicita que “as histórias bebem da fonte da literatura, que, por sua vez, se vale de mitos e arquétipos ancestrais”. As primeiras histórias ouvimos na nossa infância, em casa, com nossos pais, avós, tios (GOMES; BORTOLIN, 2011, p. 162). Esses são os primeiros contadores de histórias, que temos contato. Posteriormente, ouvimos histórias nas bibliotecas públicas, em eventos culturais, em festa de aniversários, nas escolas. Em todos esses lugares, reconhecemos a figura do mediador de leitura. São os nossos familiares “os primeiros mediadores, pois são com eles que a criança tem o contato inicial com a leitura” (GOMES, 2011, p. 162). Silva e Bortolin (2006, p. 56) citam que:

Em se tratando de leitura literária, a mediação deveria ocorrer dentro do ambiente familiar antes mesmo da criança ser inserida na escola e nos processos de alfabetização. Para que, quando a mesma se encontre neste recinto, o mediador não tenha que apresentar a leitura a ela, mas dar continuidade a um trabalho iniciado no âmbito familiar que se prolonga na escola, uma vez que a formação de leitores deve ser uma preocupação constante de pais e educadores.

Entretanto, para Gomes (2011, p. 162):

[...] por questões culturais a maioria das crianças só irá conviver com textos literários na escola. Outro aspecto a ser considerado é o curto orçamento financeiro da família, que, em geral, não permite acrescentar o livro na vida da criança desde cedo.

Nota-se, portanto, a importância da escola, em exercer o papel de mediador e em ter um espaço adequado para a leitura, uma vez que, em muitos casos, será nesse ambiente que a criança terá o primeiro contato com a leitura (SILVA; BORTOLIN, 2006, p. 59). A importância dos “espaços significativos de novos conhecimentos e aprendizagem em todo o processo do desenvolvimento humano” (ESTABEL; MORO, 2011, p. 76).

Mas o que é um mediador de leitura? As autoras Estabel e Moro (2011, p 68) nos explicam sobre o significado de ser mediador de leitura.

O vocabulário mediador deriva do latim *mediatore*, e significa aquele que “medeia” ou “intervém”. A mediação é entendida como a relação do homem com o mundo e com os outros homens e possibilita que as funções psicológicas superiores (FPS), apontadas por Vygotsky, por meio da sensação, da percepção, da atenção, da memória, do pensamento, entre outras, se desenvolvam.

O objetivo do mediador de leitura “é sobretudo, contagiar filhos, sobrinhos, afilhados, alunos, amigos ou o público para o qual faz mediação com o vírus da leitura que, por sua vez, propaga no corpo e na mente um vício incurável: o amor pelos

livros e pelas histórias” (DANTAS, 2019, p. 66). Ainda para a autora supracitada, o mediador de leitura:

[...] precisa refletir constantemente sobre leitura, estudar o tema, buscar formas de se aprimorar nesse trabalho tão importante. Tem de pensar no que é literatura para ele, por que faz mediação, onde se situa nesse processo, quais suas metas. Essas são os objetivos que devem nortear seu trabalho - mesmo que não seja possível alcançá-los completamente. É preciso seguir tentando. Até pouco tempo, o mediador de leitura era visto como o alfabetizador, o professor; depois, passou-se a associar o mediador de leitura, também, com a figura do Bibliotecário” (DANTAS, 2019, p. 50).

Gomes e Bortolin (2011, p. 161) citam que:

Numa mediação de leitura no ambiente escolar deve-se levar em consideração que é necessária paciência com o desenvolvimento da leitura do pequeno leitor é lenta, necessitando de constantes motivações. Além disso, as publicações voltadas para as práticas pedagógicas da leitura defendem que os profissionais da educação olhem para sua própria trajetória de leitor assim certamente serão mais eficazes na busca de soluções para a formação de leitores.

A principal característica do mediador de leitura é ser, acima de tudo, leitor (SILVA; BORTOLIN, 2006, p. 61). Rastel e Cavalcante (2013, p. 168) destacam as competências para o mediador de leitura sendo:

1. ser leitor;
2. conhecer as teorias da leitura;
3. valorizar as narrativas orais (mediação oral da literatura);
4. viabilizar o acesso à informação em seus diferentes suportes;
5. conhecer as políticas públicas para o livro e literatura;
6. estar atento às multiplicidades culturais;
7. estabelecer relações afetivas com o leitor;
8. trabalhar em equipe; estabelecer parcerias;
9. ter competências aplicadas às TOCS;
10. conhecer e utilizar as ferramentas da Web 2.0;
11. buscar a educação continuada (RASTEL, CAVALCANTE, 2013, p. 169).

Para realizar uma mediação de leitura, existem alguns requisitos fundamentais. Conforme Dantas (2019, p. 48), alguns quesitos para realizar uma mediação de leitura eficaz são:

- escolha um livro ou texto que você goste;
- demonstre entusiasmo ao apresentá-lo à pessoa ou ao grupo de pessoas;
- comece mostrando a capa, contracapa, dizendo o nome do autor, do ilustrador, da editora (com isso, você desperta o interesse do leitor para os responsáveis pela feitura daquela obra);

- pratique para ter uma boa entonação durante a leitura; aliás, você pode alterar seu tom de voz, dependendo dos personagens do livro e das situações que ele apresenta (tragédia, comédia, medo, suspense, alegria);
- abra o livro e apresente as ilustrações, caso a obra as possua;
- leia o texto em voz alta e, vez ou outra, faça algumas pausas para olhar nos olhos dos seus interlocutores; sempre que possível, faça uma associação da história com outras linguagens artísticas. Pode ser uma música, um filme, uma pintura, uma peça de teatro, uma escultura;
- se a história, faz você, mediador, se lembrar de algo especial, fale sobre isso durante a mediação. Pode ser alguma passagem da sua vida, de alguém de sua família, de um amigo;
- ajude a pessoa a entrar de cabeça no universo da obra; não precisa parar para explicar as palavras difíceis do texto, mas se alguém perguntar o significado delas e você souber, responda;
- ao final, sugira outros títulos do mesmo autor, ou ainda títulos de outros autores que têm temática semelhante ao que você acabou de ler;
- pergunte o que as pessoas acharam da história, o que sentiram durante a leitura se já passaram por alguma situação

semelhante ou se gostariam de viver em sua vida algo que a trama apresentou;

- pergunte o que as pessoas mais gostaram. Se houver algum personagem ou situação que lhes chamou mais atenção e por quê;
- deixe que as pessoas se expressem, troquem ideias, se sintam à vontade para falar ao final; isso é importante;
- guarde essa dica: é preciso ler “com” a pessoa e não “para” pessoa. Mediar leitura é um tipo de entrega, de dança, de ritual. Contar com a participação, a alegria e a integração do outro torna tudo mais mágico e bonito.

Dentro do ambiente da escola, “percebe-se que formar leitores é um dos maiores desafios do currículo pedagógico da instituição” (GOMES, 2011, p. 160). No ambiente escolar, a mediação é vista como uma prática pedagógica, que poderá ser realizada em diversos contextos, inclusive nas bibliotecas (SILVA; SILVA, 2012, p. 5). Desse modo, para Campelo (2012, p. 9), as “escolas que privilegiam a leitura têm na biblioteca seu ponto forte”. Assim, a biblioteca escolar deve ser “um local em que crianças e jovens ampliem suas atividades de sala de aula” (GOMES; BORTOLIN, 2011, p. 163).

Todavia, o ambiente bem estruturado não basta para realizar a mediação de leitura eficaz. Gomes, (2011, p. 158) cita que se a escola não dispor de um profissional qualificado para incentivar a leitura de literatura, dificilmente a criança terá interesse pela mesma. Para Gomes (2011, p. 160), o bibliotecário tem papel importante em relação à mediação de leitura “pois é

neles que os alunos vão encontrar o incentivo para utilizar o acervo e frequentar a biblioteca” (GOMES, 2011, p. 160). Rastel e Cavalcante (2013, p. 168) afirmam que o bibliotecário, enquanto mediador de leitura, deve “buscar o aprendizado contínuo e melhoria de suas competências, envolvendo-se e colaborando com a crescente demanda evidenciada nos diversos segmentos da sociedade [...]”.

Entretanto, é importante salientar que o mediador deverá respeitar os gostos dos usuários, pois o interesse pela leitura não acontece de forma rápido. É uma construção, que deverá ser formada entre mediador e leitor, de modo que este último conheça a variedade textual existente (GOMES, 2011). Silva e Bortolin (2006, p. 62) afirmam que o “Bibliotecário, o educador, a pessoa que irá mediar a leitura deve conhecer particularmente os seus leitores para que não caia no erro de “medicar” doses fortes de leitura”. Em relação à biblioteca, muito se fala da hora do conto.

As atividades de promoção à leitura na escola contribuem para que a criança desenvolva a curiosidade e busque novos conhecimentos, além de aproximá-la da literatura, por intermédio de uma hora do conto, que em geral, faz com que ela se sinta participante da história, imaginando ser um dos seus personagens (GOMES, 2011, p. 158).

A Biblioteconomia é uma área interdisciplinar. Dessa forma, consegue facilmente dialogar com outras disciplinas. A interdisciplinaridade entre bibliotecário e o contador de histórias está explícita. Mateus et al. (s.a, p. 56) afirmam que “a contação de

histórias, além de pertencer ao campo da educação e à área das ciências humanas, é uma atividade comunicativa”. A mediação de leitura nas escolas, ocorre em várias formas, uma delas é a hora do conto.

A hora do conto é uma das atividades mais utilizadas pelos mediadores de leitura, pois essa atividade pode despertar na criança a curiosidade sobre o mundo da literatura infantil, com histórias fantásticas que contribuem para melhor compreender a vida e também adquirir o gosto pela leitura.

A literatura infantil vem sendo utilizada com grande frequência no apoio à atividade de contar histórias. No entanto, é importante destacar que para a criança se interessar pela história que está sendo contada, desde o começo até o fim, é fundamental que os livros possuam um conteúdo atrativo (GOMES; BORTOLIN, 2011, p. 164).

Gomes e Bortolin (2011, p. 164) explicitam que a hora do conto não deve ser utilizada no ambiente escolar somente como momento lúdico, mas também ser mostrada como uma “metodologia que enriquece a prática docente, ao mesmo tempo em que promove conhecimentos e aprendizagens múltiplas.

Para Luciano (2014, p. 79), para a realização da “hora do conto” é necessária uma preparação, uma vez que se cria a expectativa por parte dos ouvintes sobre este momento. Pennac (2001, p. 126) citado por Luciano (2014, p. 77) pede para que os bibliotecários sejam contadores de histórias.

Caros bibliotecários, guardiões do templo, é excelente que todos os títulos do mundo tenham encontrado refúgio na perfeita organização das vossas memórias [...], é prodigioso que estejam a par de todos os temas ordenados nas estantes que vos cercam... Mas como seria bom, também, ouvir-vos contar os vossos romances preferidos aos visitantes perdidos na floresta das leituras possíveis... com seria bom que lhes desse a conhecer as vossas melhores memórias de leitura! Sejam contadores - mágicos - e os livros saltarão directamente [sic] das estantes para as mãos do leitor.

Normalmente, para a hora do conto em uma biblioteca escolar, estabelece-se um horário em que a turma estará presente. “Por exemplo, ler ou contar história após o recreio, após o lanche, antes da hora de dormir ou simplesmente no momento que parecer mais conveniente” (EDITORA DO BRASIL, 2019). A turma se reúne em um espaço da biblioteca destinado àquele momento, e posteriormente, assenta-se em círculo.

O círculo remete ao sagrado e é um símbolo de totalidade. Traz consigo memórias e sentimentos ancestrais que nos conectam com uma energia poderosa e vibrante, propiciando proximidade com os que estão conosco, união, estabelecimento de posições que contribuem para que nos sintamos na mesma frequência [...].

É portanto, um formato perfeito para a contação de histórias que ocorre na *Hora do conto*, imprescindível para a programação de toda biblioteca que deseja atrair leitores mirins para seu espaço [...]. (DANTAS, 2019, p. 260).

Sisto (2015, p. 131) apresenta em seu livro dicas sobre a contação de história, e estas podem e devem ser aplicadas em contexto escolar. Abaixo, seguem algumas dicas citadas pelo autor:

Olhar para a plateia;
Distribuir o olhar igualmente por toda a audiência;
Linguagem de acordo com a plateia;
Linguagem fluida;
Visualizar a história enquanto narra; criar um roteiro visual e verbal, por episódio, na sequência da história;
Usar gestos expressivos que acrescentem algo ao entendimento da história;
Não explicar a história: o texto deve falar por si mesmo;
Procurar a história antes: ensaiar sempre;
Projetar a voz em direção ao espaço;
Usar diversos ritmos no decorrer da narração;
Acreditar na história que está sendo contada;
Usar pausas durante a história, explorar o silêncio, o movimento de palavras (SISTO, 2015, p. 131).

Além da hora do conto, outras atividades de mediação de leitura podem e devem ser realizadas na biblioteca escolar. Gomes e Bortolin (2014) citam algumas: a) exibição de filmes; b) oficinas de leitura; c) conto dramatizado; d) encontros com escritores; e) lançamentos de livros; f) banca de troca-troca de gibis; g) discussão com os pais sobre leitura; h) murais e; i) exposições de produções dos alunos.

5 HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Em janeiro de 2003, o presidente em exercício à época, Luís Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 10.639, que inclui a obrigatoriedade do ensino em escolas Públicas e Particulares da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003). Segundo Debus (2012, p. 146), a Lei atua:

[...] como uma política pública de Ação Afirmativa, que reconhece a diversidade étnico-racial, valoriza a história e a cultura dos povos negros e se propõe a construir uma educação antirracista, sem sombra de dúvidas, trouxe avanços para essas discussões no espaço escolar [...].

A Lei afirma que “os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e Histórias Brasileiras” (BRASIL, 2003, s.p.). Dessa forma, a Lei inclui diretamente a biblioteca Escolar, uma vez que

se espera que esta seja o local de mediação a leitura. Para Gouvêa (2005, p. 81), a Literatura:

[...] constitui um campo de produção, circulação e apropriação cultural, seu estudo tem sido fonte importante para a investigação histórica. No trabalho historiográfico, a literatura tem sido ferramenta de apreensão da dinâmica sociocultural de diferentes momentos históricos [...]

Assim, cabe ao bibliotecário escolar difundir histórias, livros e contos Africanos e Afro-Brasileiros no ambiente escolar. Inicialmente, havia poucas publicações sobre a temática explicitada na referida Lei. Contudo, atualmente as editoras produzem cada vez mais livros retratando esse cenário (DEBUS, 2012). Os contos africanos trazem particularidades em seu contexto. São textos que apresentam:

Sobrevivências nativas, ou como reincidências nacionais, ou como reconquistas míticas; depois no que se diz respeito ao universo da história narrada (animal, vida cotidiana, espiritual); também quanto à origem espacial (savana, estepe, floresta, deserto, vales, zonas montanhosas); também quanto ao universo dos personagens (da horda, do clã, da aldeia, da selva, da sociedade simples, da sociedade polissegmentar, do panteão dos deuses); da caracterização econômica (agricultores sedentários, caçadores errantes, pastores nômades, seres fantásticos, seres míticos); e

por fim, pensar na função principal do relato (manter as origens, ressaltar identidades, recuperar trajetos históricos, reforçar as culturas materiais, servir de peça de resistência ou modelo de conduta). São tantos caminhos! (SISTO, 2010, s.p).

Para compreender este contexto, leia abaixo um conto africano contido no livro “*Volta ao mundo dos contos nas asas de um pássaro*”, com adaptação de Catherine Gendrin, da editora SM.

A Bofetada: um conto do Senegal e da África Ocidental

Num pequeno país, um déspota tomou o poder. Ele não foi o primeiro, nem será o último.

Para governar, ele precisava - como todo tirano precisa - que seu povo tivesse medo dele e que fosse ignorante.

A parte do medo não foi difícil: aquele que o desobedecesse teria a cabeça cortada. Aquele que o contradissesse teria a cabeça cortada. Aquele que não o reverenciasse com a cabeça teria a cabeça cortada. Às vezes, ele cortava cabeças sem motivo algum, apenas por divertimento.

Mais tarde, escolheu os homens mais tolos, covardes, fracos, hipócritas e egoístas e os colocou em postos-chave do reino: no exército, na polícia e em serviços de espionagem.

Tornar um povo burro é um processo mais demorado. Como primeira medida, o déspota proibiu as crianças de aprender a ler e a escrever e mandou fechar as escolas. Porém aqueles que sabiam ler liam os livros para aqueles que não sabiam. Por isso, ele mandou queimar todos os livros do reino.

Os tiranos sempre detestaram os livros. Mas os contadores de histórias chegaram e começaram a contar aquilo que antigamente lia-se nos livros. O déspota proibiu os contadores, os conversadores e as histórias.

Mas à noite, no recôndito das casas, as mães ainda contam velhas lendas aos filhos para embalá-los e povoar seus sonhos.

Os tiranos desconfiam dos sonhos a noite, pois podem se transformar em idéias durante o dia.

Ele bem que quis proibir as mães, mas logo o desaconselharam.

Sem elas, o país corria o risco de desaparecer.

Então, o déspota as cobriu dos pés à cabeça com um tecido. Elas ficavam inteiramente escondidas, não dava para ver nada. E ele ordenou que ficassem mudas. Apenas suas mãos - que lavavam, preparavam a comida e se mexiam - apareciam.

Certo dia, um espião avisou ao déspota que numa aldeia distante uma senhora ensinava crianças a ler e escrever traçando palavras na areia. Quando a lição terminava, eles apagavam tudo.

O déspota decidiu, então, aplicar uma punição exemplar. Reuniu todo seu povo e mandou trazer a mulher amarrada. Com um gesto bruto, ele arrancou o pano que cobria o rosto todo enrugado dela. As rugas do sofrimento se misturavam inextricavelmente com linhas mais finas, advindas de todos os sorrisos que a mulher oferecera durante a vida. E em meio a essas linhas embaralhadas brilhavam dois olhos enormes, profundamente pretos.

Então, velha decrepita, como ousa deter o saber e, pior ainda, transmiti-lo?

- Oh, não! - respondeu a mulher. - O que 'sei é apenas uma gota no oceano do conhecimento!

Muito bem, vejamos se esta sua gota vai boiar ou afundar no oceano! Vou fazer uma pergunta e, se você não conseguir responder, cortarei sua cabeça, como de costume... E depois cortarei a de todas as crianças que você queira ensinar a ler e, por que não?, a refletir!

Diante do déspota, havia uma pequena fogueira. Com uma pinça, ele pegou uma brasa bem vermelha e a jogou num cântaro cheio de água. Psssshhhiiiiitttt!!!

Então, velha ridícula, diga-me, se este pshittt que você acabou de ouvir é da água ou da brasa?

Acredito que seja tanto da água como da brasa... - respondeu a mulher.

Sim, mas qual a exata proporção de intensidades? - zombou o déspota.

A velha não sabia o que responder. Ela ficou pálida e esperou a morte. Mas de repente lembrou-se de que as crianças também teriam a cabeça cortada. Então, a raiva a invadiu. Uma raiva enorme, fantástica, cataclísmica, uma raiva histórica!

E essa raiva foi boa conselheira. Dominando-a por alguns segundos, ela se aproximou do déspota com muito respeito, inclinou-se humildemente, levantou seu braço e, com toda a força do seu ódio, sua mão - claque! - esbofeteou a cara do tirano.

Quem foi que fez o claque que você acabou de ouvir, minha mão ou seu rosto? E, principalmente, em qual proporção de intensidade? – perguntou a velha.

O déspota, atordoado, esfregou o rosto. Ele estava com um ar tão espantado que o povo começou a rir, uma risada com tanto ardor, tanta intensidade que até mesmo o medo que sentiam se dissipou. E eles eram muitos! Atiraram-se sobre os generais, sobre os espíões e sobre o rei. Eles os amarram e os largaram completamente nus na floresta.

Certamente o leão os atacou, o crocodilo os devorou, o leopardo os mastigou, a hiena lambeu seus ossos e a terrível pantera vermelha sorveu o pequeno cérebro deles... Mas não vamos chorar!

Depois, naquele país, todas as crianças aprenderam que a raiva e o riso são as armas dos pobres.

Além de direcionar a atenção às poucas produções das editoras brasileiras em relação à temática Afro, a Lei nº 10.639 também contribuiu para a percepção da falta de personagens negros nas histórias. Gouvêa (2005, p. 83) afirma que após pesquisas, percebeu que os personagens negros entre os anos de 1900 a 1920 raramente eram criados. Quando havia um personagem negro nas histórias normalmente eram mudos, empregados ou sem nenhuma “caracterização que fosse além da referência racial” (GOUVÊA, 2005, p. 83). A autora também explicita que, especialmente em 1930, percebe-se a presença de personagens negros significativos (GOUVÊA, 2005). “Tais histórias eram representadas como carregadas de valor afetivo, contadas por pretas velhas, associadas à ingenuidade, ao

primitivismo, apresentando uma estereotipia e simplificação característica” (GOUVÊA, 2005, p. 84).

Gonçalves e Silva (s.d, s.p) expressam que para os educadores são necessários constantes aprendizagem e conhecimento sobre a cultura Afro. Afirmam ainda, que é necessário conhecer seus “traços culturais, sua contribuição na construção da nacionalidade brasileira. Busquemos também embasamento em estudiosos que se dedicam ao estudo do negro, sua cultura e sua história” (GONÇALVES; SILVA, sd., sp.).

No Brasil, há diversos escritores e estudiosos da cultura Afro. Em Belo Horizonte há um destaque para a autora Maria do Carmo Ferreira da Costa (Madu Costa). Madu Costa é Pedagoga pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Pós-Graduada em Arte-Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Atualmente, é contadora de histórias e assessora pedagógica, tendo mais de 40 anos de carreira. A autora conta que “Desde pequena gostava de escrever, desenhar, cantar e contemplar a natureza. Meus primeiros escritos foram em versos” (TOLEDO, 2008, s.p.). Com 15 títulos publicados com a temática em literatura infanto-juvenil e cordel, possui duas de suas publicações em âmbito internacional lançadas em Maputo/Moçambique. Os títulos de Madu são:

- 1 - A Janta da Anta.
- 2 - Meninas Negras.
- 3 - Koumba e o tambor Diambê.
- 4 - Cadarços Desamarrados.
- 5 - Zumbi dos Palmares.
- 6 - Lápis de Cor.
- 7 - Caixa de Surpresa.

- 8 - Embolando Palavra.
- 9 - Cabelos de Maila e outros contos.
- 10 - Mais uma batalha.
- 11 - Dandara Guerreira em cordel.
- 12 - Aedes aegypti em cordel.
- 13 - Cultura Yorubá.
- 14 - Luisa Mahin em cordel.
- 15 - Infância em cordel.

O primeiro título de Madu publicado foi “A janta da anta” que apresenta o contexto da preservação da fauna Brasileira. Madu busca, através de suas obras a difusão da cultura afro de forma significativa.

Figura 6 - Foto de Madu Costa.



Fonte: (SOUZA, 2016).

Em 2017, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para educação Infantil e Ensino Fundamental em escolas Particulares e Públicas. O documento para Ensino Médio foi homologado em 2018 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

A BNCC passou por diversas fases que compreendia leitura e análises do documento. Foram três versões, até chegar na definitiva (CARTH, sd.). O documento apresenta 10 competências para a Educação Básica que:

[...] inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação infantil, Ensino fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

A competência número 6 apresenta a seguinte habilidade:

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Em minha interpretação, tal competência reforça a Lei n. 10.639 para o ensino de culturas nas escolas, e especialmente para fins deste capítulo, a cultura Afro-brasileira. A Lei e a Base nos asseguram da importância sobre o ensino dessa cultura nas escolas.

5 CONCLUSÃO

A biblioteca escolar passou por transformações ao longo dos anos, deixando de ser um local de “depósito de livros” e passando a exercer o papel importante na comunidade que está inserida. A partir dessa nova percepção, a biblioteca é vista como ponto de transformação, uma vez que, transforma a vida do usuário através da transmissão do conhecimento.

Essa transformação tem o ponto chave para seu início, a mediação de leitura realizada na biblioteca pelo bibliotecário. É através da mediação da leitura que o usuário iniciar seu interesse pela leitura. Por isso, deverá ser realizada de forma delicada, respeitando os gostos e limites do usuário.

Uma das formas de mediar a leitura na biblioteca é a hora do conto, através de contação de histórias. Nesse momento, é possível transmitir aos usuários da biblioteca escolar todo o encantamento que a leitura proporciona. Portanto, conclui-se que o bibliotecário que possui uma formação em contação de histórias, possui mais um recurso eficaz para a mediação de leitura. E é através da contação de histórias que o bibliotecário escolar poderá realizar a propagação da cultura afro.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Ana Cristina de; TEDESQUI, Conceição Aparecida. Competências profissionais do bibliotecário escolar: reflexões a partir da Lei 12.244/10. **Informação@profissões**, Londrina, v. 3, n.1-2, p. 115-146, jan./dez. 2014.

BICHERI, Ana Lúcia Antunes de Oliveira; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco. Bibliotecário escolar: um mediador de leitura. **Biblioteca escolar em revisão**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 41-54, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 4.084**, de 30 de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Brasília, 30 de junho de 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4084.htm>. Acesso em: 27 jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 9.74**, 25 de junho de 1998. Dispõe sobre o exercício da profissão de Bibliotecário e determina outras providências. Brasília, 25 jun. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9674.htm>. Acesso em: 27 jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em: 27 de jul. 2019.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Lei nº 12.244**, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, 24 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm>. Acesso: 27 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Cultura; Secretaria da Educação; Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas. **Programa Nacional de incentivo à Leitura - PROLER**. Disponível em: <<http://proler.culturadigital.br>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

CALDIN, Clarisse Fortkamp. Reflexões acerca do papel do bibliotecário de biblioteca escolar. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Santa Catarina, v. 10, n. 2, p. 163-168, 2005.

CAMPELO, Bernadete. **Biblioteca escolar**: conhecimentos que sustentam a prática. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. 143 p.

CAMPELLO, Bernadete Santos. Função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para o seu aperfeiçoamento. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais ...** Belo Horizonte: UFMG, 2003. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/230/ENAN054_Campello.pdf?sequence=1>. Acesso em: 3 jul. 2019.

CARTH, John Land. **A base nacional comum curricular e a aplicação da política de educação para educação das relações étnico raciais: afro-brasileira, quilombola, cigana**. Disponível em: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/artigos/A-BNCC2018-e-a-ERER.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

CORRÊA, Elisa Cristina Delfini; et al. Bibliotecário escolar; um educador? **Revista ACB**, Santa Catarina, v. 7, n. 1, s.p, 2002.

CÔRTE E RAMOS, Adelaide; BANDEIRA, Suelena Pinto. **Biblioteca escolar**. Brasília: Briquet de Lemos, 2011. 176 p.

COSTA, Alcione Luiz da; HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade. Atividades de incentivo a leitura na escola básica padre João Alfredo Rohr. **Extensivo UFSC**, Florianópolis, v. 1, n. 1, 2004, s.p.

DANTAS, Guiomar. **A arte de criar leitores**: reflexões e dicas para uma mediação eficaz. São Paulo: Editora Senac, 2019. 279 p.

DEBUS, Eliane Santana Dias. A escravização africana na literatura infanto-juvenil: lendo dois títulos. **Currículo sem fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 141-156, Jan./Abr. 2012.

EDITORA DO BRASIL. **Falando de literatura... ou de literatura infantil?** S.l, 2019. Disponível em: <http://www.editoradobrasil.com.br/educacaoinfantil/praticas_de_leitura/praticas_de_leitura.aspx>. Acesso em: 24 jul. 2019.

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Literaafro: o portal da literatura afro-brasileira. **Madu Costa**. 2018. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/literaafro/autoras/575-madu-costa>>. Acesso em: 20 de jul. 2019.

FLECK, Felícia de Oliveira. O contador de histórias: uma nova profissão? **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. 23, 1º sem. 2007.

GENDRIN, Catherine (Adapt.). **Volta ao mundo dos contos nas asas de um pássaro**. São Paulo: Edições SM, 2007. p. 31-35.

GOMES, Luciano Ferreira; BORTOLIN, Sueli. Biblioteca escolar e mediação da leitura. **Semina**: ciências sociais e humanas, Londrina, v. 32, n. 2, p. 157-170.

GONÇALVES E SILVA, Petronilha Beatriz. **Africanidades**: como valorizar as raízes afro nas propostas pedagógicas. Disponível em: <<http://petronilha.com.br/images/1995-petro-Africanidades-COMO%20VALORIZAR.pdf>>. Acesso em: 1 ago. 2019.

GOUVÊA, Maria Soares de. Imagens do negro na literatura infantil brasileira: análise historiográfica. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 77-89, jan./abr. 2005.

LANZI, Lucirene Andréa Catini; FERNEDA, Edberto; VIDOTTI, Silvana Aparecida Borsetti Gregorio. Leitura e tics: a hora do conto utilizado tablet. In: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - SECIN, 4., 2011, Londrina. **Anais...** Londrina: Departamento de Ciência da Informação; MPG, 2011. p. 1-18.

LUCIANO, Ana Margarida Vieira. **O contador de histórias: das representações literárias ao contexto: das representações literárias ao contexto educativo atual.** 2014. 196 f. Dissertação (Mestrado em Gestão da Informação e Bibliotecas Escolares) - Departamento de Educação e Ensino a Distância, Universidade Aberta, Lisboa, 2014.

MACHADO, Pâmela Bastos; DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal. Contar e recontar histórias: a contação de histórias como instrumento de ação cultural. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação: sistemas de informação, multiculturalidade e inclusão social, 24, 2011, Maceió. **Anais...** Maceió, 2011.

MAINARDES, Rita de Cássia Milléo. **A arte de contar histórias: uma estratégia para a formação de leitores.** Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/338-4.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2019.

MARTINS, Elizandra. O espaço de mediação de leitura na biblioteca escolar. In: SILVA, Rovilson José da; BORTOLIN, Sueli (Orgs.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar.** São Paulo: Polis, 2006. p. 55-63.

MATHEUS, Ana do Nascimento Biluca; et al. A importância da contação de história como prática educativa na educação infantil. **Pedagogia em ação**, 2013, v. 5, n. 1, p. 54-69.

MATOS, Gislayne Avelar. **A palavra do contador de histórias.** São Paulo: Martins Fontes, 2005. 203 p.

MORAES, Marielle Barros de; LUCAS, Elaine de Oliveira. A interdisciplinaridade da biblioteconomia em Santa Catarina a partir dos currículos de formação. **Revista ACB: biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 18, n. 1, p. 676-697, jan./jun., 2013.

MORO, Eliane Lourdes da Silva; ESTABEL, Lizandra Brasil. A mediação da leitura na família, na escola e na biblioteca através das tecnologias de informação e de comunicação e a inclusão social das

pessoas com necessidades especiais. **Revista IBICT**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 67-81, jan./jun., 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO A CIÊNCIA E A CULTURA - ONU; FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E INSTITUIÇÕES - IFLA. **Diretrizes da IFLA\UNESCO para bibliotecas escolares**. São Paulo: ONU; IFLA, 2005. 28 p.

PECHI, Daniele. Fafá conta histórias para crianças. In: **Plataforma pró-livro**. S.l., 2018. Disponível em: <<http://plataforma.prolivro.org.br/fafa-counta-historias-para-criancas/>>. Acesso em: 8 ago. 2019.

PEREIRA, Josiane. Griots: os contadores de histórias da África antiga. In: **Geledés instituto da mulher negra**. São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/griots-os-contadores-de-historias-da-africa-antiga/>>. Acesso em: 6 ago. 2019.

RASTEL, Alessandro; CAVALCANTE, Lidia Eugênia. A competência em informação e o bibliotecário, mediador da leitura em biblioteca pública. **Encontros Biblio**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Santa Catarina, v. 18, n. 36, p. 157-180, 2013.

RIBEIRO, Ana. Dia do contador de histórias. In: **Sistema de bibliotecas - PUC-RIO**: tudo sobre as bibliotecas, serviços, recursos, novidades na área. 2014. Disponível em: <<http://www.dbd.puc-rio.br/wordpress/?p=5257>>. Acesso em: 27 jul. 2019.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; FEITOSA, Luiz Tadeu. Uma análise sobre a identidade da biblioteconomia brasileira: o enfoque da interdisciplinaridade. **Biblionline**, João Pessoa, v. 3, n. 1, 2007.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA, Andreia Santos Ribeiro. A mediação da informação como prática pedagógica no contexto da biblioteca escolar: algumas considerações. **Biblioteca escolar em revista**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 1-30, 2012.

SISTO, Celso. O conto popular africano: a oralidade que atravessa o tempo, atravessa o mundo, atravessa o homem. **Tabuleiro de letras**, Bahia, v. 3, n. 1, sp., 2010.

SISTO, Celso. **Texto e pretextos sobre a arte de contar histórias**. 3 ed. Belo Horizonte: Aletria, 2012. 216 p.

SOUZA, Kelly. Lei autores negros: Madu Costa. In: **Beleza black power**: beleza, moda e empoderamento. S.l, 27 de setembro de 2016. Disponível em: <<https://belezablackpower.com.br/2016/09/27/leia-autores-negros-madu-costa/>>. Acesso em: 3 ago. 2019.

SOUZA, Renan Fagundes de; JOVINO, Ione da Silva. África e africanidades na literatura infantil e juvenil contemporânea de língua espanhola: tecendo caminhos. In: ENCONTRO REDE SUL LETRAS: FORMAÇÃO DE REDES DE PESQUISA, 4., 2016, Palhoça. **Anais...** Palhoça: Unisul, 2016.

TOLEDO, Andrea. **Apresentamos Madu Costa**. 2º Encontro escrevendo com o escritor. 27 mar. 2008.

SOBRE AS AUTORAS

Ana Paula Meneses Alves

Doutora em Ciência da Informação pela Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp - Campus Marília em regime de cotutela com a Universidade de Granada - Espanha, na qual recebeu o título de Doutora em Ciências Sociais. Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos. Atualmente é Professora Adjunta da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, atuando principalmente nos seguintes temas: Recursos e Serviços de Informação (fontes de informação, organização bibliográfica, serviço de referência e informação, competência informacional, educação de usuários, normalização acadêmica); Uso ético da Informação (aspectos éticos da produção científica, plágio); Informação e saúde (fontes de informação, atuação profissional); Organização e gestão de unidades de informação; Periódicos científicos; Ciência, Tecnologia e Sociedade.

Dandara Baçã de Jesus Lima

Mestra em saúde coletiva em 2018 pela Universidade de Brasília. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (2009). Graduação em andamento em Direito pela UDF. Pós-graduação em Informática em Saúde pelo Hospital Sírio Libanês. Pós-graduação em conclusão em direito notarial e registral. Já realizou projetos no sistema socioeducativo em meio aberto com adolescentes em conflito com a lei, realizando oficinas semanais. Escreve contos curtos no seu blog <https://tristeshistorias.blogspot.com/> e já publicou textos no www.onovelo.com.br/. Escreveu textos para a Biblioos sobre a racialidades, diversidades étnico racial e de gênero, entre outros

assuntos. Para saber mais sobre a história da autora ainda tem uma entrevista dela ao CRB 6. Porque ela gosta sempre de falar sobre a cobrança das taxas do CRB e falar de temas polêmicos: <http://blog.crb6.org.br/artigos-materias-e-entrevistas/crb-6-entrevista-dandara-baca/> Atuou no Departamento do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, da Secretaria de Cidadania e da Diversidade Cultural do Ministério da Cultura como Coordenadora do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. Atuou na Equipe para Implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Departamento de Apoio à Participativa e ao Controle Social (DAGEP/SGEP/MS), atuou na Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde. Atuou na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde na Política Nacional de Promoção da Saúde.

Dávila Maria Feitosa da Silva

Bibliotecária escolar, Mestra em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri, graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri. Foi integrante do Grupo de Pesquisa Núcleo Brasileiro Latino Americano e Caribenhos de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais. Ativista, feminista Negra, integra o Grupo de Mulheres Negras do Cariri Cearense - Pretas Simoa. Foi Chefe de Divisão de Estudos e Pesquisas do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra/CNIRC/Fundação Cultural Palmares. Áreas de pesquisa: Informação antirracista, relações étnico-raciais e de gênero, Formação social do bibliotecário.

Denise Maria da Silva Batista

Bibliotecária dos Museus Castro Maya (IBRAM).

Elisete de Sousa Melo

Pesquisadora bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Elisângela Gomes

Mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Goiás/UFG (2019). Pós-Graduação/Lato Sensu em Teoria e Prática da Formação do Leitor pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul/UERGS (2015). Possui graduação em Letras pelo Instituto Superior de Educação Elvira Dayrell/ISEED (2018) e Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS (2012). Professora na escola Ubuntu - Formação política e preparatório para o ENEM, capoeirista angoleira, idealizadora do Coletivo Pretas Angoleiras - GO. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa Comunicação e Diferença - Pindoba; Observatório Social/ABECIN e Observatório em Ações Afirmativas - CAAF/UFG. Áreas de pesquisa: narrativas negras, literatura negra, literatura marginal, oralidade, memória, ancestralidade, processos de letramento, África e diáspora, relações étnicoraciais e de gênero.

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Doutoranda em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestra em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É Bacharela em Biblioteconomia - Habilitação em Gestão da Informação (2013 - 2016) pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes como membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O²S².sat). Integrante do Núcleo de Estudos sobre Performance, Patrimônio e Mediações Culturais (NEPPaMCs). É

membro da equipe gestora 2018-2020 da Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB). Faz parte do Conselho Editorial da Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina. Participou como bolsista de extensão e voluntária no Projeto Biblioteca de Referência e Projeto Espaço Ações Afirmativas do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UDESC (2013-2017) e foi bolsista de iniciação científica do Grupo de pesquisa Didática e Formação Docente - GpDD (2016). Faz parte da organização das obras: “Bibliotecári@s Negr@s: ação, pesquisa e atuação política” (2018) e “Bibliotecári@s Negr@s: informação, educação, empoderamento e mediações” (2019) juntamente com Graziela dos Santos Lima; do livro “O protagonismo da Mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação” (2018) e “O protagonismo da mulher na Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação” (2019) em parceria com Nathália Lima Romeiro; do livro “Mulheres negras na Biblioteconomia” (2019) e, do livro “Epistemologias Negras: relações raciais na Biblioteconomia” (2019) com Danielle Barroso, Graziela dos Santos Lima, Elisângela Gomes e Erinaldo Dias Valério. Temas de pesquisa: Ensino de Biblioteconomia e Ciência da Informação, *Black Librarianship* Americana e Biblioteconomia Negra Brasileira, Branquitude, Epistemologia, Representações Sociais, Temática Africana e Afro-brasileira e Educação das Relações Étnico-Raciais, Mulheres negras na BCI, Mídias sociais, Bibliotecas especializadas, NEABs.

Geisa Müller de Campos Ribeiro

Doutoranda em Comunicação, mídia e cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás. Mestre em Comunicação. Bacharel em Biblioteconomia pela FIC-UFG. Atua como Tutora presencial do curso em EAD de Biblioteconomia da Universidade Salgado de Oliveira – Universo e professora de comunicação científica da Faculdade Delta. Atuou como docente do curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás (UFG) e Professora tutora e conteudista do Curso de

Especialização *latu sensu* Letramento Informacional: educação para a informação (Universidade Aberta do Brasil - CAPES). É coordenadora do projeto Bibliocriativa. Desenvolve projetos nas áreas de inclusão digital, letramento e políticas culturais com leis de incentivo.

Graziela Barros Gomes

Atualmente é estagiária do SEPES (Serviço de Pesquisa) da Biblioteca Ministro Victor Nunes Leal. Estagiou no SELIV (Serviços de Processamento Técnicos de Livros) do Senado Federal. Participou do Projeto de Extensão (PAC) executando atividades que auxiliaram na realização de um diagnóstico nacional e internacional da Ciência Aberta que integra o segundo Marco do 4º Plano de Ação Brasileiro da Open Government Partnership (OGP). Tem experiência na área de Ciência da Informação, tendo como temas de interesse: informação em C&T, comunicação científica, dados de pesquisa, ciência aberta, acesso aberto, políticas públicas, mídia e participação social. Outros temas de interesse são literatura contemporânea de autoria negra, relações raciais e antropologia das populações afro-brasileiras.

José Carlos Sales dos Santos

Professor Adjunto (dedicação exclusiva), lotado no Departamento de Documentação e Informação (DDI) do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (ICI/UFBA). Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFBA). Doutor e Mestre em Ciência da Informação do PPGCI/UFBA (bolsista FAPESB); Pós-Graduado em Gestão da Comunicação Organizacional Integrada pelo Núcleo de Pós-Graduação em Administração (NPGA/EAUFBFA) e Graduado em Biblioteconomia e Documentação pelo Instituto de Ciência da Informação - ICI/UFBA. Membro do Colegiado do PPGCI (2019-2021). Suplente do Conselho

Acadêmico de Pesquisa e Extensão (CAPEX/UFBA). Desenvolve pesquisas relacionadas ao: 'comportamento informacional', 'necessidades de Informação' e 'informação e psicologia', 'mediação e circulação da informação' e 'apropriação da informação'.

Leyde Klebia Rodrigues da Silva

Professora Assistente DCI/ICI/UFBA. Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT. Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba.

Natalia Duque Cardona

Doctora en Ciencias Humanas y Sociales por la Universidad Nacional de Colombia (Medellín, Colombia), Magíster en Educación con Énfasis en Estudios Interculturales de la Universidad de Antioquia (Medellín, Colombia) y profesora de la Escuela Interamericana de Bibliotecología de la misma universidad. Líneas de investigación memoria y sociedad; bibliotecología y sociedad del grupo de investigación Información, Conocimiento y Sociedad. Miembro del grupo de investigación Diverser; de la Sociedad Latinoamericana de Estudios Interculturales y del Colectivo Social Bibliotecas a la Calle. Últimas publicaciones: Bibliotecas y desigualdad social: explorando el estado del arte (en coautoría) (2018). Revista Anales de Documentación, 21(1), pp. 1-20 y Disertaciones acerca de la biblioteca escolar (en coautoría) (2018). Medellín: Biblioteca Pública Piloto. La desigualdad, un suceso no ajeno a la biblioteca: lectura, escritura y oralidad, tecnologías de poder como alternativas a la reducción de las desigualdades sociales (2019). Revista Forum, 15, pp. 171-200.

Raissa Gabrielle Cirilo

Bacharela em biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2015). Bibliotecária do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Contadora de Histórias formada pela Editora Aletria.

Vanessa Jamile Santana dos Reis

Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (2019). Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Educacional da Lapa (2015). Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal da Bahia (2013). Atualmente é servidora pública da Universidade Federal da Bahia - UFBA. Tem interesse nas seguintes áreas: efeitos da Tecnologia da Informação na produção e uso da informação, Política de informação em C&T, Políticas públicas, Gestão da informação, Gestão de unidade de informação, Ética e responsabilidade social, formação profissional, memória científica e tecnológica e repositório institucional, Representação e Organização do Conhecimento para fins de recuperação da informação no âmbito de grupos de minorias sociais e do feminismo negro. Atua também em formação de auxiliares de biblioteca, e na administração de trabalhos, teses e dissertações no Repositório Institucional da UFBA, validação, alimentação e correção de submissões. Contribuindo para a produção científica e acadêmica da Universidade Federal da Bahia e ampliação da visibilidade da Instituição e dos seus pesquisadores, bem como o impacto da investigação e na preservação da memória institucional.

